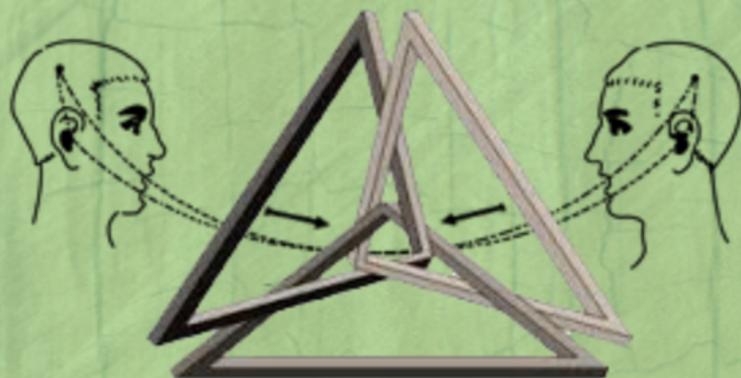


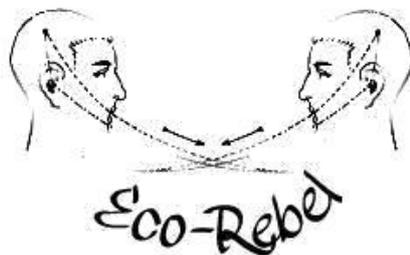
Ecolingüística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 3, número 1, 2017



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



Editorial

Os Organizadores

Prezadas leitoras, prezados leitores!

Este número de ECO-REBEL contém uma seleção feita por pareceristas anônimos de alguns dos trabalhos apresentados no III Encontro Brasileiro de Ecolinguística (III EBE), que teve lugar na Universidade de Brasília, de 22 a 24 de agosto de 2016. Dos 45 trabalhos inscritos, oito não foram apresentados. Dos que foram submetidos à publicação, 13 foram aceitos. Um dos textos apresentados no evento, "Fonologia ecossistêmica" (de Ronaldo M. Lima Júnior), já está publicado no v. 2, n. 1, 2016 da revista.

O primeiro texto, "O ecossistema linguístico e cultural urbano da imigração italiana no eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora", de Mario Gaio e Mônica Savedra, trata de um assunto pouco conhecido, ou seja, a imigração italiana em Juiz de Fora e Rio de Janeiro, sendo que em geral se pensa em italianos só no sul do Brasil ou em São Paulo. Os autores aplicam o conceito de comunidade de fala da linguística ecossistêmica na análise da situação dos descendentes de italianos nas duas cidades.

O artigo de Djiby Mane, "A ecologia do contato de línguas e os empréstimos árabes nas línguas muçulmanas não árabes do Senegal", mostra quão importante é a religião na dinâmica das línguas. Assim como o cristianismo foi uma grande fonte de enriquecimento lexical para as línguas da Europa, o islamismo o é para as línguas do norte da África, no caso, as do Senegal.

O artigo do ecolinguista português Rui Ramos, "Configurações de ciclos de vida na literatura para crianças: Uma análise ecolinguística", trata de livros infantis portugueses. Do ponto de vista teórico, ele se filia à análise do discurso francesa. Um aspecto

ECO-REBEL

interessante e provocativo do ensaio é a defesa de uma neutralidade do investigador, conscientemente contrariando e criticando o "engajamento" da análise do discurso ecológica (ADE), que é "prescritiva" como a ecologia profunda, no sentido de defender a vida e lutar contra o sofrimento evitável.

O ensaio seguinte, "*Boi Tufão: análise ecolinguística da música sertaneja de raiz na sociedade rural baiana do início do séc. XX*", de Hans Donner da Mota & João Avelar Filho, faz uma análise da letra da música sertaneja "Boi Tufão", cantada pelo Trio Parada Dura, mostrando sua ligação com o meio de que fala. O texto de Michelly Luiz, "As práticas religiosas em *O pagador de promessas* sob a perspectiva da ADE" é também análise de um texto no caso a famosa peça de Dias Gomes.

O ensaio de Zilda Dourado, "Pensando a capoeira dentro do ecossistema cultural: algumas reflexões iniciais", é uma interessante análise da prática da capoeira, partindo do núcleo da linguística ecossistêmica, que é a ecologia da interação comunicativa. Ela mostra que a prática da capoeira é uma comunicação bastante complexa, compreendendo não só o verbal, mas também o proxêmico e o cinésico, entre outros. O texto, "A linguagem da catira enquanto expressão do acaipiramento no nordeste goiano", de João Avelar Filho, tem muito a ver com o de Dourado. Seu objeto é também uma manifestação cultural de interação em que entram os diversos componentes. O autor inclusive discute as fontes dos conceitos de cinésica e proxêmica.

Os dois textos seguintes tratam de um assunto bastante apropriado para uma abordagem linguístico-ecossistêmica, as línguas de sinais, devido ao fato de elas serem línguas bastante contextualizadas. O primeiro é "Meio ambiente da língua brasileira de sinais e seu registro gráfico", no qual os autores Cláudio Benassi, Anderson Duarte & Simone Padilha, propõem uma modificação no tripé do ecossistema linguístico. Linearizando a representação original temos L—P—T, com a população sendo intermediária entre a língua e o mundo. A proposta dos autores, porém, quando linearizada redundando em P—L—T. A proposta original prevê que a língua só se relaciona ao mundo (T) por nosso (P) intermédio. A proposta dos autores vai frontalmente contra um dos princípios mais caros da linguística ecossistêmica: o fato de a língua só existir como hóspede de P, como defende Salikoko Mufwene. Mas, o objetivo principal dos autores é propor uma nova escrita para a língua de sinais, a que chamam provisoriamente de visografia. O segundo texto, "Duplipensar o conceito surdo ou ressignificar a concepção visual pelas

lentes da ecolinguística", também de Anderson Duarte, Claudio Benassi & Simone Padilha, argumenta, em um tom bastante incisivo, no sentido de que o termo "surdo" é preconceituoso. Seria preferível dizer-se "visual", que se contraporá a "ouvinte". Isso porque o conceito de "surdo" se baseia em algo negativo, algo que está faltando, ao passo que "visual" é uma propriedade das pessoas e, conseqüentemente, dos usuários de LIBRAS. O ensaio seguinte é do mesmo grupo de autores. Trata-se de "Bakhtin e ecolinguística: diálogos possíveis", de Marta Covezzi, Márcia Gonçalves & Simone Padilha. Trata-se de uma tentativa de mostrar que a proposta teórica da ecolinguística tem muitas semelhanças com a filosofia linguística de Mikhail Bakhtin. Aliás, parece que está surgindo no Brasil uma "análise dialógica do discurso" (ADD), partindo de uma proposta original de Beth Brait, conhecida estudiosa da obra de Bakhtin. Genis Schmaltz Neto fala de outra possibilidade de diálogo, no caso, com uma das vertentes da sociolinguística. Por isso, o texto se intitula "Interfaces entre ecolinguística e sociolinguística interacional".

Hildo do Couto sugere que o conceito de "Mapa mental" seja incluído no ecossistema mental da língua. Todos nós temos um mapa do lugar em que moramos, o que permite orientarmo-nos espacialmente. Por fim, temos um texto de endoecologia linguística, de Lajla Simião. Trata-se de "A semântica das preposições pela ótica da ecolinguística". O texto corrobora uma proposta de Bernard Pottier de que toda preposição tem origem espacial; não apenas as espaciais propriamente ditas, mas também as temporais e as abstratas ou nocionais. Por isso a autora parte da "ecologia das relações espaciais" da linguística ecossistêmica. O texto mostra, outrossim, que as preposições surgem seguindo um percurso onomasiológico, mas, após formadas, podem seguir o caminho inverso, o da semasiologia, como, de resto, acontece com toda e qualquer palavra da língua, e até com a língua como um todo. Por outras palavras, as palavras (e a língua) surgem para falar de algo do mundo, mas, após formadas, podem ampliar o âmbito dos *designata* e até de criá-los.

Este número de ECO-REBEL contém ainda duas resenhas. A primeira é do livro *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada* (Campinas, SP: Pontes, 2016), organizado por Elena Ortiz-Preuss, Elza do Couto e Rui Ramos, e resenhado por Davi Albuquerque. A presença da resenha se justifica pelo fato de o livro conter um ensaio ecolinguístico, ou seja, "A dialetologia e a sociolinguística como precursoras da ecolinguística", de Elza do Couto e Hildo do Couto. A segundo livro resenhado é

ECO-REBEL

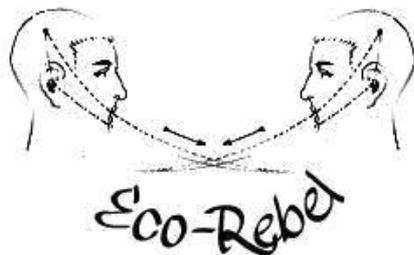
Ecologias Humanas, organizada por Juracy Marques. A resenha foi feita por Wellington da Silva. Ela aparece aqui para mostrar mais uma vez o caráter multidisciplinar da ecolinguística. O diálogo com a ecologia humana é muito natural, pois ela é uma das inspirações para a linguística ecossistêmica. Tanto que o livro contém um capítulo dedicado diretamente à ecolinguística, ou seja, “Ecolinguística: Uma Interface Língua e Meio Ambiente”, assinado por Joelma Conceição Reis Felipe, mais uma justificativa para a resenha do livro nesta revista de ecolinguística.

Como se pode ver, este número de ECO-REBEL inclui temas bastante diversos, o que revela mais uma vez a perspectiva holística da ecolinguística, sobretudo da linguística ecossistêmica, sobre os fenômenos da linguagem.

Gostaríamos de terminar salientando que, atualmente, há uma tendência nas publicações acadêmicas, e não apenas nas brasileiras, a serem feitas exclusivamente em inglês. O grupo ecolinguístico brasileiro congregado em torno de ECO-REBEL pensa um pouco diferente. Nós achamos que devemos realmente estar sintonizados com o que vai pelo mundo afora, produzindo textos em inglês e outras línguas a fim de divulgar nossa produção no exterior. Devemos também nos informar sobre o que se produz lá fora, inclusive publicando textos de autores estrangeiros. No entanto, somos de opinião de que já temos uma considerável massa crítica acadêmica no Brasil que justifica produzirmos ciência internamente em português. Temos direito de fazer ciência em nossa própria língua, mesmo porque ainda há muita gente por aqui que tem dificuldade com o inglês. Por tudo isso, ECO-REBEL se sente orgulhosa de publicar a maior parte dos textos em português. Porém, como se pode ver compulsando os diversos números já disponíveis, ela não é xenófoba. Pelo contrário, ela contém muita coisa em inglês também, além de alguns textos em espanhol e em francês. Aliás, muitos dos textos publicados em português são de autores estrangeiros.

Boa leitura a todas e a todos!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



**O ECOSISTEMA LINGUÍSTICO E CULTURAL URBANO DA
IMIGRAÇÃO ITALIANA NO EIXO RIO DE JANEIRO-JUIZ DE FORA**

Mario Luis Monachesi Gaio (UFF/EUV/Capes)

Mônica Maria Guimarães Savedra (UFF/CNPq/FAPERJ)

R e s u m o : Esse trabalho tem o escopo de identificar o ecossistema linguístico dos imigrantes italianos que se dedicaram ao trabalho de distribuição de jornais nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Com base nas premissas da linguística ecossistêmica, que enxerga uma Comunidade de Fala (CF) como o ecossistema linguístico por excelência, esta pode ser delimitada pelo pesquisador de acordo com o viés de observação adotado. Compararemos a CF Fazenda do Zé Artino (COUTO, 2016), com a CF desses jornaleiros, apontando as diferenças e mostrando as possibilidades de estudo de ambas sob a perspectiva holística da ecolinguística.

P a l a v r a s - c h a v e : Linguística ecossistêmica. Comunidade de fala. Imigração italiana. Línguas em contato.

A b s t r a c t : This paper has the scope of presenting the linguistic ecosystem of Italian immigrants who dedicated themselves to the work of newspaper distribution in the cities of Juiz de Fora and Rio de Janeiro. Based on the assumptions of Ecosystemic Linguistics, which sees a speech community (SC) as the linguistic ecosystem par excellence. This ecosystem is delimited by the investigator according to his needs. We compare the SC ‘Fazenda Zé Artino’ (COUTO, 2016), with the SC of the newsagents, pointing out the differences between them and showing the possibilities of studying them from the holistic perspective of Ecolinguistics.

K e y w o r d s : Ecosystemic linguistics. Speech community. Italian immigration. Languages in contact.

1. Introdução

Quando se fala de imigração italiana no Brasil é recorrente a associação aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Vez por outra o estado de Santa Catarina também é lembrado, mas raramente se fala em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Há razões para isso, talvez pelo volume de entrada de imigrantes nos dois primeiros. Porém, a presença da imigração italiana entre os mineiros é relevante, e o estado do Rio de Janeiro não deve ser desconsiderado. E por justiça, devemos sempre lembrar do estado do Espírito Santo, onde a presença de italianos da região do Vêneto, nordeste da Itália, tem sido objeto de estudos linguísticos entre vários pesquisadores.

Neste trabalho limitaremos nosso campo de estudo ao eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora (MG) dada a sua importância histórica na construção do Brasil. Afinal de contas, entre essas duas cidades foi construída a primeira estrada pavimentada de rodagem da América Latina, a estrada União-Indústria, que ligava a cidade mineira a Petrópolis, e dali à então capital do Brasil. E foi em Juiz de Fora que nasceu a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, construída para atender a demanda energética das indústrias que proliferavam na Manchester Mineira (GAIO, 2013).

2. A ecolinguística e a linguística ecossistêmica

A ecolinguística é um ramo do conhecimento que temos sobre ecologia da língua. Sua ênfase está na diversidade linguística e também em línguas ameaçadas (MUFWENE, 2016). Ela é costumeiramente definida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente, aqui entendido como o meio em que a língua é usada. Pode ser também entendida como “o estudo das interações verbais que se dão no interior do ecossistema linguístico”. Um ecossistema linguístico, à exemplo da visão de ecossistema da ecologia, é composto de uma população que convive em um território e que interage através de uma língua. Essa visão macro é entendida como o ecossistema integral da língua. Se tomarmos uma pequena comunidade que conviva, interaja com assiduidade e tenha costumes comuns teremos o que se chama ecossistema natural da língua¹ (COUTO, 2016).

A ecolinguística costuma definir comunidade de fala (CF) em oposição a comunidade de língua (CL). A CF em geral é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros. Portanto, ela é entendida como tal pelos atos de interação comunicativa entre seus membros. Ao contrário, uma CL é um ecossistema linguístico que não depende do tamanho do território porque é entendida pelo pertencimento a um sistema linguístico e não pela interação. Os países cuja língua oficial é a portuguesa constituem uma CL. É axiomática a analogia com a dicotomia Saussuriana *langue/parole* (COUTO, 2016). Ainda nas palavras do autor, CF “é o ecossistema linguístico por excelência” por ser comparável ao ecossistema biológico. Ela pode ser delimitada pelo pesquisador de acordo com o viés de observação que esse adote ao passo que a CL não tem essa prerrogativa. A diferença prática entre

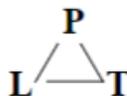
¹ O autor cita o exemplo do povo kamayurá, que vive no Parque Indígena do Xingu.

ECO-REBEL

CL e CF é que a primeira não pode ser delimitada pelo pesquisador. Ambas são ecossistemas, mas a CL é comparável a um bioma e seus limites são naturais.

Mesmo que esses limites sejam fluidos e se interseccionem com os dos biomas vizinhos, não é o ecólogo que define onde termina a tundra e começa a taiga, onde termina a taiga e começa a floresta temperada, onde termina a floresta temperada e começa a floresta tropical (COUTO, 2016)

A linguística ecossistêmica, uma das vertentes da ecolinguística, tem sua origem nos estudos dos alemães Peter Finke e Wilhelm Trampe. No Brasil, tem sido desenvolvida na Escola Ecolinguística de Brasília, com participação da Universidade Federal de Goiás. A premissa básica da linguística ecossistêmica é a existência de um ecossistema, conceito básico da ecologia, e que tem a língua como parte do ecossistema linguístico, composto de um povo (P), um território (T) e uma língua (L), conforme o esquema abaixo (COUTO, 2016):



Desse ecossistema fazem parte outros três, como ainda aponta o mesmo autor. O primeiro é o ecossistema natural da língua, cuja centralidade está no território. Por exemplo, uma tribo indígena que ocupa uma determinada região desde sempre. O T é a própria região onde esse grupo de pessoas habita. O segundo é o ecossistema mental da língua, considerando que o cérebro do falante é o verdadeiro *locus* da língua (WEINREICH, 1968). Portanto, ele é o T da língua. Envolve todo o dinamismo neural da mente para o processamento da língua/linguagem. O terceiro ecossistema é o social. O T é a sociedade em que os falantes estão inseridos, com todas as nuances que isso envolve em termos de relações interacionais.

Resumidamente, temos o ecossistema integral da língua, composto por três ecossistemas que dele fazem parte; o ecossistema natural, cuja relação entre povo, território e língua tem um viés étnico. No ecossistema mental, a mesma relação tem um viés pessoal, íntimo, ligado à vontade do falante. E o ecossistema social, cuja relação é, como o próprio nome diz, social, com sentido de interesses coletivos comuns.

3. Os falares do Brasil – delimitações e terminologia adotada

Antes de entrar no caso particular da CF a que submeteremos este estudo, devemos esclarecer algumas opções terminológicas que delimitam os falares do Brasil em três grandes grupos. Feito isso, poderemos situar nossa CF em um deles com mais clareza. Não pretendemos reinventar a roda, apenas esclarecer nossas opções.

O Brasil, país de dimensões continentais e com população que já ultrapassa 200 milhões de habitantes, tem variedades diatópicas bastante numerosas. Porém, há certo parentesco entre elas o que nos permite acolher a divisão proposta por Couto (2016) em três grandes grupos: dialetos rurais, dialeto urbano e dialeto estatal. Essa proposta tem sido introduzida na linguística ecossistêmica como um modo de enxergar a diversidade linguística do país. A divisão se baseia na proximidade linguística que existe entre os diversos falares urbanos entre si, haja vista o projeto NURC, e também entre os diversos falares rurais, já percebida por Elia (1979, *apud* COUTO, 2016). A maior novidade talvez esteja no dialeto estatal, que se entende por aquele dialeto que efetivamente ninguém fala por ser apenas uma norma, mas que serve de referência ou parâmetro para o que se sói chamar de variedade padrão da língua, aquela usada para a intercomunicação entre todos os cidadãos brasileiros.

4. Novos conceitos

Façamos breve revisão de novos conceitos introduzidos por Couto (2016). Em primeiro lugar é preciso esclarecer que a essência da língua para a linguística ecossistêmica é a interação comunicativa. São as interações comunicativas que justificam a existência da língua. A partir do momento em que há interação comunicativa com entendimento recíproco entre falante e ouvinte², haverá regras que foram seguidas por ambos, e cabe ao linguista enxergar e descrever essas regras. Nas palavras de Couto (2016) as regras sistêmicas são um construto abstraído a partir dos atos de interação comunicativa (AIC). A partir do momento em que conseguimos identificar regras nos AIC, poderemos definir também padrões de interação comunicativa (PIC). Esses padrões não consideram somente as comunicações verbais, mas toda a multimodalidade que pode fazer parte dos AIC.

Retomando a definição de CF segundo os princípios ecolinguísticos: é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus

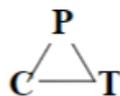
²Deixamos claro também que numa interação padrão falante e ouvinte trocam de turno, passando de uma função à outra constantemente.

ECO-REBEL

membros. A CF pode ser definida pelo pesquisador. Então, podemos definir uma CL inteira como sendo nossa CF objeto de estudo, assim como podemos nos restringir à CF mínima, constituída por dois indivíduos, uma vez que, para a ecolinguística, só faz sentido estudar língua onde há interação comunicativa.

As CF podem ser compactas, quando os membros vivem em proximidade uns dos outros. Um exemplo são os núcleos familiares. Já as CF difusas são aquelas em que os membros vivem afastados uns dos outros. Couto (2016) cita as comunidades rurais onde as famílias vivem em suas terras relativamente afastadas umas das outras, porém têm interesses comuns, interagem e formam CF.

Por fim, vejamos um conceito extensivo ao de ecossistema linguístico. Analogamente a este, representado por um povo convivendo em um território e interagindo através de uma língua, Couto (2016) define o ecossistema cultural formado por um tripé semelhante, e um pouco mais abrangente. Um povo convivendo em um território e compartilhando cultura. A cultura deve ser entendida como tudo o que envolve o passado, o presente e o futuro desse povo nesse território. No passado está o acervo que sustenta sua identidade; no presente se encontra o seu comportamento atual, todas as práticas e os “padrões de ação”; e no futuro está o planejamento e os investimentos. Sendo assim, o ecossistema cultural corresponde à totalidade de signos da comunidade, ou seja, tudo o que tem significação própria para a comunidade, tudo o que é compartilhado pela comunidade e por ser compartilhado é usado nas interações comunicativas. Ainda nas palavras do autor, “o primeiro de todos os ingredientes da cultura é a língua”. Então, se língua é parte da cultura, é fácil deduzir que o ecossistema linguístico é parte do ecossistema cultural. Graficamente, é assim representado:



Da mesma forma que definimos dialetos rurais em contraposição a dialeto urbano, cujos ecossistemas linguísticos são respectivamente rurais ou urbanos, temos por extensão ecossistemas culturais rurais e urbanos. Salientamos aqui a não existência de ecossistema – seja linguístico ou cultural – estatal para atender ao dialeto estatal. A partir do momento em que o dialeto estatal é uma abstração, uma língua artificial que serve de referência a uma suposta unificação linguística nacional, não faz sentido falar de ecossistema estatal. O dialeto estatal não é língua de ninguém, portanto não é meio

de interação regular em nenhum ecossistema. Embora seja uma questão discutível, partimos da premissa de que se eventualmente houvesse interações em dialeto estatal, elas não seriam práticas de interação ecossistêmicas tais como as que ocorrem em CF³. O dialeto estatal, na condição de artificial, não pode ser entendido como parte de um sistema língua-mundo (TRAMPE, 2016). Não é produto de experiências naturais. Ao contrário do que acontece nos sistemas língua-mundo naturais, em que a língua vernacular é construída a partir de experiências (TRAMPE, 2016, p. 55), o dialeto estatal é um construto artificial com objetivo específico⁴.

6. Interação-comunhão

Já vimos que os processos de interação seguem uma sequência ao longo do tempo. O primeiro passo é a comunhão, a solidariedade que se estabelece naturalmente em virtude do compartilhamento do mesmo espaço, das necessidades e interesses comuns. Se não há comunhão, não haverá interação comunicativa propriamente dita. Quando não há comunhão, há risco de haver conflitos. A partir da comunhão, há uma necessidade de comunicação.

A comunhão não precisa de linguagem comum, mas o estágio seguinte sim. Couto (2016) exemplifica o primeiro contato entre a esquadra de Cabral e os índios tupinambás como exemplo de comunhão, pelo menos em alguns momentos, a partir dos relatos de Caminha. Já entre um grupo de pessoas num elevador não há comunhão, todos querem chegar rapidamente a seus andares, mas se alguém pergunta algo que seja de interesse de outrem, o grupo pode passar a um estado de comunhão. Os exemplos foram propositais uma vez que no primeiro caso não havia nada de comum entre as línguas faladas pelos povos em comunhão; no segundo há língua comum, mas não há comunhão, ao menos num primeiro momento.

7. Interação-comunicação

A partir da comunhão, o passo seguinte é a comunicação. Para a linguística ecossistêmica, a comunicação, ou mais apropriadamente interação comunicativa, prevê

³ A partir do momento em que consideramos a existência de um dialeto estatal, é possível admitir interação comunicativa através de seu uso. Daí considerarmos o tema discutível. No entanto, como se trata de uma artificialidade, ele não existe em ambientes naturais, somente em ambientes artificiais, como a escola, por exemplo.

⁴ Não pretendemos aprofundar esse tema porque ele não nos interessa nesse momento e não interfere no tema dessa pesquisa.

quatro elementos que constituem a chamada ecologia da interação comunicativa. São eles o falante, ou ouvinte (que se alternam na função), um assunto sobre o qual se interage e um ambiente (COUTO, 2016).

Essa é a situação base, a mais simples e ao mesmo tempo a mínima necessária. A partir dessa situação fundamental podemos conjecturar e imaginar conjunturas sociais que dela derivam. Por exemplo, as relações de intimidade. Se os AIC se estreitam dentro de uma ecologia de interação comunicativa, tende-se a aumentar o repertório de assuntos e a se conhecer mais sobre o próprio ambiente em que estão inseridos, pois haverá maior troca de informações. De consequência os interlocutores se conhecerão mais profundamente e a solidariedade, surgida ainda no estágio de comunhão, tende a aumentar. Os interlocutores passam a compartilhar mais interesses comuns, e pode surgir a formação de redes sociais. De acordo com a intensidade dessas relações, poderemos ter redes de tessitura mais ou menos densas.

Gomes (2015) aponta para as contribuições que as redes sociais podem dar aos estudos de ecolinguística. As redes sociais são constituídas de grupos de pessoas com interesses comuns. Os estudos de redes sociais nos mostram que há uma relação direta entre coesão dos membros e conservadorismo de língua. Vale dizer que comunidades isoladas, com forte vínculo entre os membros tendem a não aceitar mudanças na língua, enquanto que comunidades urbanas tendem a aceitar e incorporar variações na língua com facilidade, pois os laços entre os membros não são fortes e via de regra em apenas alguns domínios. Como aponta Couto (2016), o ecossistema cultural rural tende a ser centrípeto, voltado para si, fechado, e o ecossistema cultural urbano tende a ser centrífugo, aberto, voltado para fora, frequentemente para centros maiores tais como capitais ou metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, ou até mesmo grandes referências urbanas mundiais como Nova York ou Paris.

8. Interação-significação

Parece haver consenso entre os estudiosos que quase toda palavra ou expressão é polissêmica (COUTO, 2016). Vale dizer que os significados dependem do contexto em que os enunciados são proferidos. Além disso, devemos considerar também a capacidade individual de entendimento, que difere de um para outro. Existe, entretanto, uma práxis social que permite um entendimento comum. Essa práxis está vinculada ao meio social e com frequência à CF.

O modelo de matriz semântica de Bang; Døør (2015, p. 67) sugere a existência de “quatro constituintes semânticos que constroem e condicionam” o uso da língua. É uma proposta para uma teoria dialética e ecológica da linguística. Os quatro constituintes são *social sense*, *individual meaning*, *social import* e *personal significance*⁵. Os constituintes partem, em um eixo horizontal, de uma semântica universal para a semântica particular, e em um eixo vertical de um contexto geral para um contexto específico.

Para exemplificar, as acepções dos dicionários dão o significado aceito socialmente, o *social sense*, que serve à CL. É um parâmetro e estão ligadas a um contexto geral e a uma semântica ‘universal’. Já o entendimento pessoal de uma palavra ou expressão é individual e é isso que o difere dos outros indivíduos e o identifica como um ser pensante e não uma máquina (BANG; DØØR, 2015, p. 68). No entanto, há suficientes semelhanças entre esses significados que permitem uma conversa entre duas pessoas, mesmo que de CF diferentes. Os autores esclarecem:

“O significado individual é (i) relativamente invariável por um período longo na minha história pessoal e (ii) relativamente invariável em situações diferentes em tempos e lugares diferentes. O sistema dos meus significados individuais está, portanto, em uma relação dialética com meu *topos*. De certa forma, o meu significado individual de algumas palavras-chave, de alguns textos-chave determina a minha personalidade e codetermina a minha identidade social” (p. 68)

Couto (2016) ratifica essa proposição afirmando que o significado das palavras só existe na CF, ou mais do que isso, nos AIC onde são empregadas, ressaltando que existe o que ele chama de base comum, um significado ligado à CL, corroborando assim com Bang & Døør. Couto vai além e aponta para a subversão que o significado da palavra usualmente sofre em cada AIC. Até mesmo o significado oposto ao definido pelos dicionários pode ser perfeitamente entendido numa CF, pois o que importa é a eficácia da comunicação.

9. Breve histórico da imigração em Minas Gerais e Rio de Janeiro

⁵ Preferimos deliberadamente usar os termos no original em inglês. A versão do artigo traduzida ao PB apresenta os seguintes termos, respectivamente: sentido social, significado individual, sentido social e significação pessoal.

ECO-REBEL

No fim do século XIX os governos mineiro e italiano assinaram acordo para receber imigrantes italianos. A intenção dos mineiros era prioritariamente substituir a mão de obra dos escravos libertados em 1888. Os mineiros buscavam camponeses, ou imigrantes que viessem para trabalhar na lavoura. Não foi bem isso que aconteceu. Boa parte desses imigrantes acabou se estabelecendo em centros urbanos, por causa das melhores oportunidades. No caso de Minas Gerais destacam-se as cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Em Juiz de Fora, cidade quase limítrofe com o estado do Rio, foi construída a Hospedaria Horta Barbosa, destinada a acolher, cadastrar e triar os imigrantes que se destinavam ao estado. Porém, como o porto de desembarque era o do Rio de Janeiro, é natural imaginar que muitos por ali ficaram. De fato, como afirma Croci (2011, p. 95), o Rio de Janeiro é a primeira metrópole multiétnica brasileira. Já em 1890 ali viviam mais de 500.000 habitantes, mas desde a década de 50 do século XIX passaram a conviver as mais diversas etnias, de classe social baixa, entre ex-escravos e imigrantes estrangeiros de origem europeia, sobretudo portugueses, espanhóis e italianos.

A imigração italiana em Minas Gerais teve seu ápice entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX. Depois disso houve um hiato. Com o fim da segunda grande guerra houve uma retomada dessa imigração, não na mesma proporção da outra, mas significativa, com uma característica particular: a grande maioria desses imigrantes vinha da Calábria, especificamente da província de Cosenza. Muitos desses italianos se dedicaram a trabalhar com distribuição de jornais e revistas, e bancas de jornais, tanto em Juiz de Fora como no Rio de Janeiro. Sendo eles de origem comum, a interação era bastante facilitada. Mais do que isso, diversos relatos de descendentes apontam para constituições familiares frequentemente criadas entre parentes, o que reforça os laços e as redes sociais por eles criadas, como se vê no depoimento deste filho de pai e mãe italianos de Paola, residente em Juiz de Fora: “Lá em casa é assim: o meu pai, ele é irmão da minha tia. Ele é irmão da minha tia. A minha mãe, ela é irmã do meu tio. Então, eles trocaram, entendeu? Eles trocaram”. Evidentemente, ele se refere à mãe como irmã do tio por parte de pai e vice-versa. Esse tipo de depoimento é bastante recorrente.

10. As Casa d'Italia

Antes de prosseguir, façamos um relato sobre as Casa D'Italia, a idealização do governo de Mussolini para a unificação dos italianos que viviam no exterior. Em linhas gerais, nos anos 30, o governo italiano pretendia construir a unidade nacional, estimular o sentimento de pertencimento à Itália e com isso torná-la uma nação grandiosa, inclusive com pretensões imperialistas de extensão de território, a exemplo de outros países europeus⁶. Destarte, essas ideias precisavam se estender aos milhões de italianos emigrados em todo o mundo, era preciso resgatar a italianidade⁷ dos emigrados, recuperar a sua autoestima de cidadãos italianos e investir nas gerações que nasciam no exterior.

Nessa conjuntura, nos anos 30 do século XX surgem as *Casa d'Italia*. Sua função era abrigar as diversas associações de italianos das suas cidades. A ideia era unificar os italianos, desenvolver sentimento de italianidade, pois entre os italianos havia mais apego à região de origem do que ao país (TRENTO, 2000). As *Casa d'Italia*, abrigando diversas associações criadas por italianos, teriam um papel centralizador, meio paternalista, assim como propunha o governo fascista, com a intenção de enaltecer a 'etnia' e o sentimento patriótico italiano.

Bertonha (1998, p. 143) relata, a título de exemplo, o funcionamento da *Casa d'Italia* de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. A da capital mineira “abrigava o Consulado, o *Fascio*, a *Società Dante Alighieri*, o Grupo Escolar Benito Mussolini, a *Società di Beneficenza*, a *Società Reduci*, o *Dopolavoro* (com palco, cinema, bar, praça de esportes, banda etc.)”. A da então capital federal

“abrigava, no primeiro andar do seu prédio, os escritórios da Casa d'Italia, a Câmara Italiana de Comércio, a Livraria Italiana, a Gráfica Italiana e a representação do Fanfulla. O segundo andar, por fim, era ocupado pelo *Dopolavoro*, o *fascio* e o cinema. Os quatro andares seguintes, por sua vez, alojavam o Consulado Italiano, o salão de baile/auditório, o Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura e a escola italiana”.

⁶ Não é nossa intenção tratar de fascismo neste trabalho, queremos apenas situar o leitor. Há vasta literatura sobre esse assunto. Pela concisão das ideias sobre o tema, sugerimos, a leitura de Bertonha (1998).

⁷ O termo 'italianidade', utilizado no estatuto da Casa d'Italia de Juiz de Fora, é citado pelo delegado especializado João Luiz Alves Valladão como prova de que ela é uma associação estrangeira, e que por isso merece atenção. Trata-se do ofício 671 de 23/12/1941, enviado ao Chefe de Polícia do estado de Minas Gerais, major Ernesto Dornelles. Disponível no Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/>), pasta 4703, imagem 148.

Como não poderia ser diferente, a *Casa d'Italia* de Juiz de Fora seguia os mesmos princípios e buscava abrigar diferentes associações italianas na cidade. Como aponta Ferenzini (2008), naturalmente pretendia ser um centro de convivência para os italianos e descendentes. Foi construída com contribuições financeiras de grande parte dos italianos que viviam na cidade e teve grande sucesso no seu breve tempo de existência. “A Casa d'Italia serviria à comunidade no que se refere a: instrução, escola, biblioteca, hospital, beneficência, lazer e esporte” (p. 154).

As Casa d'Italia foram construídas e inauguradas nos anos 30 do século passado, mas com a entrada do Brasil na segunda guerra mundial a Itália tornou-se inimigo, e seus prédios foram tomados pelo governo brasileiro. Após o conflito, já nos anos 50, foram devolvidas ao governo italiano e algumas atividades foram retomadas. No caso particular de Juiz de Fora, essa devolução aconteceu em 1955. Nos anos 60 foi implantada uma escola de língua e cultura italianas e os espaços do prédio foram utilizados na promoção de variados eventos culturais. Nessa época os italianos imigrantes eram predominantemente originários da Calábria e foram eles os principais responsáveis pela retomada daqueles espaços. Do ponto de vista da linguística ecossistêmica, a Casa d'Italia de Juiz de Fora tornou-se um território que abrigava uma comunidade de fala de um grupo de imigrantes. Mas não foi só isso. Como havíamos já mencionado, muitos desses italianos eram proprietários de bancas de jornais.

11. As bancas como espaço de interação

Os avanços de uma sociedade produzem modificações comportamentais. As pessoas e as comunidades precisam se adaptar para sobreviver. E se levarmos em conta os ambientes urbanos, onde os avanços acontecem primeiro e mais rapidamente, a necessidade de adaptação é mais urgente. Atualmente, o elemento urbano ‘banca de jornal’ já é algo bastante modificado em relação ao passado recente. Muitas delas se transformaram num pequeno armazém, de modo a oferecer outros produtos e variar as fontes de renda. Jornais e revistas têm reduzido suas tiragens impressas e isso causa uma modificação no próprio conceito de banca.

Entretanto, nos anos 50 as bancas de jornais eram uma boa oportunidade de negócio e de trabalho, e graças a essa atividade muitos imigrantes puderam se estabelecer nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro, como podemos ver pelos depoimentos a seguir:

ECO-REBEL

“Eles vieram [os avós], acho que eles, é... percorreram um pouco aqui do Brasil e não sei aí... Não sei explicar, mas eles pararam aqui em Juiz de Fora como muitos italianos. E aí eles conseguiram se estabelecer aqui, através da... Da banca de jornal, né? Que tinha, eu acho que era [sobrenome de outra família italiana], não sei, ele dava, empregava muita gente. E aí ele [o avô] conseguiu emprego aqui” (neta de italianos, 31 anos, Juiz de Fora)

“Os jornalheiros, as bancas de jornal, 99% era tudo deles [dos calabreses]. Era tudo deles! Assim que eu cheguei aqui, eu me lembro, a avenida Rio Branco, era perto de uma gráfica lá, de domingo de manhã ou senão de madrugada os jornalheiros tudo na calçada preparando o jornal pra levar... ‘Ma’ é... 99% era italiano” (italiano, 81 anos, Rio de Janeiro)

É natural imaginar, e é comprovado por outros depoimentos, que havia uma estreita rede social entre esses imigrantes, que se ajudavam arranjando trabalho para outros. E como já vimos, havia muitos matrimônios entre parentes, reforçando os laços da rede. Essas redes eram comunidades de fala importantes, que se desfizeram por diversas razões, entre elas a falta de interesse na transmissão vertical da língua, que não era o italiano. Os descendentes não mantiveram os mesmos laços, o que é natural em ambientes urbanos multiculturais. O relato de uma filha de pai e mãe italianos, 60 anos e proprietária de banca de jornal resume o que dissemos: “Aquela união dos jornalheiros, vamos dizer assim, não tem mais porque já foi muita gente embora, faleceram, né... Os filhos não se importaram, aí acabou”.

É importante lembrar que Juiz de Fora recebeu diversos italianos, mas recebeu também imigrantes de outras partes do mundo, sobretudo portugueses, alemães, sírios e libaneses, e já contava com uma população de brasileiros natos bastante grande naquela época.

Como percebemos, as bancas, embora constituíssem território descontínuo, eram também um ponto de encontro importante. O relato abaixo ilustra bastante bem a situação:

“... a banca de jornal era meio que um point deles, né? Eles iam na banca de um, na banca de outro, conversavam com um... Eles eram assim, tudo o que se passava na vida de um os outros sabiam. (...) A banca de jornal é esse ponto de encontro. (...) Eles gostavam de ir na Casa d’Italia. Tem a *boccia*, aos domingos (...) A Casa d’Italia

também é um ponto de encontro” (neta de italianos, 31 anos, Juiz de Fora)

12. A CF Fazenda do Zé Artino

Feitas essas considerações, vamos relembrar brevemente a recente publicação de Couto (2016) acerca de uma CF existente na zona rural de Patos de Minas (MG)⁸. Nosso escopo é traçar um paralelo entre as duas CF demonstrando o quanto são semelhantes do ponto de vista da linguística ecossistêmica, embora aparentemente muito diferentes.

A CF Fazenda configura-se da seguinte forma: seu território é resultado de um desmembramento de uma fazenda maior, pertencente ao patriarca Artino. O território da CF Fazenda era a parte que ficou com o filho, Zé Artino. A fazenda original tinha pouco menos de 150 alqueires e foi dividida entre os sete filhos. A parte do Zé Artino tinha cerca de 21 alqueires mineiros, pouco menos de 50.000 m². A CF fazenda, objeto do estudo de Couto, era constituída pela família do Zé Artino e os agregados que ali viviam. Essa CF existiu de aproximadamente 1940 até meados da década de 50 do século XX.

Neste ecossistema linguístico e cultural notamos o território T e a população P. A língua utilizada era um dialeto rural bastante marcado por itens lexicais peculiares, de significação local, embora muitas vezes com correspondência no léxico do dialeto estatal. Como afirma Couto (2016),

“O significado das palavras é claramente ligado a um contexto, não há significado descontextualizado. Alguns autores chegam a afirmar que toda palavra tem um significado diferente para cada pessoa que a usa, ou seja, o significado das palavras só existe na comunidade de fala, e até no ato de interação comunicativa, em que são usadas. É claro que existe uma base comum, um significado ligado à comunidade de língua, ao sistema. No entanto, em cada ato de interação comunicativa esse significado pode ser subvertido, e frequentemente é subvertido”

Evidentemente essa polissemia pode ser mais acentuada em comunidades isoladas, como era o caso da CF Fazenda, cujo contato com o dialeto urbano era raro e o contato com o dialeto estatal era feito precariamente através de poucas escolas.

⁸O artigo se encontra nesse *link* (última visita em 29/09/2016): <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>

Faremos um resumo das principais características dos ecossistemas linguísticos que compõem as duas CF em questão. Analisamos cada um dos três pilares da tríade P-L-T e verificamos suas semelhanças e diferenças. A partir da premissa de que uma CF, em regra geral, é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros, ou seja, uma CF é entendida como tal pelos atos de interação comunicativa entre seus membros, verificamos que embora apresentem características bastante diferentes, ambas podem ser estudadas sob a perspectiva ecolinguística pela natureza holística desse ramo da linguística.

13. O Território

O território é sempre muito importante na delimitação de uma CF e esse território é bastante claro no caso da CF Fazenda. Afinal, é a própria delimitação territorial da fazenda do Zé Artino o território da CF Fazenda, um território contínuo e demarcado. E como já vimos, trata-se de uma CF rural. A CF dos jornaleiros italianos é bastante diferente em diversos sentidos, a começar pela característica urbana, o que permite e facilita o contato mais estreito com outras CF e outras variedades linguísticas. Como os italianos não criaram guetos, não há como delimitar seu território, embora ele exista. Ele é descontínuo, pois a CF existe e se move entre locais de encontro, como as bancas de jornal ou a Casa d'Italia, no caso de Juiz de Fora. Naturalmente, há também o espaço familiar como núcleo de CF compacta, assim como acontecia na CF fazenda.

Embora mais difícil de ser identificado, territórios descontínuos não são tão incomuns em CF. É o caso das CF de surdos e deficientes auditivos. Esses costumam ter CF bastante ativas, espalhadas em diversas partes. Afinal, há surdos em todas as partes, mas não existe uma vila, um bairro, uma cidade ou um país com uma população só de surdos.

Em regra geral uma CF se forma a partir da comunhão. Em seguida, a comunicação e posteriormente a significação. Com base na premissa de que toda palavra ou expressão é polissêmica, as CF transformam significados, criando expressões que têm significação particular para os membros, podendo até não fazer sentido para não membros. Esse fato pode ser abordado sob a perspectiva da terceira onda da sociolinguística, proposta por Eckert (2005; 2012), a partir do momento em que entendamos as CF como comunidades de prática (WENGER, 2006; ECKERT, 2005). Assim, na CF Fazenda temos expressões como *corguinho*, *ispigão*, *manguera*, *pastinho*, todas com significação

bem clara para os membros da CF, e que serviam de orientação espacial para eles. Na CF dos jornaleiros de Juiz de Fora temos as menções à *Casa d'Italia*, e da *banca de cima*, como referências espaciais específicas. A primeira, pela importância, é referência à imigração italiana na cidade e a segunda é referência que só tem sentido completo para os membros da CF, como se nota a partir do seguinte relato: “Ainda lembro... Eu era ‘pequenininim’, então ele [o avô materno] me pegava lá, em casa, e me levava lá pra *banca de cima*. Aquela banca lá é nossa” (filho de pais italianos, 55 anos, Juiz de Fora).

14. A população

Pela própria natureza das CF em estudo, a CF Fazenda tem uma população facilmente identificada, composta por 13 pessoas. Por se tratar de zona rural e com pouco contato com outras áreas, não é difícil constatar quem foram seus membros. Já a CF dos jornaleiros não nos permite identificar a quantidade de membros, muito menos se havia um líder. Tratava-se de várias famílias, vindas da mesma região italiana, com muitos matrimônios entre eles mesmos, e que se ajudavam mutuamente. Como a CF não mais existe, não há mais como identificar ao menos um número aproximado de membros, mas ela existiu e definiu, até desaparecer. Evidentemente a própria natureza da área urbana, onde o contato entre línguas costuma favorecer aquela de maior poder, a falta de um território contínuo, e a língua sem prestígio usada na CF foram fundamentais para sua dissolução. É muito claro o desinteresse na transmissão linguística intergeracional. Os depoimentos a seguir o demonstram:

“Aquela união dos jornaleiros, vamos dizer assim, não tem mais porque já foi muita gente embora, faleceram, né... Os filhos não se importaram, aí acabou”. (Filha de italianos, 60 anos)

“...Essa questão das famílias se comunicarem, (...) do ponto de encontro ser mais a banca de jornal ou a Casa d'Italia. E a Casa d'Italia também virou uma coisa SÓ para os descendentes mais antigos. Pros novos, não tem essa afetividade, esse ponto de encontro. Não se renovou” (Neta de italianos, 31 anos)

E também nos trechos das seguintes entrevistas (E = entrevistador; I = informante)

E: Mas se dirigindo a vocês, às crianças...?

I: Não. (...) Entre eles. Se tivesse meu pai e meu tio, eles falavam em italiano. Meu pai e meu tio, italiano. **O dialeto, né?** Entre eles, irmãos, também, era o dialeto que eles falavam.

E: Tá. Mas com as crianças... eles...

I: Não. Com a gente [falavam] o português. Tanto é que meus primos, eles não sabem assim, falar italiano. Não pegaram em contato com eles [os avós]” (neta de italianos, 31 anos)

E: Você aprendeu italiano?

I: Não, não, não, não, não!

E: Nunca se interessou?

I: Pra falar a verdade, nunca me interessei

E: Mas seus pais, conversavam, né [em italiano]?

I: Meus pais conversavam assim, na língua deles, que era a língua de Paola. (filho de italianos, 55 anos)

15. A Língua

Enquanto que na CF Fazenda a língua era um dialeto rural, havia pouco contato com os dialetos urbano e estatal e estava inserida claramente numa CL portuguesa, a CF dos jornalheiros era o dialeto falado numa pequena província da Calábria, no sul da Itália, estava constantemente pressionada pela língua dominante, o dialeto urbano do português brasileiro e igualmente pelo dialeto estatal, sobretudo pela presença dos filhos na escola. Com relação à CL, estava incluída também numa CL portuguesa, e como se trata de língua estrangeira, funcionava como uma ilha linguística, ou como um enclave. Pela perspectiva da pátria de origem, poderia ser considerado um exclave (COUTO, 2009, p. 165). Devemos sempre lembrar que a língua desse enclave não tinha prestígio nem status de língua nacional, embora fosse, e o seja até hoje, marcador identitário. Os relatos a seguir apontam para a importância dessa língua na CF mesmo quando havia algum membro de região diferente da da maioria, e a pressão sofrida pela língua dominante:

“Eu me lembro principalmente com o [amigo que trouxe o pai dela para o Brasil] que eles começavam a falar em português, ‘*ma*’ terminavam falando em dialeto. Era uma coisa intercalada. Essa lembrança eu tenho muito forte. O [amigo] não era de [cidade do pai], mas ele era do sul [da Itália]”. **(filha de pai italiano, 25 anos)**

“E aí eu me lembro vagamente deles conversando, todos com dialetos sulistas, mas se entendiam. (...) Mas era uma mistura, ora em português, ora em dialeto. Tenho essa lembrança muito marcada.

ECO-REBEL

Como todos eram do sul, eles se entendiam”. **(filha de pai italiano, 25 anos)**

“Meu pai conversava assim, na língua deles, que era a língua de Paola. (...) A gente tem parente em Firenze, e lá fala o italiano. Tanto é que eles [os pais] tinham dificuldade de entender. Tinha coisa que ele balançava a cabeça eee... Não tava entendendo”. **(filho de pais italianos, 55 anos)**

Na tabela a seguir podemos enxergar as características principais da tríade ecossistêmica P-L-T:

	CF Fazenda	CF Jornaleiros Italianos
Território (T)	<ul style="list-style-type: none"> • Território contínuo, área rural; • Casa, curral, paiol, quintal, mangueira, pastinho, pasto de cima, ... 	<ul style="list-style-type: none"> • Território descontínuo, área urbana; • Vizinhança (parentes), bancas de jornal (com sua nomenclatura), Casa d'Italia.
População (P)	<ul style="list-style-type: none"> • Patriarca – Zé Artino, filho do velho Artino; • Família e agregados; • 13 pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Várias famílias; • Impossível determinar um número preciso de membros – muitas uniões entre parentes; • A própria natureza da área urbana impede essa precisão; • Não há um patriarca, um líder.
Língua (L)	<ul style="list-style-type: none"> • Dialeto rural • Pouco contato com dialetos urbano e estatal • Localizada no domínio de CL portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dialeto paolano, predominantemente, pressionado pela língua dominante • Constante contato com dialetos urbano e estatal • Localizada no CL portuguesa

16. Considerações finais

Neste trabalho nos propusemos a analisar, sob a perspectiva ecolinguística, uma CF formada a partir de imigração de italianos no eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora (MG). Tomamos por base o ensaio de Couto (2016) que trata da CF Fazenda do Zé Artino e fizemos algumas comparações de forma a enfatizar os pressupostos da linguística ecossistêmica e demonstrar que a tríade P-L-T, fundamento do ecossistema linguístico, pode ser identificada mesmo em territórios descontínuos. O quadro abaixo dá exemplo de mais diferenças entre as duas CF segundo as diversas classificações e tipologias.

CF Fazenda	CF jornaleiros italianos
Ecosistema cultural rural	Ecosistema cultural urbano

ECO-REBEL

CF simples (monolíngue/monodialetal)	CF complexa (bi-trilíngue/bi-tridialetal)
CF compacta (núcleo familiar) ou difusa (toda a região rural)	CF compacta (famílias vivendo em proximidade) ou difusa (toda a cidade)
CL portuguesa	CL portuguesa, mas um exclave de CL italiana/calabresa
AIC: maior parte na cozinha	AIC: maior parte nas bancas de jornal
Terminologia própria para orientação espacial – significação própria: ispigão, corguinho...	Terminologia própria para orientação espacial – significação própria: banca de cima

Como aponta Couto (2016), “as comunidades de fala estão umbilicalmente ligadas a um espaço e a um tempo bem definidos. Elas podem se fazer e desfazer, ser desmembradas, integrar outras comunidades de fala etc., exatamente como acontece com o ecossistema biológico”.

Referências

- BANG, Jørgen Chr.; DØØR, Jørgen. Ecolinguística: um enquadramento conceitual. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 2, p. 65-81, 2015. <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 10/09/2016).
- BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do Fascio: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, 1998
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007
- _____. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. A comunidade de fala da Fazenda do Zé Artino. <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>, 2016 (acesso: 26/09/2016)
- CROCI, Federico. *A Imigração no Brasil*. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011
- ECKERT, Penelope. Variation, convention and social meaning. Paper Presented at the *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA, Jan. 7, 2005
- ECKERT, Penelope. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 100, p. 41:87, 2012
- FERENZINI, Valéria Leão. Os italianos e a Casa D'Italia de Juiz de Fora. In: *Locus: revista de História da UFJF*. Juiz de Fora, v. 14, n. 2 p. 149-159, 2008
- GAIO, Mario Luis Monachesi. *Imigração italiana em Juiz de Fora: manutenção e perda linguística em perspectiva de representação*. 111f. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013

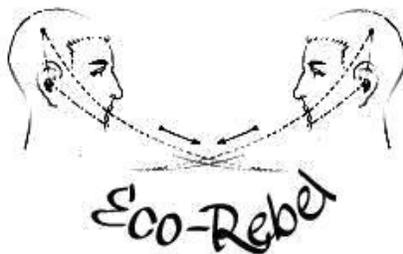
ECO-REBEL

- GOMES, Altair Martins. O Estudo de redes Sociais e sua contribuição para a ecolinguística. *Atas do IIº encontro brasileiro de imaginário e ecolinguística*, 11 a 13/novembro/2015, p. 256-271
- MUFWENE, Salikoko. *Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas*. In: COUTO, Hildo Honório do et al. (orgs.). *O Paradigma Ecológico para as Ciências da Linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; GAIO, Mario Luis Monachesi; CARLOS NETO, Marcionilo Euro. Contato linguístico e imigração no Brasil: fenômenos de manutenção/revitalização, language shift e code-switching. *Veredas*, v. 19, n. 1, p. 71-91, 2015
- TRAMPE, Wilhelm. Sobre o papel da linguagem nos sistemas antropogênicos. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 1, p. 41-59, 2016.
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 20/09/2016).
- TRENTO, Angelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Bardella, 2000.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact: Findings and Problems*. Haia: Mouton Publishers, 1968 [1953].
- WENGER, Etienne. *Comunità di Pratica*. Apprendimento, significato e identità. Milão: Raffaello Cortina Editore. 2006 [1998].

Enviado: 10/11/2016.

Aceito: 10/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



A ECOLOGIA DO CONTATO DE LÍNGUAS E OS EMPRÉSTIMOS LEXICAIS ÁRABES NAS LÍNGUAS NÃO ÁRABES DO SENEGAL

Djiby Mane (UnB)

Resumo: A história medieval da África Ocidental é marcada pelo grande evento que é a sua islamização. O islã penetrou na África negra na Idade Média graças aos comerciantes e marabus itinerantes. Com a chegada do Islã em solo africano, o contato entre o árabe (superestrato) e as línguas de muçulmanos não árabes (substratos) tem produzido uma série de empréstimos linguísticos. Como resultado desse contato entre os diferentes povos com suas respectivas línguas algumas palavras são muitas vezes adotadas por sua utilidade, sua ausência em uma determinada língua, por modismo ou por influência de uma sobre a outra como, por exemplo, a expressão “*as-salamu alaikum*” usada como saudação no Senegal. Há lições que podemos tirar dessa relação entre o árabe, língua supercentral, em torno da qual gravitam outras línguas de muçulmanos não árabes do Senegal (wolof, peul, toucouleur, serer, mandinga, diola, balanta, manjaco, bambara). A análise mostrou que os empréstimos do árabe afetam mais o campo lexical da religiosidade e que esses empréstimos estão tão incorporados no cotidiano dos senegaleses que as pessoas não suspeitam de sua origem estrangeira.

Palavras-chave: Contato de línguas; empréstimo; islã; línguas do Senegal.

Abstract: The medieval history of West Africa is marked by the big event of Islamization. Islam came to the region in the Middle Ages, thanks to itinerant merchants and marabouts. Its arrival entailed contact between the Arab (superstrate) and the languages of non-Arab Muslims (substrates), giving place to several loan-words. Words are often adopted because of their usefulness as well as of their lack in a specific a language as, for example, the expression “*as-salamu alaikum*” used as a greeting form in Senegal. There are lessons we can learn from this relation between the super-central language Arab, around which some languages revolve, from non-Arab Muslims in Senegal, as is the case with Wolof, Fulani, Toucouleur, Serer, Mandingo, Diola, Balanta, Manjaco, and Bambara. The present investigation shows that the Arabic loans affect more the lexical field of religiosity. The loan-words are so embedded in the daily lives of the Senegalese people that they do not suspect their foreign origin.

Key-words: Language contact; borrowing; Islam; languages of Senegal.

1. Introdução

Em um mundo globalizado, marcado pelo contato constante entre as pessoas, não é de se estranhar a presença de palavras de uma língua em outra. Essas palavras são muitas vezes adotadas por sua utilidade como, por exemplo, o aportuguesamento de termos como *barman*, *futebol*, *hot dog etc.*, no Brasil. Mesmo tendo suas equivalências na língua, essas palavras são incorporadas por fatores sócio-históricos, econômicos e políticos, com algumas alterações fonológicas, morfológicas e raramente semânticas.

Em países muçulmanos não árabes, usam-se expressões como ‘Allah’, ‘Incha Allah’, mesmo existindo equivalências nas línguas locais. Essa situação resultou em um “casamento cultural” entre o árabe e as línguas locais com a influência do árabe nas línguas senegalesas, ocorrendo uma adaptação fonética, fonológica e morfológica.

Assim, o objetivo deste estudo é fazer uma descrição linguística de processos da influência do Islã e da língua árabe na paisagem lexical de muçulmanos não árabes no Senegal por meio da análise de alguns empréstimos lexicais árabes. Mesmo não sendo o árabe língua materna da maioria dos senegaleses, eles estão fortemente ligados ao Islã e, conseqüentemente, à língua árabe.

Os dados que compõem o *corpus* deste trabalho foram coletados junto ao corpo diplomático do Senegal em Brasília. A pesquisa foi feita por meio de coleta de dados, contando com a colaboração de todos eles, de um total de quinze pessoas, todas senegalesas das diferentes regiões do país. Essa diversidade regional foi importante para verificar se o uso de palavras árabes no dia a dia dos senegaleses é uma questão regional ou religiosa. Das quinze pessoas, apenas quatro são católicas e, mesmo não recorrendo ou recorrendo pouco a expressões árabes, compreendiam todas as inovações lexicais.

O momento mais importante da coleta foi quando as pessoas começaram a jogar *scrabble*¹. Por meio desse jogo, que consiste em formar palavras em francês, foi possível perceber nos comentários o recurso à língua wolof, e até à francesa, com muitas expressões árabes.

Quanto ao referencial teórico, eu me baseio em Couto (2007, 2016) e Haugen (1972) para as concepções de ecolinguística e contato de línguas, e em Calvet (1987) e Loubier (2011), no que diz respeito a concepções de empréstimo linguístico.

¹ *Scrabble* é um jogo de palavras composto por 2, 3 ou 4 pessoas. Ele consiste em formar palavras que se cruzam em um tabuleiro com letras de diferentes valores.

Este artigo se articula em duas partes, além das considerações gerais e finais. A primeira trata do contexto teórico, apresentando algumas teorias que são de fundamental importância para este estudo. Já a segunda parte refere-se à análise de alguns dados para averiguar a presença de léxico árabe no dia a dia e nas interações de senegaleses muçulmanos.

2. Contexto teórico

Para o referencial teórico, convém apresentar alguns conceitos básicos que são de fundamental importância para este tema. Trata-se de ecolinguística, contato de línguas e empréstimos linguísticos, para mostrar como os muçulmanos senegaleses não árabes incorporam palavras árabes em suas interações cotidianas.

A ecolinguística, tradicionalmente conhecida por ecologia da linguagem, é definida por Einar Haugen como sendo o estudo das interações entre uma dada língua e seu meio ambiente². Quanto ao meio ambiente, é, ao mesmo tempo, o produto e a condição desta atividade e, portanto, é a base da sobrevivência da língua enquanto atividade, constituída pelos próprios atos de interação comunicativa. Estes se dão basicamente por meio da linguagem (COUTO, 2007).

Em ecologia, esse meio ambiente é parte de um ecossistema, que é formado por uma associação ou comunidade de seres (ou biocenose) e seu meio ambiente geológico e atmosférico (ou biótopo). Os elementos que constituem um ecossistema desenvolvem uma rede de interdependências que permitem manter o desenvolvimento da vida. Na ecolinguística, o meio ambiente corresponde a um contexto social, natural e mental, no que diz respeito à interação da língua materna de cada falante bilíngue ou multilíngue com o(s) outro(s) código(s) linguístico(s) presente(s) na sua mente. Temos também ambiente social no que diz respeito à interação da língua com a sociedade na qual funciona como meio de comunicação³.

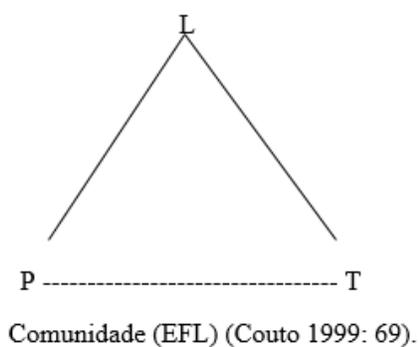
A linguagem não é um fenômeno isolado, mas faz parte de qualquer ser humano e conseqüentemente da sociedade. Ela é o requisito indispensável para o desenvolvimento da pessoa

²Language ecology may be defined as the study of interactions between any given language and its environment (HAUGEN, 1972: 324).

³The true environment of a language is the society that uses it as one of its codes. Language exists only in the minds of its users, and it only functions in relating these users to one another and to nature, i. e. their social and natural environment. Part of its ecology is therefore psychological: *its interaction with other* languages in the minds of bi- and multilingual speakers. Another part of its ecology is sociological: its interaction with the society in which it functions as a medium of communication. The ecology of a language is determined primarily by the people who learn it, use it, and transmit it to others. (HAUGEN, 1972: 327).

ECO-REBEL

e do grupo social a que pertence. Ela é entendida como um meio de comunicação que permite aos seres humanos expressarem seus sentimentos, seus pensamentos, suas emoções. Já a comunidade, segundo Couto (2007, p. 123), é a entidade maior na qual ocorre a comunicação. Para o autor, não há comunidade sem linguagem (L), assim como não há linguagem sem comunidade (C). Ele acrescenta que a comunidade é um ecossistema entendido como um agrupamento de pessoas, população ou povo (P), que tem um meio de comunicação em comum, a linguagem (L), e que convive em um determinado espaço ou território (T). As inter-relações que ocorrem dentro do ecossistema (comunidade) são conhecidas pelo nome de ecossistema fundamental da língua, também chamado de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), como ilustradas na figura 1:



Existe uma íntima relação entre linguagem e sociedade, isto é, assim como não há sociedade sem linguagem, não há linguagem sem sociedade. A sociedade se caracteriza aqui pelo meio ambiente físico (biocenose e biótopo); já a linguagem é o meio social e abstrato de comunicação entre seres humanos. Ela se concretiza através da língua que é um meio social de comunicação.

A sociedade entendida como a população, povo ou grupo de pessoas (P) é o elemento dinâmico da comunidade (C). No caso presente, ela é constituída por todos os muçulmanos do Senegal. Com relação ao território (T), ele trata do ecossistema, do aspecto geográfico senegalês. Já a língua, no caso o árabe, é o meio de comunicação, não somente em mais de vinte países do mundo que a têm como língua oficial, mas como de todos os muçulmanos do mundo que se servem dela como meio de orações e/ou comunicação. Ela se originou na península arábica e se estende atualmente ao mundo todo, devido à difusão da religião muçulmana e o papel mobilizador do alcorão.

O árabe não é somente a língua do povo árabe, mas tornou-se também língua do islão no mundo inteiro (Ásia, África e Europa). Ele é uma língua semítica falada pelos povos árabes, estendendo-se a povos não árabes. Dessa forma, é bom frisar que nem todo árabe é muçulmano, assim como nem todo muçulmano é árabe, ou fala árabe, mas tem a obrigação de ler o alcorão e recitar as

suratas nas rezas diárias, quer por decoreba quer por ensinamentos recebidos pelos pais desde tenra idade.

Por ser parte do islã, a língua árabe se torna uma obrigação religiosa para todos os muçulmanos. A sua aprendizagem, principalmente pelos muçulmanos não árabes, permite que sejam capazes de entender o alcorão, a *Sunnah* (obrigações) e as palavras de *Salat* (rezas).

3. Ecologia de contato de línguas

A ecologia das línguas, vertente defendida por Calvet, diz respeito “às migrações de populações, provocando contato de povos e respectivas línguas mutuamente ininteligíveis” (COUTO, 2007, p. 281). Para Calvet (1999, p. 17), a abordagem ecolinguística consiste em estudar as relações entre as línguas e seu meio ambiente, isto é, primeiramente as relações entre as línguas em si e depois entre essas línguas e a sociedade. Assim, a ecologia do contato de línguas no contexto senegalês procura entender as relações das línguas senegalesas e seu contato com o árabe e depois o resultado desse contato na sociedade. Em outros termos, procura mostrar o resultado desse contato de línguas no Senegal.

Cunhada por Uriel Weinreich em 1953 no livro *Languages in contact*, a expressão contato de línguas implica o encontro de, pelo menos, dois povos diferentes com suas respectivas línguas em um determinado território, envolvidos em uma situação de interação. Por ser um dos principais objetos de estudo da sociolinguística, o contato de línguas é um fenômeno que se reflete nos comportamentos linguísticos de pessoas por meio de interferências linguísticas, empréstimos e surgimento de novas línguas, como os crioulos.

O contato entre línguas, ou melhor, entre povos, é um fenômeno comum no sentido de que faz parte da história linguística e social da maioria das comunidades linguísticas do mundo, visto que a delimitação política das fronteiras nacionais frequentemente não coincide com a de fronteiras linguísticas (exemplo da Gâmbia, que é um país localizado dentro do Senegal). Além de fatores fronteiriços, a emigração, a colonização ou ocupação de outros países (ou ainda o simples fato de se aprenderem línguas estrangeiras), e até casamentos, conduzem a uma inevitável coabitação linguística.

Na verdade, o que entra em contato diretamente entre si não são línguas (L), mas os povos (P) que as falam ou, mais frequentemente, membros representantes desses povos. Portanto, quando se fala

ECO-REBEL

de contato de línguas, o que se tem é PL₁ (povo e língua 1) que entra em contato com PL₂ (povo e língua 2) em um determinado território (T).

De acordo com Couto (1999), o contato pode ser o mesmo, mas os resultados são sempre diferentes como, por exemplo, o surgimento de novas línguas, mescla linguística e morte de línguas. Um caso que merece especial atenção, por muitas razões, entre as quais a do impacto que o seu estudo teve e tem no desenvolvimento da investigação em linguística, é a da criação de novas línguas. Essas novas línguas – pidgins e crioulos – têm, de fato, sido objeto de estudo com a criação de um novo ramo da linguística, a crioulistica.

O contato do islã com a África negra deu-se na Idade Média por meio de comerciantes e marabus itinerantes que tinham como missão a divulgação e a expansão dessa religião. O islã é uma religião missionária, como pregava o profeta Maomé que, após receber a mensagem do anjo Gabriel, encarregou-se de divulgar essa religião. Essa visão missionária é mantida até hoje por meio do *da'wa* (exortação, incitação, convite), em que muitos muçulmanos deixam suas casas passando semanas e até meses fora para divulgar a fé islâmica. Assim, todos os muçulmanos têm o dever de propagar a verdade e converter os infiéis, como ressaltam os versículos abaixo:

Chame os homens pelo caminho do teu Senhor através da sabedoria e de uma bela exortação; discuta com eles da melhor maneira (ALCORÃO, S.16. V.126).

Diga àqueles aos quais o Livro tenha sido oferecido e aos infiéis: “Estais vós submetidos a Deus?” Caso eles estejam submetidos a Deus, eles estão bem dirigidos; caso eles se desviem, tu estás somente encarregado de transmitir a mensagem profética (ALCORÃO, S.3. V.19).

A presença do islã em algumas partes da África negra, especificamente na zona Sudano-saeliana é antiga. Pelo menos, desde o século XI com o movimento almorávida, o islã ganhou cada vez mais adeptos ao sul do Saara. Durante todo o período que se estende do século XI ao século XVII, através do comércio, os diolas do Império do Mali, pela sua mobilidade e sua organização em redes em toda a África Ocidental, foram grandes propagadores do islã (EL FASI e HRBEK, 2010, p.70). Esse contato da África com o islã levou os muçulmanos da região a incorporar termos árabes como empréstimos em suas interações cotidianas.

O Senegal, assim como a maioria dos países africanos, é caracterizado pela sua diversidade cultural, resultado da presença de vários grupos étnicos em seu solo. A cada grupo étnico

corresponde uma língua, o que caracteriza o multilinguismo do país. Todas as línguas têm *status* diferente, que vai de língua oficial, no caso, o francês, a línguas nacionais, como o wolof, diola, mandinga, serer, fula. Dessas línguas, o wolof constitui a língua franca do país, falada em quase todo o território nacional. Além dessas línguas, vale ressaltar a importante presença do árabe, língua da religião islâmica com quase 90% de adeptos.

Naturalmente, quando línguas coexistem em um território, elas se influenciam mutuamente, o que produz interferências em muitos níveis. Entretanto, neste estudo daremos importância à influência do léxico árabe nas línguas locais do Senegal. Essa influência se deve à expansão do islã ao sul do Saara, adquirindo muitos adeptos na região.

Os casos que se enquadram no contato de línguas são múltiplos. De fato, são produções linguísticas híbridas, que podem ser consideradas tanto no nível coletivo quanto no individual.

4. Empréstimo linguístico

Com o constante contato de povos diferentes com suas respectivas línguas, parece difícil ou impossível comunicar-se sem recorrer a outras línguas por meio de empréstimo de palavras. Assim, encontramos no português, por exemplo, palavras inglesas (*self-service*, *show*, *impeachment*), francesas (*abajur*, *menu*, *ateliê*) e até árabes (almofada, alface, xerife). À expressão “empréstimo linguístico”, Calvet (1987, p.235) prefere “palavras-viajantes”, pelo fato de etimologicamente ela ser aplicada ao dinheiro, visto que todo ato de emprestar implica o devolver. Todavia, as palavras emprestadas nunca são devolvidas. E para piorar, sofrem mudanças de acordo com as línguas. **Mesmo assim, as** “palavras viajantes” nunca deixam apagar seus traços de origem, que são marcas de identidade.

Segundo Loubier (2011, p. 5), as causas do empréstimo estão intimamente ligadas a fatores sócio-históricos, políticos e econômicos. No caso da inovação lexical no contexto senegalês, ela se deve a fatores históricos pelo fato de os árabes muçulmanos, em sua missão expansionista, divulgarem a religião muçulmana na invasão da costa ocidental da África. Para essa autora, o mercado anglófono de bens, serviços e capitais domina atualmente a economia, favorecendo assim o uso generalizado de palavras do inglês, língua hipercentral que se impõe mundialmente. Quanto ao árabe, uma língua supercentral, ele se impõe na África ocidental pela influência do islã.

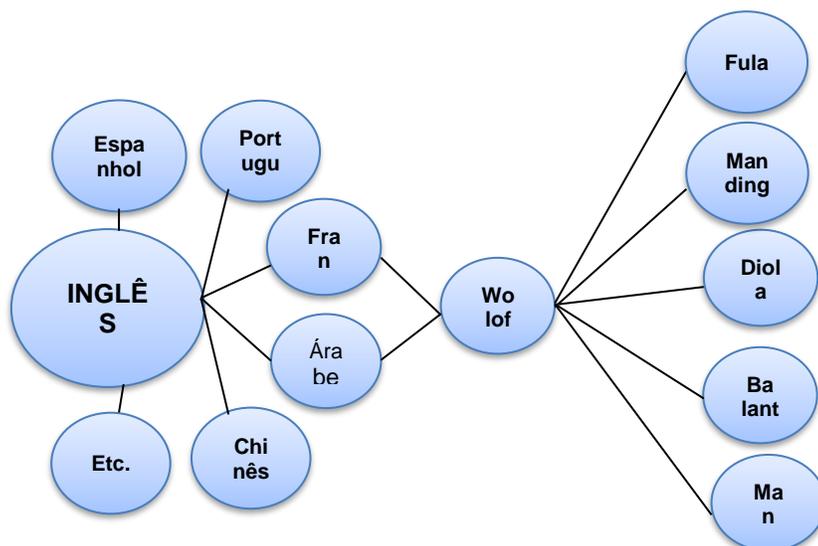
Essa supremacia do inglês sobre as outras línguas, principalmente as supercentrais, manifesta-se pelo uso de nomes híbridos, tais como (*Spanglish* ou *espanenglish*, para o espanhol; *japlish*, para

ECO-REBEL

o japonês; *denglish*, para o alemão; *franglish* ou *Français*, para o francês; e *chinglish* para o chinês (LOUBIER, 2011, p. 6).

De acordo com Loubier (2011, p. 7), as línguas são sistemas de signos intercambiáveis, visto que as palavras são rótulos de designação substituíveis uns pelos outros, sem consequências socioculturais. Assim como o inglês, que é uma língua emprestadora, o árabe fornece muitas expressões religiosas às línguas de muçulmanos não árabes, devido ao islã, que é uma das religiões de mais representatividade no mundo, em especial no Senegal. Por exemplo, não é indiferente o uso de *Allah* (em vez da palavra portuguesa ‘Deus’), *incha Allah* (em vez de ‘se Deus quiser’).

As situações desiguais de coexistência linguística permitem verificar a aplicação de um princípio sociolinguístico fundamental em planificação linguística. É sempre a língua cujo *status* socioeconômico é mais fraco que toma emprestado da língua que goza de grande prestígio socioeconômico. Não é apenas o português, que é fortemente influenciado pelo inglês em sua evolução, mas um grande número de línguas, incluindo o francês, árabe, alemão, japonês, chamadas línguas supercentrais, que sofrem também a influência do inglês. Por sua vez, essas línguas supercentrais constituem fonte de empréstimo para as línguas centrais (wolof) e periféricas (diola, mandinga, balanta, manjaco). Essa relação entre as línguas é representada no Modelo Gravitacional abaixo, proposto por Calvet (*apud* COUTO et al. 2016, p. 362):



Do ponto de vista linguístico, o dinamismo sociolinguístico mundial leva inevitavelmente a uma troca desequilibrada entre sistemas linguísticos. O inglês, por ser uma língua hipercentral em relação às demais, como, por exemplo, espanhol, francês e árabe, é fonte de empréstimo para

muitas línguas do mundo. Ao redor do inglês, gravitam línguas supercentrais (espanhol, português, francês, árabe, chinês), ao redor das quais gravitam outras línguas centrais, no caso o wolof (língua veicular no Senegal), que, por sua vez, são pivô das línguas periféricas (fula, mandinga, diola, balanta, manjaca) (COUTO et al., 2016, p. 361). No que diz respeito ao empréstimo linguístico, a língua hipercentral é sempre fonte de empréstimo para as supercentrais, centrais e periféricas. Por sua vez, as supercentrais são fontes de empréstimo para as centrais e até as periféricas.

5. Empréstimos lexicais árabes nas línguas do Senegal

Vimos que, como resultado do contato de línguas na costa ocidental africana, em especial no Senegal, surgiram inovações lexicais já incorporadas nas línguas locais. Assim, a palavra ‘Alhamdulillah’ que, literalmente, significa “Louvado seja Allah”, foi ouvida repetidas vezes pelas pessoas, principalmente depois do almoço, levando ao entendimento de “obrigado Allah”, para agradecer pela comida. Ela é geralmente usada também após um expediente de trabalho. Além disso, todo arrote, depois de comer, é acompanhado de ‘Alhamdulillah’, para manifestar o sinal de barriga cheia.

Na chegada, assim como na saída, depois da festa, as pessoas proferem a expressão ‘as-salam alaykum’, com suas variações ‘as-salamu alekum’ e ‘salamalekum’ que significa literalmente “Que a paz esteja convosco”. ‘Salama’ ou ‘salam’ é raiz da expressão ‘as-salam alaykum’ e significa ‘paz’. Pode também significar ‘submeter-se’, pois o caminho para alcançar a paz é através da submissão a Allah. Como resposta a essa saudação, as pessoas respondem ‘wa alaykum as-salām’, ‘wa laykum salām’ ou ‘malekum salam’ que significa ‘e sobre vós, a paz’.

‘Bismillah ar-Rahmân ar-Rahîm’ significa ‘em nome de Deus, o ‘Clemente’, o ‘Misericordioso’, que são dois dos nomes de Deus mencionados no alcorão. Essa expressão é sempre proferida antes de iniciar qualquer atividade, como comer, beber, ligar o carro, ter relações sexuais, deitar-se etc. É também proferida para expressar as boas intenções. Dizer sempre ‘Bismillah ar-Rahmân ar-Rahîm’ antes de fazer qualquer coisa é uma forma de estar sempre se recordando de Allah, pois são ações aceitas por Allah (SWT⁴).

‘Bismillah’ é uma fórmula de acolhimento e convite. Por exemplo, quando alguém bate na porta de casa, fala-se ‘bismi illah’, que significa pode entrar, fique à vontade. No jogo de *scrabble*, essa

⁴ Sempre que se profere a palavra ‘Deus’, é recomendado acrescentar “Subhana Wa Talla”, que significa ‘Louvado Seja’.

ECO-REBEL

palavra foi preferida várias vezes para chamar atenção daquele jogador que demorava para formar uma palavra. Nesse caso, ‘bismi illah’ tem sentido de ‘vamos lá’.

A palavra árabe ‘Zakaat’ é encontrada nas formas de ‘asakal’ em fula, ‘saada’ em mandinga e ‘azka’ ou ‘sadaka’; em wolof significa “esmola”, “caridade”. Como um dos cinco pilares do islã, ‘zakaat’ é o imposto que é pago pelos muçulmanos. O dinheiro é pago diretamente para os pobres e não pode ser utilizado para mesquitas, escolas ou qualquer outro fim que não seja alimentar os necessitados.

A religião é baseada em dar e gastar e não devemos ser avarentos e mesquinhos, pois estas são características repreensíveis, cuja presença estraga a alma e escurece o coração. Uma pessoa generosa é aquela que sempre compartilha com os outros o que tem, e pensa nas outras pessoas como pensa em si mesma. Assim, quem dá ‘Zakaat’ terá sua retribuição junto a Allah, como ressaltam os versículos abaixo:

Os que despendem suas riquezas, quer de noite quer de dia, secreta e manifestamente, terão seu prêmio junto de seu Senhor, e nada haverá que temer por eles, e eles não se entristecerão (ALCORÃO, V.2: S.274).

Dai vossas esmolas aos pobres, que impedidos pelo combate, no caminho de Allah, não podem percorrer a terra para ganhar seu sustento. O ignorante supõe-nos ricos, por suas maneiras recatadas. Tu os reconheces por seu semblante; não pedem esmolas aos outros insistentemente. E o que quer que despendais de bom, por certo, Allah é, disso, Onisciente (ALCORÃO, V.2: S.271).

O ‘Zakaat’ é uma obrigação para todo muçulmano sempre ajudar ao próximo. Entretanto não se deve gastar toda a riqueza ajudando aos outros, pois Allah (SWT) abençoa a riqueza. O Islã ensina sempre a ter atitudes nobres e dar bons exemplos, pois tudo que for gasto, voltará multiplicado e Allah aumentará tudo que ele der neste mundo e no outro.

Para se purificar e aproximar-se de Allah, deve-se gastar as riquezas com obras de caridade para diferenciar de ações como Zakat, caridade, doação, ou outra obra. É uma expressão muito comum quando se facilita a vida de alguém diante de uma situação ou quando se ajuda alguém.

A palavra árabe ‘Cheikh’ significa ancião, velho, mestre, sábio, líder religioso. É, entre os muçulmanos, um homem respeitado por causa de sua idade e especialmente o seu conhecimento científico e/ou religioso, ou seja, o conhecimento do alcorão e da sunnah. É uma qualificação respeitável, no espiritual e no temporal na vida mística ou monástica, bem como na vida social,

ECO-REBEL

além de ser um título que os árabes dão a um grande prêmio de preciosas virtudes.

Em wolof, o título de ‘Serigne’ equivale a ‘Cheikh’, isto é, guia espiritual e/ou professor corânico. Ele é usado principalmente por professores corânicos e também líderes religiosos das irmandades Tidjaniyya Mouride etc. Em homenagem a um chefe religioso, muitas pessoas têm o ‘Cheikh’ ou ‘Serigne’ no nome.

Por ser um líder religioso e uma pessoa respeitada, Bugul (1999, p. 9) afirma que um Serigne tem que ter seu ‘daar’ (casa, cidade, lugar), como, por exemplo, ‘Darou Salam’ (Casa de Paz), ‘Darou Rahmane’ (Casa da Clemência), ‘Darou Xudos’ (Casa do Acontecimento) e ‘Darou Miname’ (Casa de Descanso). A palavra ‘daar’, com sentido de casa, deu origem em wolof a ‘daara’, que significa escola corânica. Para Bugul (1999, p. 9), um sérigne tem que ter sua ‘daara’ (escola). A ‘daara’ ou escola corânica/islâmica é um estabelecimento de ensino muito diferente da escola normal. O seu principal objetivo é ensinar o alcorão para incentivar o desenvolvimento espiritual das crianças.

Para caracterizar a relação mestre-aprendiz, usam-se as palavras ‘taalibé’ e ‘ustaas’. Quanto à palavra árabe ‘Taalib’ ou ‘Taaleb’, pronunciada em wolof como ‘talibé’, significa ‘aluno, candidato, pedinte, discípulo, aquele que estuda para obter uma qualificação’. É um empréstimo que é encontrado apenas em wolof como ‘taalibé’ e que significa “estudante” em uma escola corânica. Já ‘ustaaz’ significa um erudito ou um sábio/estudioso em qualquer disciplina, mas nas sociedades muçulmanas essa palavra é reservada ao professor de árabe ou teologia muçulmana. Em outras palavras, “ustaaz” é um graduado em ciências corânicas e religiosas.

No que diz respeito às expressões “Insha Allah” e ‘Maacha‘Allāh’, elas caracterizam respectivamente os tempos futuro e passado. “Insha Allah”, que significa ‘Pela vontade de Deus’ ou ‘Se Deus quiser’ é utilizado toda vez que uma pessoa se refere ao futuro. Por exemplo, Marcelo pergunta a Luciano quando viaja. Luciano responde, ‘no final do ano, ‘insha Allah’. Já ‘Maacha‘Allāh’ significa ‘é a vontade de Deus’ e é usada quando são apresentadas as condolências a alguém que perdeu um parente, com sentido de ‘é a vontade de Deus, Ele dá a vida e dá a morte’. A palavra “al-juma” significa etimologicamente ‘grupo reunido’. Substantivo derivado de jama^{ca} – reunir. ‘Al’juma’ é o dia em que todos os muçulmanos se reúnem para rezar. Assim, foi denominado o sexto dia da semana (sexta-feira), em virtude da reunião dos homens para a oração do meio-dia. O alcorão sagrado ordena os crentes a se lançarem à oração da sexta-feira, tão logo ouçam seu chamado, deixando de lado os negócios e outras ocupações, além da censura à atitude

ECO-REBEL

dos que se retiram, durante o sermão desse dia, e voltam a seus entretenimentos.

Assim como ‘al-juma’, os demais dias da semana do árabe são praticamente os mesmos na sociedade senegalesa, como mostra a tabela abaixo:

Nº	PORTUGUÊS	ÁRABE	FULA	WOLOF	MANDINGA
1	Segunda-feira	Al i'tnayni	Altiné	Altine	Teening
2	Terça-feira	At tulaataa	Talaata	Talaata	Talata
3	Quarta-feira	Al arbi ^a à'	Alarba	Alarba	Araba
4	Quinta-feira	Al khamis	Alkhamisse	AL ames	Alamsa
5	Sexta-feira	Al jumu ^a a	Al juma	Arjuma	Juma/jumo
6	Sábado	As sabt	Asette	Aseer	Sibiri
7	Domingo	Al 'ahad	Alette	Dibéer	Kari

Como podemos ver, esses empréstimos mantêm a semântica das palavras, sofrendo algumas alterações fonéticas e morfológicas devido às influências das línguas locais. A maioria das línguas parece ter outra fonte de empréstimo para sábado e domingo, que são morfológicamente distantes da origem árabe. As pessoas que não tiveram acesso à escola francesa recorrem mais a esses empréstimos árabes ou usam os dias da semana da língua francesa com algumas adaptações fonéticas e morfológicas.

Na expressão ‘Allahu Akbar’, a palavra ‘Allah’ é encontrada nas formas de ‘ala’ (fula), ‘yalla’ (wolof) e ‘alaa’ (mandinga) com o mesmo significado. Muitas vezes traduzida como ‘Deus é maior’ ou ‘Deus é grande’, “Allahu Akbar” é proferida no início de cada oração para significar a concentração do fiel apenas em Deus. Allah é maior, pois nos deu a graça da religião (islã), Allah é maior e nos abençoou com toda sua benção, Allah é maior, pois tudo pertence a Allah (SWT). Infelizmente ouvimos essa expressão ser proferida até em atos terroristas, ou seja, ela é usada para o bem e para o mal.

A palavra ‘Baraka’, com sentido de benção, encontrada em wolof (baraca), fula (baraca) e mandinga (barco), refere-se a recompensas para benfeitorias das pessoas. É geralmente usada pelos mais velhos para se referir aos mais jovens no intuito de educá-los, como ressalta o trecho abaixo retirado de Bugul (1999, p.57):

Non se intrometa no que não te compete.
Que seus olhos não vejam nada.
Que seus ouvidos não ouçam nada.

ECO-REBEL

Que sua boca não diga nada.
Que seu pé seja curto.
Que sua mão seja curta.
Seja surdo, mudo e cego.
Lembre-se, submeta-se à Sua vontade.
É assim que você terá a ‘Baraka’, será seu caminho reto para o paraíso.

Dessa forma, todo mundo deve tomar cuidado com o que ouve, fala e vê. Fofocar ou falar mal dos outros é um ‘hakh’ (pecado), pronunciado em wolof ‘hakh’ e mandinga ‘hako’, portanto, é tão abominável quanto comer a carne podre de seu próprio irmão morto.

No tocante à palavra ‘Dunya’, encontrada nas formas ‘dunia’ (fula), ‘aduna’ (wolof) e ‘duunia’ (mandinga), significa a vida deste mundo (terrena) e tudo que há nela, em oposição à ‘âkhira’, a derradeira vida, isto é, a vida após a morte. Os muçulmanos são encorajados a pensar além do “dunya” e lembram-se de que a vida é apenas um teste para determinar a sua posição na próxima vida, vida após a morte, o lar permanente.

Na vida, ouvimos duas coisas antagônicas, o permitido (halal) e o proibido (harâm. Por exemplo, é ‘halal’, a relação sexual dentro das leis islâmicas (no casamento) e ‘harâm’, fora do casamento. Da mesma forma, comer carne de carneiro morto com a invocação de Allah é ‘halal’, ao passo que comer carne suína ou qualquer alimento adquirido de forma ilícita, enganosa ou roubada, é ‘harâm. Para a expressão ‘Subhan Allâh’ ou ‘Subanallâh’ com o sentido de ‘Glória a Deus’, ela é usada em uma variedade de situações para indicar surpresa ou admiração em ambas as situações, muito boas e muito ruins. Por exemplo, recomenda-se falar ‘Subhan Allâh’ depois de um trovão ou depois de alguém proferir um palavrão.

Já ‘Al-Imaam’, encontrado em fula como ‘Almaame’, em wolof como ‘Elimaan’ e em mandinga como ‘Aalmamo, significa literalmente aquele que fica na frente. Nas mesquitas, significa a pessoa que dirige a reza. Para os xiitas, é o sucessor de Maomé, o guia espiritual da comunidade. No Senegal, muitas pessoas são chamadas ‘Almamy’, ‘Elimane’ em homenagem a uma pessoa que desempenha o papel de ‘Al’Imaam.

Essas palavras árabes, que abundam nas línguas dos muçulmanos senegaleses, atestam seu pertencimento à religião muçulmana. Em outras palavras, ao usar o léxico da língua árabe, o falante mostra sua identificação com o islã. A minoria católica e demais religiões monirritárias recorrem muito pouco a essas palavras e expressões, pelo fato de não fazer parte de seu repertório lexical na prática religiosa.

6. Considerações finais

Através do contato de línguas, povos diferentes coexistem com suas respectivas línguas por meio das quais os falantes se identificam para expressar, às vezes consciente, às vezes inconscientemente, não só significados idênticos, mas também sua própria identidade, a natureza dos laços sociais, o tipo de interação. Os contatos de línguas sempre foram um motor para a evolução das línguas. Um dos seus principais resultados é o empréstimo linguístico. Este é um fato coletivo e ocorre em toda a comunidade linguística. Ele é uma das principais estratégias de resistências das línguas dominadas, ou seja, uma forma de as línguas periféricas resistir às línguas centrais, às supercentrais, às supercentrais e à hipercentral, no caso, o inglês.

A maioria das pessoas vive em um ambiente bilíngue ou multilíngue e deve adaptar o seu comportamento linguístico a essa situação, recorrendo ao léxico de outras línguas, o árabe, no caso. A abordagem ecológica examina o processo de transformação, sustentabilidade ou adaptação das línguas e como elas variam. A língua é um instrumento de adaptação, mas é também um instrumento adaptável, isto é, ela se adapta ambientalmente. Cada indivíduo está constantemente, em toda a sua vida, se fazendo a seguinte pergunta: qual língua é útil para me adaptar? Isso mostra como o indivíduo se identifica com a língua. A própria comunicação entre um emissor e um receptor é uma adaptação (COUTO, 2007).

A situação de inovações lexicais nas línguas de muçulmanos não árabes, sob a influência do islã, é ainda mais complexa do que se imagina. Muitas línguas se espalharam pelo mundo inteiro e entraram em contato com o universo árabe em vários pontos da expansão do islã. Esse fenômeno se intensifica com o crescente fluxo de arabização que se desenvolve na maioria dos países muçulmanos não árabes, sob a pressão de ler e entender o alcorão. Como resultado do contato de línguas, devido à expansão do islã na África subsaariana, o Senegal vive uma invasão de palavras árabes nas interações dos falantes, sejam eles jovens, idosos, escolarizados ou não, urbanos ou rurais. Esses elementos lexicais do árabe são frequentemente utilizados pelos falantes das línguas locais em suas interações cotidianas. Por isso, eles são parte do fundo lexical dessas línguas senegalesas.

O Senegal é um país multilíngue onde dominam duas línguas: francês, língua oficial (supercentral) e wolof, língua franca (central) falada em todo território nacional. Essas duas línguas, assim como as demais línguas locais consideradas periféricas, coexistem em todo o território nacional. Elas sofrem invasões do léxico árabe, o que resulta no fenômeno de empréstimos.

Os empréstimos mais frequentes nas interações de senegaleses se concentram geralmente na

ECO-REBEL

religião, nas regras, nos ritos. Às vezes, o termo emprestado do árabe sofre transformações profundas na forma, mantendo seu sentido etimológico. Geralmente, as palavras mais usuais nas rezas, tais como “Allahu Akbar”, ‘Bismillah ar-Rahmân ar-Rahîm’, sofrem menos variações.

Acredita-se que a razão para essa diferença no comportamento das inovações lexicais emprestadas do árabe provavelmente resida no fato de que os termos estão constantemente presentes em documentos escritos, nas práticas religiosas diárias e constantemente submetidos à melodia dos aprendizes. Elas são corrigidas continuamente em suas diferenças fonéticas e semânticas.

Esse fenômeno de influência da língua árabe, que deu origem a inovações lexicais, levou, em muitos casos, a esquecer vocábulos equivalentes em línguas senegalesas. A adoção de palavras árabes é tão antiga que, em alguns casos, o leigo não é capaz de suspeitar de sua origem estrangeira, como é o caso dos dias da semana e das palavras ‘daara’ (escola corânica), ‘taalibé’ (aluno) e ‘ustaas’ (professor).

Referências

ALCORÃO. Traduzido por Dr. Helni NASR. Professor de Estudos Árabes e Islâmicos na Universidade de São Paulo, Brasil.

BUGUL, Ken. *Riwan ou le chemin de sable*. Présence Africaine. Paris, Dakar, 1999.

CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1987.

_____. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*. Brasília: UnB. 1999.
<http://www.ecoling.unb.br/publicacoes/livros> (acesso: 01/09/2016).

_____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____ et al. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. *História geral da África III: África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010.

HAUGEN, Einar. *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

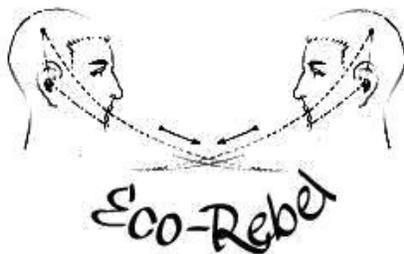
ECO-REBEL

LOUBIER, Christiane. *De l'usage de l'emprunt linguistique*. Québec: Office Québécois de la Langue Française, 2011.

Enviado: 05/10/2016.

Aceito: 07/01/2017.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



CONFIGURAÇÕES DE CICLOS DE VIDA NA LITERATURA PARA CRIANÇAS. UMA ANÁLISE ECOLINGUÍSTICA

Rui Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

Resumo: O presente estudo analisa um grupo de obras literárias ilustradas para crianças. Todas encerrarem o potencial de promover a ecoliteracia dos jovens leitores, e são construídas em torno da temática do ciclo da vida. Trata-se de obras nas quais as vertentes estética, lúdica e ética / formativa da literatura para a infância se articulam harmoniosamente. Constituem manifestações socialmente relevantes de um discurso ecológico que se faz presente nas sociedades ocidentais contemporâneas. O quadro teórico em que o presente estudo se inscreve é o dos estudos do discurso, reconhecendo especial relevo à construção dos objetos de discurso.

Palavras-chave: Ecoliteracia, literatura para a infância, livro-álbum, linguística

Abstract: This study analysis a group of picturebooks aimed at children. These picture books have the potential to promote the young readers' ecoliteracy, and they all deal with the theme of life cycle. In these books, the aesthetic, the playful and the ethical / educational aspects of children's literature articulate with each other harmoniously. They are socially relevant manifestations of an ecological discourse that is present in contemporary western societies. The selected theoretical framework is that of discourse studies, and the research attributes special attention to the construction of the speech objects.

Keywords: Ecoliteracy, children's literature, album, linguistics.

1. Introdução

O presente estudo seleciona para análise um restrito grupo de obras literárias ilustradas contemporâneas que elegem as crianças como destinatários preferenciais, o que permite a sua inclusão no subsistema da literatura para a infância. O que as une é a circunstância de todas encerrarem o potencial de promover a ecoliteracia dos jovens leitores, e de serem construídas em torno da temática do ciclo da vida, ou de ciclos de ação-reação, em geral. Estas obras são designadas “livros ilustrados” no Brasil, mas várias delas cabem na categoria do que em Portugal se designa como “livros-álbum”¹, pois resultam da interação e da interdependência entre texto verbal e texto visual (ilustração).

Trata-se de obras nas quais as vertentes estética, lúdica e ética/formativa da literatura para a infância se articulam harmoniosamente² (LUCH, 2003; RAMOS, A. M. 2012). Constituem exemplares socialmente relevantes de um discurso ecológico que se faz presente nas sociedades ocidentais contemporâneas.

2. Quadro teórico

2.1. Uma perspectiva discursiva

O quadro teórico em que o presente estudo se inscreve é assumidamente o do estudo do *discurso*, no sentido em que Fonseca (1994) ou Moeschler & Reboul (1994) empregam este conceito.

Esta afirmação inicial instaura um conjunto de expectativas e limitações, que são aquelas que se reconhecem no paradigma da Linguística do Uso / Funcionamento do Sistema (FONSECA, 1994): uma abordagem que assume como referência central a competência comunicativa de falantes reais, contextualmente situados; que privilegia a análise da materialidade linguística, isto é, dos signos e das suas combinatórias, do sintagma ao texto; que recusa o princípio da imanência e reconhece o influxo da enunciação não só nas condicionantes exteriores ao uso linguístico, mas também no desenho do próprio sistema interno da língua; que reconhece o significado de natureza acional e se ocupa, para além do significado, com o sentido dos enunciados projetado em discurso; e que,

¹ Aquilo a que em Portugal, diferentemente do que se passa no Brasil, é chamado “livro-álbum” ou somente “álbum” define-se como publicações nas quais as ilustrações desempenham um papel estruturante na arquitetura do livro e na comunicação da mensagem. Nestes casos, a ilustração não é um complemento do texto, mas integra o sistema comunicativo do livro. O texto, sempre mais reduzido, até pode estar completamente ausente. Difere do “livro ilustrado” por este ser organizado de forma a ter um texto que pode funcionar autonomamente e ilustrações que se limitam a complementar esse texto. Cf.: Sipe (1998); Bellorín (2005); Linden (2007); Zaparaín; González (2010).

² Os autores publicaram já um conjunto de artigos analisando outros livros-álbum, na mesma linha de abordagem – ver Ramos; Ramos (2011, 2012, 2013), (Ramos; Ramos, 2013, 2014a, 2014b, 2015).

ECO-REBEL

considerando a linguagem em contexto, se abre à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade para buscar a completa descrição dos fenómenos comunicativos.

Fácil será de reconhecer nesta breve descrição a inspiração da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, aqui adotada nas suas formulações recentes.

Mas poderá apontar-se igualmente que se trata de uma abordagem *ecológica* dos fenómenos comunicativos, que partilha também com a Análise do Discurso Ecológica (ADE) (COUTO, COUTO, 2015) alguns dos seus pressupostos de base, dos seus procedimentos metodológicos e dos seus objetivos. Ainda assim, a presente análise distancia-se de outros dos pressupostos de base da ADE.

2.1.1. Por um lado, distancia-se da ADE pelo que naquela existe de atitude empenhada ou engajada. Ainda que haja um alargado número de linguistas que agregam ao seu papel de investigadores o de ativistas (em torno de causas diversas), e de haver mesmo áreas de saber que se assumem como *críticas* (veja-se a Análise Crítica do Discurso, por exemplo), o ponto de vista aqui assumido é o do observador e analista tão isento e distanciado quanto possível – assumindo, naturalmente, que o analista é também um ser no mundo e que, portanto, objetividade absoluta não existe. Ainda assim, os métodos e os objetivos permitem alguma dose de imparcialidade.

O presente estudo recusa, então, a defesa de qualquer ideologia específica. Os autores acima referenciados fazem notar que a Análise do Discurso, sobretudo na sua origem, era marcadamente marxista e antropocêntrica e, reconhecendo que “não é possível evitar as ideologias” (COUTO, COUTO, BORGES, 2015, p. 134), preferem abraçar uma “**ideologia da vida**, ou **ideologia ecológica**, (...) ou seja, aquela que defende intransigentemente a vida e luta contra o sofrimento” (idem: *ibidem*). Nesta formulação tão abrangente, será difícil não concordar com tal ideologia, de facto; mas as convicções pessoais do investigador devem subalternizar-se, neste estudo, à reflexão sobre a materialidade linguística e à sua descrição fundamentada.

2.1.2. Desta forma, assume-se que o objetivo desta análise é a promoção da consciência linguística, tratando-se, portanto, de um estudo eminentemente descritivo, na esteira do que Alwin Fill, uma das referências da Ecolinguística, publicou em 2002: “most linguists would agree that making people aware of the anthropocentrism of language is important, they would not, however, want to impose any kind of censorship on language users. *Ecological language awareness* is the aim, not

“ecocorrectness”!» (FILL, 2002, p. 22).

Ora, a ADE, tal como Couto; Couto; Borges (2015) a descrevem, confessa uma clara pretensão normativa ou prescritiva, em larga medida inspirada pela Ecologia Profunda (NAESS, 1973, 1989). Os autores reconhecem que o termo *prescritivo* pode ser demasiado forte e reformulam a expressão, optando por “recomendação” (2015: 130), e adotam um posicionamento genérico de defesa da vida, de procura do equilíbrio, de atitude positiva. Nisto distanciam a ADE da Análise do Discurso (AD), que consideram ter objetivos exclusivamente descritivos, e da Análise Crítica do Discurso, que classificam como conflitual e em permanente busca do lado negativo de cada estado de coisas.

2.1.3. Um outro aspeto que distancia o presente estudo da ADE é o foco no objeto, como foi acima indicado. Neste caso, assume-se a centralidade da materialidade linguística, dos signos organizados em discurso. Não se exclui, contudo, (e aqui há uma aproximação aos pressupostos da ADE) a consideração dos restantes elementos que, com o discurso verbal, geram o sentido global da mensagem, ou o seu suporte, ou as condições de produção e as de leitura (já que estas estão previstas nas de produção). Nem se compartimenta o saber, antes se procura articular o que os estudos sobre a língua e os discursos e os estudos sobre a literatura podem contribuir para uma mais completa descrição do objeto, na sua organização interna e no seu funcionamento.

Ainda quanto ao objeto, há outros elementos de aproximação entre ADE e AD. Para a ADE, este corresponde “ao próprio processo de produção de discursos” ou à “ecologia da interação comunicativa” (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p. 139); para a AD, o objeto será o discurso, também referido como texto/discurso, considerando que a enunciação se configura como “um princípio nuclear catalizador de toda a área de estudos centrada na relação da linguagem com os seus utilizadores» (MARQUES, 2000, p 67). Como Fonseca defende, a enunciação não se limita a importar para a análise aspetos contextuais e exteriores à língua, mas “constitui força organizadora particularmente determinante da própria estrutura da língua” (p. 100). O linguista havia já afirmado em um estudo anterior que a enunciação “desempenha um papel de tão largo alcance na organização da língua que dela se deverá dizer que constitui a trave mestra dessa mesma organização” (FONSECA, 1992, 253). E esclarece a sua afirmação apresentando três polos de concretização:

ECO-REBEL

- “1º - a enunciação promove à existência efectiva signos, estruturas formais e mecanismos fundamentais na economia global da língua e do seu funcionamento discursivo;
- 2º - a enunciação configura paradigmas específicos, quase sempre transcategoriais, e mais do que isso, paradigmas que se revelam centrais na organização e funcionamento da língua;
- 3º - a enunciação inscreve na língua uma matriz dialogal” (idem, *ibidem*: 254).

Sublinha-se em particular que, no desenvolvimento sobre o alcance do que é afirmado sobre o terceiro destes polos, o autor afirmará que a língua é entendida como “complexo depositário de intersubjectividade” (p. 261), com estrutura interna marcada pelo dialogismo.

Assim, neste aspeto particular, a presente interpretação da AD (ou de uma das linhas de desenvolvimento possíveis da AD) parece aproximar-se do que é defendido pela ADE.

2.2. Análise do discurso ecológico

Se há elementos de aproximação e afastamento deste estudo face à ADE, parece ser mais pacífica a afirmação de que ele faz uma análise do discurso ecológico, assumindo que este adjetivo evoca aquele discurso que, de alguma forma, se refere ou questiona a relação entre homem e ambiente. (COUTO, 2013, p. 281) referiu-se a este tipo de estudos como “linguística ambiental”.

No caso presente, trata-se de obras literárias destinadas a leitores infantis, com as particularidades que facilmente se lhes reconhece. Não se trata, contudo, de obras com cariz diretivo, que realizam macroatos diretivos impositivos, destinadas a impor ao leitor práticas consideradas válidas pelos grupos sociais dominantes ou pelo sistema educativo, por exemplo – ainda que essas obras existam no mercado português. Como se verá abaixo, nenhuma delas realiza atos diretivos tendo o leitor como alocutário. Isso não significa que não haja nestas obras, com especial relevo, como se verifica em menor grau nos discursos em geral, uma “orientação causativa ou factitiva: neles será de surpreender um mais ou menos subtil mas sempre operante papel de influenciador assumido, quase sempre veladamente, pelo locutor – papel que vai do instituir o alocutário em testemunha e / ou juiz das suas crenças, atitudes ou propósitos às alterações de natureza cognitiva, emotiva ou comportamental desse mesmo alocutário” (FONSECA, 1992, p. 238).

O caráter diretivo do discurso ambiental foi já identificado em outros estudos (HARRÉ *et al.*, 1999; RAMOS, R. 2011). Enquanto discursos públicos, fixados nomeadamente nos meios de

comunicação de massas, incorporam frequentemente os objetivos ilocutórios de fazer-saber, fazer-criar e fazer-aderir, para atingirem o derradeiro e máximo objetivo ilocutório de fazer-fazer (RAMOS, 2011). Encontram-se, assim, longe de ser discursos neutros ou que assumam a natural orientação factitiva dos discursos de modo atenuado; antes se organizam e usam os recursos retóricos à sua disposição para operarem atos ilocutórios que visam estrategicamente alterar os conhecimentos, as percepções e as ações dos alocutários.

2.3. Contributos da literatura

Brevemente, há a assinalar que, na sequência de G. Luch, (2003) ou A. M. Ramos (2012), defendemos que a literatura para a infância apresenta a singular característica de articular dimensões estéticas, lúdicas e éticas/formativas, sem uma excessiva saliência de qualquer delas.

Segundo A. M. Ramos (2012, p. 16-17), a literatura infantil caracteriza-se por “ser dirigida a um destinatário específico, definido por uma faixa etária e por uma competência leitora em processo de construção”. Acrescenta que, “passível de leituras plurais, a literatura destinada à infância é capaz de propor reflexão e entretenimento artístico, ao mesmo tempo que estimula a sensibilidade” (p. 18). Quanto aos temas abordados, a moderna literatura para a infância tem vindo a selecionar, a par do que é mais ou menos “neutro”, algumas questões controversas e mesmo algumas fraturantes, que configuram as sociedades contemporâneas (BECKETT, 2010; RAMOS, A. M., 2010; 2012; 2015; RAMOS, A. M. e VERNON, R., 2015). Uma dessas questões controversas (ou, pelo menos, polémicas) é o relacionamento entre o homem e o mundo que o rodeia – já não de uma forma contemplativa e encantatória, mas procurando questionar o lugar do homem na rede planetária de relações que a todo o momento de estabelecem e renovam³.

2.4. Ecoliteracia

As obras selecionadas para o presente estudo, como se verá abaixo, apresentam um potencial relevante de promover a ecoliteracia e, neste quadro, o de contribuir para a reflexão sobre o ambiente natural e seus elementos, nomeadamente sobre a relação que o homem com eles estabelece.

O lexema “ecoliteracia” é composto por dois morfemas: “eco”, ou *oikos*, que significa “casa”, e “literacia”, termo comum no âmbito escolar ou formativo que compreende conhecimentos,

³ Cf.: Stephens (2006).

aptidões e atitudes. A ecoliteracia, equivalente de “literacia ecológica”, corresponderá, então, à capacidade de os indivíduos adquirirem competências que lhes permitam relacionar-se consciente e harmoniosamente com a sua “casa”, o seu mundo, o seu ecossistema, que compreende tudo quanto é natural ou construído e que compõe os cenários mais próximos e mais longínquos em que os seres humanos se integram.

A ecoliteracia prevê uma forma de pensar e entender o mundo favorável à desconstrução do paradigma antropocêntrico que caracteriza, genericamente, as sociedades ocidentais. Para esse paradigma, o homem é um legítimo explorador do meio natural para seu proveito exclusivo, de forma irrestrita, ou quase sem restrições. A natureza é entendida como uma inesgotável fonte de bens (frequentemente designados como “riquezas” ou “recursos”) ao dispor e para o referido proveito do homem – o que é designado como “providencialismo”. Idealmente, a substituição da uma visão da natureza deste tipo por uma visão ecocêntrica, capaz de entender o homem numa relação de interdependência com múltiplos elementos de um sistema biológico complexo, cujo equilíbrio deve ser construído e preservado, será largamente mais sensata e sustentável. Para operar tal substituição de modos de pensar e agir, é fundamental que os indivíduos compreendam a teia de relações que cada ato envolve (ORR, 1992; CAPRA, 2002), na medida da sua capacidade de entendimento e num processo progressivo de aprofundamento.

A ecoliteracia não deve ser exclusiva de crianças, antes uma competência de todo e qualquer cidadão. Contudo, há que assumir que a alteração de modos de vida que ela exige desenvolve-se desde a infância, promovendo um tipo de raciocínio profundo e complexo, capaz de reconhecer e gerir a complexidade do mundo, capaz de configurar as redes de relações que cada ato promove (CAPRA, 2002).

Sublinhe-se, para concluir, que possuir literacia ecológica não se esgota num “saber”, nem mesmo num “saber-fazer”; parte destas exigências, mas deve resultar num “ser”, isto é, e como afirma Orr (1992), no adotar de uma certa atitude mental, e pensar e agir em coerência com tal atitude.

3. Considerações sobre o *corpus*

O *corpus* de análise deste estudo compreende vários exemplos de discurso acerca do ambiente, com a particularidade de serem organizados e fixados em forma de obra literária para crianças. O critério de seleção não foi rigoroso, mas seguiu as exigências de serem publicações para crianças atualmente disponíveis no mercado livreiro português (como edições originais ou reedições) e

ECO-REBEL

abordarem a temática anunciada acima, configurando “ciclos”.

Trata-se das seguintes obras:

- 1 – Ciclo da água (texto de Cristina Quental e Mariana Magalhães, ilustrações de Sandra Serra, 2012);
- 2 – Ciclo do arroz (texto de Cristina Quental e Mariana Magalhães, ilustrações de Sandra Serra, 2011);
- 3 – A Menina Gotinha de Água (texto de Papiniano Carlos, ilustrações de Joana Quental, 2005, ed. especial);
- 4 – A maçã e a lagarta (ilustrações de Iela e Enzo Mari, 1982);
- 5 – Ovelhinha dá-me lâ (texto de Isabel Minhós Martins, ilustrações de Iara Kono, 2010);
- 6 – Para onde vamos quando desaparecemos? (texto de Isabel Minhós Martins, ilustrações de Madalena Matoso, 2011);
- 7 – Eu não fui (texto e ilustrações de Cristian Voltz, 2004).

Apresentam, assim, características peculiares, formalizadas e reconhecíveis, pertencentes a um género já instituído. Nessa medida, estas formas textuais evocam, pelo menos, duas dimensões dos discursos, a serem discutidas abaixo.

2.1. Uma dessas dimensões prende-se com o facto de os textos analisados atualizarem o interdiscurso literário. Há aqui que recordar que, numa perspetiva bakhtiniana, “uma determinada função (...) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2006, p. 266). E, no caso, os elementos do *corpus* são as referidas formas “relativamente estáveis”, tanto do ponto de vista material e formal, quanto do ponto de vista da respetiva construção discursiva. Será relativamente pacífico aceitar que estas obras atualizam e, portanto, se inscrevem num paradigma literário, com todas as expectativas que lhe estão associadas.

2.2. A segunda dimensão central a evocar é a que inscreve o discurso destas obras literárias com destinatário preferencial infantil no campo dos problemas ambientais. Dito de outro modo: elas inscrevem-se no quadro do ambientalismo, atualizando um interdiscurso ambiental que atravessa

ECO-REBEL

todas as sociedades ocidentais (e muitas das que não o são) e que se constituiu como discurso público dominante (JUNG, 2001): um tipo de discurso significativo nas experiências em “segunda mão” mediadas e materializadas pelos media, com grande capacidade de intervenção social, com o estatuto de discurso institucional e capacidade de se impor à forma de pensar e agir de cada indivíduo.

Como foi brevemente referido acima, as obras em questão não assumem pretensões diretivas expressas (apesar de haver, no panorama editorial português, obras que o fazem). Em vez disso, configuram as questões ambientais, ou recriam as relações entre os elementos do mundo, incluindo neste quadro os seres humanos ou não, convidando o leitor previsto a acompanhar uma determinada linha de raciocínio, a aderir a certos pontos de vista e a afastar-se de outros. O elemento comum, como já foi referido, é o de configurarem ciclos – ciclos naturais, ciclos de produção ou ciclos de ação-reação, ou, de uma forma genérica, ciclos de vida. E todas parecem assumir o objetivo de desvelar o que está oculto, o que não é percecionável pelos sentidos, o que não se divisa de forma imediata e instintiva.

Neste sentido, parece ser um dos objetivos destas obras o de tornar o leitor mais competente, o que as configura como afetadas por traços de didaticidade fraca, tal como a define Moirand (1992). Esta autora defende que é a presença do outro o elemento-chave de definição da didaticidade dos textos: "la présence de l'autre, à travers certaines catégories de la personne et à travers des désignations repérées, à travers les dires relatés, évoqués, invoqués ou imaginés, nous a paru constituer un des points d'ancrage de la didacticité" (p. 12).

Esta observação é compatível com a identificação de objetivos de promoção da ecoliteracia dos leitores, pela oferta de conhecimento, mas também pelo desafio à reflexão sobre o que nem sempre é consciente ou visível nas decisões e nos gestos quotidianos, nos processos de produção industrial, nos fenómenos atmosféricos, etc. Deste acréscimo de conhecimento e/ou de consciência, de materialização do “invisível”, surgirá, espera-se, a adoção de um diferente modo de entender o mundo, de agir e de ser.

4. As evidências do *corpus*

4.1. *Ciclo da água, Ciclo do arroz*

As duas primeiras obras da lista são as que apresentam um carácter mais claramente didático, mas ainda no quadro de uma didaticidade fraca – não se trata de livros escolares, apesar de

ECO-REBEL

incorporarem a possibilidade e mesmo a sugestão de serem usados no sistema educativo com objetivos diretamente didáticos. E ocultam o caráter formativo com a estrutura narrativa do texto, em ambos os casos, que simula o quadro de leitura para fruição, não para aprendizagem formal.

4.1.1. No primeiro caso, o conhecimento a ser transmitido é incluído numa sequência narrativa em que se configura uma situação inicial com crianças chegando à sua sala de aula, num dia chuvoso; esse facto suscita o interesse e a oportunidade para falar no ciclo da água. É a professora que, na segunda página dupla⁴, anuncia que o longo segmento que segue a situação inicial se constitui como sequência expositiva/explicativa:

- (1) – Bom dia! – saudou a professora Tita.
- Bom dia? Com esta chuva toda?! – lamentou-se a Leonor.
- Porque está a chover tanto? Não percebo como! – disse o Mário.
- Pois é, ainda ontem estava sol... – atalhou a Sofia.
- Meninos, vamos entrar e tirar essas roupas molhadas, que já vos explico de onde vem esta água toda – disse a professora Tita, sorrindo.
- Do céu, claro está! – resmungou a Inês.
- Ora aqui está um bom tema para tratarmos nos próximos dias. Vou explicar-vos o ciclo da água! (*Ciclo da água, s/p*)

O verbo “explicar” surgirá, ao todo, quatro vezes, sempre em enunciações da professora, em construções de orientação prospetiva, e com caráter metadiscursivo, tal como ocorre neste segmento.

Se há uma clara pretensão de transmissão de conhecimentos, esta é parcialmente dissimulada pela narrativização. Mas as marcas do texto expositivo/explicativo estão presentes. Entre as mais evidentes, destacam-se:

a) o uso de perguntas didáticas. Em alguns casos, a professora faz perguntas aos seus alunos e a resposta respetiva surge em diferentes partes da página, sem atribuição da responsabilidade enunciativa a um falante concreto, como se verifica na terceira página dupla da obra:

[imagens 1a e 1b]

Imagem 1 – *Ciclo da água, s/p*

⁴ As páginas da obra não estão numeradas. Assim, identificam-se de acordo com as “páginas duplas”, cada uma delas correspondendo a uma “abertura” (numa tradução literal do inglês “opening”).

ECO-REBEL

Neste caso, o que o leitor encontra é um “frame” didático, numa situação típica em que o professor faz uma pergunta e vários alunos respondem, sem esperar a atribuição do turno de fala pelo professor, um quadro comum nas escolas, frequentemente objeto de trabalho insistente para a aquisição de regras de uso da língua e de socialização.

Noutros casos, um aluno faz uma pergunta, suscitada pela explicação do professor, e esta obriga à reorientação do rumo discursivo, levando ao fornecimento de determinada informação.

Trata-se, em todos os casos, de um quadro didático de pergunta-resposta, entre as personagens da narrativa, em que a primeira suscita um vazio cognitivo e a segunda o preenche. Da mesma forma, o autor prevê que o leitor possa não dominar, ou dominar mal, ou ter dúvidas sobre o núcleo temático, interpreta o vazio cognitivo do leitor, antecipando-o e fornecendo as informações relevantes para o preenchimento de tal vazio. Como Moirand (1992) refere, trata-se da “presença do outro” no discurso do enunciador, a marcar a sua didaticidade;

b) a presença de operações de denominação. Trata-se de segmentos em que o enunciador estabelece uma relação de correferencialidade entre um termo técnico ou menos comum, (supostamente) desconhecido pelo seu alocutário, e a sua explicitação acessível. O segmento seguinte ilustra um desses casos:

- (2) – Professora, mas, na terra do meu avô, em vez de chover, cai neve... Porquê? – perguntou a Catarina.
– Porque na terra do teu avô deve fazer ainda mais frio do que cá, e as nuvens, quando passam por lá, têm tanto frio que, em vez de passarem ao estado líquido, passam ao estado sólido. A isso chama-se solidificação.
– Mas eu sei que a neve derrete e se transforma em água – disse o Jorge. – E a isso como se chama?
– A isso chama-se fusão – esclareceu a professora Tita.
– Então a água volta outra vez para a água! – exclamou o Vasco.
– E é por essa razão que se chama ciclo da água. A água dá uma volta completa e regressa ao ponto de partida. (*Ciclo da água, s/p*)

No exemplo apresentado, são identificáveis operações de denominação associadas a “solidificação”, “fusão” e “ciclo da água”.

c) o uso da ilustração para a transmissão de conhecimentos. Tal como é típico nos livros didáticos, neste caso também se ilustram conceitos recorrendo à interação entre texto verbal e texto visual.

ECO-REBEL

E não se trata somente de ilustrar o que o texto verbal apresenta, mas uma verdadeira complementaridade entre os dois, como de verifica na quarta página dupla:

[imagens 2a e 2b]

Imagem 2 – *Ciclo da água*, s/p

Como pode verificar-se, um eventual apagamento do texto visual não permitiria que o texto verbal, por si só, fosse capaz de transmitir o conteúdo proposicional em causa.

A orientação didática é notória igualmente pelo que constitui o peritexto: no final da obra, são apresentados outros textos breves, em torno da mesma temática, com indicação explícita do género (uma lengalenga, a letra de uma canção que adota uma música popular e uma proposta de dramatização com a referência “peça de teatro”). É disponibilizado, desta forma, um pequeno dossiê de tipos de texto diferentes, em torno de um núcleo temático, variando os instrumentos pedagógicos e as sugestões de atividades implícitas e explícitas.

Globalmente, esta obra parece visar a competencialização do leitor, fornecendo-lhe informação sobre fenómenos naturais associados ao ciclo da água. Mas pouco faz para construir uma verdadeira consciência do papel da água no ecossistema. Só na nona página dupla do livro a professora dirá que “a água é um tesouro: sem água não há vida!”, sem explicar ou fundamentar devidamente a sua asserção. Contudo, num dos textos periféricos, o texto dramático, a importância relativa da água é tornada mais evidente: em três breves cenas diferentes, são representadas circunstâncias em que pessoas se queixam do que consideram o excesso de chuva; na cena seguinte, as nuvens, reunidas em conselho e desagradadas com as queixas dos humanos, decidem parar a chuva; e nas três cenas finais regressam as mesmas pessoas e circunstâncias, queixando-se da falta de água, identificando as suas consequências e reconhecendo, num coro que encerra o texto, que a água é fundamental.

Assim, ainda que o texto principal desta obra desvele o que nem sempre é facilmente apreensível pela experiência individual, dando a ver a teia de relações entre elementos da natureza e tornando os leitores mais competentes, e um dos textos periféricos recrie um quadro onde fica patente a utilidade da água, o ponto de vista parece ser predominantemente antropocêntrico. Nessa medida, poderá afirmar-se que é limitada a capacidade de esta obra promover a ecoliteracia dos jovens leitores. O elemento natural “água” é apresentado como “tesouro”, de facto, como recurso

ECO-REBEL

fundamental à existência humana, não como elemento de uma cadeia de interdependências e equilíbrios.

4.1.2. A segunda obra do *corpus* é, em vários aspetos, semelhante à primeira, sendo construída sobre um “frame” análogo, parecendo adotar objetivos similares e usando genericamente os mesmos recursos formais. Contudo, é aqui evocada para marcar uma diferença entre as duas: se a primeira, centrada tematicamente sobre o ciclo da água, aborda um conjunto de fenómenos naturais, a segunda, centrada tematicamente sobre o ciclo do arroz, aborda um processo agroindustrial, de cultivo de uma planta e sua transformação em alimento processado. Os restantes livros-álbum da coleção (*Ciclo do chocolate*, *Ciclo da cortiça*, *Ciclo da lã*, *Ciclo do azeite*, *Ciclo do mel*, *Ciclo do leite*, *Ciclo do ovo*, *Ciclo do livro*) são construídos adotando a mesma lógica. Ora, associar, em aparente posição paralela, dois tipos de ciclos tão diferentes dificilmente promoverá a ecoliteracia dos leitores, antes contribuirá para configurar os elementos naturais como recursos para uso humano e reduzir todo o seu papel ao valor material que eles poderão representar para o bem-estar dos indivíduos.

4.2. A Menina Gotinha de Água

Esta obra, originalmente dos anos 60 do século passado, continua a ser reeditada e está disponível para leitura na atualidade, integrando o corpus de leituras obrigatórias do 2º. ano do primeiro ciclo do Ensino Básico. Não será um livro-álbum, mas um livro ilustrado, com as imagens a complementarem, de forma relativamente independente, o texto verbal. Aliás, o texto já conheceu várias edições, com distintas ilustrações, o que sublinha a sua completa autonomia em relação à imagem. Adota uma organização textual narrativa, em verso curto, predominantemente livre. Elege uma gota de água como personagem principal e relata as suas aventuras ao longo do ciclo da água, de forma acessível a leitores iniciais. Assume um claro carácter literário e lúdico, não lhe sendo alheio o objetivo de proporcionar o puro prazer da leitura. Contudo, incorpora igualmente, em alguma dose, uma vertente de didaticidade, materializada em vários aspetos, entre os quais será de salientar:

a) uma proposta de identificação entre o leitor preferencial, criança, e a personagem principal, uma “menina gotinha de água”, promovendo a adesão entre os dois e a subsequente leitura. Este

ECO-REBEL

objetivo é reforçado pelos recursos visuais, nomeadamente pela representação gráfica de tipo “infantil”, a exibição da personagem como uma menina, as cores suaves, as marcas dos aparentes pingos de água ao longo do livro (como a imagem seguinte ilustra)

[imagem 3]

Imagem 3 – *A menina gotinha de água*, pp. 17

b) o uso insistente de diminutivos (além de “gotinha”, “peixinhos”, “beijinhos”, “irmãzinhas”, “docinhos”, “pastorinho”, etc), configurado um mundo de afetos e uma visão inocente ou ingénuo do mundo, permitindo encontrar uma base comum entre enunciador e leitor, sobre a qual possa ser construído o conhecimento em torno do ciclo da água;

c) a narrativização, que permite incorporar o conhecimento do mundo a ser partilhado num modelo textual mais facilmente apreendido pela criança leitora do que o seria, em princípio, um modelo de organização expositivo/explicativo.

Ainda assim, alguns segmentos da narrativa dão a ver um ponto de vista tendencialmente antropocêntrico e utilitarista, eventualmente decorrente da necessidade de apresentar à criança leitora os benefícios concretos da água a partir da sua experiência pessoal e do conhecimento concreto que possui:

(3) E as searas
que estavam a morrer
de sede
encheram-se
de espigas
e as árvores
abriram no ar
os braços
carregados
de frutos
tão docinhos:
ameixas
figos
maçãs, peras e uvas!
E os homens
as mulheres
e os meninos
agradeciam satisfeitos
à chuva que viera

ECO-REBEL

livrá-los
da sede
e da fome
– Obrigado!
Obrigado! (*A Menina Gotinha de Água*, pp. 18-20)

Neste excerto, os elementos naturais são valorizados na medida em que são úteis ao homem, e não mais do que isso. Assim, também nesta obra o ciclo da água parece ser perspectivado de um ponto de vista tendencialmente antropocêntrico e não ecocêntrico, apesar de tudo.

4.3. *A maçã e a lagarta*

Se as obras acima abordadas se organizam segundo um modelo narrativo, com maior ou menor interação e complementaridade entre texto verbal e texto visual, há que assinalar que existem outras que, sem texto verbal e usando somente os recursos visuais, são capazes de criar toda uma narrativa. É o caso de *A maçã e a lagarta*, aqui evocada para mostrar que, assumindo que as crianças-leitoras interiorizaram e dominam o modelo narrativo, são capazes de “ler” a narrativa representada. Outros estudos, especialmente nos últimos anos, já se dedicaram a livros sem texto, como os exemplos recentes de Arizpe (2013), Bosch Andreu (2015), Arizpe; Styles (2016), nomeadamente algumas obras com o potencial de promoverem a ecoliteracia dos seus leitores (como Ramos, A. M.; Ramos, R., 2011). Também neste caso a obra mostra o que, habitualmente, está oculto ao olhar humano, pela representação da ação de uma lagarta no interior de uma maçã e da sua metamorfose em borboleta.

Além disso, esta obra configura efetivamente um ciclo, já que finaliza com a situação análoga àquela com que a obra se inicia, um pequeno ovo no interior de uma maçã.

Eventualmente, poderá especular-se sobre a necessidade de um mediador de leitura que oriente a criança-leitora e a ajude a construir a sua narrativa através das imagens, se se considerar que a interpretação destas é mais difícil do que a de texto verbal.

[imagens 4a e 4b]

Imagem 4 – *A maçã e a lagarta*, s/p

4.4. *Ovelhinha dá-me lã*

Este livro-álbum é construído tendo como mote uma frase imperativa, que lhe serve de título. O

ECO-REBEL

locutor é uma criança, que se dirige ao seu alocutário, uma ovelha. A frase constitui o primeiro verso de uma sextilha e a ovelha replicará, fazendo uma pergunta, com uma frase que constitui o segundo verso da sextilha, como no excerto seguinte:

(4) – Ovelhinha, dá-me lã.
– Para que queres a minha lã?
– Para fazer um casaquinho
e ficar bem aconchegado.
Se tapar bem a barriga
já não fico constipado. (*Ovelhinha dá-me lã, s/p*)

Esta frase, e a respetiva réplica da ovelha, repetem-se ao longo das primeiras seis páginas duplas, constituindo os dois primeiros versos de cada estrofe.

A frase imperativa corresponde a um enunciado que realiza um ato diretivo impositivo de resposta física. Prototipicamente, será condição de felicidade deste ato que o locutor se encontre numa situação de poder sobre o seu alocutário. Esta assimetria de poderes dá a ver a existência de lugares típicos diferenciados de locutor e alocutário, o que, por sua vez, no caso presente, pode ser indício de antropocentrismo e de uma perspetiva utilitarista da natureza.

Há que considerar, contudo, que a réplica da ovelha, em forma de pergunta, configura um pedido de justificação do ato diretivo acima realizado; e que a resposta da criança concretizará a solicitada justificação. No centro das relações de poder continuam a estar a criança e os seus interesses, mas à ovelha é permitido impor uma discreta condição, a de receber uma justificação, o que atenua a assimetria de poderes e aproxima a ordem do pedido.

Após seis páginas duplas com a mesma estrutura textual, na sétima e na oitava páginas duplas, a ovelha responde ao pedido da criança e mostra-se generosa, oferecendo toda a sua lã:

(5) – Meu menino, toma lã.
Podes levar todo o meu pêlo!
Este Inverno vai tão frio
que não te basta um só novelo (*Ovelhinha dá-me lã, s/p*)

Assim, confirma-se a aproximação dos lugares de poder e a atenuação do quadro impositivo.

Na nona página dupla, a criança afirma que fez uma série de peças de roupa para se proteger do frio, mas anuncia a decisão de fazer também peças correspondentes para a ovelha, para que esta não sinta frio.

[imagens 5a e 5b]

Imagem 5 – *Ovelhinha dá-me lã*, s/p

O quadro final é, então, o de alguma reciprocidade, ainda que o papel da ovelha seja o de providenciar a matéria-prima e o do elemento humano o de criar as peças de vestuário, assim como o de tomar a iniciativa. De novo, a natureza surge como providenciadora e o homem como usufrutuário dos recursos naturais. Além disso, o homem continua a ocupar o lugar central nas relações de poder.

4.5. Para onde vamos quando desaparecemos?

Ao contrário das anteriores, esta obra não assume uma organização textual narrativa (trata-se de um álbum portefólio ou catálogo⁵). Apresenta-se como uma reflexão, de alguma forma filosófica, com traços de humor discreto. Apresenta a virtualidade de promover a meditação sobre o “invisível” quotidiano, partindo da experiência comum dos leitores previstos. A ideia-base sobre a qual esta obra se constrói poderia ser traduzida pela velha Lei de Lavoisier: *na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*. Neste caso, também nada desaparece definitivamente, apenas muda de sítio, de forma ou de estado.

Um dos seus traços microtextuais mais marcantes reside na opção pelo uso do “nós” inclusivo, que convida o leitor a partilhar a reflexão com o sujeito de enunciação:

(6) Se desaparecemos sem ninguém dar conta, não chegamos a desaparecer. Porque, para alguma coisa desaparecer, é preciso que alguém a tenha visto primeiro e dado pela sua falta depois.

Para que alguma coisa desapareça são precisos sempre dois.

(Um que fica e um que desaparece). (*Para onde vamos quando desaparecemos?*, s/p)

Assim, neste processo polifónico, sujeito de enunciação e leitor partilham a mesma inquietação, fazem as mesmas perguntas, buscam respostas para os mesmos problemas. E são várias as perguntas, algumas delas no início de cada página dupla e dando origem a uma reflexão que se estende pela página dupla, como no exemplo seguinte:

⁵ Cf. Ramos, A. M. (2011).

[imagens 6a e 6b]

Imagem 6 – *Para onde vamos quando desaparecemos?*, s/p

Em rigor, há que assinalar que estes enunciados interrogativos não realizam perguntas, pelo menos perguntas verdadeiras, na medida em que não se destinam a um interlocutor e, dessa forma, não cumprem, pelo menos, uma das condições preparatórias para a concretização feliz desse ato ilocutório: o de a pergunta ser dirigida a um interlocutor que é suposto possuir a resposta. Nesse sentido, aproximam-se de perguntas didáticas, feitas com o objetivo de testar o interlocutor ou de suscitar a reflexão. Testemunham, como acima foi assinalado, a didaticidade (MOIRAND, 1992) do texto. Inquirem sobre o lugar onde irão as meias que desaparecem, as poças de água, as nuvens, o sol, a neve, o barulho, a areia ou mesmo as pessoas.

O caso apresentado em exemplo ilustra um momento de discreto humor construído sobre um mecanismo polifónico e recorrendo à memória cultural coletiva. O segmento “todas as poças vão para o céu. Mesmo as que foram más poças, daquelas que nos dão grandes molhas nos passeios, têm no céu um lugar garantido” evoca outras enunciações, uma voz comum na cultura portuguesa e na tradição judaico-cristã que afirma que “as boas pessoas vão para o céu”. Mas o humor só será reconhecido se o leitor for capaz de identificar o interdiscurso, o que talvez não seja possível no caso de muitos leitores jovens. A presença deste recurso sugere que esta obra se destina a leitores com alguma maturidade, jovens ou mesmo adultos, eventualmente que se trata de um exemplo de “literatura crossover” (BECKETT, 2010).

Em todo o caso, esta obra convida a uma observação e uma reflexão aprofundadas sobre o quotidiano, sobre a relação entre os indivíduos e o seu ecossistema, oferecendo sugestões e linhas de desenvolvimento da reflexão. Nessa medida, encerra o potencial de promover a ecoliteracia dos leitores, em função da sua capacidade de questionamento e da sua maturidade.

4.6. *Eu não fui*

A última obra em análise é também construída sobre um mecanismo polifónico, já que atualiza um interdiscurso comum, presente na memória coletiva, mais típico na enunciação de crianças, e que remete para a fuga à responsabilidade sempre que há uma ação errada. A obra apresenta uma estrutura narrativa, com cenas que se repetem e acumulam. Começa com a personagem principal a deparar-se com uma aranha, quando se prepara para ordenhar (tirar o leite) a vaca. E

ECO-REBEL

imediatamente esmaga a aranha, numa reação que seria comum a muitos indivíduos na mesma situação.

[imagens 7a e 7b]

Imagem 7 – *Eu não fui*, s/p

Mas logo a vaca lhe dá uma chifrada. A personagem principal reclama e insulta a vaca, que se desculpa dizendo que a culpa é de outro animal, o burro, que lhe deu um coice, e que só a atingiu como reação involuntária a essa ação. Então, a personagem principal repete a reclamação e o insulto junto do burro, que se desculpa da mesma forma e atribui a culpa a um outro. O ciclo continua, envolvendo um porco, um cão, um gato, um pinto e um mosquito, sucessivamente. O esquema é repetitivo e cumulativo, como pode verificar-se no excerto seguinte, presente nas páginas duplas oito e nove:

(7) Achas bem...? Porco maldito!

Não fui eu! A culpa é do cão que me mordeu uma pata. Eu apanhei um susto e dei uma cabeçada no burro que deu um coice no rabo da vaca.

Achas bem...? Cão duma figa!

Não fui eu! A culpa é do gato que me arranhou no lombo. Eu apanhei um susto e mordi a pata do porco que deu uma cabeçada no burro que deu um coice no rabo da vaca. (Eu não fui, s/p)

O esquema é interrompido quando a personagem reclama com o mosquito, que não atribui qualquer culpa a outro animal, mas se regozija pela nova circunstância de não haver aranhas e de, portanto, a sua vida ser agora mais fácil:

[imagens 8a e 8b]

Imagem 8 – *Eu não fui*, s/p

Esta nova situação surpreende imenso a personagem principal, que deixa o registo irado e recriminatório dirigido aos animais e pergunta, ingenuamente, por que razão já não há aranhas:

[imagens 9a e 9b]

Imagem 9 – *Eu não fui*, s/p

ECO-REBEL

O leitor é, assim, convidado a reconhecer o erro da personagem principal, que só é capaz de ver as falhas nos outros, mas não assume a sua.

Esta obra apresenta um caráter humorístico, construído sobre vários tipos de cômico:

a) um cômico de caráter, potenciado pela imagem das personagens, conseguida através de uma técnica curiosa de composição de objetos e fotografia. A personagem principal, assim como os animais, são caricaturados e as suas figuras disformes, ainda que dentro dos limites do reconhecível. Mas o cômico de caráter é igualmente devedor da incapacidade de a personagem principal reconhecer o seu erro e de ter ficado surpreendida e sem palavras após a intervenção do mosquito;

b) um cômico de linguagem, conseguido pelo discurso irado e insultuoso da personagem principal, que repete o mesmo modelo variando o insulto. Trata-se de uma transgressão às regras sociais, com potencial de atrair os jovens leitores preferenciais;

c) um cômico de situação, há longos anos explorado pela literatura, pelo cinema e na contemporaneidade facilmente encontrado na internet. Trata-se de um exemplo do chamado “humor físico”, em que uma personagem sofre quedas, golpes, agressões diversas que divertem o observador.

Para além da transgressão que atrai o jovem leitor, o cômico funciona como novo elemento de atratividade, permitindo igualmente tornar mais ligeira a sugestão de reflexão sobre um assunto “sério”.

O tal assunto “sério” inclui a noção de responsabilização pelos atos de cada um e a noção de retroatividade. Usando o humor, a obra aponta o erro da atitude comum de fugir à responsabilidade; e apresenta a de retroatividade ou de ciclo, mostrando que cada ato num sentido tem necessariamente o seu contraponto em sentido oposto, ou então uma consequência que, em muitos casos, recai sobre o próprio agente inicial, tornado paciente.

O livro-álbum apresenta, então, sem ser impositivo, sem moralismo, sem presença de discurso didático ou de divulgação científica, uma sugestão de reflexão sobre um tópico de grande

importância para a construção da sustentabilidade e encerra, assim, o potencial de alargar e aprofundar a ecoliteracia dos seus leitores.

5. Síntese final

Em síntese, pode afirmar-se que o breve conjunto de obras analisadas apresenta a característica comum de fazer ver o que, habitualmente, está oculto. E permitem saber e perceber, conhecer melhor o meio em que os indivíduos se movem. Fazem-no de formas diferentes, com níveis de profundidade também diferenciados. Em alguns casos, a sugestão de reflexão é mais incisiva do que a transmissão de conhecimentos.

Todos são afetados por traços de didaticidade fraca, em graus diversos. Uns funcionam de forma mais explícita, num quadro mais próximo do que seria uma interação didática, outros de modo mais implícito.

Todos incorporam potencialidades em termos de promoção da literacia ecológica dos seus leitores, sem serem diretamente impositivos, sem serem moralistas, e procurando ir além de uma simples imposição de práticas sociais. Articulam de formas diferentes, mas relativamente harmoniosas, dimensões estéticas, lúdicas e éticas/formativas.

Manifestam a presença de um interdiscurso ecológico presente na sociedade portuguesa e ocidental, que se configura como um dos mais relevantes e transversais do espaço público contemporâneo, um “discurso público relevante” (JUNG, 2001).

Ainda que o *corpus* tenha característica literárias, a análise elaborada não foi desenvolvida usando os instrumentos e a metodologia característicos da análise literária; nem se pretendeu cumprir os objetivos que habitualmente se encontram associadas a esse tipo de abordagem. Antes se definiu uma linha de abordagem *discursiva*, com os instrumentos e a metodologia dos estudos do discurso, e com objetivos delimitados, focalizando especialmente as virtualidades éticas/formativas destas obras.

Referências

- ARIZPE, E. Meaning-making from wordless (or nearly wordless) picturebooks: what educational research expects and what readers have to say. *Cambridge journal of education*, v. 43, n. 2, 2013, p. 163-176.
- ARIZPE, E.; STYLES, M. *Children Reading Picturebooks: Interpreting Visual Texts*. 2nd. ed., New York: Routledge, 2016.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BECKETT, S. L. Crossover fiction: creating readers with stories that address the big questions.

- In: *Formar leitores para ler o mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 65-76.
- BELLORÍN, B. (ed.) *El Libro Álbum – invención y evolución de un género para niños*. Caracas: Banco del Libro, 2005.
- BOSCH ANDREU, E. *Estudio del álbum sin palabras*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2015.
- CAPRA, F. *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COUTO, H. O que vem a ser a ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n.1, 2013, p. 275-313.
- COUTO, H. e COUTO, E. (2015). Por uma análise do discurso ecológica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 1, n. 1, 2015, p. 63-80.
- COUTO, H.; COUTO, E.; BORGES, L. *Análise do Discurso Ecológica*. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- FILL, A. Tensional Arches: Language and Ecology. In: Fill, A; Penz, H.; Trampe, W. (eds.). *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference '30 years of language and ecology' (Graz, 2000) and the Symposium 'Sprach und Ökologie' (Passau, 2001)*. Bern / Berlin / Bruxelles / Frankfurt am Main / New York / Oxford / Wien: Peter Lang, 2002, p. 15-27.
- FONSECA, J. *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice: Universidade de Nice, 1992.
- FONSECA, J. *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 1994.
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage, 1999.
- JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In: Fill, A.; Mühlhäusler, P. (eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001, p. 270-285.
- LINDEN, S. *Lire l'album*. Le Puy-en-Velay: Atelier du poisson soluble, 2007.
- LLUCH, G. *Análisis de narrativas infantiles y juveniles*. Cuenca: Publicaciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2003.
- MARQUES, M. A. *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000.
- MOESCHLER, J. ; REBOUL, A. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil, 1994.
- MOIRAND, S. Autour de la notion de didacticité. *Les carnets du CEDISCOR*, 1, 1992, p. 9-20.
- NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry*, 16, 1973, p. 95-100.
- NAESS, A. *Ecology community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- ORR, D. *Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- RAMOS, A. M.** Saindo do Armário – Literatura para a infância e a reescrita da homossexualidade. *Forma Breve*, 7, 2010, p. 295-314.
- RAMOS, A. M.** Apontamentos para uma poética do álbum contemporâneo. In Roig Rechou, B.-A.; Soto López, I; Neira Rodríguez, M. (coord.). *O Álbum na Literatura Infantil e Juvenil (2000-2010)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2011, p. 13-40.
- RAMOS, A. M.** *Tendências contemporâneas da literatura portuguesa para a infância e juventude*. Porto: Tropelias & Companhia, 2012.

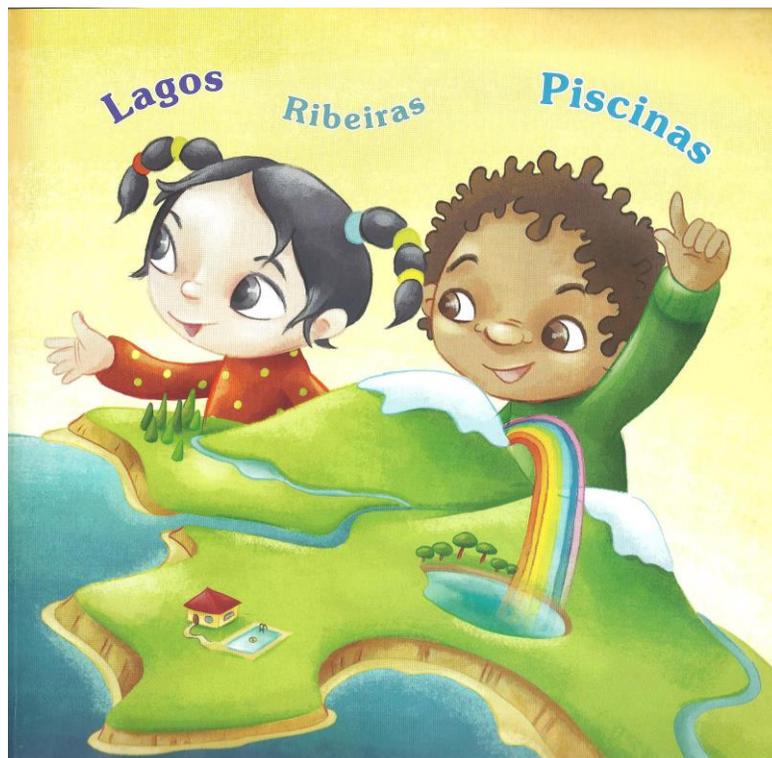
- RAMOS, A. M.** Reescrever a morte na narrativa infantil portuguesa contemporânea. *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 23, 2015, p. 151-162.
- RAMOS, A. M.; RAMOS, R.** (2011). Ecoliteracy Through Imagery: A Close Reading of Two Wordless Picture Books. *Children's Literature in Education*, v. 42, n. 4, 2011, p. 325-339.
- RAMOS, A. M.; RAMOS, R.** Urban and rural landscapes in Portuguese picture story books: reification and perceptions. *AILIJ - Anuario de Investigación en Literatura Infantil y Juvenil*, 10, 2012, p. 105-120.
- RAMOS, A. M.; RAMOS, R.** Ecoliteracia e literatura para a infância: quando a relação com o ambiente toma conta dos livros. *Solta Palavra*, 19, 2013, p. 17-24.
- RAMOS, A. M.; VERNON, R.** Das dores de crescimento à dor de existir: representações literárias de adolescências feridas. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, v. 37, n. 3, 2015, p. 287-295.
- RAMOS, R.** *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.
- RAMOS, R.** Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa. *Revista Galega de Filoloxia*, 12, 2011, p. 155-176.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M.** Promoting ecoliteracy: the challenges of children's literature in the new millennium. In Ommundsen, A. M (ed.). *Looking out and looking in. National identity in picturebooks of the new millennium*. Oslo: Novus, 2013, p. 59-74.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M.** Cruce de lecturas y ecoalfabetización en libros pop-up para a infancia. *Ocnos. Revista de Estudios sobre Lectura*, 12, 2014a, p. 7-24.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M.** Travelling from the city to the countryside: depictions of urban and rural scenarios in two Portuguese picturebooks. *Calidoscopio*, v. 12, n. 3, 2014b, p. 265-273.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M.** Children's literature and the promotion of environmental ethics in Portugal. *Portuguese Studies*, v. 31, n. 1, 2015, p. 94-106.
- SIPE, L. R. How picture books work: A semiotically framed theory of text-picture relationships. *Children's Literature in Education*, v. 29, n. 2, 1998, p. 97-108.
- STEPHENS, J. (2006). From Eden to Suburbia: Perspectives on the Natural World in Children's Literature. *Papers: Explorations into Children's Literature*, v. 16, n. 2, 2006, p. 40-45.
- ZAPARAÍN, F.; GONZÁLEZ, L. D. *Cruces de caminos. Álbumes ilustrados: construcción y lectura*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2010.

Enviado:30/11/2016.
Aceito: 09/01/2017.

ECO-REBEL

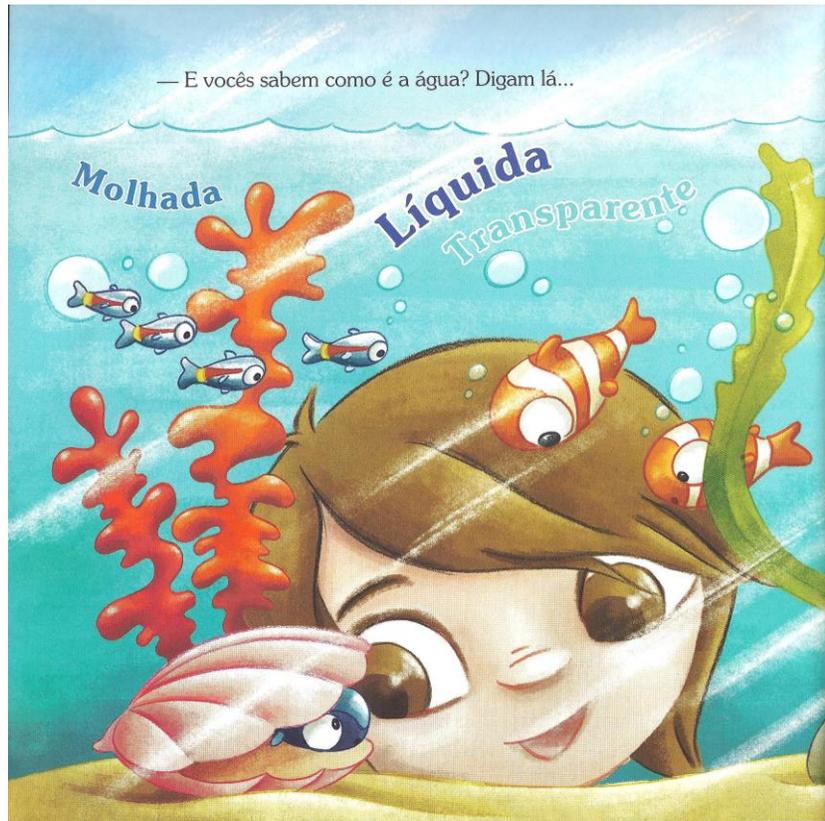
APÊNDICE

Imagem 01



ECO-REBEL

Imagem 02



— Muito bem. A água é um elemento transparente, líquido e sem forma definida. Ora vejam aqui nestes recipientes:

Neste vaso, a água parece ser quadrada, mas, se a despejarmos para dentro desta taça, parece redonda. O mesmo acontece no nosso planeta. A água toma a forma dos vales onde correm os rios, ou os ribeiros, a forma das lagoas, do fundo do mar, e escorre sempre de zonas mais altas para zonas baixas.



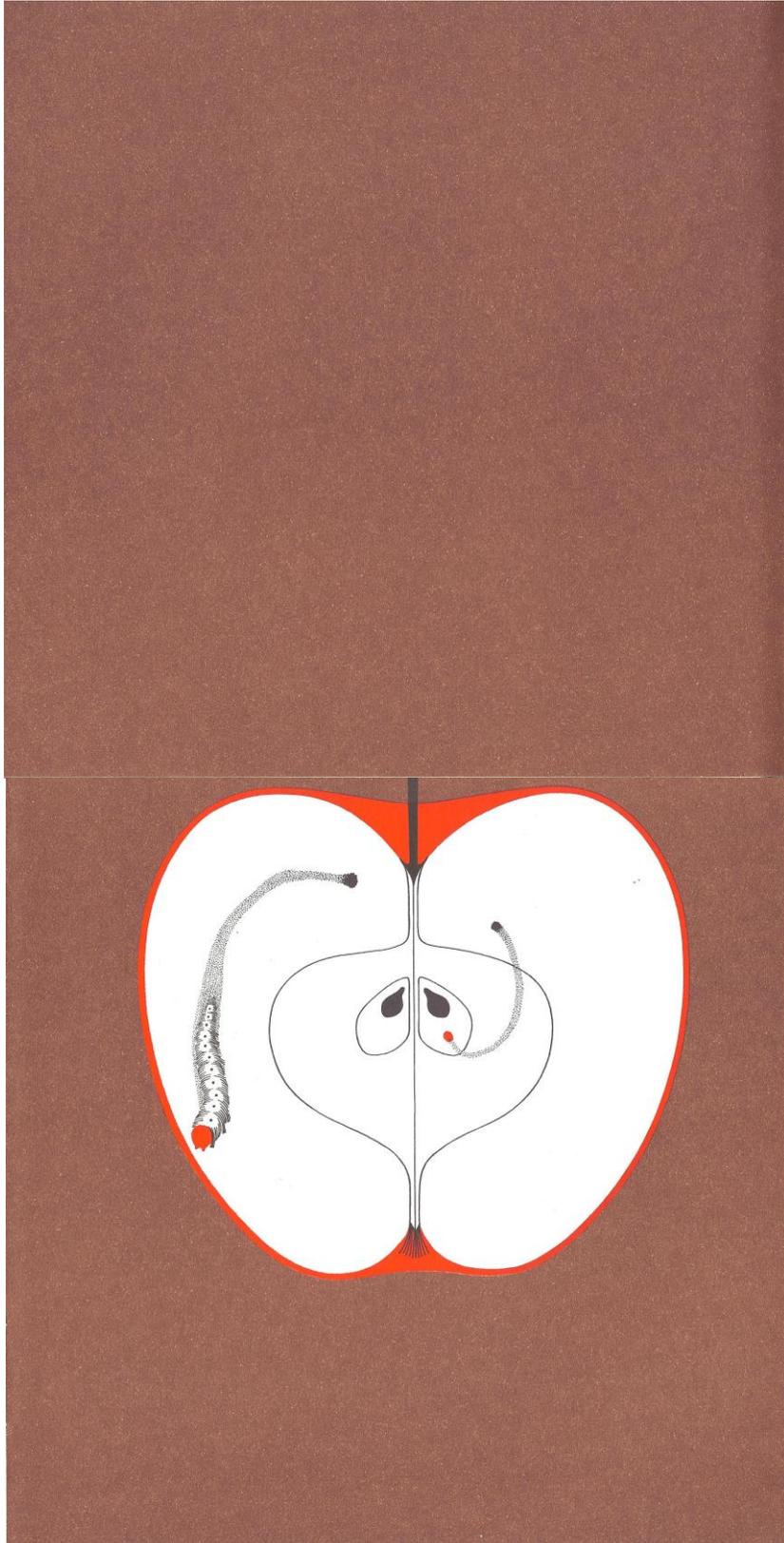
ECO-REBEL

Imagem 03



ECO-REBEL

Imagem 04



ECO-REBEL

Imagem 05



Imagem 06



E as poças de água?



**Transformadas em nuvens,
todas as poças vão para o céu.**

Mesmo as que foram más poças,
daquelas que nos dão grandes molhas nos passeios,
têm no céu um lugar garantido.

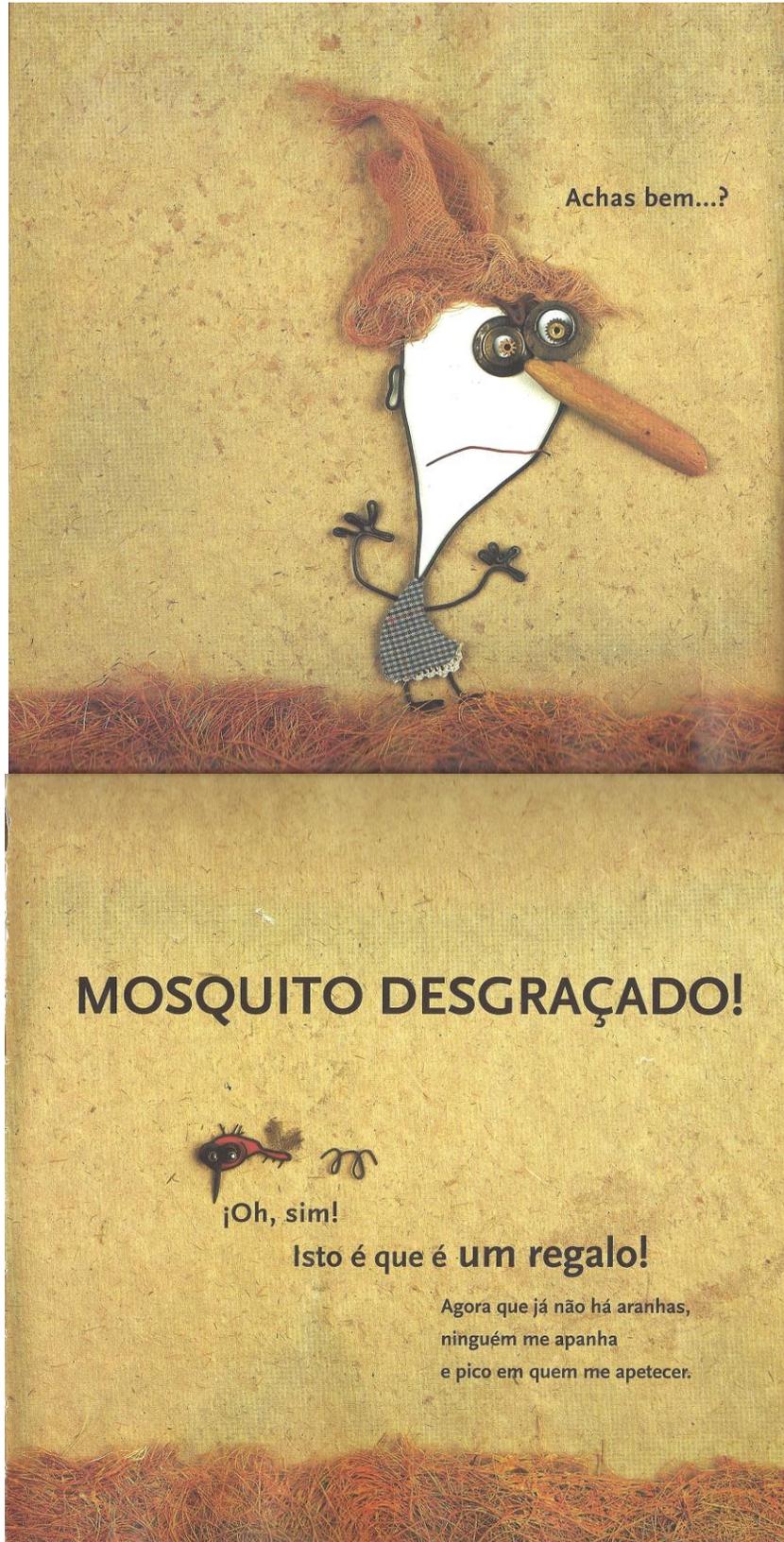
ECO-REBEL

Imagem 07



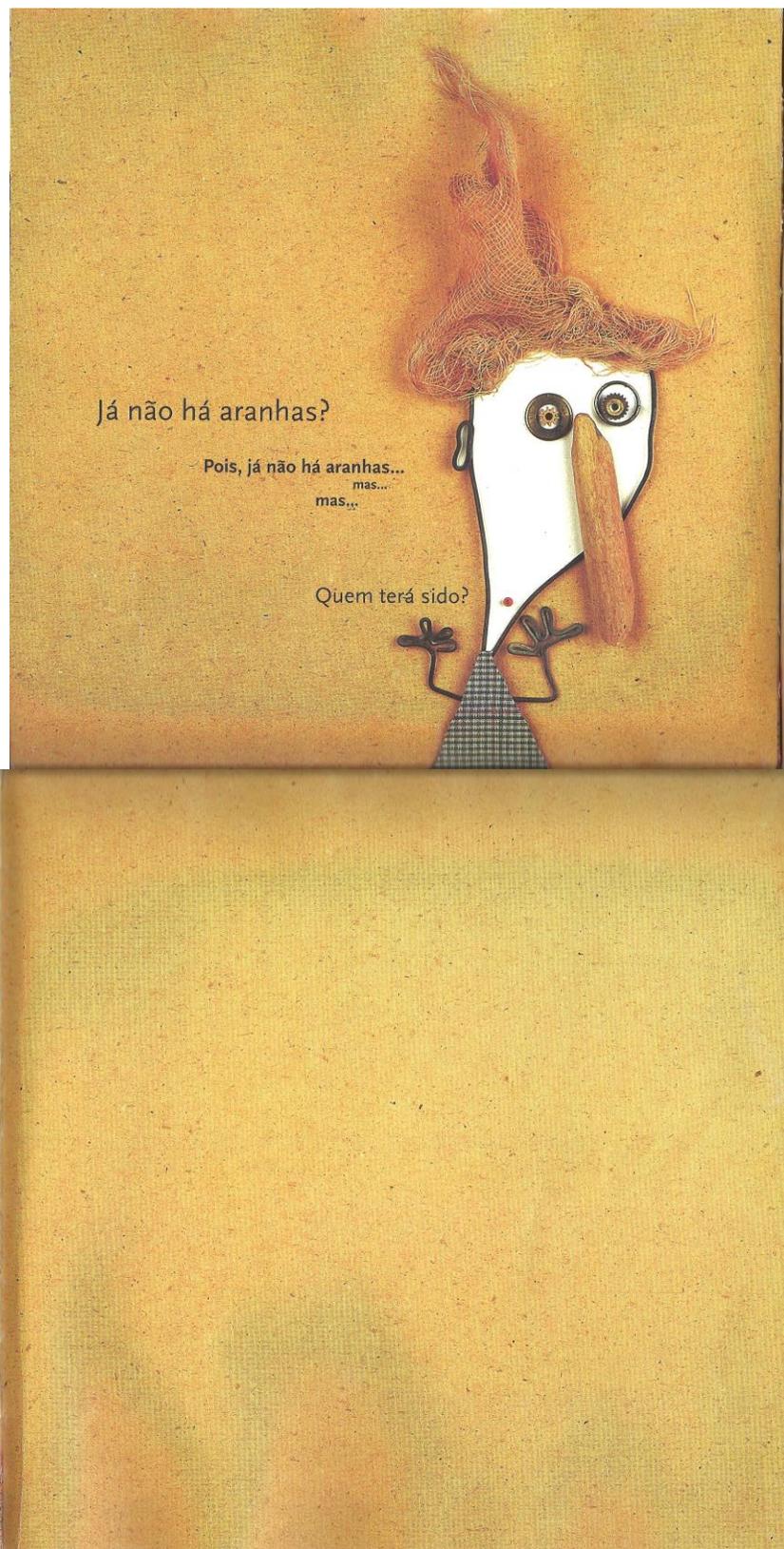
ECO-REBEL

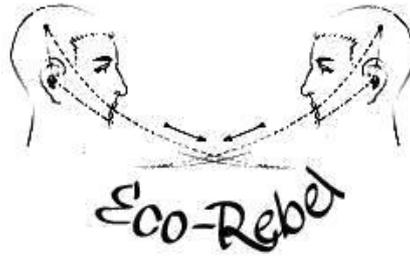
Imagem 08



ECO-REBEL

Imagem 09





“BOI TUFÃO”: UMA ANÁLISE ECOLINGUÍSTICA DA MÚSICA SERTANEJA DE RAIZ NA SOCIEDADE RURAL BAIANA DO INÍCIO DO SÉC. XX

Hans Donner Gomes da Mota (UEG)

João Nunes Avelar Filho (UEG)

R e s u m o : O presente artigo tem como objetivo analisar a música “Boi Tufão” interpretada pelo Trio Parada Dura, pela ótica da ecolinguística. Nessa obra é possível ver as relações sociais existentes no início do século XX no sertão da Bahia, bem como a relação das pessoas como o meio em que vivem. A construção mental da língua também se faz presente e está ligada a questões inerentes à vida do sertanejo. A imutabilidade do destino também se faz presente na música, pois a crença em um destino contra o qual não se pode lutar está presente na humanidade desde os gregos até os dias atuais e permeia todas as classes sociais. Entender como elementos aparentemente distantes do dia a dia do sertão estão presentes na música é outro objetivo do artigo.

P a l a v r a s - c h a v e : Destino. Música sertaneja. Ecolinguística. Sertão

A b s t r a c t : The objective of this article is discuss the music and lyrics “Boi Tufão”, sang by Trio Parada Fura, using the framework of ecolinguistics. This piece enables unveils some of the social relationships of the beginning of 20th century in the hinterland of Bahia, as well as the relationships of humans with their environment. The mental make-up of the language is also presente, as can be seen in the lives of the hillbillies. The inevitability of destiny can also be seen in the music, a destiny we cannot avoid. This happens from the time of the Greeks up to the presente time. There are also some features that do not belong to the hinterland’s life.

K e y w o r d s : Destiny. Country music. Ecolinguistics. Hinterland.

1. Introdução

Não é de hoje que é muito comum usar as manifestações artísticas de uma época ou lugar para entender seu o contexto histórico e cultural. Muito do que conhecemos da longínqua cultura grega, por exemplo, chegou a nós pelos resquícios de suas artes, principalmente no que diz respeito a sua religião como é bem nítido em *Ilíada* e na *Odisseia*. O aedo era figura principal na divulgação dos mitos: “inspirados pelas musas, Hesíodo proclamava que ia revelar o ‘verdadeiro’, celebrar o que foi e o que será”.¹ Os

VERNAT, Jean Pierre. ‘Razões do Mito’. Em: idem. *Mito e sociedade na Grécia antiga*. Brasília: Editora da UnB/Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992, pp. 183.

gregos acreditavam em seus mitos, eles viviam e agiam sob sua orientação. Portanto, podemos encarar qualquer manifestação artística como um objeto de estudo capaz de descortinar um mundo inteiro de significado.

A música brasileira de maneira geral é muito rica de significados, desde sua formação até os dias de hoje. Representante de uma parte importante da essência da brasilidade, o samba é tido como um identificador do brasileiro mundo a fora. Apesar da importância e da notoriedade do samba no cenário nacional, outros estilos musicais se fazem presentes na cultura brasileira como o sertanejo. O termo tem origem no sertão nordestino do trabalhador das regiões sertanasas do nordeste. Já o estilo musical está relacionado à cultura caipira da região sudeste do Brasil.

A partir do Estado de São Paulo, do seu interior, surge um sujeito típico que foi chamado de caipira. Esse caipira distinguiu-se dos moradores rurais de outras regiões do país e só passou a ser conhecido no início do século XX graças à divulgação de Cornélio Pires (1884 - 1958). Nascido em Tietê, ele foi responsável por propagar os princípios da cultura caipira. Viajou por várias cidades do interior cantando “causos” oriundos da vida no campo e foi o primeiro a inserir a música de origem caipira na indústria fonográfica, em 1928, tornando a música caipira algo comercial e mais notório no cenário nacional, além de lançar vários livros com a temática da vida simples do homem no campo.

A divulgação de Cornélio Pires abriu as portas para vários cantores de música caipira originária do campo, pois muitos cantores abandonaram a vida na roça para tentar a sorte nas rádios da cidade. As composições caipiras trazem as dores e as alegrias do sertanejo, o dia a dia, a lida na roça, os amores, as lendas, as festas, e muitos outros temas pertinentes à cultura caipira se fazem presentes nas músicas. Esse sertanejo de raiz vigora no cenário nacional até mais ou menos a década de 80, quando novas duplas surgem introduzindo novos elementos no estilo musical tornando-o mais urbano. Hoje há uma divisão entre o sertanejo de raiz, mais antigo e mais vinculado ao campo, e o sertanejo moderno, que aborda temas relacionados com a cidade. Em termos sociológicos a música caipira retrata as relações de um grupo (moradores do campo) com o meio físico (campo).

Por narrar muitas vezes o que o compositor viveu ou tratar de temas do meio rural, a música caipira conquistou muitos fãs, que se identificavam e, provavelmente, se

sentiam representados nela. Nos sertões mais isolados existiam ouvintes das músicas sertanejas com seus radinhos de pilha, pois o meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites coincidiam com os limites da atividade e mobilidade grupais, conforme Cândido (1997).

A representação do contexto e da interação entre o indivíduo e o meio é muito recorrente nessas músicas. Atualmente, cantores sertanejos reverenciam cantores genuinamente caipiras, e é muito comum músicas antigas serem regravadas por cantores consagrados.

2. História e Análise de música sertaneja ‘Boi Tufão’

A música proposta para análise neste artigo é “Boi Tufão”. composta por Jerônimo Divino Tomaz, conhecido no mundo musical como Criolo. Ele compôs centenas de músicas ao longo de mais de 50 anos de carreira e permaneceu ativo na música até seu falecimento em 2013. No decorrer de sua carreira teve dezenas de duplas, já que umas das principais características dos cantores sertanejos é formar duplas; a primeira e segunda voz, e muitos discos gravados. Em 1983 ganhou o disco de ouro pela música “Toalha molhada” que foi uma das mais regravadas do artista. Também foi o compositor da música “Hino de Reis” que faz parte do museu do folclore de Brasília e foi gravada inclusive em Portugal. Optei por usar como fonte a versão cantada pelo “Trio Parada Dura”, lançada em 2006, pois não encontrei na discografia do compositor nenhuma gravação da música “Boi Tufão” ou qualquer outra informação do ano em que foi composta ou onde.

Nesta música ouvimos a história de um fazendeiro chamando Jeremias, um rico criador de gado do sertão da Bahia, que leu a sorte do seu filho em uma cigana:

*Em um mil e novecentos
No estado da Bahia
Um rico fazendeiro
Por nome de Jeremias
Leu a sorte do seu filho
Com a cigana Maria!*

*Ela disse meu amigo
Me corta o coração
Mais se veio pra saber
Vou lhe dar explicação
O seu filho vai morrer
Nos chifres do boi Tufão!*

*Fazendeiro Jeremias
Mandou chamar o empregado!
Vai buscar o boi Tufão
Deixe ele encurralado
Amanhã, rompendo o dia!
O boi vai ser degolado!*

*O moço era obediente
No cavalo foi montando
Saiu pelo pasto afora
Com o coração sangrando
Desceu o chapéu no rosto
Pra ninguém lhe ver chorando!*

*Mataram o boi Tufão
Os anos foram passando
A cabeça do animal
No quintal ficou rolando!
Naquele mesmo lugar
Menino estava brincando*

*E na hora do almoço
A sua mãe lhe chamou
Garoto saiu correndo
Numa pedra tropeçou
Caiu na ponta do chifre
Do boi que seu pai matou!*

*Naquele sertão bravio
Nada puderam fazer
Foram chamar o doutor
Ele não pôde atender
O seu pai em desespero
Vendo seu filho morrer*

*Menino falou baixinho
Papai preste atenção
Eu vou pra junto de Deus
Me tenha no coração
Meu destino era morrer
Nos chifres do boi Tufão!*

A música “Boi Tufão” apresenta um contexto bastante interessante e aparentemente distante da realidade do compositor, visto que tem como cenário o sertão da Bahia, mais precisamente no início do século XX, no ano de 1900, e Criolo nasceu em Ituiutaba - MG. Apesar da distância, os dois estados fazem divisa e o movimento migratório de estados do nordeste para o sudeste é muito comum desde a primeira metade do século XX. No estado de São Paulo, o número de imigrantes da região nordeste em busca de novas condições de vida é muito grande, e foi justamente em São Paulo que Criolo viveu durante cerca de 30 anos compondo e cantando nas rádios.

Mesmo com a distância temporal e física, a narrativa musical consegue abarcar de maneira fiel como era o sertão baiano no início do século XX. O isolamento das comunidades rurais daquela época com a escassez de estradas, e as que existiam de má

qualidade, o transporte mais usado era o animal. Podemos perceber isso na passagem: “*Naquele sertão bravio/Nada puderam*” fazer se referindo ao isolamento e carência de recursos presentes naquele momento. Outras obras literárias, como “Os sertões” de Euclides da Cunha, comprovam esse isolamento, porquanto, o sertanejo descrito em “Os Sertões” vive numa sociedade voltada para si mesma e isolada dos padrões da sociedade do litoral e das capitais do país, Conforme Pereira (2012)². Essa característica não é exclusiva apenas ao estado da Bahia, mas está presente em outros estados brasileiros.

O isolamento rural também nos revela uma ausência de luxo nas comunidades rurais, nas grandes cidades no final do sec. XIX e o início do XX. Produtos e costumes de origem europeia ditavam as regras do luxo, os moradores dos sertões viviam alheios a tudo isso. Mesmo grandes fazendeiros com muitas posses não tinham acesso a artigos de luxo ou coisas importadas; nem mesmo serviços básicos como acesso a um médico, pois era difícil: “*Naquele sertão bravio/Nada puderam fazer/Foram chamar o doutor/Ele não pôde atender*”. Além de enfatizar o isolamento dos sertões destaca-se a ausência de serviços básicos no meio rural, bem como a simplicidade do ambiente.

É possível notar na música as relações hierárquicas bem definidas, demonstrando uma sociedade extremamente verticalizada, em que a figura do fazendeiro ou do coronel ditava as regras. Nos primeiros versos da música, o personagem do fazendeiro é identificado: “*Um ricaço fazendeiro/Por nome de Jeremias*”. Vemos que o fato de ele ser fazendeiro e rico, é evidenciado antes de seu próprio nome, mostrando sua importância dentro do contexto social da música. Em contrapartida, quando somos apresentados aos outros personagens, eles não têm nome, com exceção da Cigana Maria, pois por seu caráter místico talvez tenha sido nomeada. Quando se fala do empregado notamos a seguinte passagem: “*O moço era obediente*”, confirmando a relação de obediência e não necessariamente de trabalho entre patrão e empregado neste período. A mãe não tem fala na música, sua única ação é chamar para o almoço, ficando bem claro que restavam às mulheres a cozinha e os afazeres domésticos.

Algumas passagens nos revelam que se trata de uma sociedade cristã: “*Papai preste atenção/Eu vou pra junto de Deus*”, mas no início da música, o fazendeiro Jeremias vai

² PEREIRA, Ricardo A. B. *Os Sertões* – a Narrativa de Euclides da Cunha como referência principal à tragédia na série de Canudos. In: Canudos – Tragédia e arte na xilogravura de Adir Botelho. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2012, p. 64.

ECO-REBEL

a uma cartomante, algo obviamente condenado pela igreja católica, pois ninguém além de Deus pode profetizar. O fato de ser cristão não impede de acreditar piamente na cartomante fazendo com que matasse o boi temendo pela vida de seu filho. Isso nos revela um sincretismo religioso, sobretudo no estado da Bahia em que há uma concentração muito grande de seguidores de religiões afrodescendentes, além de concentrar comunidades ciganas, para não falar dos elementos indígenas.

Isto se refletia de maneira muito evidente na sua religiosidade, uma mistura de fé católica com todo tipo de superstições e credences originárias das culturas portuguesa, africana e indígena. A saída, então, para os momentos em que a vida se tornava insuportavelmente difícil, era apelar para esta fé no sobrenatural que misturava santos e fetiches de todo gênero. Ou, então, partir em procissão pela clemência divina sob o calor escaldante do sol, quando não noite adentro, ao som de intermináveis ladainhas e cantos (PEREIRA, 2012, p.64)

Por isso, não nos soa estranho ouvirmos uma música que trata de uma cigana de maneira natural e dá a impressão de ser algo comum, ainda mais que foi um fazendeiro rico que a procurou.

Tudo, de maneira resumida, trata da imutabilidade do destino das pessoas, o fato de o Jeremias ter matado o boi para evitar que seu filho fosse morto foi justamente o que causou a tragédia descrita na música. Podemos ver essa imutabilidade dos destinos nas narrativas míticas da Grécia antiga, mais precisamente na história de “Édipo Rei”, de Sófocles. A tragédia se constrói justamente por Laio ter ido a um vidente para ver a sorte do seu filho, e lhe é revelado que seu filho Édipo iria matá-lo e casaria com sua esposa. Ele abandona a criança e, no desenrolar da história, o destino se cumpre, Édipo mata seu pai e casa com sua mãe. Obviamente, os acontecimentos não ocorrem de maneira tão simples e as peripécias são apresentadas de forma mais grandiosa. Mas, o sentido é mesmo da música “Boi Tufão”, feita milênios depois, posto que não se pode lutar contra o destino que foi profetizado.

O curioso é como relacionar algo pertencente à cultura grega que faz parte do cânone dos estudos da antiguidade, com uma música feita por um morador de uma cidade interiorana de Minas Gerais. Ambas apresentam o mesmo sentido (não quero de nenhuma maneira apontar uma ou outra como mais importante ou melhor, apenas vejo sentido parecido em ambas). Uma possível saída é usarmos o conceito de Jung: “São as conexões mitológicas, os motivos e imagens que podem nascer de novo, a qualquer

tempo e lugar, sem tradição ou migração histórica. Denomino este conteúdo de “inconsciente coletivo” (JUNG, 1991). Partindo desse conceito de inconsciente coletivo é possível justificar como um elemento distante, tanto temporal como geográfico, chegou a nossos ouvidos hoje. É interessante notar também como na música vemos o conceito de imutabilidade do destino ajustado à realidade do sertão, sem causar estranheza ou desarmonia com a realidade descrita. Isso ocorre porque as duas obras apresentam verossimilhança e são carregadas de alegorias, cada um representando o seu tempo.

3. A Música Boi Tufão sob os olhares da ecolinguística

Agora que conhecemos melhor a música e exploramos seu potencial como documento que poderia ser usado para diversas disciplinas como fonte primária, vamos analisar e tentar compreendê-la melhor pela ótica da ecolinguística. A definição de ecolinguística pode ser vista como

Uma disciplina que estuda as relações entre língua e mundo natural, tendo como base conceitos da ecologia. Na verdade, ela estuda não só as relações entre língua e mundo natural, mas também as relações entre o mundo mental, bem como as que se dão entre língua e mundo social. (COUTO, 2012, p. 27)

O mundo natural é tudo que está à nossa volta e por sua vez rodeia a língua, visto que ela “esta em nós como uma espécie de parasita”³. Este mundo nada mais é do que o ar, a água, o espaço físico, as montanhas, as pessoas etc. Em seguida vem o mundo mental que está nos cérebros das pessoas; “conexões neurais em que o conhecimento linguístico (e não linguístico) é formado, armazenado e processado”⁴. Por último, o mundo social, que se refere à sociedade e à interação entre as pessoas dessas comunidades que se dá pela linguagem.

A linguagem relaciona esses três elementos presentes na vivência humana e como o ser humano influencia e ao mesmo tempo é influenciado por esses pilares.

³ COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. *Ecolinguística e Imaginario*. Brasília; Thesaurus, 2012, p.

27
⁴ idem

ECO-REBEL

Assim, o meio natural aparece de início como grande celeiro potencial, que não será utilizado indiferentemente, em bloco, mas conforme as possibilidades de operação do grupo; pois os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos da cultura e da sociedade. É o homem que os cria como tais, na medida que reconhece, seleciona e define. O meio se torna um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com suas necessidades e planejamento em função destas (CÂNDIDO, 1997, p. 34).

Dessa maneira, entende-se melhor a relação do homem com o meio natural, mental e social. É possível observar essas relações ou representações em qualquer produção humana; nas artes, como músicas, pinturas, esculturas etc. vemos isso de maneira mais visceral. Um poeta ou escritor tem intenção de narrar uma história baseada em sua vivência, anseios, projeções, cultura, lugar, sentimentos etc. Essas narrativas carregam várias representações do homem com o meio natural, social e mental, representações se mostram na linguagem.

Essas breves observações a respeito de algumas características da ecolinguística servem de base para olhar para a música “Boi Tufão” de modo minucioso e descritivo, e como a música consegue abarcar o mundo mental, natural e social da língua.

No primeiro momento já nos deparamos com a descrição do lugar e da data onde ocorrerão os fatos narrados: “Em um mil e novecentos/No estado da Bahia”. Essa passagem é uma descrição território/temporal da narrativa, o que é facilmente relacionado com meio natural da linguagem, sobretudo porque reconhecemos a Bahia como um estado, um lugar, uma determinação geográfica. Porém, a determinação de tempo que não é o da nossa vivência, remete ao início do séc. XX, e nos faz encarar esse trecho como ambiente mental, pois é necessário construir na memória, a partir de nossas experiências e estudos, como era a Bahia do ano de 1900 para compreender melhor a música e darmos melhor sentido a ela. É bem claro que as fronteiras entre ambiente mental, social e natural da linguagem não são estáticas nem apresentam divisões claras; elas são transitórias, ao mesmo tempo algo pode representar mais de um ambiente, porquanto o processo de aprendizagem da linguagem engloba esses três elementos de maneira simultânea: “O internacionalismo social que vê um sujeito que constrói seu conhecimento (mundo e linguagem) pela mediação um do outro” (COUTO, 2012)

ECO-REBEL

Nas seguintes passagens: “Um rico fazendeiro”, “Mandou chamar o empregado!” e “Foram chamar o doutor” fica bem clara a divisão social presente no contexto da narrativa, como a sociedade era extremamente verticalizada. O fazendeiro representa claramente a elite da época; o doutor pode ser encarado como a classe média estudada. O empregado representa a população pobre da zona rural a quem resta obedecer às ordens frente à desigualdade da época, sem intervenção alguma do estado. Naquele momento e naquele lugar, a mobilidade social não era possível por imposições do meio e da própria sociedade. Esses fragmentos dispostos em diferentes momentos da música refletem o mundo social a que a linguagem pertence, retratam de maneira discreta os personagens sociais e como eram suas relações.

Dentro do ambiente mental da língua podemos destacar na música o trecho: “Leu a sorte do seu filho”. Sabemos, obviamente, que não existe um alfabeto da sorte em que qualquer pessoa possa ler. Na verdade, quando se refere à sorte na música, entendemos de imediato que se trata do futuro; o futuro é por si só uma construção mental, uma projeção do que irá acontecer com base no presente. Neste fragmento: “Com o coração sangrando” também vemos uma construção mental que descreve a tristeza e a dor de caráter sentimental. Se fosse encarada de maneira literal seria a descrição de alguém a poucos segundos da morte, dificilmente alguém sobreviveria à laceração do músculo cardíaco.

Além das passagens pontuadas acima, a música apresenta vários elementos que nos ajudam a entender melhor a relação do homem com o meio rural do ponto de vista ecolinguístico, visto que características do ambiente da roça tanto, natural como social, se fazem presentes na música de maneira patente, tornando-a fonte inexaurível de análise, não só para ecolinguística, mas para várias áreas do saber.

4. Considerações finais

A análise de músicas pela perspectiva ecolinguística tem potencial de render muitos frutos, pois são expressões artísticas e tem características miméticas muito fortes sendo possível investigar com propriedade características ecológicas a que a língua está associada. Por geralmente narrar uma história, as músicas sertanejas têm potencial de ser fonte de estudos interdisciplinares, o que complementa e só enriquece a pesquisa. No caso, a análise de música abriu as portas para inúmeros pontos de vista, gerando

conclusões diversificadas sobre a mesma fonte, o que não significa dizer que são opiniões contrárias, mas que se contemplam.

Referências

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 1997, 8ed.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. *Ecolinguística e Imaginario*. Brasília: Thesaurus, 2012.

JUNG, C.G. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PEREIRA, Ricardo A. B. *Os Sertões – a Narrativa de Euclides da Cunha como referencia principal a tragédia na serie de Canudos*. In: *Canudos – Tragédia e arte na xilogravura de Adir Botelho*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2012.

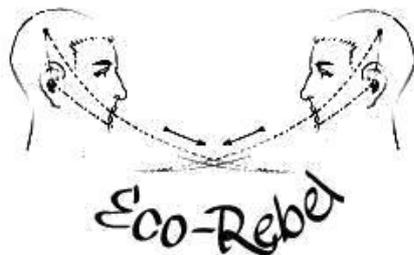
VERNAT, Jean Pierre. ‘Razões do Mito’. In: *Mito e sociedade na Grécia antiga*.

Brasília: Editora da UnB/Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.

Fontes: https://www.youtube.com/watch?v=Sz0uEx_nHyw

Enviado:30/09/2016.

Aceito: 20/01/2017.



AS PRÁTICAS RELIGIOSAS EM “O PAGADOR DE PROMESSAS”

SOB A PERSPECTIVA DA ADE

Michelly Jacinto Lima Luiz (UFG)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as práticas religiosas apresentadas no livro “O Pagador de Promessas” da perspectiva da Análise do Discurso Ecológica, mostrando como são geradoras de conflitos, sendo assim as causas do sofrimento e da morte no enredo. O “Pagador de Promessas” é uma obra literária escrita em 1960 pelo dramaturgo Dias Gomes, que tem por cenário a cidade de Fortaleza da década de 60, que retrata a história de Zé do Burro um homem simples que faz uma promessa a Santa Barbara de carregar uma cruz tão pesada quanto a de Jesus se a santa curar seu burro de estimação. Durante a narrativa fica visível que todo o conflito é causado pelas práticas segregacionistas realizadas pelo padre contra o personagem principal e até mesmo contra o candomblé. A Análise do Discurso Ecológica utilizada foi proposta por Couto. Basicamente, a ADE se baseia nos conceitos de valorização da vida e de luta contra o sofrimento evitável, da perspectiva da ideologia da vida.

Palavras-chave: Práticas religiosas. Violência e sagrado. Valorização da vida.

Abstract: The objective of this article is to analyze the religious practices present in the book "The Payer of Promises" from the perspective of Ecological Discourse Analysis (EDA), showing how they are generating conflicts, the causes of suffering and death in the plot. The “Payer of Promises” is a literary work written in 1960 by playwright Dias Gomes, whose scenario is the city of Fortaleza of the 1960s. It depicts the Zé history Burro as a simple man who makes a promise to Saint Barbara to carry a cross as heavy as that of Jesus expecting that the saint hail his donkey. During the narrative, it is clear that all the conflict is caused by segregationist practices performed by a priest against the main character and even against the candomblé. The EDA theoretical basis is that proposed by Couto. It comprise concepts such as of valuing life and struggling against avoidable suffering, and follows the ideology of life.

Keywords: Religious practices. Violence and sacred. Value of life.

1. Introdução

No decorrer deste artigo vamos analisar o livro “O pagador de Promessas” (Dias Gomes, 1960), para observar as práticas religiosas exercidas pelo padre representante do catolicismo, práticas que segregam os indivíduos, causando-lhes sofrimento em vários níveis. Essas práticas, geralmente, são fruto de grupos de fieis e de determinados líderes religiosos que experimentaram hierofanias¹ fundamentais.

¹ O termo foi postulado por Mircea Eliade em seu livro *Tratado de histórias das religiões*, para se referir

Neste artigo, temos como objetivo analisar as práticas religiosas alicerçando-nos na práxis da Análise do Discurso Ecológica, que apresenta os conceitos de valorização da vida e de luta contra o sofrimento evitável, privilegiando a harmonia em detrimento ao conflito, mostrando como essas práticas são a força motriz dos conflitos, resultando no sofrimento e na morte do personagem principal.

Este trabalho observa o discurso expresso na obra em análise, procurando compreender as causas da intolerância religiosa por parte dos personagens católicos na obra. Baseados nas práticas do cristianismo, que é o amor ao próximo, a solidariedade caridade etc., acredita-se que os seus seguidores fossem contra qualquer prática de violência, já que Jesus, que é o símbolo máximo do cristianismo, passou pelo sofrimento da crucificação para que a humanidade fosse livre do sofrimento. Assim sendo, por que ao invés de agregar os indivíduos e combater a violência, ela ocorre na narrativa? Como se explica a violência no âmbito religioso expresso pela obra em estudo? São esses aspectos que irão nortear nossa análise.

A Análise do discurso Ecológica, nossa base teórica, é um campo da ecologia e da linguística, que analisa como frequentemente os discursos se constituem negando a ideologia da vida, desestabilizando o ecossistema e causando sofrimentos aos seus membros. Ela não é uma disciplina voltada apenas para discursos ecológicos, antiecológicos ou pseudoecológico. O que ela faz é análise ecológica de discursos, de qualquer tipo. Sendo assim ela é uma disciplina da ecologia que investiga fenômenos da linguagem.

2. O Pagador de Promessas

O livro “O Pagador de Promessas” é um marco na dramaturgia nacional, escrito em 1960 por Dias Gomes. Ele narra a história de Zé do Burro, que em sua ingenuidade faz uma promessa a Santa Barbara, buscando a cura para seu melhor amigo Nicolau, um burro de estimação. Ao conseguir a graça almejada inicia sua peregrinação.

Depois caminhar sete léguas, com sua mulher Rosa, Zé do Burro chega às escadarias da Igreja de Santa Bárbara, em Salvador, trazendo nos ombros uma cruz tão pesada quanto a de Cristo. Ele havia feito uma promessa a Santa Bárbara, em favor de seu burro Nicolau, que foi ferido por um galho de árvore em uma noite de tempestade. Após

ao ‘ato de manifestação do sagrado’ (ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 479).

inúmeras tentativas, Zé do Burro faz um voto num terreiro de candomblé, onde Santa Bárbara é a figura sincrética de Iansã. Com a cura de seu melhor amigo, ele leva a cruz à referida igreja, além de dividir sua pequena propriedade com os demais lavradores da região. Contudo sua entrada é impedida pelo padre, que se sente ameaçado pelo fato de a promessa ter sido feita num terreiro de candomblé.

Dedé Cospé-Rima, um poeta local, se oferece para contar a história de Zé do Burro. Logo em seguida, surgem o capoeirista Mestre Coca e o investigador de polícia, o Secreta. Chegando o padre, o pagador de promessa tem a esperança de colocar a cruz que carregou por sete léguas no altar de Santa Bárbara. Porém, o líder católico proíbe sua entrada e tenta persuadi-lo a trocar sua promessa, mas Zé do Burro se mantém firme. Rosa tenta convencer o marido a ir embora, pois sabia que a polícia iria chegar e temia pela segurança de Zé. O delegado emite uma ordem de prisão a Zé do Burro que resiste mais uma vez, os soldados ameaçam levá-lo à força, mas os capoeiristas o defendem. E como resultado dessa confusão ocorre um disparo de arma de fogo que atinge Zé, que morre na porta da igreja e tem seu corpo carregado pelos capoeiristas e colocado sobre a cruz dentro da igreja

3. Religião, práticas religiosas e violência

Religião é a experiência religiosa institucionalizada. Parker (1996) a define como um elemento primevo do terreno simbólico-cultural de um grupo que, da perspectiva de suas significações, alude de maneira explícita a uma realidade excepcional: o sagrado, o numinoso e o transcendente. Essa concepção nos remete à etimologia da palavra religião, que é proveniente do termo latim *re-ligare*, que designa o ato de unir a terra ao céu, unindo, portanto, o homem ao sagrado, ao mítico.

Durkheim (1996), afirma que a religião é um sistema de crenças e comportamentos que expressam os valores e os ideais da sociedade, e que ela é criação da sociedade. Já Mircea Eliade, em seu livro *Tratado de história das religiões*, assevera que a religião não é somente expressão da sociedade, mas também exerce a função de reformulá-la, pois determina comportamentos, mundos, cosmologia e concepções históricas. Tem expressões próprias, utilizando os mitos, símbolos e rituais para interpretar o real, dando significado e valor a ações e objetos. Sendo assim, a religião é como uma lente, que através da linguagem mítico-simbólica controla as vidas dos indivíduos a partir de seu modelo, considerado sagrado.

ECO-REBEL

Para a ciência, a religião tem origem na sociedade, porém, para os fiéis sua origem é sobrenatural, por ser considerada fruto da revelação, da iluminação. Essa interpretação se baseia na crença em um ser divino, Deus, que quer se revelar aos homens. Centro é o sujeito superior (Deus) que por meio de sua revelação faz germinar fé no crente. A origem divina da religião acarreta uma verdade absoluta, irrevogável e dogmática.

As práticas religiosas são um conjunto de ensinamentos que são instaurados a partir da leitura de textos sagrados, que fundam determinada expressão religiosa. As interpretações dos textos fundadores das religiões constituem tradições que se convertem em doutrinas normativas, que determinam as ideias, as práticas e os comportamentos morais e éticos das pessoas. Essas práticas podem ser condensadas em dogmas, que são um componente mais firme, mais autoritário, não podendo ser contestados de maneira nenhuma pelos seus seguidores.

No catolicismo, religião em cujo contexto se insere a obra em estudo, há um fundamentalismo negativo. Todas as religiões são fundamentalistas, pois afirmam de forma categórica aquilo que é fundamental em sua tradição, e realmente é necessário cultivar um certo fundamentalismo, porque estabelece aquilo que é próprio de sua identidade, ajudando sua sobrevivência, porém sem fechar-se para outras expressões religiosas. Contudo o que é demonstrado no livro “O Pagador de Promessas” é o contrário, a expressão religiosa isola-se dentro de suas próprias verdades, refutando todo tipo de verdade que venha de fora. Essa postura gera violência, pois não há um diálogo inter-religioso.

Girard (1998) afirma que a interação das inúmeras manifestações sociais atua por meio da intrínseca relação do sagrado com a violência. O sagrado é um instrumento regulador do qual as sociedades utilizam contra o prenúncio de violência generalizada. Em sua concepção, esse processo é a base fundacional da cultura, sendo assim, a esfera do sagrado está repleta de violência, e a violência é permanentemente sacralizada.

Violência é uma maneira de violação da ordem social. Segundo Hérítier (1996, p. 17), a violência é “qualquer ameaça de natureza física ou psíquica susceptível de gerar o temor, o deslocamento, a infelicidade, o sofrimento ou a morte de um ser. Ela pode se manifestar de inúmeras formas: violência intencional (quando há o desejo de praticá-la), violência não intencional (quando não existe intenção de praticá-la), violência direta (quando atinge imediatamente o indivíduo que sofre), violência indireta (quando danifica ou altera o ambiente da pessoa causando-lhe sofrimento), violência física

(quando atinge o corpo da pessoa), e emocional (quando vai de encontro ao psicológico do ser).

Neste trabalho há uma ênfase na violência física e, principalmente, emocional e simbólica. De acordo com Assis (2005, p. 192) “a violência emocional não resulta em morte do corpo, mas resulta em morte da alma”. Essa forma de violência está muito manifesta nas instituições, pois implicam em depreciar, humilhar, desrespeitar e agredir verbalmente uma pessoa; ela tem a ver com o sofrimento mental da ADE. Já a violência simbólica é mais sutil e se dá de forma velada, pode ser definida como “o conjunto ideológico de símbolos e ideias a serviço da dominação e da repressão” (MONTEIRO, 2007, P.107), causando o sofrimento social da ADE.

4. Análise do Discurso Ecológica

A Análise do Discurso Ecológica está inserida no contexto da Linguística Ecológica, vertente da Ecolinguística praticada no Brasil. As primeiras postulações foram feitas em Couto (2013) ainda de forma experimental, sendo apresentada de forma mais elaborada em Couto; Couto; Borges (2015). Ela tem por alicerce os conceitos da ecologia geral, e é uma disciplina holística e multidisciplinar, que possibilita estudar qualquer discurso a partir de conceitos ecológicos.

As principais fontes da ADE são: a visão ecológica de mundo, a macroecologia, a ecologia profunda, o taoísmo, a análise do discurso positiva e a filosofia de vida de Mahatma Gandhi.

A visão ecológica do mundo (VEM), elege o aspecto positivo de toda e qualquer questão, não no sentido de desconsiderar o que é negativo, mas no sentido de contemplá-lo por outro prisma. Em vista disso, possibilita um olhar distinto para o mundo, um modo de ver do ponto de vista ecológico. Um ecólogo deve preocupar-se até mesmo com a linguagem que emprega priorizando aquela que não incita à depredação da natureza, verificando seu objeto de estudo de uma maneira mais ampla, como parte de uma totalidade.

A inspiração da macroecologia se dá principalmente por intermédio da ecologia biológica e da ecologia linguística. Utilizando como principais categorias de análise os conceitos básicos da ecologia – como ecossistema, interação, diversidade, adaptação, abertura, evolução, sustentabilidade, visão de longo prazo e relações harmônicas e desarmônicas – As relações harmônicas defendem uma convivência pacífica e até

ECO-REBEL

mesmo cooperante entre os seres de espécies diferentes. Partindo desse princípio, a ADE prescreve que tratemos as demais espécies com respeito, lembrando sempre que quanto mais diversidade mais o ecossistema torna-se forte. Já as relações desarmônicas dizem respeito a relações que prejudicam outras espécies. Sendo assim, a ADE determina que elas devem ser combatidas, pois defender a vida de uma outra espécie não acarreta em necessariamente danos vitais para a nossa.

Uma fonte importante é a Ecologia Profunda de Arne Naess (1912-2009), que vai à raiz dos problemas, defendendo a vida de todos os seres com o máximo de empenho. Outra postura apropriada pela ADE é o prescritivismo; não só descreve os fatos, mas também sugere atitudes realizáveis para a solução do conflitos, defender a vida e para evitar o sofrimento.

O taoísmo acredita que somos seres tridimensionais, compostos de corpo, mente e espírito. Assim como a Ecologia Profunda o taoísmo defende a harmonia, nos aconselhando a nos vestir de tolerância, prudência e humildade. Isso leva à outra base da ADE, a análise do discurso positiva, que assume uma postura positiva frente ao mundo, fazendo dele um lugar melhor. Temos também com fonte a vida de Gandhi que lidava com os conflitos de modo pacífico, primando sempre pela vida em harmonia.

A ADE estuda a ideologia a partir da ideologia da vida ou ideologia ecológica, que tem como alicerce a Ecologia Profunda de Arnes Naess. Ela defende o equilíbrio de um ecossistema, tendo como foco os discursos quotidianos e os enunciados que se organizam de maneira oposta as noções ecológicas. O principal objetivo da ADE é observar como os discursos postos em circulação que negam a ideologia da vida, apresentando medidas realizáveis para a solução do problema.

Na ADE o discurso é uma sedimentação de significados dentro do ecossistema. O foco principal da ADE está na interação comunicativa. Sendo assim, ela encara o discurso como produto da interação comunicativa. O conceito de língua também é diferente, pois ela não é uma estrutura opaca ou um sistema de significados, mas sim um modo de interação entre os membros de uma comunidade.

O ecólogo que pratica ADE precisa modificar a forma de encarar o mundo, olhá-lo por outro ponto de vista, enfatizando a defesa da vida e luta contra tudo que traz sofrimento em todos os níveis, seja ela físico, mental ou social. Lembrando que ela é uma disciplina da ecologia, portanto, seus conceitos não são transplantados e sim parte natural de base epistemológica.

5. As práticas religiosas sob as práxis da ADE

Partamos do seguinte diálogo:

Padre: *(Como se não o ouvisse) E além disso, Santa Bárbara, se tivesse de lhe conceder uma graça, não iria fazê-lo num terreiro de candomblé!*

Zé: *É que na capela do meu povoado não tem uma imagem de Santa Bárbara. Mas no candomblé tem uma imagem de Iansã, que é Santa Bárbara...*

Padre: *(Explodindo) Não é Santa Bárbara! Santa Bárbara é uma santa católica! O senhor foi a um ritual fetichista. Invocou uma falsa divindade e foi a ela que prometeu esse sacrifício!*

Zé: *Não, Padre, foi a Santa Bárbara! Foi até a igreja de Santa Bárbara que prometi vir com a minha cruz! E é diante do altar de Santa Bárbara que vou cair de joelhos daqui a pouco, pra agradecer o que ela fez por mim!*

Padre: *(Dá alguns passos de um lado para outro, de mão no queixo e por fim detém-se diante de Zé-do-Burro, em atitude inquisitorial) Muito bem. E que pretende fazer depois... depois de cumprir a sua promessa?*

Zé: *(Não entendeu a pergunta) Que pretendo? Voltar pra minha roça, em paz com a minha consciência e quite com a santa.*

Padre: *Só isso?*

Zé: *Só...*

Padre: *Tem certeza? Não vai pretender ser olhado como um novo Cristo?*

Zé: *Eu?!*

Padre: *Sim, você que acaba de repetir a Via Crucis, sofrendo o martírio de Jesus. Você que, presunçosamente, pretende imitar o Filho de Deus...*

Zé: *(Humildemente) Padre... eu não quis imitar Jesus...*

Padre: *(Corta terrível) Mentira! Eu gravei suas palavras! Você mesmo disse que prometeu carregar uma cruz tão pesada quanto a de Cristo. Zé: Sim, mas isso...*

Padre: *Isso prova que você está sendo submetido a uma tentação ainda maior.*

Zé: *Qual, Padre?*

Padre: *A de igualar-se ao Filho de Deus.*

Zé: *Não, Padre.*

*Padre: Por que então repete a Divina Paixão? Para salvar a humanidade? Não, para salvar um burro!*²

O diálogo acima é uma demonstração da intolerância da religião católica representada pelo padre, que agride verbalmente Zé do Burro, que, apesar de católico, tem respeito pelo candomblé a ponto de fazer sua promessa em um terreiro, ao contrário do padre que não consegue conceber outras práticas religiosas, chamando as divindades que não as suas de “falsa divindades”.

Um dos aspectos mais explícitos desse trecho em análise é o sincretismo religioso. O sincretismo entre Iansã e Santa Bárbara pelos que praticam culto aos orixás não é aceita como evidente para os seguidores do catolicismo. Tal aspecto é a mola propulsora do conflito principal na relação entre os personagens da história. No Brasil, o absorvimento sincrético dos rituais e crenças das religiões africanas tem origem na interdição que a Igreja Católica europeia impõe aos negros como uma forma de dominação. Esse “esforço” ocorre na realização de seus ritos, na organização e na reinterpretação de seus símbolos. Nesse movimento, que forçava os negros a aderirem ao catolicismo, há uma incorporação dos orixás aos santos católicos, resultando em conflitos como o supracitado.

A ADE é contra essas atitudes etnocêntricas. O etnocentrismo acontece quando um grupo de pessoas que possui os mesmos comportamentos e ordem social, discrimina o outro, presumindo-se melhor do que outro, porque esse outro manifesta culturas e hábitos diferentes. A Análise do Discurso Ecológica rechaça essa visão, porque em sua percepção não existe uma cultura superior a outra, e ainda nos instrui da necessidade de olharmos para o outro de forma humilde e solidária, mostrando que é de extrema importância a diversidade nos ecossistemas tanto biológicos quanto culturais, como afirma COUTO (2007, p.34):

Dentro do todo que é a biosfera, por exemplo, para haver uma certa estabilidade é necessário que haja muita diversidade de espécies. Sua redução pode causar perturbações que, a médio e longo prazo, podem causar o colapso de todo o ecossistema. Portanto, quanto mais complexo e diversificado for um ecossistema mais estável ele será.

² GOMES, Dias. *O pagador de promessas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 34.

ECO-REBEL

Para a resolução dos conflitos supracitados, a ADE recomenda o diálogo inter-religioso, pois o mesmo define maneiras de aproximação entre grupos de expressões religiosas as mais diversas, buscando uma afirmação da vida como maior desafio. Não se trata de uma mescla de religiões no intuito de alcançar uma religião única, mas sim da abertura para o diálogo e do estabelecimento de um bom senso para fixar uma ética mundial. Como afirma Kung (1999) “não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões” e “não haverá paz entre as religiões sem paz entre os líderes religiosos”.

Outro problema manifestado no discurso religioso expresso pelo padre é o antropocentrismo, que coloca o homem no centro do universo, pressupondo que tudo que existe foi criado e desenvolvido para o deleite humano, não valorizando as demais espécies, pois o universo deve ser concebido de acordo com sua relação com o homem. O padre desqualifica também o sacrifício feito por Zé do Burro pela sua motivação ter sido a saúde do burro de estimação Nicolau. Enquanto o personagem principal não identifica o amigo pelo qual fez a promessa, o líder religioso o ouve, porém quando esse amigo é identificado como um animal, ocorre uma ruptura no entendimento, portanto, só os humanos são importantes e dignos de serem alvos de uma promessa dessa alçada. Observemos outro diálogo que revela essa intolerância do Padre:

Zé: (Gritando, alucinadamente) Padre, é preciso que me ouça, padre! (Abre-se de súbito a porta da igreja e entra o Padre. O Sacristão atrás dele, amedrontado. Grande silêncio. O Padre avança até o começo da escada).

Padre: Que pretende com essa gritaria? Desrespeitar esta casa, que é a casa de Deus?

Zé: Não, Padre, lembrar somente que ainda estou aqui com a minha cruz.

Padre: Estou vendo. E essa insistência na heresia mostra o quanto está afastado da igreja.

Zé: Está bem, Padre. Se for assim, Deus vai me castigar. E o senhor não tem culpa.

Padre: Tenho, sim. Sou um sacerdote. Devo zelar pela glória do Senhor e pela felicidade dos homens.

Zé: Mas o senhor está me fazendo tão infeliz, padre!

Padre: (Sinceramente convicto) Não! Estou defendendo a sua felicidade, impedindo que se perca nas trevas da bruxaria.

Zé: Padre, eu não tenho parte com o Diabo, tenho com Santa Bárbara.

*Padre: (Agora para toda a praça) Estive o dia todo estudando este caso. Consultei livros, textos sagrados. Naquele burro está a explicação de tudo. É Satanás! Só mesmo Satanás podia levar alguém a ridicularizar o sacrifício de Jesus.*³

Nesse diálogo Zé do burro tenta novamente entrar em harmonia com o padre tentando uma forma de resolver o conflito, porém o líder católico se recusa a compreender o protagonista. Podemos observar que ele faz uso de sua autoridade religiosa para tentar convencer Zé que ele está errado e que não está consciente de suas atitudes.

No catolicismo o sacerdote é considerado um ‘especialista do sagrado’ que tem entre suas muitas funções fundamentais converter o mito em doutrina e cuidar dela, além de ser o guardião da adequada compreensão e emprego da tradição que essa doutrina estabelece. O padre que tem como base essa concepção, não se importa em nenhum momento com o sofrimento do protagonista, pois em seu modo de ver ele está zelando para que a tradição seja mantida, não acarretando danos à imagem da igreja e de seu Deus.

A ADE tem como premissa básica a defesa da vida e a luta contra o sofrimento. A violência simbólica emocional sofrida pelo personagem principal é uma forma de sofrimento mental que resultará em um sofrimento físico, pois o próprio personagem diz ao padre que o mesmo está fazendo com que ele seja muito infeliz, contrariando a asserção anterior feita pelo próprio padre de que sua função é “zelar pela glória do Senhor e pela felicidade dos homens”. Mas em nenhum momento o padre coloca em questão o sofrimento, já que suas atitudes estão causando-o no personagem, e por sua intransigência o personagem vivencia o sofrimento físico máximo: a morte. Nesse caso a ADE defenderia o personagem Zé, pois em sua concepção a vida é o bem mais importante, a tradição modifica-se, mas a vida, uma vez que for tirada, nunca mais volta.

6. Considerações finais

O presente artigo procurou mostrar como se constroem as manifestações de intolerância no livro “O Pagador de Promessas”, enfatizando que as práticas religiosas expressas no livro demonstram um fundamentalismo violento e segregacionistas. Isso gera no enredo um sofrimento desnecessário tanto no personagem principal quanto nos demais

³ GOMES, Dias. O pagador de promessas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 69.

personagens que prestam culto aos orixás. Demonstrando que a rejeição do sincretismo religioso por parte dos personagens católicos é intrínseca a suas bases primordiais, pois é dever do sacerdote cuidar para que as doutrinas e dogmas sejam irrevogáveis e cumpridos à risca.

Aqui foi também apontado como a Análise do Discurso Ecológica concebe essas práticas. Ela leva em consideração a religião e a espiritualidade, porém é contra suas práticas que causam sofrimento e prejudicam a vida, além de sua visão antropocêntrica e etnocêntrica, pois não existe espécies ou culturas superiores nessa perspectiva, sendo a favor da diversidade que é um dos princípios do fortalecimento do ecossistema.

Alicerçados nos pressupostos teóricos da ADE, podemos afirmar que essa disciplina possui um caráter prescritivo, e recomenda que, diante dessas práticas religiosas que causam o sofrimento e a morte do protagonista, é necessário que se instaure um discurso inter-religioso, não com a intenção de unificar as religiões, mas no intuito de que elas mantenham relações harmônicas, deixando as rivalidades e contribuindo para uma sociedade que possua mais empatia pelo outro.

7. Referências

ASSIS, S. G. *A geração da violência nos diferentes estratos sociais*. In: HUTZ, Cláudio Simon (org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 186-194.

COUTO, Hildo H do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

_____. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Análise do discurso ecológica, 2013. (acesso 01/02/2016):

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nekoki do; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Análise do Discurso ecológica – (ADE)*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

COUTO, Elza Kioko N. N. do. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013.

COUTO, Elza N.N. do; ALBUQUERQUE, Davi Borges de. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte*, v. 23, n. 2, 2015, p. 485-509.

DURKHEIM, Émile, *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GIRARD. René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra.1998.

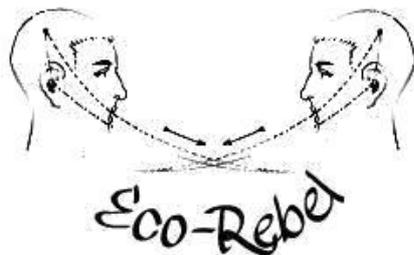
ECO-REBEL

- GOMES, Dias. *O pagador de promessas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. HÉRITIER, F. *De La violence*. Seminário de F. Hérítier. Paris: Odile Jacob, 1996. KUNG, Hans. *Teologia a caminho*. Fundamentação para um diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- MONTEIRO, M. *Um jumentinho na avenida: a missão da Igreja e as cidades*. Viçosa: Ultimato, 2007.
- PARKER, C. *Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Enviado: 01/09/2016.

Aceito: 15/01/2017

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



PENSANDO A CAPOEIRA DENTRO DO ECOSISTEMA CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

Zilda Dourado (UEG)

R e s u m o : O presente texto tem como objetivo analisar a capoeira dentro da proposta de ecossistema cultural, proposto por Couto (2016). Para alcançar esse objetivo, o artigo apresenta a história da capoeira no Brasil, referindo-se aos elementos que constituem a sua prática e, depois, avalia-a dentro do conceito de ecossistema cultural. A cultura é compreendida como um conjunto de signos e sistemas de signos de determinada comunidade, melhor dizendo, a totalidade dos signos dessa comunidade, portanto, ela é também linguagem. Como o ecossistema cultural engloba o ecossistema linguístico, conclui-se que a capoeira é mais um componente desse conjunto de signos, ou seja, ela é uma linguagem cultural.

P a l a v r a s - c h a v e : Capoeira angola, ecossistema cultural, ecossistema linguístico

A b s t r a c t : The objective of this text is to analyze capoeira in the framework of the cultural ecosystem proposed by Couto (2016). The article will begin by a short presentation of the history of capoeira in Brazil, presenting some of the most important features of this practice, evaluating them as belonging to the cultural ecosystem. Culture is an ensemble of signs or systems of signs of a community, better, it is the totality of signs of this community, therefore, it is language in the broad sense. Capoeira will be seen as a type of cultural language of the Brazilian culture.

K e y w o r d s : Ecosystemic linguistics. Speech community. Italian immigration. Languages in contact.

*O capoeira não é aquele que sabe
movimentar o corpo e sim o que se deixa
movimentar pela alma.
Mestre Pastinha*

1. Introdução

Em 2014, na 9ª sessão do comitê intergovernamental para a salvaguarda em Paris, a UNESCO reconheceu a roda de capoeira como um patrimônio cultural imaterial da

ECO-REBEL

humanidade. Esse título foi concedido porque essa prática é uma das mais antigas e mais bem consolidadas manifestações da cultura brasileira, não só aqui no Brasil, mas também em todo mundo.

A capoeira pode ser considerada como uma prática que congrega música, dança, jogo, luta, mitologia e religiosidade. Na roda de capoeira há os cantos, os movimentos de dança em forma de ginga, os golpes, algumas referências à mitologia dos orixás, e, em alguns grupos, também ao candomblé ou à umbanda. Por isso, a capoeira é considerada como uma das maiores representantes da cultura brasileira em suas raízes africanas.

Na época da escravidão, no Brasil, em diferentes locais, os negros começaram a desenvolver uma prática de luta em ciranda, ao mesmo tempo em que eles praticavam a música, a comida e as crenças africanas. De acordo com Reis (1997), desde então, a capoeira foi se desenvolvendo como dança, luta, jogo entre os negros e, após a abolição da escravatura, entre negros e brancos.

No período imperial e de consolidação da república no Brasil, a capoeira era uma prática extremamente marginalizada. Conforme Reis (1997) comenta, do Império até abolição da escravatura, os senhores de engenho repreendiam os capoeiristas para que eles não se desviassem do trabalho na lavoura ou do trabalho doméstico. Após a abolição, com o processo de urbanização das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, a população negra foi colocada à margem da sociedade e todas as suas práticas consideradas como criminosas, tais como a capoeira, o samba e o candomblé.

Mesmo assim, na Bahia e no Rio de Janeiro, havia muitas maltas, grupos de capoeiristas que faziam rodas em lugares escondidos da polícia. Reis (1997) comenta que esse processo de criminalização da capoeira está muito bem retratado em documentos da polícia, que trazem muitos registros de prisões de capoeiristas. Essas maltas eram formadas por homens negros, brancos e mulatos. A inserção de homens brancos nessa prática gerou uma tensão social, no sentido de que, se por um lado se descriminava e criminalizava toda manifestação da cultura negra, por outro lado, a comunidade branca também queria se apropriar dela.

Reis (1997) comenta que houve uma tentativa de higienização da capoeira, para que ela fosse mais embranquecida e, assim, ser mais aceita socialmente. Ainda assim, houve resistência por parte dos negros, motivo pelo qual essa relação entre brancos e negros dentro da capoeira proporcionou uma ressignificação dessa prática. Na década de 1930, a capoeira foi descriminalizada, embora já estivesse largamente presente, sobretudo em

Salvador, com a academia de capoeira angola criada pelo Mestre Pastinha. Ainda na Bahia, em Salvador, Mestre Bimba conseguiu institucionalizar toda a prática da capoeira, ainda que tenha criado uma nova vertente: a capoeira regional. E assim ela foi se desenvolvendo até alcançar o status social e cultural que conhecemos hoje, como patrimônio cultural imaterial da humanidade.

Como se pode perceber nesse pequeno percurso histórico da capoeira, as relações entre brancos e negros sempre tiveram relevância para a constituição dessa prática. O que permite pensar em como as pessoas de uma comunidade constroem, ressignificam, mantêm e reconhecem uma cultura. Por isso, esse trabalho pretende analisar a capoeira dentro da proposta do ecossistema cultural, proposto por Couto (2016). O texto está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte será dedicada à explanação do ecossistema cultural já aplicada aos elementos da capoeira. A segunda parte apresenta algumas considerações que podem alargar esse conceito para que ele seja mais produtivo para qualquer manifestação cultural.

2. O ecossistema cultural

Couto (2016) propôs esse conceito de Ecossistema cultural (doravante EC) dentro da Ecolinguística, ainda que existam outras linhas teóricas que já esboçaram algo a respeito, como é o caso da Antropologia e da Ecologia Social. O diferencial de Couto (2016) é o de sistematizar o ecossistema cultural a partir das relações entre língua e cultura, segundo um paradigma ecológico dos estudos da linguagem, a própria Ecolinguística. Dessa maneira, o conceito de ecossistema cultural é desenvolvido a partir do ecossistema linguístico (doravante EL).

O EL é formado pelas inter-relações entre língua, povo e território, isto é, um povo interagindo linguisticamente em um espaço. Desse modo, o mais importante para o estudo do EL é a interação linguística entre os falantes, a própria comunicação, também denominada de interação comunicativa.

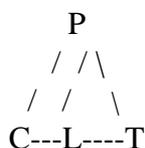
Essa interação comunicativa desenvolve-se de acordo com três outros meios ambientes: o natural, o mental e o social. O meio ambiente natural é o território onde o povo vive, convive e interage linguisticamente. O meio ambiente mental está na mente do falante, em seu imaginário, por meio do qual ele percebe, simboliza e atua no mundo, bem como se comunica. O meio ambiente social é o da ordem da comunidade, da

ECO-REBEL

organização social dos falantes. Até então, era aqui que se falava em cultura, como um modo das pessoas conviverem socialmente (COUTO, COUTO & BORGES, 2015).

O conceito de cultura é muito amplo e diversificado, não há consenso entre os antropólogos sobre o que é a cultura, e, muitas vezes, dependendo da maneira como se constrói essa concepção, ela pode gerar preconceitos entre diferentes comunidades. Além do mais, até mesmo dentro da linguística existem muitas discussões sobre a relação língua e cultura. Por exemplo, quando um povo perde a sua língua, ele automaticamente perde a sua cultura? Qual é o papel da língua dentro da cultura? Ou da cultura dentro da língua?

Couto (2016) defende a tese de que cultura é tudo que faz parte do acervo de um povo. É um conjunto de signos e sistemas de signos de determinada comunidade, tudo o que as pessoas de um grupo compartilham tanto no nível material como imaterial. Nesse sentido, uma língua também é compartilhada por um povo e tem uma profunda importância para a transmissão e manutenção de uma cultura. Por isso, Couto (2016) afirma que o ecossistema linguístico está inserido no ecossistema cultural. Como aparece na figura abaixo:



Ecossistema Cultural (CPT)
Ecossistema Linguístico (LPT)
Ecossistema Linguístico-Cultural (C/LPT)

Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/> (cesso em 02.07.16)

O ecossistema é o conceito central da Ecologia. Trata-se do conjunto das interações dos seres vivos entre si e com o seu meio externo. Como foi dito anteriormente, o ecossistema linguístico é o conjunto das interações linguísticas de um povo. Como ele está inserido em um ecossistema cultural, as interações linguísticas também são responsáveis por produzirem, transmitirem e preservarem todos os signos compartilhados por um povo em sua cultura.

Vale acrescentar que Couto (2016) trabalha com a concepção de signo de Peirce. Assim, os signos indiciais, icônicos e simbólicos são os constituintes da cultura em geral. Como mostra Couto (2016), tudo que é exterior ao falante é passível de ser representado por ele no sentido do signo peirciano. Assim, o signo pode ser ícone, índice ou símbolo.

ECO-REBEL

O ícone é uma imagem que se assemelha ou imita um objeto já existente, por exemplo, uma foto na identidade. O índice é um indicador do objeto, a sua relação é de associação com ele, por exemplo, uma seta indicando uma direção. O símbolo é uma abstração do objeto, por exemplo, o símbolo da fita rosa para a campanha do câncer de mama, ou as palavras da língua em geral.

Por essas características do signo, a cultura é compreendida como os signos ou os sistemas de signo, pois, de certa maneira, todos eles demonstram como uma comunidade percebe o mundo ao seu redor e se relaciona com ele. Afinal, a cultura emerge da natureza, embora o espaço natural exista independente da cultura.

A partir dessas considerações, a cultura é dividida em elementos materiais e imateriais, chamados objetos/fato. Desse modo, a cultura material tem relação direta com a natureza física, ela é constituída pelos padrões de construção, monumentos, artefatos, etc. Couto (2016) conceitua como naturofatos, os elementos do meio natural que têm valor simbólico os seus membros da comunidade, bem como refletem a relação daquele grupo com a natureza, como o Pão de Açúcar para a cidade do Rio de Janeiro. A estátua do Cristo Redentor é também material, mas já é um artefato. .

A cultura imaterial envolve as crenças, as tradições, os costumes, as mitologias, as narrativas, as danças, lutas etc. Couto (2016) define artefatos, mentefatos e sociofatos dentro dessa parte da cultura. Os artefatos são os objetos produzidos em função das crenças, tradições, práticas de um grupo social, por exemplo, o berimbau para a capoeira. Os mentefatos estão relacionados com a percepção do mundo, apresentam um caráter psíquico. Já os sociofatos são os dados das culturas que sustentam as regras culturais de cada grupo, conseqüentemente, as regras interacionais de cada comunicação.

Com essas considerações, Couto (2016) defende que a língua é um dos componentes mais importantes de uma cultura, ainda que esta possa sobreviver sem aquela. Nesse sentido, apresenta-se o esquema abaixo (COUTO, 2016).

Cultura:

Língua: regras sistêmicas e regras interacionais

Objetos/fatos: naturofatos, artefatos, mentefatos, sociofatos

Como se vê (cf. fig. supra), a cultura engloba a língua, ainda que seja muito dependente dela para sobreviver em sua comunidade. Como defende Couto (2016), a língua é

veículo de cultura, porque grande parte desta é de natureza linguística-semiótica. A partir dessas considerações, já se pode compreender melhor as relações entre língua e cultura.

Quando m povo perde o seu território, pode perder também a língua, mas muitos traços de sua cultura podem permanecer, porém, a lógica inversa não se sustenta: se um povo perder a cultura, dificilmente manterá a língua. Couto (2016) apresenta outros exemplos, tais como, uma mesma cultura podendo sustentar mais de uma língua. Assim como várias culturas podem relacionar-se com uma só língua.

Com esse conceito de ecossistema cultural é possível analisar holisticamente muitos textos sincréticos, bem como algumas culturas, dentro do paradigma ecológico da linguagem. A seguir, será feita uma tentativa de aplicação desse conceito à capoeira no Brasil.

3. A capoeira e o ecossistema cultural

Como foi exposto anteriormente, o objeto de estudo da Ecologia são as interações dos seres vivos no meio ambiente. Como os seres vivos e os biomas são diversos, as suas interações também são de complexidades diferentes. Por isso, a Ecologia se ramificou em diferentes linhas de pesquisas para dar conta dessa complexidade de interações entre os seres vivos e os seus meios ambientes. A Ecolinguística se coloca como mais um ramo da Ecologia que se dedica às interações linguísticas, isto é, faz um estudo ecológico da linguagem humana.

Dentro dessa perspectiva, Couto (2016) mostrou que o ecossistema linguístico está inserido no ecossistema cultural, como foi largamente exposto na seção anterior. Dessa maneira, podemos alargar as ideias sobre esse EC, se pensarmos que se todos os elementos que compõem a interação linguística estão submetidos à cultura, é possível pensá-la em relação aos meios ambientes social, mental e natural. É assim que iniciaremos as nossas reflexões sobre a capoeira no ecossistema cultural.

3.1. O meio ambiente social da cultura

Garner (2015) afirma que a língua surge da interação complexa na comunidade, da comunicação e da cultura, porque as pessoas só se comunicam em situações reais, na medida em que uma comunidade que vive e se organiza socialmente em um espaço.

ECO-REBEL

Desse modo, o meio ambiente da língua são as pessoas interagindo linguisticamente enquanto uma comunidade e a partir de sua cultura. Por isso, a língua precisa ser estudada a partir das situações reais e concretas de interação comunicativa, porque estas também estão inseridas dentro da cultura de um grupo.

Garner e Supardi (2016) também complementam essa ideia com a concepção de que a linguagem possui um meio ambiente físico, social e pessoal. Todos eles são definidos e se desenvolvem por três sistemas de sociabilidade humana: comunidade, comunicação e cultura. Desse modo, a língua está muito ligada aos hábitos, crenças, suposições e valores culturais comuns de um grupo vivendo em um território. Assim, dentro de uma perspectiva ecológica, faz-se necessário estudar as interações de uma comunidade em um território para compreender melhor a sua língua e a sua cultura.

Como é de conhecimento comum, a capoeira é reconhecida dentro da cultura afro-brasileira, formada pelos negros africanos que vieram para o Brasil na época da diáspora africana. De acordo com Petter & Cunha (2015, p. 222), a diáspora africana foi uma imigração forçada dos indivíduos promovida pelo regime escravista do Brasil, que ocorreu dos séculos XVI aos finais do século XIX. Como aparece abaixo, foram três ciclos da grande diáspora africana para o Brasil:

Século XVI – Ciclo da Guiné – Escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do equador – cultivo da cana de açúcar e do tabaco.

Século XVII – Ciclo do Congo e da Angola – Negros bantos – cultivo da cana de açúcar e do tabaco.

Século XVIII – Ciclo da costa da Mina e da Bahia de Benin – Escravos sudaneses – exploração das minas de ouro e diamante, cultivo do algodão, do arroz e colheita de especiarias.

Século XIX – Negros de várias regiões, mas principalmente de Angola e Moçambique – cultivo do café.

Até aqui, já podemos reconhecer uma relação de violência dos portugueses com os africanos de diversas regiões da África. Essa situação de convívio desarmônico também gerou um contato entre línguas de diferentes etnias africanas com o português. Contudo, como teoriza Petter & Cunha (2015), os portugueses seguiam uma política de separar as pessoas de um mesmo grupo étnico para impedir que africanos de uma mesma origem ficassem juntos em uma capitania.

Como se vê na Ecologia, qualquer mudança de território envolve processos de adaptação por parte da comunidade a fim de sobreviver. Assim, todas essas pessoas, de diferentes grupos étnicos africanos, com suas respectivas culturas e línguas, precisaram

encontrar uma forma comum para se comunicarem, assim como para sobreviverem enquanto uma comunidade no Brasil. Petter & Cunha (2015) mostram que existem poucos documentos com registro das línguas africanas faladas no Brasil nesse período da diáspora. Os poucos que tem demonstram que as línguas africanas transportadas para o Brasil foram as da região oeste africana, as línguas do tronco nígero-congolês, línguas afro-asiáticas, línguas Nilo-saarianas, e as da região austral, denominadas como um subgrupo banto do tronco nígero-congolês dos países da República do Congo, República Democrática do Congo, Angola e Moçambique. Todas essas línguas são muito semelhantes tipologicamente, isto é, apresentam semelhanças aos níveis do léxico, da fonologia e da morfossintaxe:

A concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, no caso das línguas bantas da Angola, pôde levar à adoção do quimbundo como língua veicular nesses depósitos (PETTER & CUNHA, 2015, p. 226).

Também houve formas de negociação da comunicação com os portugueses nesse processo. Como defende Couto (2016), o contato linguístico entre falantes de diferentes etnias é um processo de dupla adaptação para que essas pessoas possam conviver em um território. No Brasil, em razão do quimbundo, muitos negros puderam congregarem-se em uma comunidade, inclusive para a formação dos quilombos, conhecidos como um grande movimento de resistência da comunidade negra à escravidão. Evidentemente que a sobreposição dos portugueses pelo uso da força aos negros, bem como aos indígenas, foi determinante para que hoje a língua portuguesa fosse a mais falada no Brasil. No entanto, o português brasileiro é uma língua com bastante influência das línguas indígenas e africanas, principalmente, no léxico e na fonologia (PETTER & CUNHA, 2015).

Em razão desse processo de contato linguístico entre africanos e portugueses no Brasil, a comunidade negra conseguiu se congregarem como um grupo e ressignificar a sua cultura no Brasil. Quando uma comunidade migra para outro território, para se manter como grupo, ela se adapta ao novo espaço por meio da tentativa de manter os seus costumes, as suas crenças e narrativas. Geralmente, em contato com outra comunidade, há uma mistura de referências e valores que culminam em mudanças na cultura do grupo de imigrantes. Nesse sentido, os negros conseguiram resistir à escravidão no Brasil porque, mesmo imersos nesse contexto de violência, eles sempre mantiveram as

suas práticas culturais porque se congregaram em uma comunidade. Dentro desse contexto, a capoeira pode ser pensada como um grande exemplo, pois ela congrega muitos elementos de dança, jogo, crença, luta, linguagem, memória e ancestralidade africana em sua prática.

Dessa maneira, podemos compreender que a cultura também provém das inúmeras interações que um grupo social estabelece com outros grupos sociais em seu território. Do mesmo modo que uma língua depende dos falantes para sobreviver, a cultura também depende de as pessoas persistirem em sua manutenção, transmitindo o seu acervo para as gerações seguintes. Claro que o contato entre comunidades pode favorecer ou não tanto a sobrevivência da língua quanto da cultura. Como o contato entre portugueses e africanos foi baseado em práticas de violência, os negros sentiram mais dificuldades em manter a sua cultura integralmente. Contudo, Petter & Cunha (2015) afirmam que, até meados do séc. XIX, a população de descendentes de portugueses correspondia a apenas um terço da população brasileira; a maioria era de descendência africana. Desse modo, ainda que na base da resistência ao regime escravagista, os negros conseguiram adaptar diferentes elementos da sua cultura ao território brasileiro.

Nesse sentido, podemos pensar também na questão da comunidade de língua e da comunidade de fala do meio ambiente social da língua. De acordo com Couto, Couto & Borges (2015), a comunidade de língua refere-se à larga extensão territorial onde ocorrem as interações linguísticas em uma língua. Por exemplo, a comunidade de língua do português está em todos os países falantes dessa língua: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Já a comunidade de fala é a interação linguística concreta, real, de modo que onde houver um pequeno grupo reunido em um local e interagindo linguisticamente, ele pode ser considerado como uma comunidade de fala. Para a Ecolinguística, toda interação linguística é da ordem da comunidade de fala. O diálogo pode ser visto como um modelo prototípico de interação comunicativo da comunidade de fala. Duas pessoas se comunicando podem ser estudadas como uma comunidade de fala no nível micro e todo um país pode ser estudado como uma comunidade de fala no nível macro. A própria comunidade de língua pode ser vista como uma comunidade de fala máxima.

Desse modo, o Brasil como um todo também pode ser considerado como uma comunidade de língua, principalmente pela diversidade de interações linguísticas que

acontecem em seu território. Couto (2016) afirma que essa diversidade linguística é composta pelas diferentes variedades presentes em todas as regiões do país. As variedades linguísticas, para a Ecolinguística, são maneiras de falar o português que caracterizam uma região, por exemplo, a variedade goiana. Como o mais importante para uma comunicação são as regras interacionais, a cultura sustenta esses hábitos, pois a comunicação das pessoas baseia-se nas práticas culturais do grupo social a que elas pertencem em um dado momento. Por isso, é possível estabelecer uma relação de contiguidade entre diversidade linguística e diversidade cultural.

Maffi (2016) contribui para essa concepção ao demonstrar que existe uma profunda ligação entre diversidade linguística, diversidade cultural e biodiversidade. Todas essas instâncias estão relacionadas com os modos de vida de diferentes grupos sociais em um mesmo território. Assim, prototipicamente, uma comunidade de língua pode se sustentar por essa diversidade linguística, cultural e biológica.

Como patrimônio cultural imaterial da humanidade, a capoeira pode ser considerada como mais uma prática da cultura brasileira, sendo esse país como uma comunidade de fala. Contudo, até mesmo dentro da capoeira, existe diversidade linguística e cultural, pois ela é praticada por grupos de capoeira de diferentes regiões do país.

Como conta Reis (1997), existem duas grandes modalidades da capoeira: a angola e a regional. A capoeira angola é a mais ancestral, muito parecida com a que foi praticada pelos negros, no Brasil, na época da escravidão. Essa capoeira é muito associada à figura de Vicente Joaquim Ferreira Pastinha (1889 – 1981), o Mestre Pastinha, que fundou a primeira escola de capoeira angola, o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), em 1941, em Salvador, Bahia. Essa capoeira envolve jogo, luta, dança, música e apresenta algumas referências à mitologia iorubá, bem como às religiões afro-brasileiras: umbanda e candomblé.

Já a capoeira regional foi sistematizada por Manoel dos Reis Machado (1900 – 1974), conhecido como Mestre Bimba. Ele criou mais movimentos e um método de ensino de capoeira que a aproxima mais de uma arte marcial. Assim, ele batizou a sua modalidade como Luta Regional da Bahia. Por isso, hoje em dia ela é denominada somente de capoeira regional. Por essa característica mais marcial, a capoeira regional valoriza mais a luta, ela tem hierarquias de cordas (assim como são as faixas para as artes marciais), mas manteve a ginga e a musicalidade presentes na capoeira de Mestre Pastinha.

ECO-REBEL

Atualmente, a capoeira tem sido praticada por inúmeros grupos no Brasil e ao redor do mundo. Essa expansão territorial também implicou numa diversidade dentro da prática da capoeira, de modo a considerar a existência de diferentes movimentos, diferentes cantos, diferentes toques de berimbau, diferentes organizações dos instrumentos da bateria, assim como diferentes jeitos de ensinar a capoeira por partes dos mestres.

Ainda assim, pode-se considerar que essa diversidade parte de uma base comum e característica do jogo de capoeira. Os elementos constituintes da roda de capoeira, no geral, são: a bateria, a roda, o canto, o jogo, a dança e a luta. A diferença está no modo de executar todos esses elementos que varia de grupo para grupo. Como afirma Reis (1997):

O jogo de capoeira constitui um conjunto de linguagens verbais e não-verbais – o som dos instrumentos musicais e sua hierarquia na roda de capoeira, os toques de berimbau e sua relação com os diferentes jogos de capoeira, as cores dos cordões de graduação, a relação dos capoeiristas com os assistentes, as letras da música, etc. (...) A capoeira configura-se, assim, como uma prática cultural que se organiza em forma de sistema, cuja articulação interna é dada pelos seguintes elementos: a roda, os toques musicais do berimbau, as músicas, a ginga e os movimentos corporais dos dois estilos conhecidos, *a capoeira regional e a capoeira angola* (REIS, 1997, p.200).

Por essas características, podemos reconhecer que cada grupo de capoeira, pode formar uma comunidade de fala. Todos eles têm um espaço fixo onde transmitem e mantêm a tradição da capoeira, seja ela angola ou regional. Além disso, eles também interagem linguisticamente, tanto no cotidiano do grupo quanto na roda de capoeira.

Outro aspecto importante para compreender melhor a comunidade de fala é a comunhão entre os seus membros. Conforme Couto, Couto & Borges (2015), a comunhão é uma predisposição que todos os falantes de uma mesma língua têm para uma comunicação. Todos nós estamos aptos e dispostos para efetivar uma comunicação em português. Isso também está relacionado com o compartilhamento de valores, práticas e afetos comuns entre os membros de um grupo. Nesse sentido, a comunhão também tem muita relação com a cultura, compartilhar uma cultura também é uma maneira de estar em comunhão. Como foi demonstrado anteriormente, a capoeira apresenta muitos elementos imateriais: a ciranda, os cantos, a ginga, o jogo. Todos eles são realizados na roda de capoeira que, tanto na angola quanto na regional, pode ser considerada por um ritual.

Garner & Supardi (2016) defendem que o ritual apresenta um discurso que mobiliza os três sistemas de sociabilidade: a cultura, a comunidade e a comunicação linguística. Essa mobilização se dá porque o ritual apresenta um padrão de repetição de ações, palavras e gestos que mantém a comunidade unida. Os rituais apresentam um conteúdo simbólico que se repete e atualiza em cada execução. Couto (2016) teorizou sobre as existências dos mentefatos, que possuem um caráter psíquico. Em diálogo com as considerações de Garner & Supardi (2015), podemos considerar os símbolos de uma cultura como esses mentefatos.

Couto (2016) ao definir a cultura como uma totalidade de signos e de sistema de signos, propôs o conceito de signo de Peirce. Para essa concepção, como dito anteriormente, o símbolo é uma abstração de um objeto concreto que ganha um novo significado. Podemos ampliar essa visão de símbolo, se pensarmos no meio ambiente mental da língua. Conforme Couto (2012), nesse meio ambiente está o imaginário, segundo a antropologia do imaginário de Gilbert Durand. Dessa maneira, é possível pensar também em um meio ambiente mental da cultura, que permita compreender a linguagem simbólica dos rituais, bem como a constituição da cultura imaterial.

3.2. O meio ambiente mental da cultura – o imaginário individual e o coletivo

De acordo com Couto, Couto & Borges (2015), o meio ambiental mental da língua é composto pelas interações internas de cada indivíduo da população em seu cérebro. No cérebro, as interações entre os dendritos e axônios formam a mente. Assim sendo, o cérebro é o lugar dessas interações e, por isso, constitui o meio ambiente mental da língua, onde ela é armazenada, formada e processada. Além da linguagem, no cérebro também existem conexões neurais referentes ao nosso biologismo, psiquismo e pulsões. Por isso, Couto (2012) propôs um alargamento da concepção sobre o meio ambiente mental da língua, a partir das contribuições da antropologia do imaginário.

Podemos justificar essa necessidade de ampliar o meio ambiente mental com o conceito biológico de espécie. Para a Biologia, a espécie é um conjunto de organismos semelhantes entre si e capazes de se cruzarem para gerar descendentes férteis. A espécie humana é denominada de *Homo Sapiens Sapiens* por, entre tantas características, ter o cérebro altamente desenvolvido; por isso o ser humano é diferenciado das demais espécies pela capacidade de se comunicar verbalmente e de pensar racionalmente. Tudo

isso possibilitou que ele tivesse grande poder de atuação e modificação do seu meio ambiente.

Sobre essas características gerais que definem a espécie humana, a antropologia do imaginário de Gilbert Durand defende que o imaginário também tem esse traço de universalidade da espécie humana. O imaginário é um conjunto de imagens e de suas relações que compõem o capital pensante do *homo sapiens sapiens*. Ele tem uma função eufemizante de figurativizar todos os males do mundo e, assim, o ser humano consegue conviver com a sua maior angústia: a passagem do tempo até a morte. A faculdade de operacionalizar essas imagens, isto é, de percebê-las, assimilá-las, reproduzi-las, é denominada de imaginação.

Essas imagens do imaginário começam a ser formadas a partir dos reflexos dominantes dos seres humanos, tal como teorizado pela reflexologia de Betcherev (*apud* DURAND, 2002). Esses reflexos dominantes formam conjunto um sensório-motor por meio do qual a vida humana se desenvolve pela adaptação ao meio social. Ele é constitutivo do cérebro humano; a sua operacionalização se inicia quando o ser humano nasce e começa a sua jornada dentro da comunidade. Assim, conforme a reflexologia, existem três reflexos dominantes: o da verticalidade, o da digestão e o da cópula.

O reflexo da verticalidade é referente à nossa postura bípede. O reflexo da deglutição é referente ao nosso sistema digestivo. O reflexo dominante da cópula é referente aos ritmos do corpo e da fricção sexual, o instinto de perpetuação da espécie humana. Pelas sensações de prazer e de intimidade, esse reflexo dominante também é considerado como um prolongamento do reflexo digestivo

Os reflexos dominantes começam a ser materializados no imaginário pelos arquétipos. Tal como postula a psicologia analítica de Jung, os arquétipos são imagens universais de toda a espécie humana, por exemplo, o arquétipo da grande mãe é uma imagem universal do sentido da maternidade acolhedora, cuidadora. Cada grupo social irá atribuir a esse arquétipo uma representação própria, por exemplo, para a cultura do candomblé, o arquétipo da grande mãe é simbolizado pela orixá Iemanjá. Assim, os arquétipos conseguem agrupar diferentes símbolos, de diferentes grupos, a um semantismo comum, uma estrutura imaginária. Durand (2002) denomina de regime esse nível de organização das imagens no imaginário: o diurno, o noturno e o crepuscular.

O regime diurno é o da verticalidade e agrupa todas as imagens de heroísmo, antítese e queda. Ele é composto pela estrutura heroica. Ele é o regime da antítese, da purificação,

ECO-REBEL

da luta e comporta os símbolos que figurativizam o mal. Nesse regime estão os arquétipos do pai, do herói, do rei, do sol etc.

O regime noturno é o da deglutição; ele agrupa todas as imagens de eufemização, comunhão e descida introspectiva. Ele é composto pela estrutura mística. É regime da eufemização, da intimidade. Nesse regime estão os arquétipos da mãe, do andrógino, da lua etc.

O regime crepuscular é associado à dominante da cópula, pelos símbolos cíclicos e messiânicos. Ele é composto pela estrutura dramática, pois as imagens dinamizam-se em torno dos ciclos da vida, em que, pela dramatização, há uma alternância entre os regimes diurno e noturno na construção de uma filosofia de vida por parte do sujeito.

Ainda que não seja uma abordagem ecológica, a antropologia do imaginário reconhece que a vida humana é dependente das inúmeras interações do indivíduo com o seu meio social, natural e cósmico. Por isso, o imaginário humano apresenta uma composição holística, dinâmica, interacional e situada, tal como postula Garner (2016) para a linguagem.

O imaginário pode ser considerado como uma instância holística porque ele é uma constituição biológica, psíquica, pulsional e social do indivíduo com o seu grupo. Por isso, Durand (2002) defende que o imaginário humano é, na verdade, um trajeto, uma reversibilidade entre o coletivo e o individual. É assim que se compreende o trajeto antropológico. Ele é definido como “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 2002, p.41). Essa troca entre o meio cósmico, social e o indivíduo permite reconhecer que o imaginário também é um todo dinâmico.

De acordo com Durand (1996), o trajeto antropológico apresenta duas extremidades, a ordem biológica e a ordem sociológica. A primeira extremidade do trajeto é a troca do corpo (biológico) com o meio exterior (sociológico). A segunda extremidade do trajeto antropológico é o capital das representações humanas, isto é, o imaginário.

É pelo trajeto antropológico que o imaginário humano pode ser entendido também como um todo interacional, porque são as inúmeras inter-relações que se dão, por meio de imagens, entre o imaginário coletivo e o imaginário individual. Dessa maneira, o imaginário é constitutivamente subjetivo e coletivo.

Além disso, o imaginário também pode ser considerado como uma totalidade situada porque cada grupo social apresenta um arcabouço de imagens que são características

suas por demonstrarem a maneira como aquele grupo específico interage e percebe o mundo. Assim, podemos compreender o imaginário dentro da visão de cultura proposta por Couto (2016), no ecossistema cultural.

Como foi dito anteriormente, a cultura é tudo que faz parte do acervo de um povo, ela é constituída de signos organizados em código, de modo que cultura também é linguagem. O imaginário coletivo é um arcabouço de imagens simbólicas de grupo e está presente em todas as suas manifestações culturais. As narrativas, as músicas, as comidas, as cerimônias e os rituais constituem-se por imagens simbólicas de um imaginário coletivo que se dinamiza pela interação dos membros do grupo entre si e com o seu meio externo. Assim, ao estudar o imaginário de um grupo, também se estuda a sua cultura, a língua, portanto, seria mais um veículo de transmissão das imagens por meio das metáforas, dos símbolos e dos mitos.

A capoeira apresenta um arcabouço de imagens simbólicas que a compõem como parte da cultura. Dentro dela, a roda de capoeira pode ser considerada como um ritual que repete, mantém e perpetua esse arcabouço de imagens; esse sentido, podemos destacar a simbologia da roda.

3.3. O imaginário da capoeira: a simbologia da roda

Garner & Supardi (2016) afirmam que todos os rituais são caracterizados por aspectos linguísticos distintos, tais como padronização fonológica, sintática e uso de linguagem figurada. Para Durand (2002), os rituais também apresentam imagens simbólicas que impregnam no imaginário individual experiências da vida em grupo e da relação com a natureza. Com essas considerações, podemos compreender a simbologia da roda tanto para a interação linguística dentro da capoeira quanto para a manutenção dessa cultura.

A roda de capoeira é um círculo formado a partir de uma bateria, uma bancada onde os tocadores se sentam na seguinte ordem, da esquerda para a direita: atabaque, primeiro pandeiro, berimbau gunga, berimbau médio, berimbau viola, segundo pandeiro, agogô e o reco-reco. A figura a seguir demonstra a composição da roda de capoeira angola. Geralmente, na capoeira regional, todos os capoeiristas estão em pé, com um uniforme específico e jogam descalços.

ECO-REBEL



Imagem 1 Roda de capoeira angola do Grupo Calunga de capoeira angola, na cidade de Goiânia

No círculo, todos os componentes devem estar voltados para o centro, onde estão os jogadores abaixados, um em frente ao outro e de mãos dadas. Ninguém deve entrecruzar o meio da ciranda, o deslocamento deve ser feito por fora dela. Essas normas priorizam a função de manter uma ciranda e possibilitar a troca de energias, a emissão e a recepção do axé (energia positiva), pelo canto, para os jogadores da roda e para as pessoas que estão assistindo ao jogo.

Quando a roda está formada, o mestre inicia a música com o berimbau gunga e faz uma chamada (don, don, don, don, don), segue a ele o berimbau médio, o berimbau viola, os pandeiros, o atabaque, o agogô e o reco-reco. O mestre dita o ritmo, a canção, a entrada e a saída dos jogadores, bem como organiza toda a dinâmica da roda com o berimbau gunga. Quando os instrumentos estão tocando o ritmo característico da capoeira, o mestre inicia o canto da seguinte maneira: “IIIÊêêêêêêê”.

Segundo Durand (2002), as imagens da roda e da música apontam para o arquétipo do ciclo. Pela sua circularidade, a roda é o símbolo da totalidade temporal e do recomeço, simboliza um devir cíclico, típico também da Ecologia. O ciclo também tem relação com a unicidade, cada ciclo que se inicia e se encerra é único e irrepetível. É assim que podemos compreender a simbologia da roda de capoeira, a cada vez que o grupo faz uma roda, eles vivem um ciclo diferente.

Muitos mestres de capoeira compreendem o “Iê” como uma expressão da língua banto que, para o português, pode ser traduzida por “viva”. Quem assume o berimbau gunga, geralmente o mestre ou o contramestre, inicia a roda com o “Iê”; quanto mais alto e mais longo ele for pronunciado, maior será o axé da roda. Nesse sentido, podemos

entender essa palavra como uma espécie de saudação, um vocativo da capoeira para iniciar um novo ciclo, uma nova roda.

O “Iê” também é usado para encerrar a roda. Quando todos os capoeiristas já jogaram, o mestre faz outra chamada no berimbau (don don don don don), abaixa o seu berimbau, todos os demais acompanham o seu gesto, e, para encerrar, ele faz um “Iê” mais alto, porém curto. E a roda acaba.

Garner & Supardi (2015) argumentam que as interações simultâneas dos padrões linguísticos com a simbologia do ritual fazem com que a comunidade seja reforçada como uma ordem social. Os valores culturais desse grupo são inculcados e ensaiados por todos os seus membros. As pessoas passam por uma experiência sensorial específica que constrói em cada uma delas um senso de pertencimento àquele grupo, “(...) Em um ritual vivo, o indivíduo existe através da comunidade, que define quais são as etapas significativas da sua vida, e lhe dá reconhecimento e sanção adequados” (GARNER; SUPARDI, 2016, p. 12).

Podemos reconhecer que existe um trajeto antropológico, um imaginário, da capoeira que é atualizado a cada vez que uma roda acontece. Os capoeiristas vivenciam essas imagens simbólicas por meio dos cantos, dos movimentos, da musicalidade, do jogo e da dança. Por isso a capoeira também se torna diversa, pois muitos mestres fazem algumas modificações na organização da roda pelo modo como eles vivenciam e compreendem a capoeira.

Como se viu, no meio ambiente mental da cultura, podemos reconhecer o trajeto antropológico de cada comunidade de fala. Essa interação ao nível do imaginário entre grupo e indivíduo, por meio da realização dos rituais, constrói o senso de pertencimento e, por conseguinte, a comunhão.

Couto, Couto & Borges (2015) mostram que a comunhão é uma predisposição que todos os falantes têm para a comunicação dentro de uma comunidade. No contexto da proposta de ecossistema cultural, podemos pensá-la como o compartilhamento de uma cultura sendo praticada por uma comunidade de fala. A comunhão de um grupo de capoeira existe porque todos os seus membros estão vivenciando a cultura da capoeira em espaço demarcado. É a partir dessa ideia de comunhão que podemos pensar como seria o meio ambiente natural da cultura.

3.4. O meio ambiente natural da cultura

A Ecolinguística define o meio ambiente natural da língua como o território onde a comunidade vive, convive e interage linguisticamente. No território, a cultura também pode ser compreendida segundo essa mesma lógica. Por exemplo, a capoeira recebeu o título de patrimônio cultural imaterial da humanidade como uma manifestação cultural brasileira, o que já identifica o país onde ela é praticada.

Em relação ao grupo capoeira, podemos pensar no território de duas maneiras: onde o grupo treina e onde ele faz a roda. O treinamento, as reuniões do grupo acontecem em sua sede, um local com espaço suficiente para todos os membros treinarem os movimentos, os golpes, os instrumentos e os cantos da capoeira. Já a roda pode ser feita em qualquer espaço. Para acontecer, a roda precisa dos capoeiristas e dos instrumentos. Tanto que as rodas podem acontecer na sede do grupo, em ginásios, praças, feiras, escolas, faculdades etc.

Assim, o espaço dentro da cultura pode ser delimitado a partir da comunhão das pessoas. A roda de capoeira pode acontecer entre três pessoas, se todas elas estiverem em comunhão entre si e com essa cultura. Desse modo, percebe-se que o mais importante para a cultura são as interações linguísticas e simbólicas que se dão entre os seus membros.

4. Considerações finais

A proposta de aplicar o conceito de ecossistema cultural no estudo da prática de capoeira evidencia a importância de se estudarem as relações entre língua, cultura e história de um povo como fundamentais para compreender grande parte das suas interações comunicativas. No caso, para compreender a linguagem da capoeira foi necessário mobilizar essas instâncias.

Como se percebe na execução de uma roda, a capoeira agrega canto, música, dança, jogo, luto, mitologia e religiosidade. Esse conjunto faz com que a interação comunicativa entre os membros do seja mais complexa do que simples atos de interação comunicativa do cotidiano. As interações linguísticas de um grupo de capoeira são sustentadas por uma comunhão construída pelo compartilhamento dessa cultura e repetida pelo ritual da roda. Essa comunhão constrói um senso de pertencimento a cada membro do grupo e mantém a capoeira viva e altamente significativa para os capoeiristas.

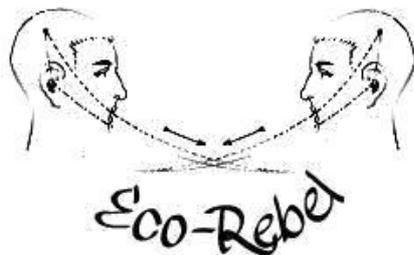
Enfim, muitos estudos linguísticos sustentados pela Ecolinguística, dependendo das características do objeto, necessitam de uma análise do ecossistema cultural para compreender todas as interações que acontecem entre os membros dessa comunidade. É assim que se pretende, até então, compreender a interação comunicativa da capoeira angola.

Referências

- COUTO, H. O ecossistema cultural. In: Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/> (acesso: 28/06/2016).
- _____. COUTO, E. N.; BORGES, L. *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.
- _____. COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- COUTO, Elza K.N.N. *Ecolinguística e Imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GARNER, M. A Ecologia da língua como teoria linguística. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*. v. 1, n.2, p. 53-60, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 25/06/2016).
- _____. SUPARDI, I. A linguagem da cerimônia Betungkal: uma abordagem ecológica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*. v. 2, n.1, p. 03 - 17, 2016. <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 25/06/2016).
- MAFFI, L. Diversidade linguística, cultural e biológica. In: COUTO, H. COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016, p.285-325.
- PETTER, M. & CUNHA, A.S. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à Linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 221-251.
- REIS, Letícia. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

Enviado: 22/10/2016.

Aceito: 18/01/2017.



**A LINGUAGEM DA CATIRA COMO EXPRESSÃO DO
ACAIPIRAMENTO NO NORDESTE GOIANO**

João Nunes Avelar Filho (UEG / UnB)

R e s u m o : Este estudo pretende examinar a dança popular da *catira* como expressão de ajustamento aos meios natural, mental e social, uma construção de equilíbrio ecossistêmico no acaipiramento de Goiás. A solidariedade que existe como forma de cooperação no trabalho coletivo nos núcleos vicinais rurais pode ser expressa em manifestações culturais como essas, revelando um conceito ecológico de comunhão. Nosso objetivo é destacar essa dança sertaneja por meio de estudos bibliográficos, procurando compreendê-la no diferenciado ecossistema rural da microrregião do nordeste goiano. Para isso, as contribuições da ecolinguística, disciplina que estuda as relações entre língua e meio ambiente, servirão de embasamento teórico. A observação *in loco* dessa dança será de fundamental importância para uma investigação etnográfica também. Nesse contexto, as interações são intensas e diversificadas, compreendendo elementos verbais e não verbais em uma riquíssima composição ecológica da linguagem.

Palavras-chave: Catira. Acaipiramento no nordeste goiano. Linguagem verbal. Linguagem não verbal.

A b s t r a c t : This article intends to examine the popular dance of *Catira* as an expression of adjustment to the natural, mental and social environments, in the rural region of the northern part of the state of Goiás, Brazil. The solidarity for corporative work in neighboring rural core can be expressed in cultural manifestations like these, according to the ecologicalinguistic concept of communion. Our purpose is to investigate this rural dance through bibliographic examination, searching for comprehension of this dance in the different cultural ecosystems of the micro-region of northeastern Goiás. Ecolinguistics, a discipline that studies the relations between language and environment, will be the theoretic support. The observation *in loco* will be of fundamental importance for an ethnographic investigation too. The interactions in the context are intense and diverse, including verbal and non-verbal components in a rich ecological composition of language.

K e y w o r d s : Catira dance; Acaipiramento in northeastern Goiás. Verbal language. Non verbal language.

1. Introdução

A catira é uma das expressões artísticas brasileiras originadas do processo de ajustamento ao meio físico do homem caipira, uma construção resultante da fusão de três povos: o primitivo da terra, o negro e o português. A catira na região nordeste de Goiás é o resultado do isolamento em um território hostil, uma manifestação diversificada daquela das correrias paulistas, com forte influência de várias outras danças como a curraleira¹ e o lundum de cacete².

Em conformidade com Cândido (2010), os gestos de solidariedade para o trabalho coletivo, os movimentos associados de cooperação, o ritmo encadeado dos diferentes atores na especificação das tarefas expressavam a sociabilidade existente nos núcleos vicinais da vida rural. Portanto, a necessidade de ajuda mútua imposta pela precariedade tecnológica dos tempos remotos no interior do Brasil determinou a formação de uma rede ampla de relações, ligando umas as outras as pessoas e revelando a existência do conceito ecológico de comunhão exposto por COUTO (2007). Esse conceito será aqui explorado de forma a evidenciar a contribuição para uma unidade estrutural e funcional tanto para o trabalho quanto para a diversão dos agrupamentos humanos, maneiras de manter sua sociabilização e interdependência.

Pretende-se mostrar nesta abordagem como que a catira consiste em uma adaptação intrínseca ao meio físico, mental e social da vida rural, resultando em uma manifestação *sui generis*, e descrever essa dança popular por meio de uma linguagem singular na expressão de uma realidade ecossistêmica diferenciada.

O processo de acaipiramento é aquele que integra um conjunto cultural homogêneo de um modo de ser, um tipo de vida. Para Pires (1921) a cultura caipira se constitui de costumes, conhecimentos e hábitos com níveis mínimos, organicamente entrosados, de subsistência e vida social, exprimindo um tipo de economia e vivência semifechada e rústica.

¹ A curraleira é uma dança muito antiga e rústica, na qual os dançarinos sapateiam todos ao mesmo tempo fazendo a cantoria e tocando seus instrumentos (viola, caixa e pandeiro). Essa forma de sapateado apareceu na região no ciclo do gado, quando os tropeiros se reuniam para assar a carne do gado e cantar. É menos conhecida que a catira, embora seja mais dançante. A expressão originou-se do 'gado curraleiro', típico da região do nordeste goiano. O rebanho que deu origem ao gado curraleiro foi trazido da Península Ibérica pelos portugueses e seu deslocamento pelas diferentes regiões do Brasil determinou um processo de seleção natural de populações distintas adaptadas às condições locais (MARIATE; EGITO, 2002).

² O **lundum** (ou lundum) é uma dança de origem africana, de caráter cômico, sofrendo variações de acordo com a região. Em Formosa, dança-se o lundum de roda, em que as mulheres fazem rodopios e sapateados ao som da viola, caixa e pandeiro, formando-se roda e, às vezes, cantando. Os homens dançam o lundum de cacete. Esse nome se deve ao costume de bater cacetes enquanto dançam (COUTO, 2004).

Segundo Ribeiro (1995), a catira constitui uma interpretação do mundo sertanejo. Assume-se nesta investigação que a catira local é uma reinterpretação ecossistêmica adequada ao meio ambiente do nordeste goiano. Veremos que nessa região a dança foi se estabelecendo de maneira diferenciada daquela das correrias paulistas, porquanto o primeiro habitante não índio nesse remoto território goiano não fora o bandeirante, mas o negro fugitivo das regiões litorâneas. Ele trouxe consigo a influência cultural e a religiosidade do branco com o qual convivera intensamente, fundindo a tradição europeia com a tradição de afro-descendência, mesclada com o nativo da terra, resultando em um hibridismo cultural.

1. O contexto ecossistêmico diferenciado da região do nordeste goiano e a catira

A região do Nordeste Goiano era pouco habitada até meados do séc. XX e era conhecida como ‘corredor da miséria’³, no cenário do estado de Goiás. Havia poucos estudos sistemáticos sobre fauna, flora, solo, hidrografia, regime de chuvas, acidentes geográficos, população e suas tradições. Somente após a criação da nova capital federal é que ela passou a ser objeto de interesse e destaque.

O povoamento remonta à época dos bandeirantes e dos escravos fugitivos que adentravam o Brasil, seguindo os cursos de água. O ouro também foi responsável pela fundação de povoados e pela fixação de seus habitantes. Teles (2004) diz que, para evitar a perda dos quintos reais, foram criados dois registros em Formosa, uma das cidades dessa sub-região, sendo um na parte setentrional da Lagoa Feia e outro em Arrepêditos. Eles tinham a finalidade de proteger os carregamentos de ouro extraídos pelos bandeirantes que por ali transitavam. É possível que a criação desses dois registros tenha sido um dos primeiros pontos de penetração na região. Na mesma época, o arraial de Santo Antônio, situado abaixo da embocadura do Salto do Itiquira com o rio Paranã fora transferido para esse mesmo local, pois não oferecia condições adequadas de sobrevivência devido à insalubridade. O nome primitivo era *Arraial dos Couros*, em razão de as casas serem cobertas com peles bovinas.

Jacinto (1979) afirma que havia uma picada provinda da Bahia e outra de Minas Gerais que adentravam a região cuja história se materializa com a forte influência africana em

³ A região Nordeste do estado de Goiás, chamada de “corredor da miséria” em razão das inúmeras dificuldades porque passa sua população, possui uma economia estagnada, em que a exploração agrícola é de subsistência e a pecuária, basicamente de corte; predomina a criação extensiva. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

direção ao interior de Goiás. Núcleos de ajuda mútua foram sendo formados constituindo, em muitos casos, comunidades quilombolas com maior ou menor grau de organização. Assim, surgiram fulcros de sobrevivência próprios adequados a um ecossistema inóspito que, em princípio, o homem branco não interessava explorar.

Diante desse fato, mesmo não encontrando ouro em seus domínios, alguns desses viajeiros decidiram se instalar na região por ela estar situada entre as rotas do ouro de alguns povoados baianos e goianos⁴ que incrementavam o comércio de couro e gado. Sabe-se que a região tornou-se conhecida pela presença dos mais diversos tipos humanos: tropeiros, boiadeiros, desbravadores, exploradores, garimpeiros e missionários.

As primeiras danças populares trazidas para a região foram exatamente a curraleira e o lundum, já mencionadas acima. É interessante notar que essas danças populares foram alguns dos vários fatores que contribuíram para a diferenciação do caipira desta região. Enquanto que a região centro-sul do estado sofrera fortes influências da cultura paulista, por meio dos bandeirantes, esta microrregião sofrera marcante presença de costumes de afrodescendente, por terem eles ali se estabelecido primeiro. Somente depois é que a catira, de origem paulista, fora trazida pelos exploradores brancos, incorporando-se às danças locais, promovendo um riquíssimo hibridismo cultural.

3. Comunhão e comensalismo na catira goiana: uma adaptação ao meio hostil

A catira da região do nordeste goiano, em especial, reflete satisfação das necessidades espirituais do caipira na linguagem cantada e na linguagem corporal, o que constitui uma equação apropriada de ajuste ao meio. A organização social expressa por meio dessa dança compreende uma mola propulsora de cultura. Portanto, destacam-se nela os conceitos ecológicos de comunhão e comensalismo necessários para sua compreensão no contexto ecossistêmico local.

O conceito de comunhão é ecológico e faz-se presente em toda e qualquer manifestação cultural. Conforme Couto (2007) os sujeitos que fazem parte de uma comunidade e que compartilham traços culturais semelhantes estão em comunhão. Uma rede ampla de relações se estabelece ligando uns aos outros os indivíduos em algo que possuem em comum. A catira é a evidência da unidade estrutural e funcional do trabalho estendido à

⁴ Conforme Telles (2004), boiadeiros vindos da Bahia passavam pela região levando gado para a região centro-sul. Segundo ele, o próprio Anhanguera relata que, em 1722, apesar de não ter encontrado homem branco, encontrou estreme de vaca em Formosa.

ECO-REBEL

diversão, maneiras de manter a sociabilização e a interdependência do homem do campo. Portanto, o conceito de comunhão se apresenta como o mais evidente nos grupos sociais que têm em comum seus costumes e suas tradições. Quando dançam, os catireiros externam vínculos de união e de solidariedade uns para com os outros, deixando claro que estão ali para reviver e significar. Trata-se de uma memória significativa, que marca profundamente e identifica de maneira peculiar um determinado grupo.

Para contemplar esse patrimônio cultural invoca-se a leitura de Davallon (2011), segundo o qual, para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, deixe o domínio da insignificância. Há, pois, a necessidade de que o acontecimento lembrado por meio da dança reencontre sua vivacidade, o que implica que ele deve ser reconstruído a partir de dados, crenças, noções e valores comuns aos diferentes membros da comunidade social. Isso é comunhão!

O comensalismo é outro conceito ecológico que expressa perfeita convivência do homem do campo com o meio. Sabe-se que esse conceito ecológico consiste de relações harmônicas interespecíficas (entre indivíduos de espécies diferentes), caracterizada por ser benéfica para uma das partes, sem causar prejuízo para a outra parte, em situações que envolvam alimentos, tais como restos de alimentos ou do metabolismo. É denominada comensal a espécie que se alimenta dos restos da outra espécie. O conceito estendeu-se para qualquer relação, inclusive além da estritamente alimentar (de proteção, de lazer, de afeição ou de transporte), na qual uma espécie se beneficia sem prejudicar a outra, consistindo em uma relação harmônica.

Na visão ecológica de vida, o ser humano compartilha com os outros animais as mesmas condições de existência, porém, não é preciso que aquele seja um eminente predador para sobreviver em comunidade. É fato que na natureza existe um diferente tipo de harmonia em que é preciso a morte de alguns para a continuidade da vida. No entanto, entre os seres humanos prevalece uma ética conduzida pela “autoconsciência, autodomínio, sentido de futuro, sentido de passado, capacidade de se relacionar com outros, preocupação pelos outros, comunicação e curiosidade”, conforme Couto (2014). Assim, é preciso respeitar a vida como um todo, uma vez que a terra é a nossa casa, a casa de todos os seres viventes. Nesse sentido, é necessário que a vida seja concebida não do ponto de vista antropocêntrico, mas biocêntrico.

Em se tratando da catira é bom destacar a relação harmônica que existe entre os sertanejos e o meio e deles entre si, compreendendo o catireiro como aquele que tem ligação intrínseca com o campo. Nessa relação faz-se necessário ressaltar que o mesmo interage com o meio e com os seus pares sem tirar mais que o necessário, dando retorno, atitude que resulta em um equilíbrio nos planos natural, mental e social. Na linguagem da catira o sertanejo expressa bem esse ajustamento, na qual se desenha como segmento do meio. Por isso, a temática da linguagem da catira expressa muito bem esse equilíbrio, não deixando dúvida sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

4. Interações catireiras como forma de expressão artística

O tripé da linguística ecossistêmica resulta em modos de interação que revelam a relação dos homens com o meio e deles entre si. São modos de interação em que não apenas os componentes verbais se fazem presentes, mas também os não verbais. Um desses componentes tem como referência Hall (2005), por meio da interação proxêmica. Esse tipo de interação não verbal consiste numa forma de expressão espacial em que a relação das pessoas se estabelece pelo contexto social em que estão inseridos, ou seja, mantêm-se uma distância física estabelecida, aceita e compreendida culturalmente. Outra maneira de interação não verbal é a cinestésica, que inclui formas de comunicação que não envolvam palavras expressas. Apenas os órgãos dos sentidos são usados para a interação pessoa-pessoa imprimindo sentimentos, emoções, qualidades e um contexto que permite ao indivíduo não somente perceber e compreender o que significam as palavras, mas também compreender os sentimentos do interlocutor. Desse modo, as formas de relação na manifestação da catira incluem modos de interação com o meio, modos de interação social e modos de interação mental. São os artefatos, sociofatos e mentefatos (COUTO, 2016) representados na trilogia ecossistêmica povo, território e língua, conforme vemos na figura abaixo:

Figura 01. Proposta de triângulo borromeano para compreensão da tríade ecolinguística

ECO-REBEL



Vemos nessa representação que a linguagem está intrinsecamente relacionada a um povo que vive e convive em um território. A linguagem da catira nesta abordagem, em especial, ajuda a compreender o processo de acaipamento que emergiu da formação ecossistêmica no nordeste goiano, que tem a ver com povo, território e língua como resultado desse contato. São os mesmos **artefatos, sociofatos e mentefatos** (COUTO, 2016) na composição ecológica catireira, ou seja, o caipira catireiro dessa região ainda preserva:

- A mesma rusticidade no seu modo de vida.
- A mesma organização familiar e para o trabalho.
- As mesmas práticas festivas e religiosas.
- A mesma literatura oral no componente verbal.

4.1. Interações verbais

As interações prototípicas na comunicação são as interações verbais. Em se tratando da catira ou curraleira, elas têm sua importância, porém um tanto menor que as outras formas de interação que apresentaremos mais abaixo. A linguagem dessas danças tem o componente verbal improvisado, dependendo da motivação de ordem natural, social e mental, sendo que a influência do falar nordestino nessa região é bastante acentuada como atesta Carmo Bernardes que aqui viveu no início do século XX.

Em *Vida Mundo* (1966), Carmo Bernardes narra sua experiência em Goiás, mais precisamente no município de Formosa. Viera trabalhar na Fazenda Poções, de um tio chamado Pedro de Azevedo. Sabe-se que em tal município no qual sua família viera morar, seus colegas de escola eram, na grande maioria, oriundos da Bahia e usavam expressões diferentes daquelas que via nos livros ou estava acostumado nas falas de sua família mineira. Conforme atesta Nunes (2015):

ECO-REBEL

As experiências de vida de Carmo Bernardes em sua infância e adolescência são definidoras de seu repertório linguístico e de sua relação com o mundo, expressas em sua obra literária. Essas diferenças o levaram a escolher para suas obras a linguagem cotidiana do homem do campo, cujo repertório já possuía desde a infância e que manteve em todas as obras (NUNES, 2015, p. 215).

O fato é que na interpretação dos ‘causos’ típicos das relações sociais campesinas o vocabulário caipira prevalece e, cada ambiente compreende uma reinterpretação na relação com o meio, constituindo um vocabulário etnoecológico típico. A nomeação dos animais e das plantas quase sempre está presente na linguagem local, retratando com fidedignidade o meio em que o homem está inserido. Vejamos o recorte de fala a seguir:

Recorte 1

*-treis antonti ô vi um baita dum onço macho cumeno um caititu.
-di primera era tudio matagoso encipoadado, enramado essas banda.*

(Sr. A., Faz. Poço Azul)

Percebe-se nesse pequeno recorte de fala caipiresca um retrato do homem do campo num dedo prosa, quando suas lembranças afloram e exprimem o linguajar típico, evidência de sua fixação nos meios rurais locais. Ele traz também reminiscências de um português clássico no seu discurso goianesco, porém inovado por meio de adjetivações incomuns nos outros contextos da língua portuguesa (ex.: matagoso, encipoadado, enramado etc).

Ecolinguisticamente, as regras sistêmicas (gramática) são coadjuvantes das regras interacionais, elas são também interacionais. Conforme se percebe nesse extrato de história de vida camponesa, vale o entendimento da mensagem, pois a ecologia da interação comunicativa (EIC) envolve também um cenário em que o drama dos atos de interação comunicativa se desenrola. É dos atos de interação comunicativa que nasce a língua, ontogenética e filogeneticamente.

Nos moldes da interação comunicativa desse narrador da comunidade rural, os nativos percebem, claramente, o que está sendo comunicado, embora os enunciados não sigam a norma estatal (padrão). No entanto, nesse contexto todos entenderiam o que ela está querendo dizer. As reduções morfo-lexicais não impedem a eficácia do entendimento da mensagem. O léxico próprio dos meios rurais pode ser entendido, igualmente, quando se trata de *onça*, *caititu*, *matagal*, *cipó* etc., evidenciando o ecossistema natural local,

ainda que modificado pelo falante. Isso mostra, novamente, que essa fala rural é mais uma forma de adaptação do modo de falar ao contexto, nesse caso rural, e adaptação⁵ é um conceito ecológico, portanto, ecolinguístico.

Os que lidam com a língua de maneira solta, com o propósito de comunicar e se fazer entender, tão somente se apropriam da linguagem no sentido amplo de interação e comunicação, pois o entendimento é o que importa para eles. Alguém já dissera: “tudo que pode ser dispensável é dispensado”. Essa é uma grande verdade que desonera o ato comunicativo. A catira representa bem isso, tanto nas interações verbais quanto nas não verbais. Sua linguagem é completa e suficiente para o propósito a que se presta. Para a Ecolinguística não há linguagem tão somente no ato sistêmico, normativo, mas principalmente na interação comunicativa.

Num clássico canto de folia, a linguagem curraleira abaixo se alterna e, entre um recorte e outro, o caipira goiano se diverte:

Recorte 2

Num pouso de folia

Fui num poso de folia

Lá dentro de Formosa

Tava uma briga de muié

Moço, que brig' (h)orrorosa

(Passeio)

2- Começaro na cozinha

Terminaro no terrero

Derrubaro o ruamento (o arco)

E os enfeite do cruzeiro

(Faz-se o recorte e volta pro' início)

Vimos que, língua para a Ecolinguística é basicamente interação, portanto, ela começa não na gramática (ou sistema), e sim nas interações, aliás, o sistema está inserido nas interações. Nesse caso, as pessoas da “roça” agem e interagem por meio da sua religiosidade, das tradições, festividades ou da troca (compartilhamento) de mensagens de comum interesse da vida no campo, pelo contato entre esses e o meio ambiente, além das inter-relações que acontecem deles entre si. Esse fato nos remete ao tripé da Linguística Ecolinguística, que relaciona povo, língua e território, defendido por Couto (2007, 2013).

⁵ Couto (2015, p. 39) afirma que, na dinâmica da língua, a adaptação pode ser vista na interação comunicativa, por exemplo, em que o falante procura se expressar como acha que o ouvinte entenderia e o ouvinte procura interpretar o que ouviu como acha que o falante quis dizer.

Assim, contraria-se toda a concepção de que a fala rural (caipira) seja um desvio ou variação de uma norma, de um padrão. Ela, na verdade, é modo tradicional de interação verbal de um grupo, o grupo dos catireiros, e dos roceiros em geral. Exclui-se, desse modo, o preconceito linguístico entre os que estudam os fenômenos da língua pelo viés da Ecolinguística. A Ecolinguística, por ser holística, compreende a língua de forma integrada ao natural, ao mental e ao social. Nesse sentido, os estudos ecolinguísticos estão à frente da gramática normativa, que contempla apenas a língua estatal, ou norma padrão, focando nos conceitos de certo e errado, fazendo surgir o preconceito linguístico. Entre os catireiros, não se cogita o que é certo ou errado, pois não há julgamento de valor no ato comunicativo. A Ecolinguística faz o mesmo.

Ao encarar a língua no âmbito do discurso, como na fala do sertanejo citada, é possível inferir que se importa com a mensagem ali contida. Ela expressa uma temática da vida rural que comunica algo que todos ali naquele contexto entendem, pois compartilham a mesma cultura, o que é absolutamente normal entre eles. Sua preocupação é expressar e comunicar algo pela mensagem falada e/ou cantada, contida no seu imaginário.

Finalmente, percebe-se que o falante em questão faz uso da língua interagindo sem a preocupação formal das regras sistêmicas. Embora suprima algumas flexões e mude a ordem canônica, se pode dizer que sua gramática é perfeita, inteligível, comunicável, de modo que, para a Ecolinguística, não falta nada nesse discurso.

4.2 Interações não-verbais

4.2.1 Interação proxêmica

A proxêmica é uma das diversas subcategorias do estudo da comunicação não-verbal. Segundo Hall (2005), a proxêmica descreve e define a relação espacial dos indivíduos num determinado contexto social. Esse antropólogo demonstrou que a interação/comunhão entre os indivíduos pode ser relacionada com a distância física. Para exemplificar ele mostrou que um indivíduo que encontra um banco de praça já ocupado por outra pessoa numa das extremidades tende a sentar-se na extremidade oposta, preservando um espaço entre os dois. Assim, ele menciona quatro tipos de distância:

distância íntima: para abraçar, tocar ou sussurrar (15-45 cm);

distância pessoal: para interação com amigos próximos (45-120 cm);

distância social: para interação entre conhecidos (1,2-3,5 m); e

distância pública: para falar em público (acima de 3,5 m).

Hall (2005) indicou que diferentes culturas mantêm diferentes padrões de espaço nas interações. Nas culturas latinas, por exemplo, as distâncias relativas são menores e as pessoas não se sentem desconfortáveis quando estão próximas umas das outras; nas culturas nórdicas, ocorre o oposto. As distâncias nas inter-relações das pessoas também podem variar em função da situação social, do gênero e de preferências individuais.

A distância entre os catireiros se estabelece pelo tipo de relações interpessoais que se dão no contexto do homem sertanejo. Considerando que nossa cultura admite contato bastante muito próximo e, pensando no isolamento do homem do campo, é perceptível uma aproximação maior nos momentos festivos, diferentemente das ocasiões de labor.

A coreografia da catira, apesar de parecer a mesma em várias regiões, varia bastante em determinados aspectos, havendo diferenças nítidas de uma região para outra. Normalmente é apresentada com dois violeiros e dez dançarinos. A dança é muito chamativa devido ao seu vigor e sincronismo. Ela compõe-se de palmeados e sapateios ritmados que os catireiros executam, em duas fileiras - uma em frente à outra, formando pares. O impacto do comportamento proxêmico no uso desse espaço na comunicação interpessoal dos catireiros estabelece uma comunhão entre os mesmos, promovendo uma interação social comunal e harmônica, um conceito ecológico, conforme Couto (2007). Essa interação representa uma organização do espaço que reflete o modo de vida do camponês, a proximidade com os seus pares nas relações sociais, revelando muito de sua cultura e modo de vida.

4.2.2 Interação cinésica

Nos anos 70 o estudo prolongado de filmes levou Ray Birdwhistell (1970), o pioneiro na tentativa de compreensão da linguagem do corpo (cinésica), a considerar sua contextualização no meio cultural e social. Ele concluiu que grande parte da comunicação humana se passa num nível abaixo da consciência, nível em que a relevância das palavras é apenas indireta. Acredita que apenas uns 35% do significado social de qualquer conversa corresponde às palavras pronunciadas.

A interação cinésica inclui todas as formas de comunicação que não envolvam palavras expressas. Ela envolve todos os órgãos dos sentidos e ocorre na interação pessoa-pessoa mesmo que não haja verbalização de palavra alguma. A comunicação não verbal qualifica a interação humana de modo especial, imprimindo sentimentos, emoções,

ECO-REBEL

qualidades e um contexto que permite ao indivíduo não somente perceber e compreender o que significam as palavras, mas também compreender os sentimentos do interlocutor. Pressupostos da cinésica, conforme Birdwhistell (1970):

- nenhum movimento ou expressão corporal é destituído de significado no contexto em que se apresenta;
- a postura e os movimentos corporais são culturalmente determinados;
- a atividade corporal visível, assim como a atividade fonética audível, influencia o comportamento dos outros membros de um grupo;
- as atividades corporais visíveis encerram significados socialmente reconhecíveis e válidos.

Esses pressupostos nos fazem entender que “sabemos” o que o outro pode estar querendo dizer com seus gestos, suas posturas corporais e seus movimentos, assim como sabemos que determinados ambientes sociais esperam um comportamento específico dos indivíduos.

Na catira, o início é dado pelo violeiro que toca o rasqueado, toques rítmicos específicos, para os dançarinos fazerem a “escova”, bate-pé, bate-mão, pulos. Essa linguagem não verbal faz lembrar o galope dos cavalos, os movimentos para espantar um bicho e/ou simplesmente uma manifestação de satisfação. Os músicos interrompem a cantoria e repetem o rasqueado, enquanto os dançarinos reproduzem o bate-pé, bate-mão e os pulos.

Observando a dança da catira, percebe-se que os movimentos cinésicos parecem originar-se da articulação dos movimentos corporais existentes na lida da roça e no tropicar dos animais de jugo (obs.: percepção do autor deste artigo). Os músicos interrompem a cantoria e repetem o rasqueado, enquanto os dançarinos reproduzem o bate-pé, bate-mão e os pulos. Vão alternando a moda e as batidas de pé e mão. O tempo da cantoria é o descanso dos dançarinos, que aguardam a volta do rasqueado.

Acabada a moda, os catireiros fazem uma roda e giram batendo os pés alternados com as mãos: é a figuração da “serra abaixo”, terminando com os dançarinos nos seus lugares iniciais. O catira se encerra com o recortado: as fileiras, encabeçadas pelos músicos, trocam de lugar, fazem meia-volta e retornam ao ponto inicial. Neste momento todos cantam uma canção, o “levantar”, que varia de grupo para grupo. No encerramento do recortado, os catireiros repetem as batidas de pés, mãos e pulos.

Na interação cinésica da catira, o conceito ecológico de comunhão faz-se presente quando os interlocutores interagem em sintonia e sincronia perfeitas, estabelecendo um canal comunicativo através dos movimentos e órgãos dos sentidos.

5. Considerações finais

Percebe-se que a linguagem multifacetada da dança da catira pode ser uma maneira de compreender a formação do diferenciado ecossistema dessa microrregião de Goiás e seu específico processo de acaipiramento. São os mesmos artefatos, sociofatos e mentefatos existentes na composição ecológica catireira, os quais revelam tradições que o caipira ainda preserve por meio de sua rusticidade e modo de vida na relação com o meio. A mesma organização familiar que permite passar de geração para geração os costumes e tradições, a mesma organização para o trabalho na cooperação e solidariedade que também se exterioriza nas práticas festivas, revelando uma literatura oral em seu riquíssimo componente linguístico verbal.

As danças desta região têm um componente verbal muitas vezes improvisado e um componente não verbal alegre e com muita interação, imprimindo sentimentos, emoções e qualidades em um contexto bastante peculiar como foi demonstrado. A catira é apenas uma delas. Dependendo da motivação pode existir um repertório às vezes cômico, trágico e outras vezes irônico da diversificada vida rural. Esse fato por si só já é motivo para uma investigação. Ao afirmar que toda língua tem uma sede, Sapir (1969) antevia o fato de que existe uma relação intrínseca entre território e povo, sugerindo que dessa relação emerge a língua que nada mais é que interação.

Referências

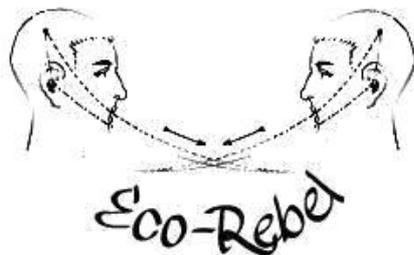
- BIRDWHISTELL, R. L. *Kinesics and Context: Essays on Body Motion Communication*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1970.
- BERNARDES, C. *Vida Mundo*. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1966.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, 11ed.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 1, 2015, p. 36-62.
- _____. Ecosistema cultural. <http://meioambientealinguagem.blogspot.com.br/>, 2016 (acesso: 20/11/16).

ECO-REBEL

- COUTO, V. *Festa do Divino Espírito Santo – Folia da Roça*. Formosa: Artes Gráficas Ribeiro, 2014.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2011.
- HALL, E. T. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Edição original em português Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 (Edição original em inglês *The Hidden Dimension*.. Anchor Books, 1966).
- JACINTHO, O. *Esboço histórico de Formosa*. Brasília: Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979.
- NUNES, M. de L. O. ‘Vida Mundo’ de Carmo Bernardes à Luz da Análise do Discurso Ecológica (ADE). In: COUTO, Elza; Albuquerque, Davi (orgs.). *Linguística Ecológica & Análise do Discurso Ecológica – Teorias e aplicações*. Brasília: Thesaurus, 2015.
- PIRES, C. *Conversas ao pé do fogo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1921.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 2.^a ed. 14.^a reimp.
- SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.
- TELES, J. R. Formosa no Caminho dos Missionários. In: *Ideias Universitárias – Revista da Universidade Estadual de Goiás (Unidade Universitária de Formosa)*, n. 1, 2004.

Enviado:30/09/2016.
Aceito: 06/01/2017.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



**MEIO AMBIENTE DA LÍNGUA BRASILEIRA
DE SINAIS E SEU REGISTRO GRÁFICO**

Cláudio Alves Benassi (UFMT)

Anderson Simão Duarte (UFMT)

Simone de Jesus Padilha (UFMT)

R e s u m o : Este trabalho apresenta um estudo feito por Claudio Alves Benassi, da Universidade Federal de Mato Grosso, sobre a Libras, seu meio linguístico e um sistema de grafia proposto por esse pesquisador. Ressaltamos que essa escrita está sendo chamada, provisoriamente, de Visografia. Esse sistema apresenta apenas 62 caracteres distribuídos em quatro grupos visonéticos que representam alfabeticamente e graficamente os cinco parâmetros das Línguas de Sinais (LS). A elaboração da Visografia justifica-se pelo fato de existirem, no Brasil, três outros sistemas de escrita de língua de sinais e nenhum deles se fixarem no registro gráfico da LS. Os resultados apontam para a viabilidade desse sistema tanto na grafia quanto na leitura da LS.

Palavras-chave: Visografia. Ecolinguística. Libras. Meio ambiente linguístico. ELiS.

A b s t r a c t : This article presents the Brazilian Sign Language (Libras), its linguistic environment and a spelling system proposed by Claudio Alves Benassi, of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). This writing is being provisionally called Visografia. It consists of only 62 characters divided into four visonetic groups which represent alphabetically and graphically the five parameters of this sign language (LS). The preparation of Visografia is justified by the fact that there are, in Brazil, three other sign language writing systems and none of them settled in the graphic registration of LS. Results show the feasibility of this system both in spelling and in reading of LS.

Key words: Visografia. Ecolinguistics. Libras. Linguistic environment. ELS.

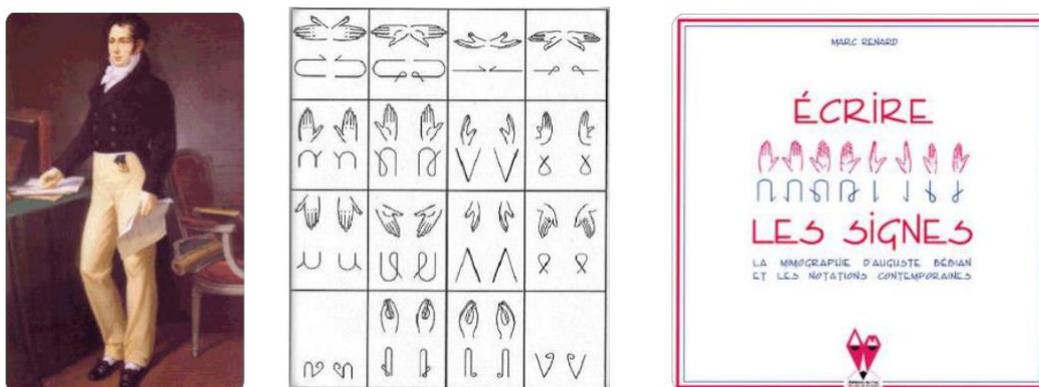
1. Introdução



Continuar escrevendo este trabalho em Libras pela escrita da Visografia excluiria uma parcela considerável dos leitores do meio ambiente linguístico oral, bem como do visossinalizado, pois se trata de um sistema de Escrita de Língua de Sinais (ELS) em processo de desenvolvimento. Como explicita a frase em Libras, escrita pela Visografia, o tema dessa pesquisa é a ELS. A ideia de se grafar as Línguas de sinais (LS) não é recente. Os primeiros estudos em relação a uma possível grafia das LS começaram com o educador francês Roch-Ambroise Auguste Bébien (1739-1839).

Bébien acreditava que uma ELS contribuiria para o desenvolvimento cognitivo do visual¹ (*surdo*). Desenvolveu a *Écrire les signes* ou notação *Mimographie* (BENASSI, 2016, p. 25; STUMPF, 2011). Conforme afirmam Barreto & Barreto (2012) outros sistemas de ELS foram desenvolvidos posteriormente. No atual panorama da ELS brasileira, constam dois sistemas desenvolvidos e em circulação na área da Libras, de acordo com Benassi, Duarte & Padilha (2016).

Figura 01. À esquerda: Bébien; ao centro: grafia das Configurações de Mão (CM) e à direita a capa do livro *Écrire les signes* (Marc Renard).



Fonte: Disponível em <http://www.usm67.fr/sourds-historiques.html>.

¹ Termo conceitual delineado por Anderson Simão Duarte (UFMT), para designar a pessoa que emite e capta mensagens linguísticas por meio do canal visual, levando em consideração que não se separa o sujeito da língua que o constitui ideologicamente. Assim sendo, o ouvinte é caracterizado pela língua oral/auditiva e o visual pela língua espaço/visual e não pela ausência da audição (DUARTE; BENASSI; PADILHA, 2016).

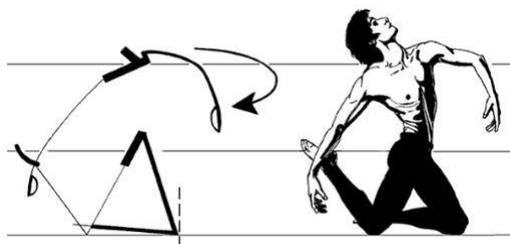
ECO-REBEL

Esses dois sistemas de ELS, aos quais os autores se referem, são: a Escrita das Línguas de Sinais (ELiS) e o Sistema de Escrita de Língua de Sinais (SEL). A ELiS é o resultado da pesquisa de mestrado, posteriormente aperfeiçoada e aprofundada no doutoramento de Mariângela Estelita Barros (Universidade Federal de Goiás). Esse sistema de escrita é de base alfabética e linear, contando com um alfabeto chamado de visograma, com um total de 95 caracteres.

Já o SEL foi desenvolvido por Adriana Lessa-de-Oliveira (Universidade Estadual do Oeste de Bahia), no ano de 2009. Após testes e aprimoramentos em 2011, chegou-se a uma versão satisfatória dessa escrita. Esse sistema de ELS leva em consideração os parâmetros CM, Localização (*L_{oc}*) e Movimentos (*M_{ov}*), que são denominados *MLMov* e os elementos que os constituem são tidos como *macrosegmentos* (BENASSI, 2014, p. 05-06).

Outro sistema de ELS corrente no Brasil é o *Sign Writing* (SW). Esse sistema foi desenvolvido por volta de 1974, pela norte-americana Valerie Sutton. O sistema por ela decodificado foi baseado no sistema de notação dos movimentos da dança denominado *Dancing Writing* (BARRETO; BARRETO, 2012). O SW é uma escrita vertical da esquerda para a direita, em que todos os parâmetros das LS são “desenhados”, fixando assim a linguagem de sinais articulada.

Figura 04. Notação de um movimento de dança pelo *Dancing Writing*.



Fonte: Disponível em <http://www.movementwriting.org/images/index08.gif>.

O SW é um sistema de escrita complexo e demasiado denso no processo de grafia da LS, por ser realizado verticalmente. Em uma comparação entre o SW e a ELiS, Benassi (2014) defende que a ELiS é mais viável na produção textual acadêmica do visual. O autor usou um texto escrito em Língua Portuguesa como base para a comparação. O texto contava com cinco linhas. Ao ser escrito em SW, preencheu uma lauda. Já em ELiS, o mesmo texto completou apenas seis linhas.

Figura 05. Sinal VER escrito em SW, ELiS e SEL, respectivamente.



Fonte: Benassi; Duarte e Padilha (2016).

Este trabalho tem como objetivo apresentar a Libras, seu universo linguístico e um sistema de grafia sugerido por Claudio Alves Benassi, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esse sistema de grafia surge como uma proposta de aliar os elementos mais simples do SW aos apresentados pelas ELiS, eliminando, assim, aqueles mais complexos que demandam maior abstração.

A fundamentação teórica vem das leituras de Bakhtin e seu círculo para a compreensão do problema do material, da forma e do conteúdo, ligados a LS nas esferas do cotidiano, acadêmico e artístico. Outras vozes constituintes desta pesquisa é a de Couto (2007) no entendimento de Meio Ambiente linguístico, bem como na ressignificação da linha de força de sistema, que na língua é adaptável e não um sistema fechado como em Saussure.

Buscamos, por meio da seleção dos visografemas (letras), da estrutura de escrita dos sistemas de ELS a serem relidos nesta pesquisa e do referencial teórico adotado, a aplicação em um curso, a fim de verificar a eficiência desse novo sistema de ELS e, ainda, a elaboração de um editor de textos que facilite o processo de grafia.

A visografia foi aplicada, preliminarmente, por meio da escrita de sinais isoladamente e pequenos textos que foram apresentados a profissionais de Libras, que não conhecem ainda os sistemas de ELS, e a estudantes do Curso de Graduação Letras-Libras da UFMT, iniciados em ELiS. Os resultados obtidos são satisfatórios, tanto no processo de grafia quanto no de sua decodificação por meio da leitura.

2. Da Libras e seu meio ambiente linguístico: o registro gráfico pela Visografia

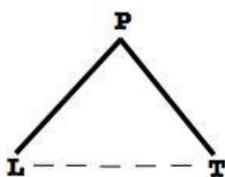
Começamos do conceito ecológico mais abrangente, o de **ecossistema**, que é o todo formado por uma população de organismos e suas interações com o

ECO-REBEL

meio e entre si. É em seu interior que se desenrola todo o drama que constitui a base de minha argumentação (COUTO, 2013)

Para Couto (2007, p. 122), o ecossistema de uma determinada língua é formado por três elementos básicos. São eles: o território (T), a população (P) e a língua (L). Segundo o autor, uma língua só existe e subsiste se houver uma população ou povo que vive e convive em um determinado território. Sendo assim, o autor estabelece a triangulação básica que aparece na figura 06, reproduzida abaixo a partir do modelo dado por ele.

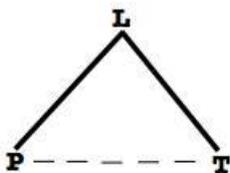
Figura 06. Triangulação proposta por Couto.



Fonte: Couto (2007, p. 123).

Consideramos que o modelo não está em consonância com a proposição do autor. Ora, se temos uma língua que só existe e subsiste graças ao uso que uma determinada população faz dela, estando essa vivendo e convivendo em um território, a língua simplesmente não pode estar/ser a base dessa triangulação, mas o topo dela, sendo, então, sustentada pelo uso que a população faz da língua, inserida em seu território. Logo, a nossa proposição é uma inversão da “pirâmide” de Couto (2007), tirando a língua de suas bases e elevando-a ao topo, conforme consta na figura 07 mostrada abaixo.

Figura 07. Triangulação inversa à proposta de Couto.



Fonte: acervo particular dos autores.

Relacionar os pressupostos da Ecolinguística, presentes em Couto (2007), não é uma tarefa fácil. Consideramos que alguns desses pressupostos são muito difíceis de ser delimitados. Quando pensamos a relação proposta na triangulação língua, população e território, temos facilidade em delimitar a L que é a Libras, reconhecida legalmente como língua. Quanto à população, podemos admiti-la como sendo os visuais, profissionais e demais falantes da Libras. Já em relação à delimitação do território, que, juntamente com essa população, daria sustentação a Libras, temos uma certa dificuldade, uma vez que não há fronteiras entre o território da Língua Portuguesa e o da Libras.

Isso se explica porque o visual está imerso e pulverizado naquilo que Miranda & Andrade (2016, p. 34) chamam de “uma comunidade maior, cuja língua majoritária é a língua oral”. Na concepção desses autores, “é possível perceber que há a falta de um território”. Há de se levar em consideração que, se o território da língua oral é ocupado pela população falante da Libras, ainda que seja majoritariamente constituído pela língua e população ouvinte, ele da mesma forma se constitui por falantes minoritários da Libras. Sendo assim, esse território pode ser considerado também o território da Libras. Em outras palavras, este é um território bilíngue.

Nesse sentido, considerando que esse território bilíngue é também o território da Libras, encerramos a discussão, tendo em vista que os demais elementos do Ecosistema Fundamental da Língua (EFL), Meio Ambiente (MA) social, MA mental e MA natural existem na LS. Na finalização deste tópico, lembramos ainda que a Libras, esse ecossistema linguístico imagético, não é ágrafa, como já vimos na introdução desse trabalho. Vale dizer que no curso de Letras-libras – Licenciatura da UFMT foi ministrada a ELiS na disciplina de Escrita de Sinais e que, dos sistemas ELS aqui descritos. O professor e pesquisador Claudio Alves Benassi é escritor/leitor do SW e da ELiS.

Benassi, Duarte & Padilha comentam que dos discentes visuais que cursaram a disciplina apenas um continuou os estudos de ELiS, e que o curso de extensão ofertado foi cancelado, tendo a baixa procura como principal motivo. Segundo os autores, para “o público alvo, a ELiS é um sistema muito abstrato” (BENASSI, DUARTE, PADILJA, 2016, p. 35). Eles questionam o motivo da recusa desse sistema de escrita, considerando que ele, tal qual o SW, tem seus aspectos simples e visuais, além dos complexos e abstratos. Os autores finalizam pontuando que os dois sistemas não se fixam na área da Libras e ainda questionam se os aspectos simples e visuais de ambos poderiam ser relidos em novo sistema de ELS.

Cláudio Benassi, músico de formação, hábil leitor de partituras, escritor e leitor fluente da ELiS, considera o sistema ELiS suficiente. No entanto, como educador e pesquisador, constituído por múltiplas vozes, portanto, um ser plurívoco (BAKHTIN, 2014), não se posiciona com indiferença

em relação à dificuldade dos alunos visuais em apreender os sistemas de ELS correntes. Essas vozes ecoaram e inquietaram, fazendo com que se dedicasse à arquitetura de um novo sistema de ELS. Nesse percurso, além da colaboração direta dos acadêmicos que fazem parte do Círculo de Estudos de Escrita Visogramada (CEEVis), contou com a participação direta de Simone de Jesus Padilha, na orientação, de Anderson Simão Duarte, na seleção de caracteres, e de Sebastiana Almeida Souza, na colaboração e aplicação da Visografia.

3. As bases eivadas da Visografia

Apesar de existirem muitos sistemas de ELS, a alfabetização de visuais, em LS, ainda não é uma realidade. Alguns fatores concorrem para isso, tais como a pouca experiência ou desconhecimento do professor de Libras a respeito da ELS, a inexistência de políticas voltadas para a formação de professores de ELS e de alfabetização de visossinalizantes (sinalizadores) em LS. Dentre os problemas apontados, o mais sério é a não aceitação pela comunidade visual (*surda*) dos sistemas de ELS correntes. Dessa não aceitação decorre o problema desta pesquisa, que propõe a releitura do SW, que, somente de CM – levando em consideração o inventário de CM de Benassi e Padilha, as três OP e os dois planos nos quais são escritos –, tem 684 caracteres, e da ELiS, que tem 95 visografemas, em um novo sistema de ELS.

A Visografia nasce com apenas 64 caracteres. Uma grande vantagem sobre os dois sistemas que lhe serviram de base. Os visografemas da Visografia estão divididos em quatro grupos visonéticos, que correspondem aos cinco visemas (parâmetros) das LS, elementos que compõem a visonologia² das LS. Dentro da visonologia, existem cinco categorias de visemas: a CM; a Orientação de Palma (OP); a Locação (Loc); Movimento (Mov) e a Expressão Não Manual (ENM) (QUADROS; KARNOPP, 2004). A CM é a forma que a mão adquire na seleção de dedos durante a articulação de um sinal. Ela está dividida em Configuração de Dedo (CD) do polegar e CD dos demais dedos.

A OP é a direção que a palma da mão apresenta na articulação de um sinal. A Loc são os possíveis locais no corpo ou no espaço em que a mão é posicionada para a articulação de um sinal. Os Mov são um conjunto complexo de movimentos internos ou externos à mão ou externos, que acompanham a articulação de um sinal. Por último, as ENM são um conjunto de movimentos faciais e corporais que podem ou não acompanhar um sinal para lhe dar entonação e sentido.

²Termo cunhado com bases nos conceitos visograma, visografema e visema, para designar o estudo dos sistemas de visemas de uma determinada LS ou das LS em geral. Ou então, estudo dos visemas, do ponto de vista de sua função na língua, quer seja por pares opositivos, variantes posicionais, quer por outros.

Quanto aos visemas M_{ov} e ENM, concordamos com o entendimento de Barros (2015) de que fazem parte de um mesmo grupo de visema, o dos M_{ov} . Barros classifica-os como sendo M_{ov} que não são realizados com as mãos. Em nossa concepção, vamos além, classificamos esses M_{ov} faciais e corporais como M_{ov} Faciais-corporais Intensificadores, portanto, gramaticais e os M_{ov} Entoativos-Valorativos, que são usados para exprimir a valoração do indivíduo sobre a língua.

A estrutura da escrita na Visografia preserva o princípio da linearidade da ELiS, levando em consideração o hábito de leitura linear da esquerda para a direita da Língua Portuguesa, sendo acessível a ouvintes e a visuais. Quanto ao modo de escrita dos visemas, os dedos são grafados um após o outro como na ELiS, por meio do uso das CD apropriadas à CM que se quer grafar.

As CD são grafadas diretamente e na OP que devem obedecer ao posicionamento do Eixo da Palma da Mão (EPM) ou da Orientação da Ponta do Dedo (OPD). As EPM ou OPD para frente e para trás, quando necessário, deverão ser grafadas por meio de diacríticos próprios. As CM, com os dedos fechados pelas pontas, devem ser grafadas com o diacrítico ‘.’ em cima do visografema. Já as CM, com os dedos, juntos deverão ser grafadas com o diacrítico ‘-’ atravessando todos os visografemas que representarem a junção de dedos.

Na escrita das OP, o visografema móvel movimenta-se para representar as OP Medial, Distal, Para Cima e Para Baixo, sendo que a parte branca representa a palma da mão e a parte preta representa o dorso. Quanto à escrita das L_{oc} , devem ser observados os seguintes princípios: 1) as L_{oc} da cabeça deverão ser escritas por meio dos diacríticos próprios; 2) sinais localizados no tórax e abdômen devem ser grafados abaixo da linha que representa o tórax. Deve-se imaginar, na parte frontal, um quadrado e o sinal deverá ser grafado na altura em que ele se articula; 3) em todos os sinais posicionados no tórax e no abdômen, deverá ser grafado o diacrítico de toque quando necessário; 4) em sinais articulados no braço e ao longo dele, deverão ser grafados o diacrítico no visografema, que representa o braço, e o diacrítico de toque na altura em que a mão toca o braço; 5) em sinais articulados no espaço neutro, não se escreve a L_{oc} ; 6) em sinais em que a mão não toca o local, não deverão ser escritos diacríticos de toque, apenas a mão posicionada próximo ao local.

Já na escrita dos M_{ov} , deverão ser utilizados diacríticos próprios para M_{ov} iguais repetitivos e para M_{ov} iguais alternados. Todos os visografemas poderão ser usados para representar os M_{ov} dos sinais.

Figura 08. Quadro de visografemas da Visografia.

VISOGRAFEMAS (LETRAS) DA VISOGRAFIA					
64 CARACTERES					
CONFIGURAÇÃO DE DEDOS					10 VISOGRAFEMAS
Polegar					06 visografemas
Fechado	Na palma	Curvo	“3D”	Horizontal	Vertical
.	/	<	\	—	
Demais dedos					04 visografemas (sendo um repetido)
Fechado	Muito curvo	Curvo	Inclinado	Estendido	
.	⌋	⌋	\		
Diacríticos					
De fechamento dos dedos pelas pontas Usado em cima do visografema			.	⌋	
De junção dos dedos Usado cortando o visografema			—	‡	
De orientação de ponta de dedo ou eixo da palma da mão			☺	Para frente	
De orientação de ponta de dedo ou eixo da palma da mão			☹	Para trás	
ORIENTAÇÃO DE PALMA					3 VISOGRAFEMAS (sendo um móvel)
Para frente	Para trás	Para medial	Para distal	Para cima	Para baixo
☒	☐	▬ ▬	▬ ▬	▬	▬
LOCAÇÃO (Ponto de contato)					7 VISOGRAFEMAS
Da cabeça					03 visografemas
Cabeça		Alto da cabeça		Embaixo do queixo	
○		⊖		⊖	
Diacríticos de locação (Cabeça)					
Testa	Lateral da cabeça	Orelha	Sobrancelha	Olho	Maça do rosto
— ○	⌋ ○	☺ ○	— ○	• ○	— ○
Bochecha	Nariz	Buço	Boca	Dente	Queixo
⌋ ○	○	— ○	— ○	⌋ ○	⌋ ○
Do tronco					02 visografemas
PESCOÇO			TÓRAX		
Π			—		
Dos membros					02 visografemas
BRAÇO			PERNA		
L			Π		
Diacríticos					
Ombro	—		Axila	/	

Fonte: Acervo particular dos autores.

Figura 09. Quadro de visografemas da Visografia.

Da mão				02 visografemas	
Palma			Dorso		
□			☒		
Diacríticos de contato					
Toucher	*	Pegar	+	Intervalo dos dedos	v
MOVIMENTO				42 VISOGRAFEMAS	
De braço				18 visografemas	
Para frente	Para trás	Para frente e para trás	Para cima	Para baixo	Para cima e para baixo
⊥	⊤	⊕	↑	↓	↕
Para a direita	Para a esquerda	Para a direita e para a esquerda	Para cima e a direita	Para cima e a esquerda	Para baixo e a direita
→	←	↔	↗	↖	↘
Para baixo e a esquerda	semicircular	Flexão e/ou extensão de braço	Circular frontal	Circular horizontal	Circular frontal
↙	⤿	⤴	⦶	⦶	⦶
Movimentos de dedos e punho				12 visografemas	
Abrir a mão	Fechar a mão	Abrir e fechar a mão	Flexionar os dedos na 1ª articulação	Flexionar os dedos na 2ª articulação	Unir e/ou separar os dedos
⊥	⊤	⊕	⊥	⊥	∨
Tamborilar os dedos	Friccionar os dedos	Dobrar o punho	Mover o punho lateralmente	Girar o punho	Girar o antebraço
↻	↻	⤴	⤴	⤴	⤴
Movimentos faciais e corporais				12 visografemas	
Negação com a cabeça	Afirmação com a cabeça	Língua na bochecha	Língua para fora	Corrente de ar	Vibração dos lábios
⤴	⤴	⤴	⤴	⤴	⤴
Movimento lateral do queixo	Murchar as bochechas	Inflar as bochechas	Abrir a boca	Piscar os olhos	Girar o tronco
↔	⌘	⦶	⦶	+	⦶
Diacríticos					
:	Movimento repetitivo igual	''	Movimento repetitivo alternado		

Fonte: Acervo particular dos autores.

Por grafar as LS dividindo os sinais em partículas menores, consideramos a Visografia uma ELS de base alfabética. Na grafia de alguns tipos de sinais, pela proximidade das mãos a L_{oc} não precisa ser grafada. Assim, na escrita de alguns tipos de sinais, a L_{oc} ficará implícita na grafia.

ECO-REBEL

Temos, então, o visografema da Visografia com os visografemas assim distribuídos: 1a) CD – Polegar; 1b) CD – Demais dedos; 2) OP; 3) L_{oc}; 4) M_{ov}.

Figura nº 10. Quadro com o visograma da Visografia.

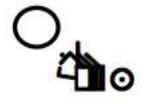
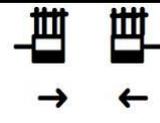
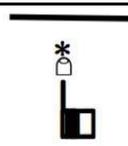
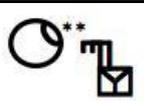
1a)	.	/	<	\	-							
1b)	.	└	└	\								
2)	☒	☐	▬	(Móvel)								
3)	○	◌	◌	π	—	L π □ ☒						
4)	⊥	T	≠	↑	↓	↕	→	←	↔	↗	↖	
	↘	↙	∩	∪	○	○	⊙					
	⊥	π	≠	└	π	∨	∩	∩	L	L	L	L
	p	o	o	v	<	H	≠	x	o	⊙	+	o

Fonte: acervo particular dos autores.

4. Sinais e texto grafados pela Visografia

Abaixo apresentamos alguns sinais e um texto em Libras, grafados pela Visografia, para demonstrar, na prática, o que defendemos teoricamente.

Tabela nº 01. Sinais escritos pela Visografia.

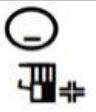
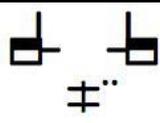
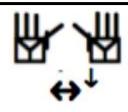
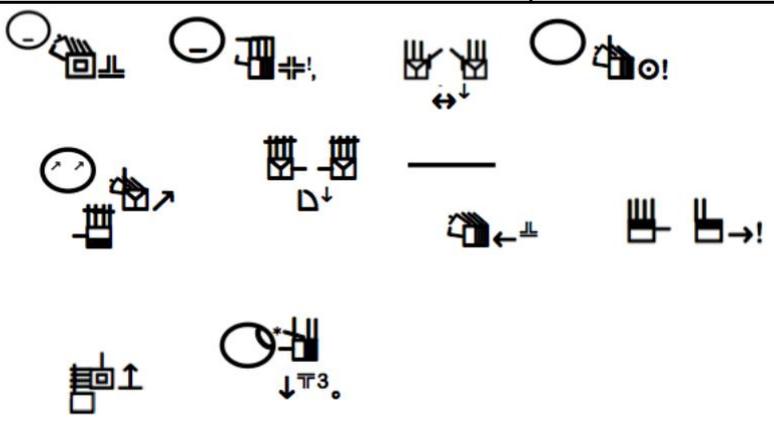
Sinal com fechamento dos dedos pelas pontas articulado na frente do rosto		Domingo
Sinal com junção de dedos articulado no espaço neutro em frente ao tórax		Hoje
Sinal com EPM ou OPD para trás escrito articulado no tórax		Eu
Sinal com L _{oc} na lateral da cabeça		Quinta feira

ECO-REBEL

Sinal articulado ao lado esquerdo do tórax		Amar muito
Sinal articulado na frente do abdômen		Novo(a)
Sinal com Loc no braço		Aluno

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela nº 02. Sinais escritos pela Visografia. Continuação.

Sinal articulado no espaço neutro a frente do tórax		Nome/Nomear
Sinal articulado na frente da Loc		Laranja/Sábado
Sinal com Mov repetitivos iguais		Fevereiro
Sinal com Mov repetitivos alternados		Trabalhar/Trabalho
Sinal com diacrítico de Mov para completar a ideia do movimento		Feliz/Felicidade/Felicitar
		<p>“Bom sábado, feliz domingo! Que Deus abençoe a nova semana que começa amanhã!”</p>

Fonte: elaboração dos autores.

Como podemos observar no quadro, a grafia da Libras é possível por meio da Visografia. Não somente a fixação da Libras, por meio desse sistema ELS, mas também a descodificação por meio da leitura. Benassi *et al.* (2016), ao analisarem o processo de leitura realizada por duas acadêmicas (uma delas não teve contato com as ELS que inspiraram a Visografia, tampouco tinha conhecimento da própria Visografia), afirmam que a leitura da Visografia realizada pelas acadêmicas com pouco ou nenhum conhecimento das ELS comprovam a eficácia da Visografia na grafia e fixação da Libras, bem como a viabilidade do processo de descodificação na leitura. Assim, os autores concluem:

Poder-se-ia afirmar que o sistema está pronto e pode ser colocado em teste quanto a sua aprendizagem e mediação da cultura escrita em língua de sinais. Esta pesquisa é embrionária e não está pronta e acabada, outrossim, aberta a novas valorações (BENASSI et al, 2016).

5. Considerações finais

Para finalizar este trabalho, retomaremos alguns pontos importantes suscitados nesta discussão. A Língua brasileira de sinais (Libras) pode ser entendida como inserta em um ecossistema linguístico segundo a concepção de Couto (2007), considerando a existência da língua (L), da população (P) e do território (T), que, em nossa concepção, é bilíngue, ou seja, é um território partilhado entre ouvintes e visuais, e um território onde existe não só a Língua Portuguesa, mas a Libras e muitas outras, portanto, esse território é plurilíngue.

Do ecossistema linguístico da Libras, a grafia da Libras é um assunto que suscita debates polêmicos, tendo em vista a falta de informação que circunda esse cenário. Como pesquisadores, dada nossa experiência no ensino de Língua Portuguesa, de Libras e de ELS, não podemos ficar indiferentes diante do desinteresse do visual pela Libras.

Ressaltamos que todos os alunos visuais que se matricularam na disciplina de Escrita de Sinais do curso de Licenciatura em Letras-libras da UFMT até o momento, nenhum deles liam e escreviam a Libras. Mesmo àqueles que afirmavam conhecer o SW e que ele é mais visual que a ELiS, escreviam sinais isolados ou o próprio sinal (sinal nominal), sem levar em consideração a aplicação da ELS na grafia da Libras, notando conhecimentos estritamente em Língua Portuguesa.

O SW é considerado um sistema de ELS denso e pesado, dado o excesso de caracteres, o exacerbado detalhamento da escrita e a regra de simetria no “desenhar” as mãos. Por outro lado,

ECO-REBEL

a ELiS é leve e prática por grafar o estrito e relevante para o registro da informação. No entanto, nem um nem outro sistema se fixa no meio como a ELS da alfabetização do visual.

Por falar em alfabetização do visual, esse processo vem se dando exclusivamente em Língua Portuguesa (quanto ao ensino da escrita e leitura) e em Libras (quanto ao ensino da língua articulada). Afirmamos que é necessário (re)pensar esse processo, pois é necessário ao visual e ao seu desenvolvimento cognitivo o ensino da escrita e da leitura da LS.

Pensando nisso, surge a proposta do desenvolvimento da Visografia. Ao longo deste trabalho, pudemos comprovar que é viável a grafia da Libras por meio da ELS. Benassi et al. (2016) demonstram que é também viável a leitura da Visografia, ao analisarem o processo de leitura realizada por duas acadêmicas da área da Libras, sendo que delas apenas uma tinha uma breve iniciação a ELiS.

Outros estudos a respeito da viabilidade da Visografia descortinar-se-ão nos próximos meses. Um curso de extensão, já aprovado pela área da Educação da UFMT, será implantado para a produção de dados a respeito do ensino-aprendizagem da Visografia. Um estudo visonológico envolvendo a Libras e outras cinco LS está previsto para a concretização de um inventário de CM, com o objetivo de padronização da escrita das mesmas e da comprovação da viabilidade da escrita de outras LS pela Visografia.

Por fim, este trabalho não está pronto e acabado. Pelo contrário, está aberto a (re)leituras e aprofundamentos. Não queremos, com ele, ditar ou impor um sistema de ELS, tampouco vislumbramos, em nosso horizonte acadêmico, uma solução para o problema da temática aqui discutida. Apenas queremos oportunizar o debate na oferta de um sistema de ELS que seja simples, visual e de fácil apreensão.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. O plurilinguismo no romance. In.: BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética. *A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2014, 7ª. ed.
- BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. *Escrita de Sinais sem mistérios*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012.
- BARROS, Mariângela E. *ELiS*. Sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BENASSI, Claudio Alves. Além dos sentidos: a Escrita das Línguas de Sinais como uma proposta de produção acadêmica do surdo. In.: Educação e seus jeitos de ler-escrever em meio a vida. *Anais do Semiedu*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. 2014. Disponível em

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.evento/Site.aspx?conteudoUID=182&eventoUID=59>, 2016
(acesso: 20/08/2016).

_____. Formação de docentes de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS). *Falange Miúda*. v. 1, n. 1, 2016. Disponível em <http://www.falangemiuda.com.br/edicaoatual/,2016> (acesso: 20/08/2016).

_____; DUARTE, Anderson Simão; PADILHA, Simone de Jesus. Proposta de releitura do *SignWriting* e da ELiS. *Falange Miúda*, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em <http://www.falangemiuda.com.br/edicaoatual/,2016> (acesso: 20/08/2016).

_____.; DUARTE, Anderson S.; SOUZA, Sebastiana A.; PADILHA, Simone de J. *Das escritas de língua de sinais à escrita de língua de sinais*. Primeiros suspiros da Visografia eivados pelo *SignWriting* e pela ELiS. No prelo, 2016.

COUTO, Hildo H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. Análise do discurso ecológica. Disponível em:

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>, 2013 (acesso: 06/06/2016).

LEITE, Maurycéia. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a pedagogia numa perspectiva bilíngue. *Revista Diálogos*, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3899> (acesso: 20/08/2016).

MIRANDA, João Paulo V.; ANDRADE, Alliny de Matos F. Um olhar ecolinguístico sobre a semântica da Libras. In.: Caderno de resumos. *III Encontro Brasileiro de Ecolinguística*. Disponível em Disponível em <http://ecolinguistica.net.br/wp-content/uploads/2016/08/III-EBE-2016-Caderno-de-Resumos-Schmaltz-Paulino-Couto.pdf> (acesso: 31/08/2016).

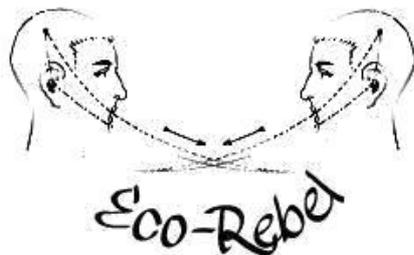
QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira. *Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STUMPF, Marianne. *Escrita de Língua brasileira de sinais*. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

Enviado: 19/12/2016.

Revisado: 06/01/2017.

Aceito: 20/01/2017.



**DUPLIPENSAR O CONCEITO SURDO OU RESSIGNIFICAR
A CONCEPÇÃO VISUAL PELAS LENTES DA ECOLINGUÍSTICA**

Anderson Simão Duarte (UFMT)

Cláudio Alves Benassi (UFMT)

Simone de Jesus Padilha (UFMT)

R e s u m o : Esta pesquisa discute a concepção histórica do termo “surdo” e apresenta a simbiose sujeito-língua como indivíduo não marcado pela deficiência, mas pela língua, sendo esta VISUAL. Concepções bakhtinianas corroboram no solo fértil da ecolinguística num processo de germinação, onde sujeitos visuais lutam por acesso e permanência autônoma no meio ambiente ecológico de que fazem parte. O olhar do outro como marca preconceituosa em relação à língua de sinais mumifica as concepções aristotélicas e envenenam o sujeito no reconhecimento da diferença como espelho da normalidade. Registram-se as marcas históricas das línguas de sinais como parasitas e/ou competidoras e não como epífitas e/ou simbióticas.

Palavras-chave: Língua de Sinais. Surdo. Visual. Meio ambiente linguístico. Inclusão.

A b s t r a c t : This research discusses the historical conception of the term "deaf" and presents the subject-language symbiosis as an individual identified not by disability, but by the language, which is VISUAL. Bakhtinian conceptions corroborate in the fertile soil of Ecolinguistics in a germination process, in which visual subjects struggle for access and autonomous permanence in the ecological environment in which they live. The gaze of the other as a prejudiced feature of sign language mummifies the Aristotelian conceptions and poisons the subject for the recognition of difference as a mirror of normality. Thus, the historic features of sign language are registered as parasites and/or competitors, not as epiphytes and/or symbiotic.

Keywords: Sign Language. Deaf. Visual. Linguistic environment. Inclusion.

Esta pesquisa consiste em provocar uma análise crítica a duplipensar o conceito em que está empregando, socialmente, a terminologia SURDO desde as concepções do filósofo Aristóteles, sentidos semânticos no Novo e Velho Testamento da Sagrada Escritura, aos contextos contemporâneos.

Podemos pensar no termo SURDO como uma forma de duplipensar com a estratégia filosófica e conceitual de oprimir, banir, destituir direitos, separar socialmente, fixar à

periferia intelectual e, principalmente, justificar uma subcultura em relação à língua hegemônica, língua oral.

O rótulo superficial e medíocre separa o meio ambiente social em dois campos, os ouvintes e os surdos. Toda separação gera conflito, estas as segregações sociais, logo linguística. Os rótulos são pejorativos e desleais, o rótulo surdo foi constituído como marca de defeitos, sendo seus sujeitos demonizados, incapazes, indignos e muitas outras atrocidades históricas.

O termo surdo foi legitimado; não teve um olhar ecocêntrico, humano e exotópico. Na atualidade, todos, em especial os usuários das línguas de sinais, precisam entender a necessidade emergencial de um novo acordo de sentido ideológico. Precisamos de um olhar crítico, sim, até mesmo antropocêntrico, mas um olhar igualitário e não autenticado pela deficiência física, ou característica fenotípica. As línguas orais e gestuais têm por direito um olhar etnocêntrico; assim, devem acompanhar os usuários que as sustentam como forma de comunicação no meio ambiente de que fazem parte.

Chega de ouvintismo ou surdismo¹, ambos termos usados como omanotopéias preconceituosas, racistas e segregadoras. Esta pesquisa foi realizada com 32 sujeitos visuais. Pesquisa qualitativa, tendo como arcabouço teórico a ecolinguística e as concepções de Bakhtin. Objetivo desta pesquisa é fazer uma análise crítica, questionadora do termo surdo como forma de paternalismo e assistencialismo dos dias atuais, em virtude das concepções malélicas de Aristóteles, preconceituosa da Sagrada Escritura e excludente do Congresso de Milão.

2. Aristóteles e pouco depois

O Filósofo Aristóteles tem em seus escritos inúmeras contribuições no campo da filosofia, sociologia, direito e outras áreas do conhecimento, como também teve suas concepções a respeito do cidadão com comprometimento auditivo, seja de origem genética, congênita e/ou adquirida em decorrência de sequelas por traumas ou doenças, concepções essas destoantes das concepções contemporânea, ou seja, o sujeito com surdez não era concebido como filho de Deus, pois o mesmo não portava a capacidade linguística da oralidade, pois a alma do sujeito é materializada pela condição da fala.

¹ Concepção usada por Cláudio Alves Benassi, referindo-se ao indivíduo que impõe a língua de sinais a todos como forma de protesto e reivindicação linguística.

Existem no Brasil várias obras da literatura, dissertações e teses que retratam e relatam episódios históricos que mostram como o sujeito surdo² era visto socialmente quanto a política, religião, escolaridade, direitos civis e familiares. A pesquisadora Karin Strobel em sua obra “As imagens do outro sobre a cultura surda” retrata de forma brilhante este contexto histórico (STROBEL, 2013)).

Queremos aqui destacar alguns episódios para melhor compreensão no decorrer de nossos escritos. 1) Os surdos eram considerados semideuses pois retratavam a divindade e serviam como oferendas e sacrifícios, ora queimados vivos ou lançados ao mar como forma de “pagar” os pecados dos familiares; 2) Não tinham direito a frequentarem templos religiosos pois não possuíam alma como os demais seguidores cristãos, pois eram carentes do Espírito Santo; 3) Não tinham direito a herança familiar; caso não houvesse outro herdeiro, toda a fortuna da família era destinada a Santa Madre Igreja Católica; 4) Não poderiam casar ou ter filhos, para não infestarem a sociedade com mais indivíduos defeituosos e indignos; 5) A Língua de Sinais não era permitida pois não poderiam substituir a língua oral.

No decorrer de nossa pesquisa destacamos que de Aristóteles aos dias atuais, poucas concepções foram reescritas, mudaram-se as roupagens, mas não as concepções.

Uma vez que a língua adquire certo autonomia após formada, o seu sistema prevê determinados significados de que os membros de P³ ainda não fazem uso e dos quais sequer estão conscientes. Eles existem apenas no subconsciente, mas podem vir ao nível da consciência (COUTO, 2007, p. 150).

A língua tem viva própria, o termo SURDO e sua concepção estão implantados na mente da sociedade, uma imagem significativa e histórica, mesmo que inconsciente. O termo surdo foi usado por Aristóteles como deficiência, pelo fato de caracterizar uma qualidade à qual falta algo, que é incompleta, defeituosa, vazia, oca e sem alma.

3. Surdo-Mudo: Antigo e Novo Testamento

As Sagradas Escrituras do Antigo ao Novo Testamento referem-se ao sujeito com surdez com a pré-concepção de Aristóteles, ou seja, surdo é o indivíduo defeituoso, vazio do

²Termo usado para indivíduos com comprometimento auditivo, geralmente, usuários das Línguas de Sinais.

³População

Espírito Santo, que não tem a presença de Deus, que são excluídos, periféricos socialmente, são um castigo familiar, impuros e distantes do Cristo.

Podemos perceber em alguns recortes das Sagradas Escrituras, tais como: “E, havendo-se eles retirado, trouxeram-lhe um homem *mudo* e endemoninhado. E, expulso o demônio, falou o *mudo*; e a multidão se maravilhou, dizendo: Nunca tal se viu em Israel. (Mateus, 9.32,33)” e “Trouxeram-lhe, então, um endemoninhado cego e *mudo*; e, de tal modo o curou, que o cego e *mudo* falava e via. (MATEUS, 12.22)”. Nota-se que o termo MUDO está atrelado ao endemoninhado e sujo.

Mais adiante ainda percebemos: “E um da multidão, respondendo, disse: Mestre, trouxe-te o meu filho, que tem um espírito *mudo*. (Marcos, 9.17), “E trouxeram-lhe um *surdo*, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse as mãos sobre ele (MARCOS, 7.32)” e “E Jesus, vendo que a multidão concorria, repreendeu o espírito imundo, dizendo-lhe: Espírito *mudo* e surdo, eu te ordeno: Sai dele, e não entres mais nele. (MARCOS, 9.25)”. Não queremos aqui julgar nem recriminar os escritos sagrados. Apenas eles nos fazem remeter à reflexão dos fatos e enunciados da própria história no âmbito político, religioso, ideológico, e principalmente, o semântico da língua.

A semântica tem sido objeto também para a teoria da comunicação e a semiótica. Nessa última, ela faz parte do trinômio sintaxe, semântica e pragmática. A sintaxe estuda as relações entre os signos; a semântica estuda a relação entre o signo e seu referente; a pragmática estuda a relação entre o signo e o usuário. Enfim, a semântica é de interesse, pelo menos indireto, para todas as ciências humanas, entre elas sobretudo a sociologia e a antropologia (COUTO, 2007, p. 149).

A semiótica do NOME e SINAL de SURDO remete-nos ao campo semântico da deficiência, o mesmo direcionamento dos pensamentos de Aristotélicos. A língua só tem vida e carrega por si seus signos ideológicos no processo de interação com o outro, portanto, a carga valorativa é de total compreensão e responsabilidade do meu outro.

O fato da concepção do surdo como semideus é percebido pelas ações da própria igreja católica ao colocá-los em posições de sacrifícios para absolvição dos pecados familiares. Sujeitos passíveis de sacrifícios, sendo estes queimados ou lançados ao mar em nome de um perdão ou libertação dos familiares, “puros”.

Estamos aqui referindo-se a um pretérito distante. No entanto, necessitamos refletir a realidade do hoje nas escolas, no social, na igreja, nos eventos, na política e na família. As concepções a respeito do sujeito usuário de uma língua gestual têm sobre ele novas

concepções ideológicas? E este sujeito carrega inconsciente as marcas da história aristotélica?

Tentaremos neste artigo, não responder a essas inquietações. Nosso objetivo é provocar novas possibilidades de pensar, dialogar, instigar e duplipensar, numa visão exotópica humanista e não um olhar descontextualizado e preconceituoso pela própria marca da história.



Figura: 01 - Sinal SURDO + MUDO

O sinal de SURDO, foi constituído ainda no período Aristotélicos, representado também pelo signo ideológico bíblico, pois o sujeito é apresentado à sociedade com destaque ao comprometimento no escutar e oralizar; ele foi tratado como SURDO-MUDO. Assim permanece até os dias atuais, como se vê na figura 01, apontando para o ouvido e a boca, destacando a deficiência no escutar e falar.

Vale ressaltar que a comunidade em questão não legitima o termo MUDO, no entanto, o sinal representa visualmente a deficiência auditiva e oratória do sujeito. Estamos falando de uma língua por imagem, logo, a sociedade se depara com uma imagem representativa da deficiência e não do potencial linguístico em que o sujeito está imerso.

4. 1880 mutilou as Línguas de sinais e seus usuários deficientes e 2016 comercializa e panfleta a deficiência

No ano de 1880 ocorreu na Itália o então conhecido e temido Congresso de Milão. Na ocasião foram discutidos entre médicos o destino dos ditos Deficientes Auditivos e o uso das línguas de sinais, já disseminadas em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Durante o período em que a linguística se ocupava principalmente da evolução histórica das línguas ou dos outros problemas não relativos às estruturas linguísticas, as línguas de sinais não foram estudadas, ou seja, passaram despercebidas. Essa negligência com relação às línguas

ECO-REBEL

espaços-visuais foi, talvez da responsabilidade do que ocorreu em Milão, em 1880, isto é, a proibição do uso das línguas de sinais pelas escolas, pelos pais de surdos e pelos próprios surdos. Se nessa época os linguistas estivessem presentes ao encontro com seus estudos sobre essa modalidade de língua, provavelmente, a proibição não tivesse sido aprovada, e isso mudaria a história das comunidades surdas de vários países (FERREIRA, 2010, p. 13)

Como consequência desse congresso, as experiências brutais de todas as esferas médicas foram permitidas na tentativa de cura dos ditos deficientes auditivos, um período absolutamente oralista, pois as línguas de sinais foram proibidas em todo o mundo. Aqui no Brasil não seria diferente no período de regência do então imperador D. Pedro II.

A Língua Brasileira de Sinais num período de 122 anos, desde 1880 a 2002, simplesmente, ganhou o *status* de língua, entretanto, continua sublíngua, a comparar com a língua hegemônica, a Língua Portuguesa. Pois na Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 ao mesmo tempo que reconhece a “Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão da comunidade surda”, estabelece, em seu parágrafo único que “A língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”, pois não concebe legitimidade como língua autônoma e inibe a tentativa de substituir a Língua Portuguesa na modalidade escrita, mesmo nas esferas escolares. Portanto, a lei reconhece o sujeito mas não legitima a língua como parte dele.

5. APAEs: Escolas oralistas

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE foi fundada no Brasil em 11 de dezembro de 1954 na cidade do Rio de Janeiro com a atenção voltada em especial para as crianças com síndrome de Down, logo outros “portadores de necessidades especiais”, termo existente até a presente data. Nesse universo as crianças e jovens surdos também foram inseridos neste contexto escolar.

Os sujeitos surdos foram, no decorrer de toda a história das APAEs, destituídos de sua língua gestual, pois a oralização sempre foi a meta única e insubstituível. Episódios, não raros, ocorreram em obediência ao sistema de proibição e punição aos que se atrevessem usar a língua por mimica, como era denominada a LIBRAS.

Não podemos apontar, julgar ou mesmo condenar as práticas preconceituosas e discriminatórias que essas instituições praticaram ao longo da história, pois, entendemos e respeitamos o contexto sócio-histórico-político-ideológico em que os fatos

se dão. Hoje, com tantas e novas conquistas no campo da inclusão, as instituições APAE têm outro olhar a respeito das línguas de sinais e do próprio usuário.

6. Surdo: um deficiente na escola inclusiva

Hoje encontramos inúmeras escolas com o slogan “Escola inclusiva”. Essa panfletagem é esboçada em muros, *outdoors*, panfletos, rádios e televisionados, além de propagandas políticas, tudo em virtude da aceitação de estudantes com alguma “deficiência física e/ou mental”, em cumprimento da legislação nacional. No entanto, o conceito de Escola Inclusiva está equivocado, diríamos ainda, é consciente por parte do poder e do estado. O fato de aceitar um estudante diagnosticado clinicamente com algum tipo de deficiência não implica uma ação inclusiva.

Ações reais como projetos, acessos, interações, convivências, permanências e heterogenia como igualdade são elementos orgânicos que compõem a vida na escola, uma vida inclusiva.

Enunciados comumente ouvidos nos corredores escolares: “tenho vinte alunos e um surdo”, “tenho dois alunos surdos na sala”, “tenho um aluno surdo, mas ele é normal igual aos outros ouvintes”. Ouvimos ainda, “devemos entender que os alunos surdos também são normais”. Observa-se que esses enunciados estão impregnados como ervas-daninhas de concepções preconceituosas, excludentes e pejorativas no próprio discurso paternalista e assistencialista. O fato de separar aluno de surdo e/ou surdo de normal são ações cruéis e pegajosas de preconceito linguístico, social, ideológico e do próprio sujeito em questão, o surdo.

Não cabe à escola rotular o sujeito pelo seu diagnóstico médico, não compete ao educador seu enquadramento como deficiente físico/mental. Cabe ao educador a discussão, o entendimento, a pesquisa, o debate, relativos aos processos de aprendizagens e estratégias metodológicas, didáticas e pedagógicas na aprendizagem do estudante. Estudante X ou Y como forma diferencial e única de aprendizagem, e não pela característica fenotípica social. Olhar o sujeito pelas lentes da deficiência é uma ação excludente na própria formação do indivíduo como ser social.

7. A língua: um espelho do meio ambiente

A LIBRAS é uma língua constituída por imagens. No entanto, é muito frequente encontrarmos pessoas que desconhecem a amplitude estrutural e semântica que esta língua tem, suas regras, suas gramáticas, seus verbos, sua iconicidade, seus empréstimos linguísticos, suas variações linguísticas, seus vícios linguísticos, suas gírias e seus guetos. A língua espelha o próprio indivíduo que a usa, pois a língua é sujeito social, ou seja, é interação dialógica entre os pares como meio de comunicação e expressão. É moral e correto rotular um sujeito que se comunica por uma língua diferente da língua hegemônica como deficiente?

Concebe a escola tratar de alguma deficiência médica? É de responsabilidade da escola a prática da fonoaudiologia ou implante coclear? É missão da escola treinar ou desenvolver na criança com comprometimento auditivo a falar ou escutar? É competência da escola desenvolver, elaborar, aplicar e testar aparelhos auditivos nas crianças? Decerto que não, o papel social da escola é o aprendizado, é a interação, a socialização, os saberes, as ciências; apresentar o estudante à sociedade como cidadão com direitos e deveres, assim como legitimar a sua própria língua como parte de seu próprio eu.

Conforme Couto (2007, p. 137), “O mundo se espelha na língua, mas a língua retroage sobre o mundo, não apenas descrevendo-o (Wittgenstein) mas também intervindo nele, modificando-o, alterando a visão de mundo que P⁴ tem do MA⁵”.

Apontar um sujeito como deficiente é desconsiderar este sujeito como portador de uma língua. O professor que não conhece a língua de sinais, não seria este um deficiente? Sim, com certeza, o educador que não consegue se comunicar com seus estudantes, desconhece o próprio espelho do estudante, a língua, despreza-a como parte do sujeito; é sem dúvida um “deficiente” moral, intelectual e social. Devemos repensar a imagem que reflete o espelho de meu estudante.

8. Surdos: os semideuses contemporâneos

Os tempos contemporâneos ainda estão enraizados nas concepções aristotélicas de ver o sujeito surdo como semideuses. Movimentos sociais, universidades e leis adotam uma visão arcaica de apresentar o sujeito surdo à sociedade, pois, o legitimam como “ídolo linguístico”. Estudiosos da linguística concebem a língua como algo socializado, logo, língua não “tem dono”. Entretanto, existe a retórica de que a LIBRAS é a língua “própria

⁴ População.

⁵ Meio Ambiente, espaço de que o sujeito faz parte.

ECO-REBEL

do surdo”. Eles estão envolvidos em um preconceito linguístico e paternalismo na forma de semidivindades.

Somente o surdo pode criar sinal para representar qualquer signo de outra língua, independente de sua compreensão semântica. Isso valoriza o sujeito em relação à própria língua. Como pode um indivíduo “traduzir” uma palavra de um idioma que desconhece a sua própria língua? Podemos citar vários exemplos, após anos de observações e registros: Sinal de HOSPITAL + MULHER dado ao Hospital Universitário Júlio Muller. Após vários momentos de entrevistas à comunidade SURDA de Cuiabá – MT, foi argumentado pelo grupo que a palavra MULLER se parece com MULHER. Vale ressaltar que o Hospital Júlio Muller não é especializado em tratamento de mulher. Veja-se a figura 02.



Figura: 02 - Faixada do Hospital Universitário Júlio Muller - UJUM

<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/trabalhadores-do-hospital-julio-muller-entram-em-greve-em-mt.html>



Figura: 03 - Sinal Hospital 01



Figura: 04- Sinal Hospital 02



Figura: 05 - Sinal Mulher

Similar, existe em Cuiabá um bairro cujo nome é LIXEIRA, nome de uma planta típica do cerrado mato-grossense, cujo nome científico é *Curatella Americana* (figura 06). No entanto, o sinal deste bairro é “LIXO”. Todos os sujeitos entrevistados afirmaram que o nome LIXEIRA é o lugar onde se coloca LIXO, fato mostrado na Figura: 07.

ECO-REBEL



Figura: 06 - Árvore da Lixeira.

<http://www.plantasquecuram.blogspot.com.br/2015/01/lixeira.html>



Figura: 07 - Sinal de LIXO

Pode-se citar inúmeros exemplos de sinais criados sem o mínimo de estudos ou preocupações com a história, contexto ou representação simbólica.

A visão assistencialista vai muito além da criação de sinais. Existe uma corrente muito forte de pesquisadores, sociedade e familiares de SURDOS que afirmam que somente o surdo tem a legitimidade de ensinar a língua de sinais. Outro preconceito linguístico cruel com o próprio sujeito. Ora, nesta visão não está em questão a competência, a habilidade e/ou conhecimento linguístico da língua, mas sim a condição física do sujeito, a surdez, retórica da divindade linguística.

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual (BAKHTIN, 2006, p. 294).

É importante ressaltar que é necessário discutir, apresentar argumentos antes de criar sinais para cada palavra da Língua Portuguesa. O fato do sujeito ser usuário da língua de sinais não o habilita linguisticamente a criar sinais isolados, descontextualizados e individuais; a língua é social. Ao atribuir um sinal para algo, estamos no território de lutas ideológicas envolvendo duas línguas com modalidades e signos distintos. Criações de sinais sem restrições são camuflados pelo ditos Sinais Regionais, o que é um grande equívoco linguístico, mas este não é assunto a ser tratado neste trabalho.

A performance fenotípica de um indivíduo não o caracteriza como fluente de uma língua, mesmo que esta seja a sua língua de comunicação. Por outro lado, o fato de um sujeito ser OUVINTE e usuário da Língua Portuguesa não o legitima a lecionar essa língua em escolas e academias, sem formação e muitos estudos. Entretanto, quando se trata do sujeito SURDO, isso é permitido, pelo único argumento de ser surdo. Língua não é sistema isolado do usuário, língua é social.

“Precisa-se de professor de Língua Portuguesa, pré-requisito: pós-graduação em Letras” ou “Precisa-se de professor de Libras, pré-requisito: surdo”. Observa-se o preconceito linguístico com a própria língua de sinais, destituindo-a de qualquer característica linguística, regras gramaticais, estruturas linguísticas, fonemas, morfemas, sintaxe, semântica, pragmática e outros saberes que envolvem uma língua, levando-se em consideração nada mais que o próprio léxico (sinais dicionarizados).

Esta legitimidade social atribuída exclusivamente ao sujeito surdo é uma manifestação de “dar a sobra” ao deficiente auditivo, pelas lentes sociais. Demonstração de fragilidade escolar no processo de capacitar, habilitar e constituir competência para esse sujeito usuário da língua de sinais se tornar um profissional professor, mestre e doutor na área da linguística.

9. Desfile de deficientes

“Venham todos presenciar o desfile de deficientes surdos”. Este é o *slogan* que uma escola usou nos meios de comunicações convidando a população a prestigiar o evento. Ao panfletar a dita deficiência do indivíduo à população, esta mesmo que inconsciente terá um olhar paternalista e piedoso sobre os sujeitos com surdez.

O estereótipo é construído pela sociedade para os padrões de beleza masculina ou feminina nas passarelas é constituído de características fenotípicas quanto a altura, magreza, beleza e definição muscular . Ora, os estudantes com comprometimento

auditivo não são necessariamente destituídos de tais características para o contexto das passarelas.

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2010, p. 67).

A palavra é pesada e agressiva no seu lançamento à sociedade. A palavra é uma verdadeira semente, pronta para germinar no solo da interação, o sabor do fruto aparecerá em cada enunciado. Ao apresentarmos o estudante como deficiente, não teremos a legitimidade de receber da sociedade um olhar que não seja voltado, exclusivamente, à deficiência física, logo, atrelada a limites, a assistência médica e intelectual.

A palavra assemelha-se a uma aquarela. Nela encontram-se cores e mais cores, a cada mistura uma nova imagem, pois a cada contorno ou risco representará uma valoração àquele que contempla. O tom valorativo é impregnado pelos enunciados em que o sujeito está imerso; desvencilhá-lo disso é uma tarefa árdua e amarga.

A igualdade está justamente na diversidade, no diferente, no heterogêneo e na singularidade. Construir um desfile de beleza segregando o grupo pela deficiência é, aos nossos olhos, cruel.

Temos relatos do concurso de beleza em que a belíssima Wanessa Vidal foi eleita em 2º lugar ao concurso de Miss Brasil 2008, tornando-se Miss Brasil Internacional (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vanessa_Vidal), e também, a Miss Campo Verde, cidade do interior de Mato Grosso, com uma beleza ímpar. Ambas eram usuárias da Língua Brasileira de Sinais, e concorreram com ouvintes sem recorrerem à deficiência auditiva para concorrerem ou panfletarem em mídias sociais.

9. SURDO ou VISUAL: duplipensar os conceitos

Conforme descrito anteriormente, dos tempos dos filósofos gregos à contemporaneidade, o termo SURDO era e ainda é estereotipado pela ideia do incompleto, incapaz, deficiente, da falta de algo. Essas ideias são fomentadas e disseminadas em todas as esferas sociais, inclusive sobre e pelo próprio sujeito em questão.

“Precisam te respeitar, você é surdo”, “precisam respeitar sua escrita, você é surdo”, “só você pode ensinar LIBRAS, você é surdo”, “ não pode corrigir ele, pois ele é surdo”, “não

ECO-REBEL

precisa usar uniforme, você é surdo”, “a professora não pode te reprovar, você é surdo”, “não precisa fazer prova, você é surdo”, “lute pelos seus direitos, você é surdo”, e assim seguem os discursos em torno de uma legitimidade arcaica, preconceituosa e excludente do próprio sujeito. Essas atitudes ceifam o direito ao aprender, ao ter autonomia social, ao ser livre para escolhas, e principalmente, tolhe o direito à igualdade em sua própria diferença.

Conforme Duarte (2016) em sua tese de doutorado, necessitamos repensar o conceito de SURDO numa visão exotópica e humanista, precisamos ver o sujeito não pela sua deficiência física, mas pelo seu potencial como ser humano. Aqui apresentamos uma visão ecolinguística sob as lentes da inclusão social e não a segregação fenotípica, pois essa disciplina tem todo o cabedal conceitual necessário para esse fim.

Devemos mudar o anglo ao olharmos para o sujeito com comprometimento auditivo e ver não o SURDO, mas um sujeito que OLHA E PERCEBE o mundo pelas lentes das imagens, dos signos visuais, da iconicidade, e da sintaxe e semântica espacial; não pelos sons como os OUVINTES.

Segundo Couto (2007, p. 356), “cada língua revela a visão de mundo de seus falantes”, o que é válido também para o sujeito para o qual tudo ao seu redor se explica pela imagem, em especial sua língua de comunicação. Estamos diante de um SUJEITO VISUAL, um sujeito que compreende pela figura imagética, se comunica pela imagem, se constitui pelas ideias da imagem, argumenta e questiona pela imagem, ou seja, um indivíduo VISUAL. Assim como, analogicamente, o indivíduo sem comprometimento auditivo é concebido socialmente como OUVINTE pelo fato de se comunicar pelo som, logo aparelho auditivo.



Figura: 08 - Sinal de VISUAL (VER + PERCEBER). Fonte: Anderson Simão Duarte.

ECO-REBEL

Observa-se a figura 08 que o sinal de VISUAL é constituído de um morfema composto, pois representa semanticamente os verbos VER e PERCEBER, verbos que concebem de fato e iconicamente as ações representativas da língua de sinais, e também, do próprio sujeito usuário dessa língua. Sinal que não marca a deficiência, mas sim as características e potenciais da língua. Esse sinal foi constituído por um grupo de acadêmicos VISUAIS do curso de graduação Letras Libras, licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso, após discussões contextualizadas, conceituais, estruturais e ideológicas.

As línguas oralizadas são emitidas pelo agente ativo do enunciado, e compartilhadas pelo agente passivo. Ambos são OUVINTES, pois a língua em uso se manifesta por sons pelo aparelho “orador” e é captada pela audição, aparelho auditivo. Em contrapartida, o sujeito ativo usuário das línguas de sinais usa a representação de signos pelos sinais, constituídos pela face, mãos e corpo, e o passivo compartilha essas representações pela visão. Entretanto, são denominados como SURDOS, remetendo à deficiência. Acreditamos haver uma discordância semântica entre SUJEITO e LÍNGUA. Se lutamos pela igualdade de direitos e deveres, não seria esse indivíduo um VISUAL, assim como um OUVINTE ?

A língua constitui o sujeito, e essa não é deficiente.

O signo ideológico é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma experiência à parte do signo (BAKHTIN, 2010, p, 52).

Constituir um novo signo ideológico é um processo lento e social, não se muda ou cria um signo de forma isolada ou individualizada. Podemos citar algumas concepções que foram replensadas ao longo da história: Coxo, Manco, Mangueto, Aleijado, Deficiente físico e Portador de Necessidade Especial; Ancião, Velho, Idoso, 3ª idade e Melhor Idade; Bandido, Marginal, Preso, Detento, Recruzo, Reeducando. E ainda, Escravo, Preto, Negro e Afro descendente. Em todos esses casos os sujeitos fenotipicamente não se alteraram, mas, socialmente mudaou-se o olhar sobre o indivíduo, um olhar mais humano de igualdade e respeito. E assim, conquistando novos espaços sociais com lutas e direitos adquiridos, contrapondo-se às ideias preconceituosas e excludentes, desfazendo-se das concepções religiosas, políticas e ideológicas que marcavam os sujeitos pelas diferença e não pela diversidade.

ECO-REBEL

Pensar no sujeito como SURDO ou MUDO é uma prática, segundo Haarmann (1996, p. 847), de chauvinismo linguístico, pois constitui uma consciência coletiva de representantes de uma língua hegemônica, os ditos OUVINTES, usuários das línguas oralizadas. Assim segregam os normais dos anormais pela própria representação do sujeito fenotipicamente e um não destaque ou uma desqualificação da língua de sinais.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vezes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 294).

A língua comporta-se em conformidade com cada época, cada contexto social, político e religioso; a palavra é ideológica porque está em constante movimento. As palavras são avaliadas e reavaliadas como um ciclo, algumas morrem, ou seja, caem em desuso. Outras nascem em necessidade sociais e outras são ressignificadas.

Apresentar um estudante novo ao professor como SURDO no micromundo escolar não tem o mesmo valor simbólico que apresentá-lo como VISUAL. O próprio nome VISUAL carrega semanticamente uma valoração de sujeito, de língua e de aprendizagem. Se a língua é interação conforme Couto, vejamos:

Pelo fato de a língua ser considerada basicamente interação, segue-se que o que vem em primeiro lugar não é o “sistema”, mas a ecologia da interação comunicativa. É claro que não estamos negando o fato de que para uma mensagem enviada por um emissor ao receptor ser entendida tem que estar formulada em uma linguagem que ambos entendam, que é a visão das diversas formas de estruturalismo. A diferença entre a visão ecolinguística e a estruturalista é que a ecolinguística coloca em primeiro lugar a interação comunicativa (COUTO, 2013, p. 63).

Sim, a língua é a própria interação com o meio em que o sujeito está inserido, os interlocutores irão se entender em conformidade com as apresentações linguísticas e valorativas que cada palavra comporta no enunciado.

O mestre professor supra ao se deparar com uma criança VISUAL, não verá nela a deficiência estigmatizada, mas verá os mecanismos e caminhos a serem percorridos no

processo de aprendizagem, como estratégias e metodologias didático pedagógica de forma VISUAL.

10. Considerações finais

Não queremos neste trabalho, destituir ou deslegitimar a história, as conquistas, as lutas ideológicas da comunidade visual, muito pelo contrário, queremos legitimar o sujeito como sujeito com língua, pois entendemos que não se separa língua de sujeito em sua faceta mais íntima.

Entendemos que não cabe os centros educacionais discutirem as deficiências, assim diagnosticadas pela medicina, mas sim discutirem o processo de aprendizagem que é individual. Individual não pela deficiência mas pela irrepetibilidade do sujeito como ser humano.

Olhar o sujeito pela língua é a mais digna representação humana que podemos compartilhar com cada sujeito ao nosso redor. Não negamos ou excluimos o fato da deficiência, mas entendemos que a cada esfera corresponde uma competência e uma habilidade. A igualdade está no ato de ver o potencial de cada sujeito e não na ação de rotular o meu outro pela sua deficiência.

O olhar paternalista ou assistencialista sobre o sujeito SURDO como “tudo pode” é uma marca excludente e nociva à autonomia do próprio sujeito. O sujeito VISUAL é legítimo como cidadão e ser humano que tem o direito e dever aos estudos de sua língua na mais ampla compreensão cultural, gramatical e linguística. Assim, todos, sem exceção, podem tornar-se professores competentes e habilitados no processo de ensino de qualquer língua, com estratégias didáticas, metodológicas e pedagógicas específicas no campo da alfabetização ao superior.

Os saberes científicos não devem ser resumidos nem facilitados, mas sim abordados com todas as complexidades inerentes às ciências, porém, com estratégias criativas, dinâmicas, visuais e linguísticas em consonância com o aprender do estudante VISUAL. O olhar do mestre professor não está no aceitar um estudante visual em sala e colocá-lo sob as asas de um intérprete, mas está no respeito a sua língua e ao seu potencial de aprendizagem e de vivência social, pois ele é um VISUAL.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (1929).

ECO-REBEL

_____. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (1929).

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 abr. 2002.

DUARTE, Anderson Simão. Metáforas Criativas: Processo de Aprendizagem de Ciências e Escrita da Língua Portuguesa como Segunda língua pelo Estudante Visual (surdo). Tese. Doutorado em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiaba, 2016.

COUTO, Elza K. N. N, DUNCK-CINTRA; Ema Marta e BORGES, Lorena A. O. Antropologia do imaginário, ecolinguística ematáforas. Brasília, D.F: Thesaurus editora, 2014.

COUTO, Hildo Honório. Ecolinguística estudos das relações entre língua e meio ambiente. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2007.

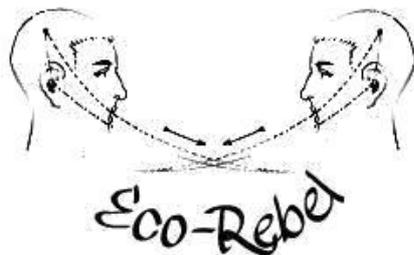
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

Enviado: 17/12/2016.

Revisado: 10/01/2017.

Aceito: 16/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



BAKHTIN E A ECOLINGUÍSTICA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Marta Maria Covezzi – UFMT

Márcia de Moura Gonçalves – UFMT

Simone de Jesus Padilha - UFMT

Resumo: Este texto apresenta parcialmente pesquisa doutoral que investiga a influência da língua francesa oralizada e da Língua Francesa de Sinais (LFS) na Língua Brasileira de Sinais. As análises do *corpus* serão fundamentadas nos conceitos dos estudos bakhtinianos buscando correlacioná-los a conceitos da Ecolinguística. Partindo da *interação verbal*, noção comum e basilar a ambas as teorias, apontamos a possibilidade de diálogo entre seus conceitos essenciais e complementares. Pretendemos, neste trabalho, demonstrar que esse encontro nos dará argumentos consistentes para as discussões sobre o trajeto sócio-histórico dos empréstimos linguísticos de origem francesa e esclarecimentos à constituição da Libras.

Palavras-chave: Estudos Bakhtinianos. Ecolinguística. Língua Francesa. LSF e Libras

Abstract: This text is a part of doctoral research entitled Linguistic Loans from the French language into Libras, looking at Bakhtin in order to investigate the contributions of French and French Sign Language (FSL) to Libras, aided by Ecolinguistics concepts. The starting point for both theories is the verbal interaction. We will investigate a possible dialogue between Bakhtin's concepts of dialogism, language as interaction and Ecolinguistics' multilingualism, language contact, and language. The confluence of these two theories will base for the discussions on the socio-historical path of loanwords of French origin in Libras as well as for an attempt at explaining their role in the formation of Libras.

Keywords: Bakhtin Studies. Ecolinguistics. French Language. FSL and Libras.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) tem se sobressaído como objeto de discussões e investigações desde sua inserção em cursos de graduação no Brasil, devido à sua exigência legal e legítima no processo de inclusão social do sujeito visual (surdo). O termo *sujeito visual*, aqui empregado, refere-se ao conceito desenvolvido por Duarte (2016) em analogia à concepção de *sujeito ouvinte*, remetendo à habilidade linguística visual requerida do usuário de línguas de sinais, devido à sua característica visuo-espacial,

ressaltando um potencial linguístico, e não a deficiência auditiva como ocorre com o termo *surdo*.

“A Língua de Sinais, como quaisquer outras línguas, orais ou gestuais, perfaz o mesmo processo sócio-histórico, dinâmico e necessário que constitui o arcabouço vivo de uma língua”, seguindo, portanto, a trajetória das línguas naturais em sua formação e transformações, recebendo também empréstimos de outras línguas, sejam oralizadas ou não (DUARTE, 2011, p. 30). Considerando a visão dialógica da linguagem de Bakhtin, compreendemos os empréstimos linguísticos como consequências ou resultados do diálogo existente entre as diversas línguas. Interessa-nos olhar mais estreitamente como esse fenômeno ocorre no contato entre a Libras, a língua francesa e a Língua de Sinais Francesa (LSF), num esforço de compreender como se produziram essas heranças, em quais aspectos se deram, desvelando, conforme o desenrolar da pesquisa possibilite, seu trajeto sócio-histórico.

Desde o período imperial, o Brasil tem apoiado as direções e decisões mundiais em relação às línguas de sinais, tendo como modelo a França, considerando também que os primeiros professores da língua de sinais foram os franceses, contribuindo com as construções linguísticas da Libras, por meio dos legados da Língua Francesa de Sinais e, conseqüentemente, da língua francesa oralizada.

Em 1857, o professor francês Édouard Huet (visual e partidário do Abade Charles-Michel de l'Épée) fundou a primeira escola para surdos no Brasil, com o apoio de D. Pedro II, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro. Em 1875, Flausino José da Gama, com apenas 18 anos de idade e ex-aluno do INES, elabora o primeiro dicionário com símbolos no país, intitulado *Iconographia dos Signaes dos Surdos*. Essa obra é considerada fundadora do saber lexicográfico sobre a Linguagem de Sinais do Brasil, termo substituído por Linguagem Brasileira de Sinais, na atualidade, Libras e seu autor recebeu todos os ensinamentos e orientações linguísticas da Língua Francesa de Sinais. Esse trabalho é baseado na obra de Pierre Pélissier, professor francês, primeiro autor visual de um dicionário da Língua Francesa de Sinais, em 1856, *L'Enseignement Primaire des Sourds-Muets mis à la portée de tout le monde avec une Iconographie des Signes*.

Por tudo isso, a língua e cultura francesas exerceram grande influência na língua portuguesa oralizada. Encontramos diversos exemplos claramente recebidos da língua francesa e da LSF na constituição da Libras; seu alfabeto é herdado na íntegra da LSF,

tendo se mantido praticamente inalterado ao longo do tempo, como é possível confirmar na obra *Iconographia dos Signaes*. Observamos essa influência ainda em empréstimos por transliteração da letra inicial, como: trabalhar, sinal em Libras com configuração das mãos em L de *Labour* (trabalho/labor, em francês); perguntar, em D de *demander* (perguntar em francês); feio, em L de *Laid* (feio em francês); também temos empréstimos de sinais da LSF que se mantiveram inalterados na Libras: *année* (ano); *argent* (dinheiro); *aujourd'hui* (hoje); *avec* (com); *chocolat* (chocolate); *maison* (casa); *manger* (comer); *rouge* (vermelho), assim como muitos outros. O próprio sinal de Libras tem a mesma constituição morfológica do sinal de LSF (DUARTE, 2011).

Esse entrelaçamento Brasil-França em relação à Libras instigou-nos à proposição de investigação na busca de resposta a uma pergunta central: de que forma essa influência ocorreu e se faz presente na Língua Brasileira de Sinais? Como referencial teórico de base, lançaremos mão dos estudos bakhtinianos de linguagem, no viés enunciativo-discursivo, empregando o método indiciário para mostrar os caminhos dos empréstimos e em que aspectos eles ainda se apresentam hoje na Libras. Esta é uma pergunta da tese à qual, na fase atual da pesquisa, ainda não é possível elaborar uma resposta mais completa e satisfatória. Neste texto, pretendemos mostrar a relação teórica possível entre os estudos bakhtinianos e a Ecolinguística para a condução da análise dos achados da pesquisa.

Einar Haugen, ([1970] 2016, p. 58) em seu texto fundador da Ecolinguística, define-a, empregando o termo “ecologia da linguagem”, como “o estudo das interações entre qualquer língua e seu meio ambiente”, entendendo por meio ambiente da língua a sociedade que faz uso dela como um de seus códigos. Couto (2009, p. 12), maior referência da área no Brasil, a redefine como “o estudo das interações verbais que se dão nos ecossistemas linguísticos”. A Ecolinguística tem como conceito central o de ecossistema, composto pelo tripé língua (L), povo (P) e território (T) e suas interações, o que equivale a **ecossistema fundamental da língua** ou **comunidade**.

O ecossistema da língua integra os elementos: meio ambiente social (o povo, membros organizados socialmente), o meio ambiente mental (cada membro de P tem um corpo físico que contém um cérebro e a mente, base da língua) e o meio ambiente natural (o território onde os membros dessa sociedade convivem). A dinâmica na qual se fundamenta a Ecolinguística é a de que “sem as bases físicas do território, não há povo e, sem os membros de um povo convivendo, não há língua” (COUTO, 2007, p. 21)

ECO-REBEL

O conceito de sujeito, na concepção de Bakhtin, corresponderia ao de pessoa (cada um dos p_x de P) na Ecolinguística, e estaria no entrecruzamento das inter-relações do mental, do social e do natural. A visão holística da Ecolinguística, que considera todas as partes de seu objeto relacionadas ao todo e vice-versa, tem muito em comum com a visão bakhtiniana, que considera também o todo da linguagem ao determinar o enunciado concreto como a unidade real da comunicação discursiva: a língua enquanto sistema, os falantes (sujeito e o Outro), todo o contexto sócio-histórico político, cultural, enfim, todo o extralinguístico ou translinguístico como partes indissociáveis na análise de qualquer enunciado. O enunciado concreto é determinado totalmente pela situação social imediata e pelo meio social mais amplo. Esses elementos determinantes na Ecolinguística corresponderiam ao meio ambiente social e natural.

Pudemos perceber a convergência de compreensões sobre língua/linguagem com Bakhtin, partindo da concepção de linguagem como interação. Para Bakhtin, o discurso procede de alguém (eu/sujeito/falante/locutor) e dirige-se a alguém (interlocutor/ouvinte/outro). A linguagem é o elemento que estabelece a relação entre os seres humanos e propicia a experiência da interação entre interlocutores. Estabelece-se uma correlação íntima entre o enunciado e a situação concreta de sua enunciação, assim como entre seu significado e atitudes valorativas. O enunciado, único e irrepetível, é elemento da comunicação em relação indissociável com a vida, o enunciado é considerado concreto exatamente por essa indissociabilidade, assim como a indivisibilidade do ecossistema fundamental da língua, ou seja, língua, povo e seu meio. A exteriorização da atividade mental é orientada por uma situação social mais ampla, uma mais imediata ou próxima e, também, pela interação com interlocutores concretos num dado território da língua. Nas palavras de Volochinov

As formas de interação verbal seguem as condições criadas pela estrutura social. A interação discursiva reflete de modo extremamente sensível todas as mudanças que aí ocorrem [...] As formas dos desempenhos discursivos concretos, pertencentes à vida e à ideologia, são também determinadas em cada interação [...] (VOLOCHINOV, 2013 [1930], p. 253)

ECO-REBEL

Para a Linguística Ecológica, ramo brasileiro da Ecolinguística, a língua é “a própria expressão do pensamento e a própria comunicação, juntas e integradas. Ela é a interação (verbal) que se dá entre cada dois membros do ecossistema linguístico” (COUTO, 2014, p. 04).

Couto (2009, p. 34), ao discorrer sobre a **ecologia da interação comunicativa**, reitera a importância das inter-relações que se dão não apenas entre organismos e o meio ambiente, mas, acima de tudo, as que ocorrem entre os próprios organismos, e acrescenta que “todo ato de interação comunicativa tem como produto um enunciado”. Assim, corrobora a ideia bakhtiniana que alude ao enunciado concreto enquanto unidade real da comunicação verbal, visto considerar que a interação comunicativa depende das experiências, informações e sistema linguístico partilhados pelos falantes, e que a proximidade espacial facilita esse compartilhamento, e pressupõe também a comunhão, um tipo de preparação das condições para que a interação ocorra. Couto (2016, p.30) assevera: [...] “as interações são a linguagem” (L).

Da mesma forma, encontram-se em sintonia os conceitos de língua da Ecolinguística e da teoria bakhtiniana, pois ambas as correntes teóricas rejeitam a ideia de língua enquanto estrutura ou sistema rígido, isolado e petrificado, mas a consideram enquanto produto da interação social, viva, que está em mobilidade contínua porque acompanha o fluxo da vida social, como podemos verificar em Voloshinov

Qualquer produto da atividade do discurso humano (...) deriva em forma e significação, em todos os seus aspectos essenciais, não das experiências subjetivas do falante, mas da situação social na qual o enunciado aparece. A língua e suas formas são produtos de uma prolongada comunicação social entre os membros de uma dada comunidade discursiva (VOLOCHINOV *apud* SOUZA, 2002, p. 36)

Não se desconsidera a relevância e imanência do sistema no discurso, enquanto código comum aos falantes que permite a comunicação, porém também é considerado como produto histórico-social. Assim argumentamos nossa pesquisa doutoral em consonância com o diálogo histórico das línguas envolvidas, Libras, LSF e língua francesa oralizada

abrangendo os povos, brasileiro e francês citoplasmados em território, Brasil e França.
Para Couto,

[...] língua não é apenas um sistema, isolado de seus usuários e do mundo. [...] Na verdade, o sistema existe e é importante, mas como um dos componentes da ecologia da interação comunicativa. Para o ecolinguista [...], os atos de interação comunicativa não são uma realização do sistema. Pelo contrário, o sistema é que é um produto histórico desses atos. [...] Enfim, a interação é parte da natureza em geral, a língua é uma imensa teia de interações. (COUTO, 2013, p. 63-65)

Portanto, há o mesmo entendimento de que o sistema sincrônico, abstrato, da língua é uma simplificação necessária à forma de estudo proposta pela linguística em determinado momento de sua constituição, mas que não é representativo da língua viva, histórica, social.

A Ecolinguística leva em conta, em analogia com a visão bakhtiniana de aquisição de língua a ideia de que

na verdade, a língua não se transmite, ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2014 [1929], p. 111)

O autor acrescenta, seguindo seus princípios, que o adquirente da língua precisa entrar em comunhão com a comunidade em que convive para conseguir entrar no fluxo discursivo dessa comunidade. Para que isso ocorra, o espaço é decisivo, a convivência no mesmo espaço possibilita as interações que, em geral, se dão pela linguagem, por meio de um sistema linguístico prévio e comum; no território de Bakhtin, conhecemos este espaço como esfera linguística.

Na busca por teorias que comungassem com a teoria Bakhtiniana, foi fundamental que encontrássemos conceitos básicos comuns como aqueles sobre os quais acabamos de discorrer, de língua e linguagem, porém, uma vez que nos propomos investigar os empréstimos linguísticos, além da harmonia entre conceitos essenciais, há ideias na Ecolinguística que serão muito relevantes para a compreensão dessas ocorrências.

Um desses conceitos é “contato de línguas” (COUTO, 2007, p. 284) que se dá, na verdade, pelo contato entre povos e não diretamente entre línguas, assumindo que L não tem vida fora de um P. Constitui-se em uma ecologia, a **ecologia do contato de línguas**, porque se consideram todos os elementos de uma comunidade ou EFL: L, P, e T e suas inter-relações. O contato de línguas, ainda segundo Couto, abrangeria o estudo de línguas em contato, línguas de contato (resultantes do contato) ou ainda língua usada para contato interlinguístico (língua franca). A abrangência do conceito o torna ainda mais interessante para os intentos desta pesquisa, que pretende compreender a origem da Língua Brasileira de Sinais investigando a ocorrência de empréstimos da Língua Francesa de Sinais, de relevância vital no processo da constituição da língua nacional de sinais, em que estão presentes todos os elementos do EFL e suas inter-relações.

Em geral, o contato de línguas ocorre pelo deslocamento de um povo (ou parte dele) e sua respectiva língua (PL₁) para o território de outro povo e sua língua (PL₂) ou o contrário. Outro tipo de contato ocorre quando PL₁ e PL₂ encontram-se em outro território, de um terceiro povo. Um quarto tipo de contato acontece quando os deslocamentos são temporários, membros de PL₁ vão ao território de PL₂, ou vice-versa, retornando ao território próprio em pouco tempo.

É possível haver ainda interferência de uma língua em outra sem contato direto entre os falantes dessa língua, ou seja, na ausência de contato. Uma das formas de mudança linguística ocasionada pela ausência de contato se dá quando um grupo de falantes de determinada comunidade se desloca e forma uma comunidade isolada da original, deixando de existir interação entre membros das duas comunidades. Assim, é possível que haja uma deriva própria, gerada pelo distanciamento da história da comunidade original, cuja língua pode se transformar em uma nova língua com o passar do tempo, em consequência da adaptação ao novo ambiente.

Acreditamos que o contato ocorrido entre LSF e Libras adequa-se ao quarto tipo acima descrito e também à ausência de contato, considerando que a LSF foi trazida pelo professor Huet na institucionalização do ensino da língua de sinais em 1856, mantendo-

se como diretor do atual INES até 1862. Porém, ele partiu para disseminar os estudos em outro país, o México, onde fundou a Escola Nacional de Surdos, em 1867, deixando aqui o legado da LSF e, certamente, da língua francesa oralizada, já que perdeu a audição aos doze anos e, portanto, já tinha desenvolvido a fala e estava alfabetizado.

Além disso, a própria LSF também recebeu interferências da língua francesa oralizada em sua constituição, sendo um caso de contato de duas Línguas e dois Povos (ouvintes e visuais), porém convivendo num mesmo território.

Segundo a história do INES, quando da sua criação, por tratar-se da única escola de língua de sinais no Brasil, os alunos vinham de todas as regiões do país e “A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto – de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet – foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados ao término do curso.”¹ Então, a língua de sinais que começava a se constituir, difundiu-se por todo o país. E muitas de suas marcas, principalmente as lexicográficas, herdadas da LSF, estão presentes na Libras até os dias atuais.

Sofiato e Reily (2012), em estudo analítico das obras de Flausino da Gama e a de Pierre Pélissier, concluíram que, dos 382 sinais apresentados na obra de Flausino, apenas 38, ou seja, cerca de 10 por cento dos sinais, ainda se mantêm na Libras. São, de fato, relativamente, poucos, porém é mais uma marca da influência da LSF na origem da Libras. É provável que um número bem maior desses sinais tenha sido empregado na língua de sinais do fim do século XIX, mas, seguindo o movimento da vida, a língua se transformou e os sinais também, porque o povo e o território são outros, ou seja, alteraram-se os meios ambientes social, mental e natural e já se trata de outra língua. Exemplo de um elemento relacionado à cultura francesa é o sinal de fogo, proposto por Pélissier, na obra inspiradora de Flausino, devido à necessidade de manter a sala aquecida nas salas de aula durante o inverno europeu, mantido na *Iconographia dos Signaes*, na estampa 5 que contém léxico relativo à sala de aula (Objectos de aula) porém, sem vínculo com a realidade brasileira do Rio de Janeiro, com clima tropical (SOFIATO; REILY, 2012). Isso é indicador de distanciamento do território original (meio ambiente natural) que exigia tal elemento, e podemos arriscar afirmar que esta tenha sido a causa da modificação do sinal fogo na língua de sinais do Brasil, já que o sinal de fogo em LSF correspondia ao gesto de sobrepor as mãos sobre o fogo para aquecê-las e, na Libras atual é um sinal icônico das chamadas do fogo.

¹ www.ines.gov.br

A constatação, por outro lado, de que cerca de 40 a 50% do léxico da Libras é oriundo da LSF, mantendo-se inalterada sua constituição morfológica, pode ser reflexo da interferência de uma língua de sinais já estruturada sobre outra que começava a se formar, visto que Huet utilizava em suas aulas uma mistura da LSF e de sinais utilizados pelas comunidades surdas brasileiras da época, denominada de ‘Libras antiga’. Dessa mistura surgiram os sinais atuais da Libras (DESCOURS, 2011). Aqui, dialogamos com Couto (2007, p. 287) quando discorre sobre a segunda forma de contato de línguas em que a língua deslocada (L₁) é relativamente consolidada e goza de maior prestígio, mas no caso da LSF-Libras, apenas pelo fato, talvez, de que a outra língua (L₂) ainda estivesse em formação.

Pudemos constatar ainda que muitos dos sinais de Libras recebidos por empréstimo da LSF mantiveram-se inalterados no Brasil, enquanto que os sinais equivalentes a esse léxico na Língua Francesa de Sinais tenham se alterado, demonstrando que houve mudança linguística no território de origem, acompanhando o movimento natural da vida, porém mantiveram-se inalterados na língua do novo território, por ter novos MA social, mental e natural.

Isso é uma confirmação de que as línguas de sinais, assim como as línguas oralizadas, seguem o curso da vida social, modificando-se para se adequarem a novas necessidades quando mantidas em seu habitat de origem, porém, na medida em que são deslocadas, podem manter-se inalteradas pois perdem o curso dinâmico social do território-mãe. Este é, a nosso ver, um dos resultados da ausência de contato entre as línguas que se inter-relacionam.

Outra descoberta bastante interessante quanto à formação de vocábulos (sinais) na Libras, refere-se à influência da língua francesa oralizada, como os empréstimos por aliteração da letra inicial que seguem: trabalhar = L de *Labourer* (trabalhar/laborar); perguntar, em D de *demander* (perguntar); feio, em L de *Laid* (feio). Esses vocábulos nunca apresentaram essas constituições na LSF, conforme consta no *Dictionnaire Étymologique et Historique de la Langue des Signes Française* (DELAPORTE, 2007).

A Ecolinguística defende a tese de que toda mudança linguística está relacionada ao contato de línguas e é um processo de adaptação linguística dos membros de um povo a novas condições ambientais. Da mesma forma como “na genética sempre há transmissão de genes na história das populações, do mesmo modo tem de haver transmissão de traços

da evolução linguística. Não há possibilidade de surgimento de uma língua sem transmissão de traços (genes)” (COUTO, 2009, p. 64).

Nesse contexto plurilíngue, de línguas em contato, convocamos a concepção dialógica da linguagem dos estudos bakhtinianos:

(...) todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante (...) e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte) O enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2011, [1979], p. 272)

O dialogismo anuncia que todo enunciado é uma resposta a enunciados precedentes e que, uma vez concretizado, possibilita a resposta de enunciados futuros. O homem encontra-se numa relação dialógica entre o Eu e o Tu, ou entre o Eu e o Outro, via discurso. É condição essencial considerar o papel do outro na constituição do sentido, tendo em vista que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva da voz do outro.

A interação entre os sujeitos e o contexto histórico-social em que ocorre o enunciado concorre para sua compreensão, assim como influencia a modificação das formas da língua, já que “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação (enunciado) monológica isolada (...), mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* (enunciado) ou das *enunciações* (enunciados)”. (BAKHTIN, 1929, p. 127)

Considerando, como Bakhtin, que toda e qualquer investigação sobre materiais linguísticos concretos lida necessariamente com enunciados concretos, escritos e orais, “faz-se necessária uma noção mais precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 264). Caso contrário, esses estudos incorrem no formalismo e na abstração exacerbada, deturpam sua historicidade e enfraquecem a relações da língua com a vida. A concepção dialógica da linguagem é seminal em Bakhtin

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. [...] A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. (BAKHTIN, [1979]; 2011:348).”

Considerando o princípio do dialogismo é que conjecturamos a possibilidade de diálogo Bakhtin-Ecolinguística, por entender que ambos consideram o eu/homem/sujeito/falante/locutor, produtor de discursos, em todos os seus aspectos, enquanto ser humano, mental, espiritual, biológico, histórico, social além de considerar todo o contexto da enunciação.

A consonância entre as duas correntes não se esgota aqui, logicamente, visto o estudo estar em curso e as categorias de análise serão evidentemente suscitadas no desenrolar da pesquisa. Portanto, temos a certeza de que outros itens ainda deverão ser esmiuçados nesse encontro profícuo e auspicioso entre Bakhtin e Ecolinguística. O que importa, afinal, não é que haja apenas convergências nas correntes teóricas de estudos da linguagem que buscamos congregar para contribuir com as análises e a consecução de respostas adequadas às nossas questões de pesquisa, visto que, então, seriam apenas a mesma teoria exposta de forma diferente ou com terminologias e denominações diversas.

É óbvio que há princípios próprios na Ecolinguística e nos estudos bakhtinianos que fazem com que se distingam entre si, como pudemos demonstrar rapidamente neste texto, mas também existem convergências necessárias a esse suporte, pontos de apoio em conceitos que se confirmam, que não as opõem em suas concepções básicas, não permitindo que se ‘desdigam’ ou ‘contradigam’.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. (1952-1953). Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 476 p.
- _____; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaievich. [1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 203 p.
- COUTO, E. K. N. N. Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto. *Coleção Linguagem & Sociedade*. V. 4, Campinas, SP :Pontes Editores, 2013. 155.

COUTO, Hildo H. Contatos entre francês e português ou influências do primeiro no segundo. *Synergies Brésil*. nº spécial 12, 2010, p. 107 – 116.

_____, Hildo H. *Ecolinguística: estudo das relações entre línguas e meio ambiente*. Brasília:Thesaurus, 2007.

_____, Hildo H. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.187 p.

_____, Hildo H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013, p. 275- 313.

_____, Hildo H. et al. (Org.) *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, 2016.

DELAPORTE, Yves. *Dictionnaire étymologique et historique de la langue des signes française : origine et évolution de 1200 signes*. Les Essarts-le-Roi : Éditions du Fox, 2007.

DESCOURS, Pauline. L'histoire de la langue des signes française et de la langue des signes brésilienne: quelles influences pour les populations sourdes?. *Linguistics*. 2011.<dumas-00603905>

DUARTE, A. S. **Ensino de libras para ouvintes numa abordagem dialógica: contribuições da teoria bakhtiniana para a elaboração de material didático**. 2011. 327 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens)-Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2011.

_____. **Alteridade: o sujeito na educação contemporânea forjado com os fragmentos medievais**. In: Silva, S. S. O. (Org.) **Políticas educacionais e formação de professores: experiências e práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2016. p. 247-261.

SOFIATO, C. G.; REILY, L. Justaposições: O primeiro dicionário brasileiro de língua de sinais e a obra francesa que serviu de matriz. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, p. 569-586, 2012.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. Que é a linguagem. In *A construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p.131-156.

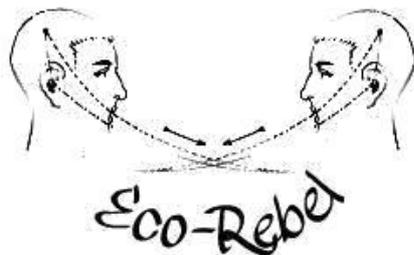
Fontes digitais:

www.brasilazur.com/2012/09/lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-de-sinais-francesa-uma-relacao-historica-linguistica-e-cultural/ (acesso em 05 de janeiro de 2017).

www.ines.gov.br (acesso em 05 de janeiro de 2017)

Enviado: 20/10/2016.

Aceito: 15/01/2017.



INTERFACES ENTRE ECOLINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL

Genis Frederico Schmaltz Neto (UnB/Nelim/CNPq)

R e s u m o : Este artigo discute as possibilidades de uma interface teórica e metodológica entre a Ecolinguística praticada no Brasil e a Sociolinguística Interacional. Para isso, usa como dado uma transcrição de interações que aconteceram na comunidade brasiliense Vale do Amanhecer no ano de 2016. Seu objetivo é evidenciar a relação próxima existente entre ambos os domínios do saber e aproximá-los em uma aplicação prática, ora contrapondo o que apresentam como categorias de análise, ora aproximando-o.

P a l a v r a s - c h a v e : ecolinguística; sociolinguística interacional; interface teórica.

A b s t r a c t : This paper discusses the possibilities of a theoretical and methodological interface between the kind of Ecolinguistics practiced in Brazil and Interactional Sociolinguistics. To do so, it uses as a transcription of interactions that took place in the Brazilian community Vale do Amanhecer in the year 2016. Its objective is to highlight the profitable relationship between both domains of knowledge and to approach them in a practical application, sometimes contradicting what is presented as categories of analysis, sometimes merging them.

Key words : Ecolinguistics; Interactional Sociolinguistics; theoretical interface.

O mundo deles é quadrado, eles moram em casas que parecem caixas, trabalham dentro de outras caixas e para irem de uma caixa à outra, entram em caixas que andam. Eles veem tudo separado porque são o Povo das Caixas.

- Pajé Kaingang

1. Língua e ecologia, língua e sociedade

A Ecolinguística é uma disciplina da linguística que teve suas bases lançadas por Ernest Haugen em 1972, com a publicação de *The ecology of language*. Seu objetivo era estudar “as relações entre uma língua qualquer e seu meio ambiente” (1972, p. 325). O uso do termo meio ambiente (MA) já indicava que a proposta era de uma inovação para a época,

apesar de E. Sapir (1888–1939) ter sido o primeiro linguista a mencioná-lo, considerando, entretanto, apenas seu aspecto físico.

A abordagem de uma definição de língua que apontava para uma perspectiva biológica encarando-a como organismo vivo deu abertura para que diversos modelos e escolas teóricas interessadas se desenvolvessem, já que, apesar de “o meio ambiente da língua ser a sociedade que a usa” (Haugen 1972, p. 329), pouco tinha sido dito sobre como se procederia em uma análise desse porte e como se dariam suas reflexões.

O congolês-americano Mufwene (2001), por exemplo, passou a encarar a língua como parasita da população. O norte-americano Makkai (2015) propôs a gramática pragmo-ecológica. Bastardas i Boada (2002) propôs o conceito de linguodiversidade. No Brasil, Hildo desenvolveu a linguística ecossistêmica (COUTO, 2007).

O termo “ecossistêmico” é uma referência direta ao conceito de ecossistema. O foco brasileiro, portanto, está em analisar ecossistemas linguísticos, conceito construído a partir de uma língua (L) que só existe se houver uma população (P) que a tenha formado e que a use, convivendo em determinado território (T) (COUTO, 2013b, p. 16). Dessa forma, busca-se na sociedade que fala uma língua, um **meio ambiente** da língua; isto é, o *locus* as inter-relações verbais que se dão entre falantes que habitam em um mesmo território (COUTOb, 2013, p. 82). Por isso a proposta é

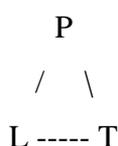


Figura 01. Representação dos elementos do ecossistema linguístico (COUTO, 2007, p. 91).

Cada um desses elementos poderia ser estudado de maneira isolada, mas todos estão inter-relacionados. Sua dinâmica considerará que, à primeira vista, para haver interação, é necessária a presença de, no mínimo, dois falantes. Ao interagirem, ambos constroem e participam de um fluxo interacional. O objetivo central de um estudo ecolinguístico brasileiro, portanto, repousa em compreender como os diversos falantes em seus fluxos interacionais infinitos constroem o ecossistema em que se encontram. Dessa forma, sua metodologia consiste na coleta e na análise inicial dos dados segundo as teorias linguísticas tradicionais para, a partir daí, fazer-se uma nova interpretação deles, verificando as inter-relações entre os elementos de L, P e T, de somente uma dessas

categorias (as relações dentro de L, ou somente dentro de P, ou somente dentro de T), entre outros temas (ALBUQUERQUE, 2014 p. 72).

Tão jovem quanto os estudos ecolinguísticos, a Sociolinguística se iniciou com os estudos de W. Labov, em 1963, sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard (TARALLO, 1985, p. 07). Seu objetivo como disciplina ou ramo da Linguística é correlacionar aspectos linguísticos e sociais em análises de uso da língua por falantes em suas diversas comunidades (MOLLICA, 2003, p. 10). O foco repousa sobre o estudo da heterogeneidade e dinamismo das línguas. Por isso, dá abertura para diferentes correntes metodológicas, como a vertente qualitativa e quantitativa. A que nos interessa, no entanto, é a Sociolinguística Interacional.

De caráter interdisciplinar, uma vez que considera tanto as perspectivas da linguagem quanto as da Sociologia e Antropologia, a abordagem da Sociolinguística Interacional propõe observar e analisar como a fala tende a ser interpretada segundo variações diversas de comportamento linguístico e paralinguísticos humanos. Intencionalidade, interpretação e significado social, portanto, constituem o tripé de palavras-chave para seu desenvolvimento (FIGUEROA, 1994).

Nomes como Goffman (1998), que observa a vida social por meio da linguagem e como ela funciona na construção do significado, juntamente de Gumperz (1972), para quem cultura, sociedade e indivíduo são essenciais para abordar a diversidade linguística e cultural na comunicação, figuram entre os pilares teóricos. Somados a eles, ainda encontramos os estudos de Hymes (1972) e os postulados conversacionais de Grice (1975). A metodologia, diante dessas nuances, consiste em analisar eventos de fala utilizando essencialmente as técnicas de transcrição da análise conversacional.

Os falantes não são considerados emissores isolados de uma mensagem, mas vistos como construtores de sentidos que se referem não só à mensagem, mas também à meta-mensagem (Tannen; Wallat, 2002). De forma resumida, podemos afirmar que a Sociolinguística Interacional busca compreender a complexidade dos processos de construção de significados nas interações face a face.

O que se nota diante da breve exposição de ambas as bases teóricas é uma tendência não engessada de encarar a linguagem. Além disso, uma postura que entende a língua não como meio de comunicação, mas como sendo a própria interação, isto é, a troca entre falantes em seus contextos sócio-históricos e discursivos, compreendendo suas

heterogeneidades. É a possibilidade de abertura de ambas as teorias que enriquecem a proposta deste texto.

Apesar de as vertentes qualitativas e quantitativas da Sociolinguística serem constantemente abordadas por estudiosos nos últimos anos, a Sociolinguística Interacional possui conceitos chave – como a noção de pistas conceituais de Gumperz e a noção de face de Goffman – que ainda não se desdobraram em discussões cujo cerne esteja em uma perspectiva prioritariamente ecolinguística, logo, ecológica. É o que se propõe no tópico 2. Não se deve confundir os estudos da Análise da Conversação, principalmente aquela de Marcuschi, com a apropriação metodológica que a Sociolinguística Interacional proporciona com a abordagem desta teoria.

É por isso que, no tópico 3, tem-se uma amostra da possível aplicação teórica da interface em questão, elegendo-se a comunidade religiosa sincrética Vale do Amanhecer situada em Brasília. De maneira específica, faz-se análise de uma transcrição de diálogo ocorrida em abril de 2016. O objetivo deste texto, no entanto, não está em esgotar as reflexões sobre os dados gerados na comunidade, mas demonstrar que uma abordagem de interface Ecolinguística entre Sociolinguística Interacional pode ser eficaz. Por fim, no tópico 4, tecem-se as considerações finais.

2. Interfaces e/ou confluências

A Linguística Ecolinguística considera que a interação em andamento ou fluxo interacional pode acontecer entre o organismo e o mundo e entre o organismo com o outro. Esses processos recebem, respectivamente, os nomes de significação e comunicação. Ambos se dão a partir das experiências pessoais, sensoriais, sociais, mentais. Logo, quando os falantes estão interagindo, ambos alcançam níveis de intensidade: ora se é falante, ora ouvinte. O falante, comumente grafado como F, equivale ao EU; o ouvinte, grafado como O, ao TU. F e O se alternam, sem qualquer previsão de qual deles encerrará o assunto ou o transgredirá (COUTO, 2012, 2013, 2015).

Uma vez que a Sociolinguística Interacional concebe a linguagem como ação estratégica e o uso linguístico constrói um espaço modelado por aqueles que interagem, ou interagentes, é inadmissível designar o termo “falante” àquele que tem o turno de fala durante a interação porque se tem a impressão de que este é um papel estático, mecânico e não social. Por isso, prefere-se o uso de “atores sociais” para evidenciar que aqueles que falam se esforçam para se apropriar de identidades e papéis discursivos.

ECO-REBEL

Em contrapartida, no uso da terminologia por Couto se trata de uma facilidade teórico-metodológica e não reflete a complexidade do conceito, já que o falante é visto dentro das relações da tríade P-L-T. O elemento L, por exemplo, não equivale apenas à língua, mas a todas as linguagens utilizadas por falantes. A representação triádica considera L como linguagem por excelência, mas a escrita, a sinestesia, a paralinguística e demais podem ser L₁, L₂, L₃ e L₄, respectivamente (COUTO, 2007, p. 98). Observemos a figura a seguir.

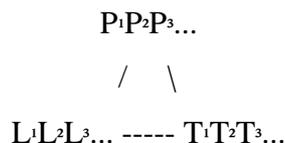


Figura 02. Representação do ecossistema linguístico em sua amplitude. T e P relacionam-se diretamente. L pressupõe P. L só se relaciona a T via P.

L é “*o modo como os membros de P interagem entre si no território em que convivem*” (ibidem, p. 97, grifos meus), portanto, não pode ser considerada uma coisa nem ser refém de definições gramaticais ou de considerações que a reificam por considerarem-na “meio de comunicação” ou “forma pela qual se comunica”. Esse pensamento está intimamente ligado à série de relações que se estabelecem entre falante-ouvinte, signo-referente e mensagem-sistema. Em outras palavras, L é um “sistema de subsistemas parcialmente dependentes e independentes” que forma um elo entre a diversidade de falantes e a diversidade de códigos pelos quais tais falantes se comunicam individualmente ou em grupos (MAKKAI, 1993, p. 71).

Dito isso, a Linguística Ecológica encara alternâncias de estilo, pausas, tempo de fala, entonação, ação e tom como componentes naturais ao fluxo interacional. Por outro lado, a percepção dos elementos paralinguísticos e proxêmicos para Sociolinguística Interacional não os coloca como faces de uma mesma ação interacional, mas, essencialmente, como categorias complementares à construção do significado por meio da interação entre os atores sociais. Gumperz (1998, p. 98) insere os elementos paralinguísticos na categoria de “pistas conceituais”.

As pistas seriam formadas por subsistemas de sinais culturalmente reconhecidos que os atores sociais utilizam para sinalizar suas intenções comunicativas e/ou inferir intenções convencionais dos outros interagentes (GUMPERZ, 1998, p. 98). Elas se dividem em pistas linguísticas (o que abarca a alternância de código, dialeto ou estilo), pistas

paralinguísticas (pausas e hesitações), pistas prosódicas (entonação, acento e tom) e pistas não vocais (direcionamento do olhar, distância, postura e gestos).

Cada uma dessas estratégias contextuais pode ser estudada individualmente, a depender de sua frequência e relevância na amostra determinada de dados. Sua fluidez na interação é garantida pelo processamento mútuo de sentidos. É importante ressaltar, no entanto, que esses sentidos não são escancarados como as palavras; antes, estão implícitos e intimamente ligados a um contexto (PEREIRA, 2009, p. 37).

Junto às pistas ainda se tem as estratégias de polidez dos interagentes, entendidas como “aspectos do discurso que são regidos por regras cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 77). Em outras palavras, todo ator social possui uma imagem pública cuja reafirmação, negativa ou positiva, depende da maneira como seu comportamento verbal e não verbal precederão a comunicação. Essa imagem, chamada de “face” – noção emprestada de Goffman – precisa ser monitorada a todo instante.

Para Linguística Ecológica, todas essas categorias, tanto as pistas como as estratégias de polidez e a preservação ou ameaça à face devem ser observadas no fluxo interacional. Todas elas, segundo a corrente biológica, ocorreriam no processo de início, condução e término do fluxo interacional. A condução do fluxo costuma receber também o nome de ecologia da comunicação interativa. Couto (2015, p. 50) formulou uma lista de quinze regras interacionais que construiriam um fluxo prototípico:

- 1) F e O ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
- 2) F e O ficam de frente um para o outro.
- 3) F e O devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) F deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
- 5) a uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 6) tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
- 7) a solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi etc.*).
- 8) a tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
- 9) se o assunto da interação for sério, F e O devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
- 10) F e O devem manter-se atentos, "ligados" durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.
- 11) durante a interação, F e O de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
- 12) em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.

ECO-REBEL

13) adaptação mútua: F deve expressar-se como acha que O entenderá e O interpretará o que F disse como acha que é o que ele quis dizer.

14) o encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso* etc.).

15) Regras sistêmicas (inclui toda a 'gramática').

Observa-se que os preceitos interacionais da Sociolinguística parecem diluídos em meio às regras interacionais da Ecolinguística brasileira. É importante frisar que são essas as chamadas regras gerais. As regras interacionais do fluxo podem ser gerais ou específicas. As apresentadas são, naturalmente, aquelas que têm validade para todo o domínio da língua. Já as específicas têm validade só para o fluxo específico observado ou para a comunidade de fala em que se dá (COUTO, 2013).

Para a Linguística Ecolinguística, o fluxo interacional está fundamentado em solicitações. Uma vez que o falante é egocêntrico, isto é, se comunica a partir de suas próprias perspectivas, o ouvinte sempre se deparará com enunciados que exigem sua participação e construção no fluxo, como (i) exclamações; (ii) ordens e (iii) perguntas (COUTO, 2007, p. 46). Sua continuidade se dará diante da satisfação ou frente ao que está sendo solicitado.

Já para a Sociolinguística Interacional, a compreensão da construção do fluxo e do porquê da construção de sentidos está, definitivamente, ligada ao estudo do contexto. O contexto é responsável por justificar a produção de sentidos e gerar comportamentos. Há um contexto ao redor dos interagentes que está ligado a práticas e construções (KNAPP; HALL, 1979). Seja ele observado de modo macro ou micro, estará permeado por traços históricos e individuais que dialogarão na construção de sentidos provenientes dos significados trocados durante os turnos de fala.

Por isso, houve uma tentativa de listar as regras interacionais do fluxo interacional de modo pouco mais sintetizado, tópico, de maneira que se conseguisse pensar sua aplicação em contextos mais gerais. É o que propõe o quadro abaixo (SCHMALTZ NETO, 2015):

1. Proximidade	6. Tonalidade	11. Interesse
2. Visibilidade	7. Política	12. Bom senso
3. Foco	8. Tolerância	13. Discernimento
4. Altura	9. Percepção	14. Cordialidade
5. Responsividade	10. Atenção	15. Consciência linguística

Tabela 1. Síntese das regras interacionais de Couto (2007; 2013; 2015).

É provável que pudéssemos substituir algumas das regras por “postulados de Grice”, tolerância, bom senso e cordialidade por “polidez”, altura, responsividade, tonalidade e atenção por “pistas conceituais”. No entanto, o objetivo de Couto (2007) com a estrutura de seu fluxo é, justamente, perceber os conceitos de maneira pouco mais estanque do envolvimento total, propiciando uma reflexão que, em tese, está mais direcionada para os detalhes que caracterizam a interação.

Uma noção conceitual que escapa à Ecolinguística é o estudo de *frame* e *footing*. Também traduzido como enquadre e alinhamento, os interagentes interpretam o sentido da mensagem, atentando para o enquadre em que ela está sendo enunciada. Enquadrar é uma forma de interpretar o significado que vai além do significado literal. Para Goffman (1998), não há atividade fora de um enquadre, uma vez que antes de entender qualquer interação, é preciso compreender “o que está acontecendo”.

Os enquadres emergem de interações verbais e não verbais e são por elas constituídos. Dessa forma, os interagentes reenquadram a fala a todo momento, redirecionando a interação em curso (TANNEN; WALLAT, 2002). Já o alinhamento é visto como um desdobramento do enquadre, representando a postura que o interagente assume na relação com o Outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Eles expressam a maneira como a interação em curso está sendo gerenciada, podendo ser introduzidos, negociados e/ou ratificados (GOFFMAN, 1998). A Linguística Ecolinguística não se preocupou ainda com o olhar *frame & footing* sobre o fluxo interacional.

Considerando todas as informações abordadas supra, o que se tenta, no próximo tópico, é analisar uma transcrição com vistas ao viés interacional e ecolinguístico, oscilando entre as categorias de observação teórica através daquilo que os dados permitem evidenciar. Os conceitos não foram abordados de modo que sua complexidade fosse esgotada, mas de maneira que seu resgate durante a aplicação do exemplo se tornasse palatável. O exemplo foi retirado de um conjunto de outros dados que servem à pesquisa de campo no Vale do Amanhecer.

3. Amostra de aplicação em dados

O Vale do Amanhecer é uma comunidade religiosa de orientação sincrética localizada a quarenta e cinco quilômetros do Plano Piloto de Brasília. Fundada em 1964 por Neiva Chaves Zelaya – popularmente conhecida por tia Neiva – a antiga fazenda que se

expandiu e hoje compreende cerca de 22.000 habitantes possui uma escola de ensino fundamental, uma lanchonete e uma oficina automobilística, além de suprir doutrinariamente as mais de sessentas filiais disseminadas pelo globo (MARQUES, 2009, p. 3). Projetado pelos adeptos mediúnicos que se autointitulam *jaguares* e *ninfas*¹ para executar um número ímpar de rituais diário-mensais e atender às pessoas que os procuram para se livrar de espíritos algozes, os espaços físicos do Vale possuem elementos religiosos afro-brasileiros, espíritas, egípcios e extraterrestres. Também se dividem em uma espécie de sistema de castas onde as ninfas podem se filiar a 27 categorias de princesas – como princesas maias, astecas, gregas, de Jurema etc. – e os jaguares podem se tornar magos ou príncipes (GALINKIN, 2008).

Dentro da estrutura religiosa, cada uma das castas e funções tem autonomia para executar determinado tipo de ritual, aconselhamento ou decisão política dentro do Vale. Em uma espécie de desenvolvimento espiritual, cada jaguar ou ninfa conquista dentro de sua vida religiosa autoridade para lidar com os espíritos algozes que acreditam descer em seus cultos através de rezas e rituais simbólicos. Seu crescimento é marcado pela troca de broches, crachás e nomes tupis que enfeitam também suas vestes. Seus membros contam com vestes longas, fitas de cabelo coloridas com estrelas na ponta e sandálias que os marcam como pertencentes à casta escolhida (CAVALCANTE, 2000). O espaço físico do Vale do Amanhecer é gigantesco: conta com um lago artificial chamado Titicaca, cerca de três construções abertas destinadas a convivência e um templo-mãe em formato de labirinto que abriga pouco mais de 26 salas. Além disso, muitos de seus membros construíram suas casas ao redor dos lugares delimitados como sagrados, dando ao bairro uma sensação de total pertencimento à doutrina. Hoje, no entanto, nem todos seguem os ensinamentos de Tia Neiva e por isso é mais certo encontrar príncipes e princesas nos locais específicos.

Desde 2014, estou em contato com o Vale do Amanhecer por meio da metodologia ecolinguística de pesquisa de campo. Nela, a coleta de dados ocorre de maneira informal (ALBUQUERQUE, 2014, p. 76). Os encontros, gravações e entrevistas ocorrem, em sua maioria, de maneira espontânea, já que a comunidade passa a conhecer o pesquisador pela sua atividade constante junto a ela. Pode-se até usar as técnicas usuais de fotografia, filmagem e outras fontes não escritas. No entanto, o processo de catalogação e de minutos em que determinada palavra foi pronunciada não são essenciais à compreensão do

¹ Tais designações são atribuídas, respectivamente, aos homens e mulheres da congregação mística.

ecossistema. A prioridade encontra-se na comunhão. Por isso recebe o nome de *ecolinguistics fieldwork* (NASH, 2011, p. 221).

As transcrições a seguir foram gravadas em abril de 2016, em frente ao Turigano, pátio ovalar central do Vale do Amanhecer, aberto ao público que não é seguidor da doutrina. Nele, os membros descansam ou observam outros iniciando seus rituais matinais. As normas para transcrição foram adaptadas de Fávero, Andrade & Aquino (2005). Para identificar os colaboradores, seguimos a legenda: Colaborador 01 (L1), Colaborador 02 (L2) e Colaboradora 03 (L3). Eles são, respectivamente, dois príncipes maias e uma ninfa lua.

O pesquisador estava ao lado de L2 e L3 sentados nas muretas de cimento em frente ao Turigano até que L1 chegou e iniciou um fluxo interacional com eles. É importante frisar que nesta transcrição não se acha fala do pesquisador porque os membros do Vale ignoram não membros quando se trata de *frames* específicos do Vale. Por outro lado, estão habituados à figura do pesquisador como outro visitante qualquer.

L1. Salve Deus

[
L2. Salve Deus

. [
L3. Salve Deus

L1. Rapaz ((olhando para L2)) bo:ra de iporá amanhã? ((fixa em L3))

L2. Vamo sim

L1. To em sintonia

[
L2. o M. que não tá

L3. ((risos)) diz que é MAgo ainda

L1. Rapaz ((olha para L2)) se for ele de novo eu não vou não::

[
L2. ((olha para o lado)) vo de jeito nenhum

L3. Só se for pra ficar parada lá:: olhando

Para se iniciar o fluxo interacional, observa-se com louvor a execução das seis primeiras regras interacionais. L1 precisou se aproximar de L2 e L3 que estavam conversando sobre trabalhos domésticos. Ainda que tenham se visto de certa distância, precisaram estar de frente um para o outro. Dessa forma, L2 e L3 permaneceram sentados na mureta de cimento do Turigano. L1 poderia se sentar também ao lado de qualquer um deles, mas preferiu permanecer de pé. Do lado esquerdo, aliás, havia um feixe de sol intenso. Isso

faria com que L1 ficasse pouco mais distante de L2. Considerando que L1 não tem intimidade com o pesquisador, sua escolha por ficar de pé pode nos revelar também a pouca intimidade com L3. Todos se entreolharam.

A primeira solicitação feita para se iniciar turnos de fala no Vale do Amanhecer entre membros é “salve Deus!”, cumprimento inclusive escrito com pedras brancas em um dos montes que se localizam dentro do bairro. Nota-se que, nas demais interações, nada se diz além do cumprimento padrão. Não se tem registro de “salve Deus, como você está?”, por exemplo. O cumprimento é feito ainda seguido de uma leve inclinação da cabeça para baixo, uma pista contextual cinésica quase imperceptível. Não se trata de reclinar a cabeça aos modos da cultura japonesa, mas solicitar um tipo de confirmação que costuma vir seguido de um sorriso fechado, lábios não abertos.

Como L1 iniciou o fluxo interacional, coube a ele determinar o assunto da construção de sentidos seguinte. Interessante notar que o uso do vocativo “rapaz” antes de partir de fato para a interação é frequente em seus turnos. Ao dizer “borá de Iporá”, L1 está em um enquadre específico do Vale do Amanhecer, o que me exclui enquanto pesquisador e não me ratifica para interagir. Iporá se trata de um ritual feito às quintas-feiras à noite para busca de energia. A presença do advérbio de tempo “amanhã” reforça o enquadre; L2 e L3 sabem muito bem do que ele está falando.

O conhecimento prévio se torna uma estratégia para construir o fluxo, mas, apesar disso, o direcionamento do turno é bem específico para L2. “Rapaz”, dito com olhos voltados para L2 não significa um convite estendido a L3, apesar de o turno lhe ser aberto de modo não verbal quando recebe o direcionamento do olhar. Uma vez que L1 se aproxima de todos sem restrições, está seguro de que sua face não está sendo ameaçada. Por outro lado, mantém a polidez ao também olhar para L3, apesar do vocativo masculino “rapaz”. A resposta direta de L2, “vamo sim”, em contrapartida, pode soar carente da regra 11, interesse, mas pode demonstrar segurança em relação a sua face.

Ao responder, “M que não tá” quando L1 afirma estar “em sintonia”, L2 demonstra ainda estar no enquadre do ritual de quinta-feira, mas agora se alinha a um acontecimento outro: M, em seu último ritual, não conseguiu contato com os espíritos. L3, apesar de não ter interagido até então, solta o comentário “ainda diz que é mago”, demonstrando que i) conhece M e por isso está habituada a suas falhas enquanto condutor; ii) estava presente no ritual em que M falhou; ou ainda iii) não conhece M, mas conseguiu se alinhar ao

perceber que “M que não tá [em sintonia] equivale à falha do ritual, o que para ser compreendido precisa ter acontecido em outros rituais ou situações vividas por ela.

A confirmação de i) e ii) se dá quando L3 recupera “só pra ficar parada lá olhando” como um contexto vivenciado. L3, portanto, está no mesmo *frame* que L1 e L2. O advérbio de lugar “lá” nos garante isso. Eles não têm receio de falar sobre M, cuja face dá a impressão de poder ameaçá-los caso estes comentários lhe sejam ditos. Apesar do direcionamento negativo, as pistas contextuais marcadas por risos e voz alta, principalmente na ironia intencional de “MAgo” não levam o pesquisador a crer que a situação de um ritual falho é vista como algo efetivamente ruim, mas como perda de tempo, já que afirmam “vo de jeito nenhum” e “só pra ficar parada lá olhando”.

É interessante notar também que apenas os interagentes L1 e L2 participam de forma igualitária na distribuição dos turnos, sendo L1 responsável por autorizar e alinhar as falas. L3, diante disso, não sai de seu *footing*, não sendo ratificada de maneira direta nem participando do turno porque este lhe foi dirigido. Todos eles são o povo (P) que compõe o território T) do Vale do Amanhecer, mas podem abordar esse tipo de assunto entre si porque estão em um micro-território do Vale em que os turnos não são monitorados nem estão ligados discursivamente a uma obrigação religiosa. A língua (L) utilizada, português brasileiro, tem um vocabulário específico suscitado pelo território. O vocabulário, ainda que não em situação de ritual, é acionado por seus membros, ainda que haja um não membro ao redor.

Depois dos dados transcritos, os colaboradores passaram a comentar trivialidades pessoais do dia anterior e, por isso, o recorte se encerrou no turno de L3, aproximadamente às 09:17 da manhã. Alguns minutos depois, o pesquisador se retirou para se reunir com outros membros do Vale. Logo atrás, L3 também pareceu estar indo embora enquanto L1 e L2 permaneceram sentados na mureta em frente ao Turigano até cerca de 11 horas, quando todos se despediram.

4. Considerações finais

Este estudo possibilitou o início de uma discussão fértil sobre as possíveis interfaces entre os preceitos ecolinguísticos brasileiros e os avançados estudos da Sociolinguística Interacional. Além de terminologias díspares que parecem trabalhar com o mesmo princípio, ambos campos evidenciam que o estudo da linguagem não deve se restringir a uma abordagem estrutural de turnos de fala.

Pelo contrário, precisa verificar, descrever e compreender de que forma as trocas face a face entre falantes – interagentes – resultam em complexas trocas paralinguísticas, proxêmicas, discursivas que estão sujeitas a ser alinhadas, realinhadas, contextualizadas e vistas como uma engrenagem que move o todo no ecossistema da língua. A análise apresentada demonstrou também que, tão importante quanto perceber o enquadre e a polidez, o território precisa ser avaliado enquanto contexto fundamental para produção de sentidos de uma interação que está acontecendo.

É verdade que o recorte feito para apresentar a análise que permite comprovar uma aproximação de teorias não encerra as demais possibilidades de abordagem teórica nem representa a discussão aprofundada que se pode fazer a respeito de ambas, individual e concomitantemente. O objetivo do texto foi pinçar e pincelar os conceitos mais evidentes entre ambos domínios do saber de modo que a descrição de seus aspectos pontuais pudessem se mostrar convincentes quando juntos.

O que se espera é que essas primeiras ideias continuem sendo discutidas para que o estudo da linguagem seja contemplado tanto pelo viés social quanto pelo viés ecológico, que haja uma verdadeira *interface*, como propõe sua definição: dispositivo graças ao qual se efetuam a troca de informações entre sistemas; limite comum entre duas unidades ou sistemas que permite a troca de informações; campo em que interagem disciplinas ou fenômenos diversos.

Referências

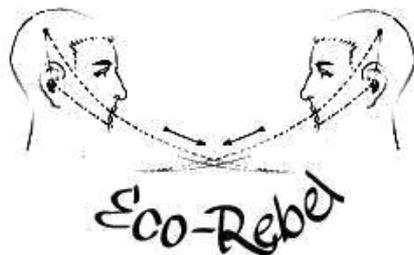
- ALBUQUERQUE, D. B. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2014.
- BASTARDAS I BOADA, Albert. Biological and linguistic diversity: transdisciplinary explorations for a sociology of languages. *Diversité* VII. 2002.
- CAVALCANTE, C. *Xamanismo no Vale do Amanhece: o caso Tia Neiva*. São Paulo: AnnaBlume, 2000.
- Couto, H. H. *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Sobre o conceito de comunidade surda. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 193-219, 2005.
- _____. O que vem a ser ecolinguística, afinal? In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. 1. 2013a.
- _____. A ecologia da interação comunicativa II. In: *Meio Ambiente e Linguagem*. 2013b. <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/08/a-ecologia-da-interacao-comunicativa-ii.html> (acesso: 01/11/2016).
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. de O; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 2005, 5. ed.
- FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. Oxford: Pergamon, 1994.
- GARNER, M. Ecologia da língua como teoria linguística. In: *ECO-REBEL: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 1. n. 1, 2015.

- <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/16525> (acesso: 12/11/2016).
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T; GARCEZ M. P. (orgs.). *Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 70-97.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: *Syntax and semantics 2: speech arts*. Londres: Elsevier, 1975.
- GUMPERZ, J. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- _____. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B; GARCEZ, P. *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998.
- Hymes (Org.). *Directions in sociolinguistics*, 35-71. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1972.
- HAUGEN, E. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- KNAPP, L.; HALL, J. *Nonverbal Communication in Human Interaction*. Crawfordsville, IN: Thomson Learning, 2002.
- MARQUES, Erich. G. *Os poderes do estado no Vale do Amanhecer: percursos religiosos, práticas espirituais e cura*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2009
- MAKKAI, A. Porque *ecolinguística*. In: *ECO-REBEL: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v.1. n. 1. 2015. <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15124> (acesso: 20/10/2016).
- MUFWENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mollica, M. C; BRAGA M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NASH, Joshua. Norfolk Island, South Pacific: An empirical ecolinguistic case study. In: *Journal of the Australasian Universities Language and Literature Association*, 116, p. 83-97, 2011.
- Pereira, R. A. *O pensamento de pistas de contextualização: um olhar voltado para os falantes de espanhol aprendizes de português*. 2009. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2009.
- SCHMALTZ NETO, G. F. Entre o Vale e o Amanhecer: comunidade de fala para ecolinguística. In: KIOKO, Elza; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica: teoria e aplicações*. Brasília: Thesaurus, 2015.
- TANNEN, D; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T; GARCEZ M. P. (orgs.). *Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 120-141.
- Tarallo, F. *A pesquisa sociolinguística*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

Enviado: 20/12/2016.

Revisado: 15/01/2017.

Aceito: 16/01/2017.



A SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES PELA ÓTICA DA ECOLINGUÍSTICA

Lajla Katherine Rocha Simião (UFG)

R e s u m o : A Semântica tem sido considerada, conforme Couto (2007), como um dos componentes da gramática menos compreendido pelos estudiosos, por isso, durante muito tempo, foi tratada de forma hostil por alguns linguistas, fato que nos despertou o interesse em pesquisá-la. Dessa maneira, temos dois objetivos, que nortearão esta pesquisa, a saber: apresentar a Semântica a partir da perspectiva integradora da Ecolinguística e exemplificá-la. Para tanto, utilizamos as preposições pela ótica da ecologia das relações espaciais, de acordo com a qual todas elas se reduzem à espacialidade, e não apenas as temporais, mas também as abstratas ou nocionais. Seleccionamos, como objeto de análise, algumas redações de pré-vestibulandos produzidas no ano de 2015. Nossa base teórica é a Ecolinguística, que é o estudo das interações da língua com o ecossistema, que pode ser natural, mental ou social. Para apresentar a Semântica a partir de uma perspectiva ecológica utilizamos como principal teórico Couto (2007).

P a l a v r a s - c h a v e : Semântica. Ecolinguística. Preposições.

A b s t r a c t : Semantics has been considered, according to Couto (2007), as one of the least understood components of grammar. For this reason it has been treated in a hostile manner by some linguists, a fact that aroused the interest in researching it. Thus, we have two goals that will guide this research: firstly, to present the Semantics from the integrative approach proposed by Ecolinguistics. Therefore, we will depart from the spatial prepositions as they are represented in the Ecology of Spatial Relations, according to which all of them are reduced to spatiality, not only temporal prepositions, but also abstract or notional ones. We selected as object of analysis some compositions produced in the year 2015. Our theoretical basis is Ecolinguistics, which is the study of language interactions with the ecosystem, which can be natural, mental or social. To present Semantics from an ecological perspective we use as the main theoretical approach proposed by Couto (2007).

Key words : Semantic. Ecolinguistics. Prepositions.

A semântica sempre esteve envolta em uma situação muito complexa ao apresentar uma dificuldade própria em relação à definição de seu objeto, o significado, que não é consensual entre os linguistas. Além disso, essa é uma das áreas que mais tardou a ser estudada, desenvolvendo-se no campo da linguística histórica e, depois, da gramática, sendo tachada por Greimas (1973, p. 12) como “a parente pobre da linguística”. Aliás, teve também dificuldades em determinar os próprios métodos, que, ainda segundo

Greimas (1973, p.12) foram tomados de empréstimo tanto da retórica clássica quanto da psicologia da introspecção.

Envolta nessas dificuldades, não é para menos que a semântica seja considerada, conforme afirma Couto (2007), como um dos componentes da gramática da língua menos compreendido pelos estudiosos. No entanto, ela é de fundamental importância, pois é pela significação que o mundo se define e se constitui como humano, podendo, assim, ser concebido “na medida que significa alguma coisa” (GREIMAS, 1973, p. 11). Dessa maneira, o objetivo deste artigo é apresentar a Semântica a partir da perspectiva integradora proposta pela Ecolinguística e exemplificá-la. Para tanto, utilizamos as preposições pela ótica da ecologia das relações espaciais, de acordo com a qual todas elas se reduzem à espacialidade, e não apenas as temporais, mas também as abstratas ou nocionais, ou seja, o significado prototípico de toda preposição é espacial. Nesse sentido, Couto (2010) afirma que as preposições não são desprovidas de sentido. Elas contribuem para o significado dos enunciados. Com o intuito de demonstrar com quais acepções as preposições estão sendo utilizadas, selecionamos como objeto de análise cinco redações de pré-vestibulandos produzidas no ano de 2015.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos uma abordagem teórica com base na Ecolinguística, que é o estudo das interações da língua com o ecossistema, que pode ser natural, mental ou social. Esse ecossistema linguístico é composto por um povo, um território e uma língua que interagem entre si e é nessa interação que a significação surge como aqui será demonstrado.

Este artigo é composto por cinco seções. Na primeira, apresentamos o suporte teórico no qual ela está embasada, portanto, essa seção traz os conceitos centrais que compõem a Ecolinguística. A segunda mostra a proposta de estudo do significado pelo olhar ecolinguístico. Na terceira, utilizamos as preposições sob a ótica da ecologia das relações espaciais, e, na quarta, discutimos com qual significado as preposições estão sendo utilizadas em produções textuais. Por fim, na quinta seção, apresentamos as considerações finais.

1 Ecolinguística: aspectos teóricos

Para realizarmos um estudo sobre a significação em uma abordagem ecológica, devemos inseri-lo no contexto da Ecologia Linguística ou Ecolinguística, definida por Couto (2013, p. 279) como “o estudo das interações verbais que se dão no interior do

ecossistema linguístico”. Couto et al. (2013, p. 386) veem as relações entre língua (L) e território (T) via povo (P), ou seja, as relações de P no T, usando a L. É nessa interação do indivíduo (organismo) com o território (mundo) que surge a significação.

Nesse sentido, a Ecolinguística tem como base o ecossistema integral da língua, que é formado pelo P, residindo em determinado T e falando sua própria L. Portanto, existe uma inter-relação entre esses três componentes do ecossistema integral da língua. No entanto, a L não interage diretamente com o T, sendo sua relação mediada por P e ocorrendo somente a partir da existência dele vivendo e convivendo nesse T. Esse ecossistema também é conhecido como comunidade (COUTO et al., 2013, p. 387).

O ecossistema linguístico é composto pelo meio ambiente natural, social e mental. O meio ambiente (MA) é parte do ecossistema, ou seja, só existe dentro dele. O MA natural é constituído pelo entorno físico da linguagem, que inclui não só o território, mas também os outros elementos da natureza, como, por exemplo, o ar, as águas, os corpos celestes e, também, o corpo físico dos membros de P. É nesse mundo físico que se encontra a ecologia das relações espaciais que aqui será tratada. A linguagem não é um ser, mas sim relações, então, o meio ambiente da linguagem é onde se manifestam essas relações, ou seja, no mundo físico (ecossistema natural). O MA social é constituído pelo próprio P, organizado socialmente, que convive em determinado T e por isso seus membros utilizam a mesma língua. O MA mental é constituído pela infraestrutura cerebral e pelas conexões neurais que entram em ação na aquisição, no armazenamento e no processamento da linguagem (COUTO, 2007).

Em síntese, ecossistema é um sistema dinâmico, constituído de interações entre os organismos vivos e seu meio ambiente (interação organismo-mundo), bem como entre os próprios organismos (interação organismo-organismo). Dessa maneira, a interação é uma teia que se constrói com base nas relações que se dão no ecossistema, sendo ela basicamente a língua para a Ecolinguística.

Nessa perspectiva, a Ecolinguística tem como principal base epistemológica a Ecologia, pois ela percebe que as interações linguísticas funcionam de acordo com os mesmos princípios ecológicos. Contudo, não faz uso desses conceitos de forma metafórica, pois se propõe a explicar de que maneira isso acontece. Isso significa dizer que ela não vai apenas relacionar os conceitos ecológicos aos fenômenos linguísticos, e sim estudar os fenômenos linguísticos a partir de dentro da Ecologia.

Em vista disso, é importante destacar alguns conceitos ecológicos essenciais para a compreensão do ecossistema linguístico, dentre eles a noção de holismo, que é, basicamente, uma visão abrangente do objeto a ser estudado, pois “faz parte de um ecossistema que interfere nele, tanto quanto é interferido por ele” (BORGES, 2015, p. 41). Esse todo apresenta a característica da abertura ou porosidade. Esse traço do ecossistema nos permite ver que nada está isolado, portanto, os ecossistemas inter-relacionados com outros recebem influências de fora, além de enviarem seus influxos para fora. “Isso significa que os ecossistemas não possuem fronteiras delimitadas e que a sua delimitação é feita apenas e exclusivamente pelo observador. Delimitar um ecossistema, entretanto, não significa isolá-lo dos outros” (BORGES, 2015, p. 42), mas percebê-lo a partir de sua complexidade. Essa característica serve para delimitar o que será investigado.

Além desses aspectos, temos os conceitos complementares de evolução e adaptação. O primeiro está associado à mudança que gera rearranjos no ecossistema. Pensando no aspecto linguístico, por exemplo, novas línguas e dialetos são formados. Já o segundo conceito propicia o equilíbrio do ecossistema. “Toda vez que algum aspecto do ecossistema é alterado, todos os seus elementos devem se adaptar para garantir a sobrevivência do mesmo” (BORGES, 2015, p. 42). Caso isso não aconteça, um processo de extinção pode ocorrer.

A reciclagem é outro componente do ecossistema, de importância vital à sua sobrevivência e manutenção. Ela é o reaproveitamento de elementos. No caso da linguagem, por exemplo, as preposições, que veremos aqui, sofreram um processo de reciclagem ao terem o seu matiz de significativo alargado, isto é, as preposições foram reaproveitadas ao designarem outras relações, mantendo-se as mesmas.

Por fim, temos o conceito de diversidade, que diz respeito a toda a variedade de um ecossistema. Quanto mais espécies houver em seu interior, mais complexo ele será. Se houver uma diminuição dessa diversidade, mais sujeito à extinção ele estará. No caso dos estudos linguísticos, “toda vez que abordamos as relações estabelecidas entre línguas, estamos falando em diversidade. Tanto os processos de extinção de línguas, quanto os de crioulização ou pidginização, entre outros, podem ser estudados a partir desse aspecto” (BORGES, 2015, p. 42).

Todos esses aspectos estão associados à organização e ao perfeito funcionamento tanto do ecossistema propriamente dito quanto do ecossistema linguístico. Sendo assim, a

significação se dá em meio às interações desse ecossistema. Dessa maneira, para entender melhor como isso ocorre, na seção seguinte falamos sobre o objeto de estudo da semântica, tendo como base os fundamentos ecológicos.

2 A Semântica sob o prisma ecolinguístico

Tradicionalmente, a Semântica é definida como o estudo do significado linguístico, ou seja, ela investiga os sentidos expressos nas línguas naturais. No entanto, segundo Ullmann (1964, p. 113), o significado é um dos termos mais ambíguos da teoria da linguagem, não havendo um consenso entre os semanticistas sobre sua definição. Essa dificuldade ocorre pela existência de diversos tipos de significado, entre eles o significado léxico-referencial sistêmico, significado sistêmico, o significado pressuposicional, o significado implicatural, o significado ilocucionário ou performativo e o significado contextual, entre outros. Eles são produzidos de diferentes maneiras e há inúmeras possibilidades de estudá-los.

De acordo com Trask (*apud* CASTILHO, 2014), a Semântica teve um caminho incerto na história da linguística, por se constituir como disciplina apenas no século XIX, no “quadro do desenvolvimento da linguística histórica, inicialmente pela fonética, mais aprimorada, e depois pela gramática” (GREIMAS, 1973, p. 12). Essa última se formalizou e se definiu em 1887, com os estudos de Micheal Bréal, em seu livro intitulado *Éssai desemantique*, o qual tratou do que viria a ser chamado mais tarde de Semântica Lexical, que investiga os sentidos das palavras, isto é, dos itens lexicais ou lexemas.

De acordo com Castilho (2014, p. 3), desde os primórdios da reflexão gramatical, os linguistas relacionavam as estruturas gramaticais e o sentido, o que conduziu à organização da semântica gramatical, que trata dos significados das construções. Ainda conforme esse autor,

Outra divisão no campo se deu quando as pesquisas destacaram o fato de que os sentidos não estão inteiramente encapsulados no signo linguístico, pois em sua elaboração a língua depende fortemente da interação. Os sentidos são criados ao longo de uma conversa, servindo as palavras como uma sorte de gatilho para essa atividade. Surgiu, assim, uma nova disciplina para investigar as relações entre os signos e os usuários, denominada Pragmática. (CASTILHO, 2014, p. 3).

Essa nova disciplina, relacionada à Semântica, propiciou o surgimento da Semântica Discursiva ou Pragmática, que trata das significações geradas no intervalo que ocorre

entre os locutores e os signos linguísticos (CASTILHO, 2014). Nesse contexto, houve uma discordância entre gerativistas e estruturalistas, o que gerou uma divisão entre eles. Aqueles se mantiveram nas bases tradicionais dos estudos semânticos; estes “consideravam difícil aplicar suas técnicas de análise ao que chamaram ‘o pântano do significado’” (CASTILHO, 2014, p. 3). Dessa maneira, “os insatisfeitos mudaram-se para a costa americana oeste, dando início ao que viria a ser conhecido como Linguística Cognitiva”. Surge, então, a semântica cognitiva, que trata da criação dos sentidos.

Para finalizar o tema dos diversos ramos da Semântica, com o ressurgimento da Linguística Histórica ensaiam-se alguns passos na organização da Semântica diacrônica, a qual ainda é pouco pesquisada e trata da mudança diacrônica dos sentidos (CASTILHO, 2014, p. 4).

Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de se estudar a significação, mas o que nos interessa, neste momento, é discorrer sobre como a Semântica se acomodaria no contexto da disciplina Ecolinguística. Partindo do ecossistema integral da língua (ex-ecossistema fundamental da língua), representado pelo tripé LPT linearizado, em que T pode ser substituído por M de mundo, a língua só se relaciona com o mundo por intermédio da população que a usa. Isto é, a língua só é formada a partir do seu uso diário pela população, na interação de seus membros entre si e com o mundo semântico-referencial. No interior desse ecossistema ocorrem dois tipos de interações: a interação entre dois indivíduos da população, ou seja, a relação entre pessoas, a qual equivale à comunicação ou interação comunicativa. As interações entre indivíduos e o mundo ou território – relação P-M – equivalem à significação, à referência ou à descrição de estados de coisas ou de eventos (narração). De qualquer modo, ambas as interações “estão intimamente relacionadas, uma vez que nos referimos a aspectos do mundo geralmente em atos de interação comunicativa” (COUTO et al., 2013, p. 391). Dessa maneira, a língua é concebida como um meio de comunicação que envolve expressão de pensamentos, pois uma das maneiras de nos comunicarmos é nos referindo a alguma coisa e só nos referimos a essas coisas nos comunicando.

Nesse sentido, a semântica é o estudo do significado que emerge da interação comunicativa. Aí se incluem os significados dos atos dessa interação (enunciados), como também dos itens lexicais (COUTO et al., 2013, p. 392).

De forma mais ampla, a semântica, de acordo com Couto (2007, p. 137), é o estudo de como os membros da comunidade categorizam, classificam linguisticamente o meio

ambiente, ou seja, como os membros da comunidade se referem e significam o mundo físico, o meio ambiente natural. Essa “categorização parte da própria projeção dos aspectos do meio ambiente no cérebro desses indivíduos, que se socializa no momento em que é compartilhada com outros membros da comunidade”, isto é, compartilhar socialmente da mesma percepção que se tem do meio ambiente natural é o que possibilita a construção do significado (COUTO et al., 2013, p. 390).

Essa projeção ocorre conforme o indivíduo percebe sensitivamente o mundo, ou seja, ele percebe as coisas, capta o real e o que foi captado passa pela sensação, onde se criam os sentidos. Então ele representa a coisa por um processo dinâmico biopsicossocial, ou seja, sofre tanto influência do MA mental quanto do MA social nesse processo. Após essas etapas, vem a fase da conceptualização, que consta de seu compartilhamento com outros membros de P, seguida da lexicalização. Em síntese: o indivíduo percebe o MA natural/físico, essa percepção do real é processada no MA mental e após as interações com os outros membros de P, organizados socialmente (MA social), o que foi captado se semantiza, ou seja, é compartilhado socialmente, recebendo uma designação, um rótulo (COUTO et al., 2013, p. 390).

Dessa maneira, percebe-se que é importante refletir a respeito do processo de surgimento do significado, e não apenas defini-lo. Assim, deve-se levar em consideração que esse processo envolve muito mais que a capacidade biológica e cognitiva do indivíduo de organizar e dizer o mundo, mas também as suas experiências a seu respeito (ARAÚJO, 2014, p. 126).

Ao pensar no processo de criação do significado pelo viés ecológico, vemos que ele se assemelha ao que vem sendo proposto pela semântica cognitiva, que considera que o significado resulta “de uma representação mental particular, subjetiva, que decorre de processos cognitivos (como atenção, percepção, memória, categorização etc.) do indivíduo, que, por sua vez, estão atrelados a aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros” (SANTOS, 2015, p. 24).

Essa percepção do real é processada no cérebro humano, e, para isso, a semântica cognitiva utiliza a conceptualização, que, segundo Langacker (2007, p. 431), consiste no ato de o indivíduo se envolver e experienciar corporalmente o mundo, o que inclui não somente a experiência perceptual, mas também o controle central da atividade motora e as sensações cinestésicas que ela induz. Portanto, a significação parte da experiência humana, ou seja, o significado surge da relação do indivíduo com o mundo.

Nesse sentido, conforme Lakoff (1987, *apud* SANTOS, 2015, p. 24), essa experiência “envolve a totalidade da experiência humana e tudo o que nela desempenha um papel, assim incluem-se a natureza de nossos corpos, capacidades geneticamente herdadas ou formas de fisicamente operar no mundo, nossa organização social, cultural etc.”. Para a Ecolinguística, as experiências dos indivíduos com o mundo físico (MA natural) e as operações mentais (MA mental) ocorrem por meio da conceptualização e estão inter-relacionadas à práxis de um P com o meio ambiente no qual se encontra (MA social) (ARAÚJO, 2014, p. 135).

De acordo com a semântica cognitiva, significar é basicamente conceptualizar, processo que “envolve aspectos sócio-histórico-culturais, experienciais, sendo, portanto, dinâmico, flexível, subjetivo, hermenêutico”, ou seja, nosso corpo é o ponto de partida para as relações feitas com o mundo, sendo o significado construído a partir dessas interações tanto físicas quanto corpóreas com o meio. Dessa maneira, conceptualizar está condicionado tanto às experiências individuais quanto à relação desse indivíduo com o mundo exterior. A ênfase está na cognição (SANTOS, 2015, p. 25). Já para a Ecolinguística, o significado é construído nas inter-relações entre os indivíduos e entre eles e o meio ambiente, “de acordo com as necessidades presentes em seu cotidiano, num contexto de interação comunicativa”. Desse modo, “a linguagem deve ser concebida como uma atividade social, histórica e cognitiva, mas levando em consideração as atividades ou ações praticadas entre os indivíduos que a conhecem” (ARAÚJO, 2014, p. 135).

Percebe-se que é a inter-relação entre os três meios ambientes (físico, mental e social) que possibilita o surgimento do significado, em que a motivação externa corresponde ao mundo (MA físico); a percepção sensório-motor nos remete ao indivíduo, o sujeito, o falante (MA mental); e a experiência culturalmente partilhada é o meio ambiente social (MA social). Isto é, o significado é experiencial, construído nas interações povo-mundo e povo-povo.

Todo esse processo de criação do significado nos mostra que ele surge, primeiramente, nas interações do indivíduo com o meio ambiente e entre os próprios indivíduos, para somente depois surgir na relação entre palavras e coisas. Assim sendo, em consonância com os princípios da Ecolinguística, a semântica trata dos conceitos formados pela comunidade nas interações que cada indivíduo mantém entre si e com o próprio meio ambiente (COUTO, 2007, p. 138).

Nota-se que, após conhecer determinado fenômeno, surge naturalmente a necessidade de se referir a ele, ou o inverso, o conhecimento do fenômeno provém da necessidade de se referir a ele (ARAÚJO, 2014, p. 126). Nesse sentido, é uma necessidade humana dar significado e conceituar coisas, ações, qualidades e relações entre as coisas – e entre os nomes de coisas e de ações. Para exemplificar esse processo de significação, tratamos, na próxima seção, dos conceitos de relação espacial presentes no meio ambiente físico, que deram origem à ecologia das relações espaciais, a qual demonstra a dinâmica das preposições que, em uma visão ecológica, não são desprovidas de sentido.

3 As preposições e a ecologia das relações espaciais

As preposições são frequentemente classificadas como palavras vazias, estando seu significado atrelado às palavras cheias (substantivos, verbos, adjetivos e alguns advérbios), conforme afirma a tradição gramatical chinesa, ou seja, elas são palavras de significado “gramatical”. A Ecolinguística, no entanto, afirma que as preposições não são desprovidas de significado, “uma vez que contribuem para a função referencial da linguagem e, por isso, para sua função primordial, que é a comunicação” (COUTO, 2010). Elas refletem relações palpáveis do mundo natural, as quais se inserem na ecologia das relações espaciais (doravante ERE).

Na Ecolinguística, as preposições são encaradas de modo holístico, partindo de uma postura onomasiológica, ou seja, aquela que parte da coisa (ou do conceito) para o nome que ela (ele) tem, momento de surgimento das palavras. É por esse motivo que o estudo se insere, em primeiro lugar, no ecossistema natural da língua. Entretanto, o mental também é ativado, secundariamente, uma vez que é no cérebro que se formam as relações. Por fim, é no consenso social, nos membros da população organizada socialmente, a sociedade, que tudo isso será confirmado (COUTO, 2010, p. 4). Como partiremos de relações existentes na natureza para as palavras que as designam, no caso as preposições, partiremos da ERE.

Como a língua tem uma relativa autonomia, com o passar do tempo suas palavras, no caso as preposições, passam a designar outras coisas; esse é o momento semasiológico. De acordo com Couto (2010, p. 13), ele “consiste em partir dos nomes e ir na direção do que eles designam”. Essa postura semasiológica será adotada ao verificarmos, nas produções textuais, com que outras acepções as preposições, além das mencionadas na ERE, estão sendo usadas.

ECO-REBEL

Segundo Couto (2010, p. 4), as preposições espaciais estudadas pela ERE são:

[...] basicamente de dois tipos, as de posição e de movimento. Preposições de posição, também chamadas de locativas, indicam as diversas posições em que um objeto pode se encontrar, relativamente a outro. Por isso mesmo, pode-se dizer que são estáticas. Preposições de movimento, como o próprio nome já diz, são normalmente usadas com verbos de movimento. Elas podem indicar origem (venho de São Paulo), destino (vou a São Paulo) ou percurso (venho de carro desde São Paulo, passei por São Paulo).

As tentativas de representar a ERE no que tange às preposições iniciaram-se no século XVII, época em que John Wilkins propôs uma representação bidimensional para as preposições inglesas (COUTO, 2007b, p. 90):

Um observador em frente a um ponto de referência que consistia de dois círculos concêntricos. Primeiro, ele apresenta uma seta “para baixo”, cujo resultado é “abaixo”, bem como uma outra “para cima”, que resulta na relação “acima”. Em seguida, temos as seguintes relações: a) “dentro” versus “fora”, b) “para dentro” versus “para fora”, c) “sobre” versus “sob”, d) “aquém” versus “além”, e) “a/para” versus “de/desde”. As seguintes relações não são dicotômicas em seu modelo: f) “sobre” (*about*), g) “acima” (*over*). Algumas posições em seu esquema não estão muito claras para mim. Por exemplo, h) “embaixo” (*below*) está entre o observador e o círculo, mas um pouco abaixo do diâmetro dele, não abaixo dele. Além do círculo central, de novo da perspectiva do observador, Wilkins inclui: i) “através de” e k) “além de”. Fora do círculo maior, temos l) “a/para” (*to*) versus “de” (*off*). Finalmente, veem-se m) “após” (*to the back of the observer, sic!*) versus “antes” (*in front of him, i.e., between him and the point of reference*).

Mesmo apresentando algumas inconsistências, esta foi provavelmente a primeira tentativa, na história dos estudos linguísticos, de representar a ecologia das relações espaciais.

Bernard Pottier também estudou as preposições a partir do conceito de espacialidade. Ele apresentou as preposições tidas como de movimento, as quais foram representadas no esquema da Figura 1, embora inclua nele preposições que não são de movimento e até mesmo outras categorias de palavras.

Figura 1 – Modelo de Pottier

a		de
até		desde
para		por
ante		trás, após
diante		detrás
sob		sobre

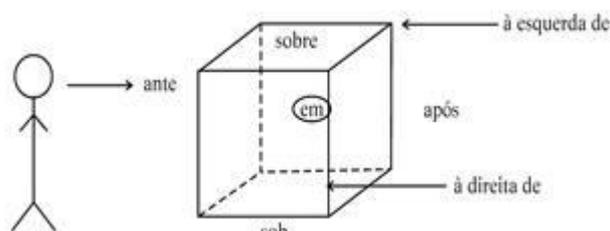
ECO-REBEL

sem		com
debaixo		em cima
perante		em
contra		entre
.....	

Fonte: apud COUTO, 2007a.

Como já mencionado antes, toda preposição indica determinada posição prototípica ou movimento prototípico, conforme Couto (2010, p. 1). Como um subconjunto dessa relação, têm-se as preposições que indicam relações naturais, as quais existem na natureza independentemente de um observador. Dentre elas estão: *em*, *entre*, *sobre* e *sob*. Quanto às preposições de posição, temos o modelo que fora usado por John Wilkins no século XVII, retomado por Couto (1973, p. 45-46), refinado em Couto (1994) e aplicado às preposições portuguesas em Couto (2010). Trata-se da já mencionada ecologia das relações espaciais, exposta na Figura 2 (ver também VANDELOISE, 1991)

Figura 2 – Preposições de posição



Fonte: Couto (2007a, p. 122).

Couto (2007a, p. 91; 2010, p. 5) explica essa figura da seguinte maneira:

O ponto central dessa ecologia é a interioridade. Isso se deve ao fato de ela não exigir um observador. Assim, o caroço no interior de uma fruta está objetivamente lá, independentemente de haver alguém para observá-lo ou não. Por isso, ela é considerada a relação espacial não marcada, ao lado de seu oposto, a exterioridade. Não é de admirar que a preposição que a codifica (*em*) seja a preposição espacial não-marcada, inclusive a que codifica a relação oposta (*fora de*), que não está na figura 2.

Logo a seguir vêm as posições de superioridade (*sobre*) e inferioridade (*sob*). As posições nelas contidas são também independentes de um observador. Sendo assim, elas constituem a segunda e a terceira posição mais natural, respectivamente.

ECO-REBEL

Ainda consoante a Couto (2010), as posições de anterioridade (*ante, antes de*) e posterioridade (*após*) dependem de um observador, uma vez que um objeto só pode estar antes ou depois de outro relativamente a ele. Couto (2010, p. 5) afirma ainda que:

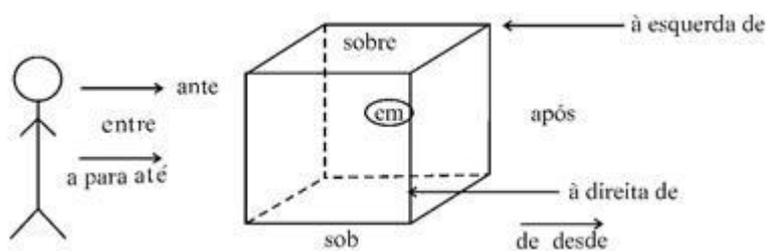
[...] se pensarmos *em frente (na frente de)* e *traseira (atrás de)*, há entidades dotadas de frente e traseiro intrínsecos, como uma casa e um animal, por exemplo. Assim, independentemente de um observador, um objeto pode estar na frente da casa se estiver do lado da porta que dá para a rua.

Existem, também, as relações de dexteridade (*à direita de*) e sinistridade (*à esquerda de*), as quais só são representadas por locuções prepositivas. De acordo com Couto (2010, p. 5):

Elas são as mais marcadas de todas as que compõem a ecologia das relações espaciais. Cruzando todas essas relações, temos a dimensão verticalidade *versus* horizontalidade, de modo que todas as preposições podem ser encaradas dessa perspectiva. A relação de superioridade/inferioridade passa, verticalmente, pelas preposições *sobre-em-sob*, nessa ordem. A de anterioridade/posterioridade se alinha ao longo da horizontalidade, redundando na sequência *ante-em-após*. Por fim, a dimensão lateralidade, que inclui dexteridade e sinistridade, passa por *à direita de - em - à esquerda de*.

É válido lembrar que as relações representadas nas duas figuras não exaurem todas as relações espaciais possíveis. Existe, ainda, a posição de intermediação (*entre*). A Figura 3 mostra que ela pode ser localizada entre o observador e o cubo. Ademais, mostra que as relações de direção de Pottier, mostradas na Figura 1, podem ser incluídas na ecologia das relações espaciais da Figura 2, o que mostra que essa ecologia pode incluir todas as relações espaciais, inclusive as de movimento, com *a, para* e *até* (|) e *de* e *desde* (|), ou seja, a ERE inclui as relações de Pottier.

Figura 3 – Ecologia das Relações Espaciais



Fonte: Hildo Honório do Couto, não publicada

Como dito anteriormente, no estudo das preposições, assim como no de qualquer palavra da língua, é necessário primeiro partir da base mostrada nas Figuras 1, 2 e 3, que é o momento onomasiológico, de emergência das palavras. No entanto, após formada, a palavra pode adquirir outros matizes de significação, que é o momento semasiológico. Como se pôde ver, Pottier, assim como Couto, mostram que as preposições têm origem espacial. As temporais e as nocionais (abstratas, aquelas que expressam relações indicadas pelo contexto) também elas são redutíveis à espacialidade, mesmo que de forma não explícita.

De acordo com Couto (2007a), segundo o que se passa com as relações espaciais, a relação temporal fundamental é a de interioridade, expressa em muitas línguas pela preposição *em*. “Assim, quando se diz que alguém nasceu ‘no mês de abril’ quer dizer que nasceu ‘no interior’ [...] do mês de abril” (COUTO, 2007a, p.142). Isso mostra que as relações temporais são apenas um subconjunto das relações espaciais.

Couto (2007a) constata ainda que o espaço é tridimensional, o tempo é unidimensional, linear e parece ser ‘dinâmico’, o que advém de ele estar associado a movimento. Logo após essa relação temos as de anterioridade e posterioridade, que também são tidas como temporais. Em português, ela está lexicalizada pelas preposições *ante* e *após*, respectivamente. Essa relação tem a ver com a sequência linear do tempo. Tendo um ponto nessa linha, tudo que aconteceu antes dele pertence à anterioridade, chamado de passado. Tudo que acontecer depois dele está no domínio da posterioridade e é chamado de futuro. A relação de anterioridade/posterioridade se alinha ao longo da horizontalidade, redundando na sequência *ante-em-após*.

Couto (2010, p. 10) afirma que “das preposições simples, algumas parecem ser incompatíveis com a temporalidade ou, então, só podem ser usadas temporalmente em contextos muito específicos”. Entre elas temos *com*, *sem*, *contra*, *entre*, *perante*, *sobre*, *sob*, além das locuções prepositivas *à esquerda de* e *à direita de*.

Das preposições (ou locuções prepositivas) da Figura 1, praticamente todas podem ser usadas temporalmente. Segundo Couto (2010, p. 10), “algumas delas parece terem se especializado, ou estão se especializando, no uso temporal, como *após*. Outras poderiam ser chamadas de espaço-temporais uma vez que podem ser usadas numa ou noutra significação”.

A respeito das preposições nocionais, Couto (2010) afirma que existem aquelas que não são claramente espaciais ou temporais, como no caso de *com* e *sem*; mas, ao analisarmos

o contexto em que estão inseridas, notamos que a espacialidade está por trás delas. Pottier defende que *com* é uma típica preposição espacial, direcional. Na frase “Pedro está *com* João” significa que Pedro está onde João está. De um ponto de vista lógico, Couto (2010, p. 7) explica que “*com* indica a relação de conjunção, isto é, simultaneidade de duas coisas no espaço”. Quanto ao oposto de *com*, ou seja, *sem*, é também espacial ao se articular ao longo do mesmo eixo que *com*, logo, pertence ao mesmo campo semântico (COUTO, 2010).

Nesse sentido, Couto nota que as preposições simples não são usadas preferencialmente no sentido nocional, elas são espaciais, temporais ou espaço-temporais em algum momento. Entretanto, algumas preposições, como *a*, *de* e *sobre*, são mais frequentemente usadas nocionalmente, mas tendo seu significado original atrelado à espacialidade. Dessa maneira, todas as preposições nocionais se apoiam na espacialidade.

Couto, portanto, defende que, mesmo adotando uma postura semasiológica, a variada gama de diferentes usos das preposições se reduz ao significado espacial, temporal e, às vezes, espaço-temporal. “Há um núcleo significativo comum que, ao fim e ao cabo, desemboca no significado que emerge da ecologia das relações espaciais” (COUTO, 2010, p. 13)

4 O significado das preposições em uso

Como podemos perceber, tudo na língua tem um significado; nem mesmo as preposições constituem exceção. Segundo a ERE, elas têm um significado prototípico que se remete à espacialidade, tanto as temporais quanto as nocionais.

As acepções particulares que as palavras, no caso as preposições, adquirem emergem da interação do indivíduo com o mundo, da sua percepção das coisas e da sua experiência social. Para verificarmos com quais sentidos diferentes as preposições estão sendo usadas, assumindo uma postura semasiológica (que consiste em partir dos nomes e ir em direção ao que eles designam) selecionamos cinco redações de alunos do ano de 2015 em preparação para o vestibular.

As 204 preposições simples que ocorreram em cinco redações resultaram na tabela estatística vista a seguir:

Tabela 1 – Preposições em uso

preposição	quantidade	porcentagem	preposição	quantidade	porcentagem
de	85	41%	entre	2	0,9%
em	31	15%	até	1	0,5%
a	26	12%	desde	1	0,5%
para	24	11%	contra	1	0,5%
com	13	7%	após	1	0,5%
por/pel	12	6%
sobre	4	2%
sem	3	1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Das dezessete preposições listadas pelas gramáticas (*a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por/per, sem, sob, sobre, trás*), treze foram utilizadas nessas cinco redações, sendo a maioria usada em seu sentido nocional, mesmo aquelas com valor mais específico, como no caso de: *sobre, sem, entre e contra*.

Nos quatro usos de *sobre*, em todos eles a preposição é utilizada para expressar assunto, como em: *debate sobre a democracia* ou *Pessoas mais informadas sobre a situação política do país*. *Sem* é utilizado para expressar ausência nos três casos em que ocorre: *sem violência; sem necessidade; sem uma análise crítica*. No exemplo *A diferença entre protestar e brincar*, *entre* expressa sentido de interposição. Dessa maneira, percebemos que o sentido prototípico dessas preposições foi diluído, sendo substituído pelo uso nocional. Houve uma espécie de adaptação desse elemento linguístico para que essas preposições menos frequentes não deixassem de existir.

Já as preposições *após, desde e até*, que também têm um significado mais específico, são utilizadas no sentido temporal, como em: *Após os primeiros movimentos* (posteridade no tempo); *desde o movimento Caras Pintadas* (ponto de partida no tempo) e *de 2013 até dias atuais* (limitação no tempo). Nesse caso, a preposição *até* está substituindo a preposição *a*, a qual daria uma noção mais coerente à expressão, pois *dias atuais* não delimita, especificamente, o tempo a que o interlocutor se refere. Notamos, então, um processo de reciclagem, em que as mesmas preposições são reutilizadas com outros sentidos além do prototípico.

As preposições *de, em, a, para, com e por* ocorrem mais nas produções textuais por serem mais genéricas, isto é, elas apresentam mais diversificação semântica ao serem mais abstratas, podendo ocorrer em qualquer contexto, sendo mais frequentes, como Borba (1971) já havia notado.

Das doze ocorrências de *por*, sete foram no sentido nocional ao expressar causa, motivo, como em *a lutar por seu país* ou [...] *foram marginalizados pela grande mídia*. Além disso, também expressa instrumento, meio: *As manifestações foram marcadas pelo uso da tecnologia*. Em dois casos, a preposição *por* tem valor de movimento, o que poderia ser confundido com o sentido espacial. Notamos que o valor semântico dessa preposição depende do elemento a que ela se liga na construção: *A busca pela democracia* e *A busca por uma política*. Nesses casos, a preposição perde seu sentido prototípico, estando seu sentido atrelado à natureza do verbo. Nos casos em que ela é usada com valor mais puramente relacional – como em *para pensar por si mesmo* – ela fica livre de peso semântico específico, compondo um todo significativo.

As treze ocorrências da preposição *com* foram no sentido nocional, ao expressar associação e causa, respectivamente: *com as ideias do Iluminismo* e [...] *fazendo com que surja*. No exemplo: *foi criada com a finalidade*, a preposição *com* passa a expressar objetivo, finalidade, pelo fato de as preposições mais genéricas apresentarem um caráter poroso, de modo que sofrem influência do termo que as segue, perdendo seu sentido básico e formando, assim, um conjunto significativo.

Das vinte e quatro ocorrências da preposição *para*, dezoito acontecem no sentido nocional, ao expressar finalidade, consequência ou posse, respectivamente: *Liberdade para se expressar*; [...] *para possibilitar que as mudanças e benefícios para o Brasil*. As seis outras ocorrências acontecem no sentido espacial, indicando direção para um lugar. No entanto, ela está substituindo a preposição *a*, como em: *encaminhá-las para a delegacia* ao invés de *encaminhá-las a delegacia* como recomendam as gramáticas normativas. No primeiro caso, a destinação é permanente e, no segundo, é um destino temporário. Em todos os vinte e seis casos em que a preposição *a* ocorre, ela parece que está despojada de valor semântico, funcionando apenas como peça acessória do conjunto significativo, como em *vinculada às redes sociais*. No entanto, isso não invalida o fato de elas terem uma significação própria, pois, como podemos encontrar nas produções, a diferença semântica em algumas expressões se dá somente pela troca das preposições: *vindo às ruas* (destino) e *vindo das ruas* (origem).

As duas preposições mais frequentes são *de* e *em*. A primeira por seu valor mais puramente gramatical, sendo a mais despojada de peso semântico específico, e a segunda por ser a preposição menos marcada da língua, ou seja, por indicar uma posição de modo geral, sendo seu valor mais genérico.

Da variedade de empregos que elas têm e, conseqüentemente, das diversas realizações semânticas que elas expressam, com a preposição *em*, de trinta e uma ocorrências, catorze foram no sentido espacial, como em: *Não só no Brasil, mas em todo o mundo* ou *A consolidação democrática no Brasil*. Nesses casos, a preposição expressa inclusão no espaço, mantendo seu sentido prototípico. Das outras ocorrências, cinco foram no sentido nocional, como em: *crendo na verdade* ou *presos no querer participar*, mas o valor de inclusão ainda está evidenciado. Três dessas ocorrências foram no sentido temporal, como em: *Em 2014 e no início desse ano*. As duas outras ocorrências dão a ideia de movimento: [...] *continuar em busca de um país melhor* ou *Avanços na área*.

Por fim, das 85 ocorrências de *de*, o que prevalece é o sentido nocional, que se distribui em posse, meio, finalidade, modo etc., como podemos ver em: *A voz do povo* (posse); *utilizar-se da educação* (meio); *finalidade de elevar* (objetivo/finalidade); *formas de mudar* (modo). Percebemos que essas noções surgem em razão do contexto. Quatro dessas ocorrências foram no sentido temporal, como em: *De 2013 até dias atuais* ou *nos dias de hoje*. Duas dessas ocorrências expressam a ideia de movimento, por causa de o verbo a que essa preposição está atrelada, como em [...] *em busca de um país melhor*. Em somente em uma dessas ocorrências o sentido espacial ficou claramente evidente: *Sáímos do facebook*.

Sendo assim, nota-se que as preposições não são vazias de significado, mesmo aquelas mais puramente gramaticais, pois contribuem para o conteúdo da mensagem e, por isso, para a função primordial da linguagem, a comunicação.

5 Considerações Finais

O principal objetivo, neste artigo, foi apresentar a Semântica a partir da perspectiva integradora proposta pela Ecolinguística. Sob essa perspectiva, ela foi definida como o estudo do significado que emerge da ecologia da interação comunicativa, isto é, só nos referimos a aspectos do mundo em atos comunicativos.

Ecolinguisticamente, o significado surge primeiramente nas interações do indivíduo com o meio ambiente e entre os próprios indivíduos, para somente depois surgir na relação entre palavras e coisas. Dessa maneira, pensar o processo de surgimento do significado é tão importante quanto defini-lo.

Nesse sentido, o significado resulta do seguinte processo: o indivíduo percebe o MA natural/físico; essa percepção do real é processada no MA mental e, após as interações

comunicativas com os outros membros de P, organizados socialmente (MA social). Nesse momento, esse significado é compartilhado e concretizado.

A comunicação, portanto, é essencialmente significativa, ou seja, comunicamos sentidos. Sendo a interação comunicativa basicamente significação, Borba (1971) afirma que todas as peças de um sistema linguístico têm uma função semântica, ou seja, todas as peças linguísticas usadas no ato da interação comunicativa têm algum papel no conjunto significativo, entre elas as preposições.

Nota-se, dessa maneira, que as preposições não são vazias de significado, uma vez que contribuem para a função referencial da linguagem e, conseqüentemente, para a comunicação, isto é, contribuem para a mensagem.

Como a língua, por ser um fenômeno dinâmico, está sempre mudando, as preposições, como parte desse fenômeno, também mudam. Desse modo, elas surgem para se referirem às relações existentes no mundo, tendo um significado prototípico que se remete à espacialidade (onomasiologia) e, ao se autonomizarem, adquirem outras acepções, que vão de temporais a nocionais (semasiologia), como aqui demonstrado.

Referências

- ARAÚJO, G. P. de. *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2014.
- BORBA, Francisco da Silva. *Sistema de preposições em português*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, 1971.
- BORGES, L. A. O. *A constituição de uma escola ecossistêmica: novas práticas educacionais sob a perspectiva da ecolinguística e do imaginário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2015.
- CASTILHO, A. T. de. *O que é Semântica?* 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8920020-O-que-e-a-semantica.html>
- COUTO, Hildo Honório. *Os conetivos*. Dissertação de Mestrado, USP, 1973.
- _____. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. HamburgO: Helmut Buske Verlag, 1994.
- _____. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007a.
- _____. *Ecologia das relações espaciais – as preposições do crioulo guineense*. *Papia*, v. 17, p. 80-11, 2007b.
- _____. *Ecologia das preposições espaciais portuguesas*. *Lusorama*, v. 83/84, p. 50-79, 2010.
- _____. *O que vem a ser ecolinguística, afinal?* *Cadernos de Linguagem e Sociedade* v. 14, n. 1, 2013.
- _____. COUTO, Hildo do; COUTO, Elza K. N. do; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.
- COUTO, E. K. N. N do. et al. *Da fonologia à Ecolinguística: ensaios em homenagem a Hildo Honório do Couto*. Brasília. Thesaurus, 2013.

ECO-REBEL

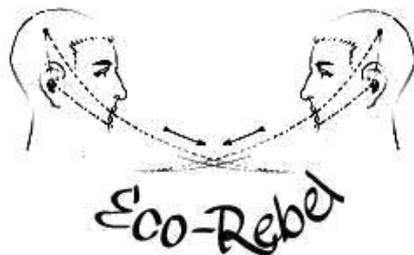
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- LANGACKER, R. W. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.
- SANTOS, E. B. O estudo do significado sob a perspectiva da Linguística/semântica cognitiva. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia*, Alagoinhas: Fábrica de Letras/UNEB, v. 5, n. 1, jan./jul. 2015.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, 5.ed.
- VANDELOISE, Claude. *Spatial prepositions: A case study from French*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

Enviado: 31/12/2016.

Revisado: 10/01/2017.

Aceito: 15/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



MAPA MENTAL

Hildo Honório do Couto (UnB)

Resumo: O objetivo principal deste artigo é mostrar que no interior do ecossistema mental da língua, e do nosso ecossistema cognitivo geral, existe uma parte que se pode chamar de mapa mental, intimamente associado ao mapa cognitivo. Após caracterizar o conceito de mapa mental e de associá-lo a conceitos assemelhados, comento o mapa mental que eu tinha de Brasília, por ter vivido lá por mais de 30 anos. Como me mudei para Goiânia, comecei a perder partes do mapa mental de Brasília. Por outro lado, estou formando um mapa mental de Goiânia, de modo inversamente proporcional à perda paulatina do mapa mental de Brasília. Mostro também que o mapa mental é dinâmico e precisa ser alimentado percorrendo o lugar que ele representa e/ou falando sobre ele com outras pessoas. Do contrário, o conhecimento que temos dele tende a ir para uma espécie de arquivo morto. Por outro lado, o mapa mental pode ser “desarquivado” e posto novamente em uso.

Palavras-chave: ecossistema mental; mapa mental; referência; comunicação.

Abstract: The main objective of this article is to show that there is a mental map inside the mental ecosystem of language, and of our general cognitive ecosystem at large. This mental map is intimately associated to our cognitive map. After characterizing the very concept of mental map and associating it to similar concepts, I present the mental map I had of Brasília, due to the fact of having lived there for over 30 years. Since I moved to Goiânia, my knowledge of this map started to fade away. However, I am forming a new mental map of Goiânia, as a specular process. I also show that mental maps are dynamic and need to be continually fed both by going through it and talking about it to other people. Otherwise our knowledge about it goes little by little to a kind of “dead files”. This “dead files” can be put on line in order to be used.

Keywords: mental ecosystem; mental map; reference; communication.

1.Introdução

O objetivo deste ensaio é mostrar que uma parte importante do ecossistema mental da língua é o que se vem chamando de mapa mental. Diversos fatos de nossa vida quotidiana nos levam a fazer algumas inferências sobre esse mapa, independentemente de conhecimentos técnicos. Podemos sentir na prática sua existência, uso e decadência. Pelo menos percebemo-lo quando começa a se esvaecer em nossa memória. Um exemplo flagrante é nossa relação com a cidade em que moramos. Nós temos uma projeção de sua estrutura no cérebro, um mapa mental de sua topologia. É esse mapa que nos permite nos

orientar e movimentar em seu interior. Na literatura sobre o assunto, é mais comum a expressão 'mapa cognitivo'. No entanto, neste ensaio só usarei 'mapa mental', pois me refiro especificamente ao mapa dos lugares que conhecemos. Na verdade, ele é parte do mapa cognitivo mais amplo que temos do mundo.

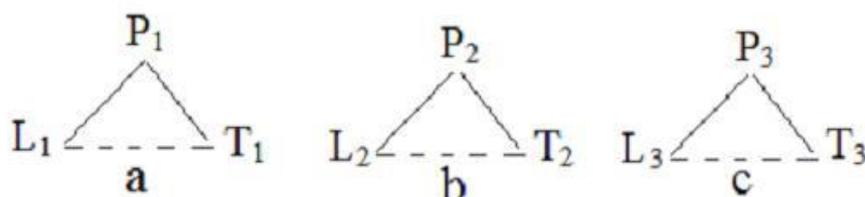
O ecossistema mental da língua, que contém o mapa mental, é apenas um entre três outros ecossistemas linguísticos. Os outros dois são o ecossistema natural da língua e o ecossistema social da língua. No interior de cada um deles, a língua se relaciona com o respectivo meio ambiente (natural, mental, social). Embora este ensaio se restrinja ao ecossistema mental, mais especificamente, ao mapa mental, é importante apresentar pelo menos sucintamente os demais ecossistemas linguísticos, pois ele forma um todo orgânico com eles. Eu acredito que o estudo desse mapa pode representar um pequeno avanço no sentido do conhecimento dos mistérios da caixa preta que é o ecossistema mental da língua.

2. O ecossistema mental da língua no contexto dos ecossistemas linguísticos

O ecossistema mental da língua é o primo pobre dos ecossistemas linguísticos. No contexto da linguística ecossistêmica, ele é o menos estudado até o momento, mesmo porque exige conhecimentos muito específicos sobre o funcionamento do cérebro, ou melhor, da mente. Seu estudo frequentemente pressupõe conhecimentos psicológicos, neurológicos, psicofisiológicos, biolinguísticos e outros muito especializados. No entanto, algumas ideias podem ser avançadas no sentido de conhecê-lo um pouco mais. No caso, vou comentar brevemente uma pequena parte dele, chamada de **mapa mental**, uma vez que todos os membros de qualquer comunidade linguística têm um mapa mental dela na memória. No âmbito da ecolinguística, quem primeiro tangenciou questões mentais foram Peltzer-Karpf & Wagner (2000), Boada (2000: 47-58) e Schmaltz Neto (2015), embora apenas o último deles o tenha feito da perspectiva que aqui interessa. Boada fala em "ecossistema" e em "ecossistema sociocultural" relacionado à língua em diversas passagens. Fala inclusive em "ecossistema sociocultural global", como é o da Espanha como um todo e até o da Europa como um todo. A quarta parte de seu livro, que trata especificamente do caso do catalão, se intitula justamente "Un ecossistema complex: el cas català" (p. 163). Como se vê, Boada se atém mais ao ecossistema social.

Como o ecossistema mental da língua está inextricavelmente inter-relacionado com os demais ecossistemas linguísticos, faz-se necessário apresentá-los mesmo que já tenham

sido discutidos à exaustão em diversas outras publicações. Na figura 1, temos os três ecossistemas básicos e, na figura 2, mais abaixo, o ecossistema que os engloba, motivo pelo qual em publicações anteriores ele era chamado 'ecossistema fundamental da língua', embora atualmente ele tenha passado a se chamar 'ecossistema integral da língua'. Como se pode ver, os ecossistemas se constituem dos componentes língua (L), povo (P) e território (T). O que os distingue são os índices subscritos (1, 2, 3).



Ecossistemas Linguísticos:

(a) natural; (b) mental; (c) social)

Figura 1

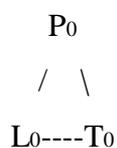
Em (a), temos o **ecossistema natural da língua**. Como já está sobejamente discutido alhures, esse tripé mostra que temos um ecossistema desses sempre que houver um povo (P_1) específico, convivendo em seu território (T_1) e cujos membros ($p_1, p_2, p_3, \dots, p_n$) interajam entre si quotidianamente. Essa interação (L_1) é, no caso presente, constituída pelos aspectos proxêmicos, cinésicos e paralinguísticos da interação, ou seja, a parte digamos assim física da interação comunicativa, tão enfatizada por Bateson (1987). Grande parte das regras interacionais está nesse caso. Quanto a P_1 , ele é constituído por pessoas de carne e osso, com nomes próprios, como José, Maria etc. Se "meio ambiente da língua" é entendido como o "lugar", o *locus* das interações linguísticas, o **meio ambiente natural da língua** é formado por P_1 mais T_1 , vale dizer, por pessoas físicas vivendo em um lugar físico. É entre pessoas concretas convivendo em seu território que se dão interações concretas.

Em seguida, vem o **ecossistema mental da língua** (b). Como a linguística ecossistêmica é uma disciplina radicalmente ecológica, vê a parte mental da língua também como um ecossistema, de novo na linha do que defendia Bateson, que falou em "ecologia da mente", como se pode ver já no título do seu livro. Se é ecossistema linguístico, tem que apresentar um lado P, um lado L e um lado T. Começemos pelo último. Se a língua é constituída de interações, T_2 é o *locus* delas, é o "território" (o lugar) em que as interações

ECO-REBEL

da língua como fenômeno mental (L_2) se dão. T_2 é formado não só pelo **cérebro**, o sistema nervoso central, mas também pelo sistema nervoso periférico, continuando talvez até nos fenômenos percebidos (BATESON, 1987; DAMÁSIO, 2002). Quanto a P_2 , são as interações neurais, as sinapses entre os axônios e os dendritos. São a parte ativa, feita por pessoas, como seres psíquicos, individuais. Com as devidas cautelas poder-se-ia dizer que P_2 é a **mente**, que nada mais é do que o cérebro em funcionamento, enquanto que o próprio cérebro e extensões são T_2 , o *locus* das interações mentais. L_2 é o como tudo isso se dá. É o funcionamento da aquisição, o armazenamento e o processamento da língua. O **meio ambiente mental da língua** é P_2+T_2 .

O **ecossistema social da língua** (c) é constituído pela totalidade das pessoas da comunidade como seres sociais, como interindividualidades, no sentido de Ortega y Gasset (1963) e Marías (1960). A totalidade dessas interindividualidades forma a **coletividade**, que são as pessoas (P_3) encaradas como cidadãos, professores, pais, mães, contribuintes do imposto de renda, transeuntes, vizinhos etc. O *locus* de tudo isso, o lugar em que se veem essas personagens interagindo é a **sociedade**, o lado "território" (T_3), desse ecossistema linguístico. A língua como fenômeno social (L_3) corresponde à visão que muita gente tem dela, inclusive o leigo. Essa é a visão que a esmagadora maioria das teorias linguísticas têm dela. O **meio ambiente social da língua** é constituído por P_3+T_3 . Por fim, temos o **ecossistema integral da língua**, cujo nome aponta para o fato de ele integrar os três outros. O nome que tinha antes, ecossistema fundamental da língua, se devia ao fato de ele ter sido visto como fundamento dos demais. Por englobá-los, o ecossistema integral está representado por P_0 , T_0 e L_0 , como se pode ver na figura 2.



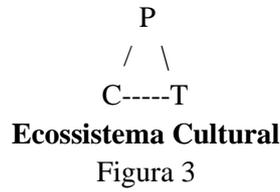
Ecossistema Integral da Língua

Figura 2

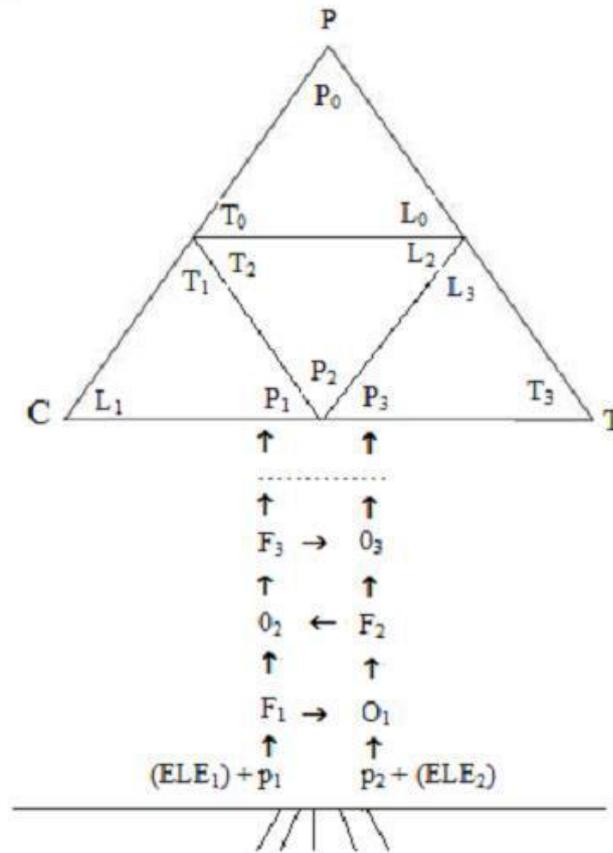
Na verdade, a língua e seus ecossistemas (natural, mental, social, integral) fazem parte de um todo maior que é a cultura. Como os antropólogos vêm discutindo desde pelo menos o final do século XIX, a língua é parte da cultura, embora seja também veículo de cultura. Por isso, os ecossistemas linguísticos fazem parte do **ecossistema cultural**, como tentei

ECO-REBEL

mostrar em Couto (2016d). Por ser de natureza muito parecida com o ecossistema linguístico, o tripé do ecossistema cultural é também muito parecido com o dele, como se pode ver na figura 3, proposta pela primeira vez no texto recém-mencionado.



A única diferença, se é que se pode falar em diferença, entre as duas representações é que, na do ecossistema cultural temos o C de cultura no lugar do L de língua. Como mostrei em Couto (2016c), a cultura também é linguagem, por ser de natureza semiótica. O fato é que o ecossistema linguístico está dentro do ecossistema cultural. Em vez de reproduzir a figura dessa publicação, vou partir da **árvore da linguagem**, proposta pela primeira vez em Couto (2015). Na figura 4 a seguir ela está reproduzida com ligeiras alterações, a fim de adequá-la aos novos achados da linguística ecossistêmica.

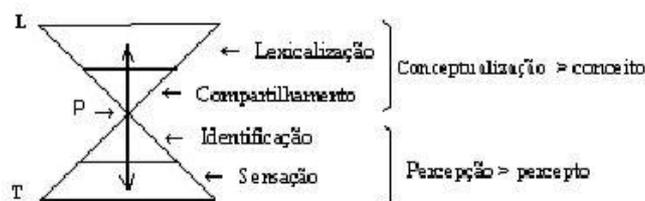


Árvore da Linguagem

Figura 4

Eu vou me concentrar na "copa" da árvore, pois é nela que houve progressos desde 2015. O que já foi dito do "tronco" e das "raízes" não foi alterado até o presente momento. Como se pode ver, no triângulo maior que forma a "copa" da árvore temos, em primeiro lugar, o ecossistema natural da língua, à esquerda da base, formado por P₁, L₁, T₁. À direita, temos o triângulo do ecossistema social da língua (P₃, L₃, T₃). No meio dos dois, temos o triângulo (com a base para cima) do ecossistema mental da língua (P₂, L₂, T₂). Coroando os três, e dominando-os, temos o ecossistema integral da língua (P₀, L₀, T₀). Por fim, temos o triângulo maior do ecossistema cultural (C, P, T) englobando os quatro ecossistemas linguísticos.

Como no momento o foco está direcionado para o ecossistema mental da língua, é importante ressaltar que o fato de ele estar entre o natural e o social não é gratuito. Tudo que é social começa no natural, mas tem que ser mediado pelo mental. Tudo que é social só o é porque foi antes mental, e continua a sê-lo. Tudo que é social é também mental, mas nem tudo que é mental é social. Para entender isso de modo mais fácil, vejamos a figura da **ampulheta da formação de conceitos**, do mapa cognitivo (ver também figura 6 para as relações entre natural, mental e social) e, por extensão, do mapa mental. Essa figura foi proposta pela primeira vez em Couto (2007: 128)



Ampulheta da formação de conceitos

Figura 5

O P da transição da parte inferior da ampulheta para a parte superior representa o umbral em que o processo mental passa a ser social. Pensemos no caso de um indivíduo isolado em uma ilha. Os acidentes do entorno que ele percebe (**sensação**) são reconhecidos após diversas passagens por eles (**identificação**). Toda vez que passa por eles se conscientiza de que já os conhece. Até aqui temos o processo estritamente individual da **percepção**. Os acidentes percebidos e identificados são os **perceptos**. O salto qualitativo se dará se ele encontrar outra pessoa na ilha, que tenha tido uma experiência parecida com os

mesmos acidentes, e precisar se referir a eles em sua interação com essa pessoa. Aí começa o processo de **compartilhamento**. Para que isso aconteça, é imprescindível que deem nomes a esses acidentes, momento da **lexicalização**. Essa segunda etapa do processo se chama **conceptualização**; seu resultado, **conceito**. Esse processo foi muito bem estudado por Bickerton (1981: 227ss.). Como já dissera Giambattista Vico, na *Scienza nuova* (1732), “o homem primeiro sente sem perceber, depois percebe com espírito comovido e perturbado, finalmente reflete com mente pura”. Em John Locke (1632-1704) também parece que o processo está antecipado, sobretudo o que vai da sensação à lexicalização. Por mais incrível que possa parecer, até um autor cuja obra estaria hoje no *Index librorum prohibitorum*, ou seja, Tsetung (1971), descreveu esse processo.

O ecossistema mental da língua não existe por si só. Para começo de conversa, ele depende da base física, natural dos indivíduos de carne e osso que constituem P1. Mais especificamente, depende do cérebro desses indivíduos, já como membros de P2. Por outro lado, o que entra no cérebro de cada p_x individual só terá existência psíquica se for de alguma maneira trabalhado, se houver interações (P3). Se o indivíduo deixar a ilha e não mais falar dos acidentes dela com que interagiu, a imagem deles começará a desaparecer de sua memória. O mesmo se passa com o mapa mental, ou os mapas mentais de que temos conhecimento e que servem para nos orientarmos no mundo.

3. O mapa mental no contexto do ecossistema mental da língua

Como disse o psicólogo francês Henri Wallon, "Nossa experiência é composta de realidades com as quais as circunstâncias da vida nos puseram em contato. Nós temos a tendência a identificá-la com essas realidades. No entanto, ela apresenta diversos graus, que vão da experiência cotidiana à experiência científica. Uma nos parece mais imediata e subjetivamente mais real. Quanto à outra, nós admitimos que é mais verdadeira. Mas, essa distinção mostra que elas não são uma simples réplica do real ou, pelo menos, que se deve começar definindo o real" (WALLON, 1959: 367).

As "realidades" de que fala Wallon são os acidentes, fenômenos e coisas do mundo com que entramos em contato. A "experiência" equivale ao que aqui se entende como mapa mental e, de modo mais geral, como mapa cognitivo ou sistema cognitivo. A ideia de mapa mental recua a pelo menos 1960, com Kevin Lynch, sob a designação de "image of the environment" (imagem do meio ambiente, do entorno). A expressão "mapa mental",

por seu turno, foi usada num livro de Peter Gould e Rodney White, intitulado justamente *Mental maps*, em 1974. O conceito tem sido muito usado na geografia, sobretudo a geografia comportamental, ou geografia humana (ARCHELA, GRATÃO & TROSTDORF 2004). O conceito aparentado de "mapa cognitivo" foi proposto por Tolman (1948), no contexto da investigação do comportamento dos ratos em um labirinto à procura de alimento. A diferença entre os dois conceitos, para os objetivos aqui colimados, é a de que o mapa cognitivo é mais amplo. Ele compreende o mapa mental, ou os mapas mentais, uma vez que se refere ao conhecimento geral dos indivíduos. No contexto da linguística ecossistêmica, o mapa mental foi mencionado pela primeira vez em Couto (2016c).

Eu gostaria de ressaltar que a expressão "mapa mental" precisa ser claramente definida. Ela é diferente do mapa do Brasil, por exemplo, confeccionado pelos cartógrafos, em uma folha de papel. Na verdade, mapa mental está para algo que outros talvez chamem de "imagem mental". Como o mapa mental se associa a um território como a palavra se associa a um objeto, pode acontecer de termos na mente a imagem de um objeto (mapa mental dele?), mas não conseguirmos emitir a palavra a ele associada, esquecermo-la, às vezes apenas por alguns instantes, às vezes por um longo tempo. Certa feita eu estava conversando com alguém que me disse: "Vou convidar a Marisa, a Isabel, o Venício e a". Aqui não lhe veio à memória o nome da quarta pessoa que queria convidar. No entanto, a imagem dela estava viva em sua memória. Tanto que, após alguns segundos de tentativas de se lembrar do nome, disse: "É essa mesmo!", ou seja, aquela mulher cuja figura estava em sua mente. Mas, cadê o nome? Não se lembrou de jeito nenhum.

O mapa mental é uma minúscula parte do ecossistema mental da língua, que já vem sendo estudada por ciências parcelares como a psicolinguística, a neurolinguística, a biolinguística, o conexionismo e outras. O que a linguística ecossistêmica faz é oferecer um arcabouço epistemológico holístico unificado a partir do qual todos os fenômenos estudados por elas podem ser encarados. Cada uma delas vê esses fenômenos de sua própria perspectiva, frequentemente bastante restrita. A linguística ecossistêmica permite juntar os resultados alcançados por elas na ótica da visão ecológica de mundo (VEM) e aí avaliá-los. É o que estou tentando fazer com o conceito de mapa mental, inserindo-o no ecossistema mental da língua, que por sua vez está inserido no ecossistema integral da língua, que está inserido no ecossistema cultural, e assim por diante.

De um modo geral, podemos dizer que mapa mental é uma espécie de GPS (*global positioning system*) que todo indivíduo da comunidade tem na memória e que lhe permite orientar-se espacialmente. Com base no GPS, surgem aplicativos específicos, como o Waze, que orienta quem quer ir do prédio x de um bairro ao prédio y de outro bairro da cidade. Mas, como vimos, o mapa mental pode ser olhado de uma perspectiva mais ampla, a do mapa cognitivo, do qual tudo que conhecemos faz parte, inclusive o conhecimento linguístico. Por exemplo, todas as palavras da língua remetem a algo do mundo natural, mental ou social, como lembra Schaff (1974: 213). A relação palavra-coisa é parte de nosso mapa cognitivo. O grande neurobiólogo António Damásio disse, a propósito da "memória de um martelo": "existem vários registros em nosso cérebro que correspondem a diferentes aspectos de nossa interação passada com martelos: sua forma, o movimento típico que fazemos ao usá-los, as palavras que os designam em qualquer uma das muitas linguagens que conhecemos. Esses registros encontram-se dormentes, são dispositivos e implícitos, e se fundamentam em sítios neurais separados, localizados em córtices de ordem superior separados. Essa separação é imposta pela estrutura do cérebro e pela natureza física de nosso meio" (DAMÁSIO, 2002: 282).

Bem antes disso Gregory Bateson dissera: "Eu conheço o caminho para Cambridge' poderia significar que eu estudei o mapa e posso te dar informações. Poderia também significar que eu posso me lembrar de detalhes do caminho. Pode indicar que quando estou dirigindo ao longo daquele caminho eu *reconheço* muitos detalhes, mesmo que apenas uns poucos entre eles. Poderia, outrossim, significar que, quando estou dirigindo meu carro na direção de Cambridge posso confiar no 'hábito' e tomar a direção certa nas encruzilhadas sem ter que *me conscientizar* de para onde estou indo" (BATESON, 1987: 143). Isso antecipou o que o Waze faz hoje. No entanto, há uma diferença fundamental entre o GPS/Waze e o cérebro/mente dos indivíduos com suas memórias. Estes conseguem tomar decisões diante de imprevistos (uma rua que foi temporariamente impedida pela polícia), ao passo que a relação daqueles com o mundo é mecânica, eles não estão preparados para o imprevisível, embora alguns reajustes possam ser feitos antes de se percorrer o itinerário traçado. A comunidade de usuários é que faz esses ajustes, não o sistema estático.

No âmbito da linguística, quem também falou em mapa mental é o já mencionado linguista e crioulista gerativista Derek Bickerton. Em Bickerton (1981) ele fala também do processo de formação de conceitos, esquematizado na figura 5 acima, mostrando que

inclusive os demais conceitos da língua são formados, e existem, exatamente como os mapas mentais (p. 226ss.). Ele confirma a visão de que o processo se inicia pela sensação de algo, passa pela percepção (dando lugar ao percepto) até chegar ao conceito. Bickerton (1990) apresenta mais dados, juntando aos mapas mentais, os "itinerários mentais". Os dois livros estão cheios de ideias interessantes. O grande problema com Bickerton é que, para ele, a língua é apenas um fenômeno mental. O que é pior, algo mental que está só na primeira cabeça da figura 6 abaixo, a do falante. Bickerton não se conscientizou do fato de que o mapa e os "itinerários" poderiam levar aos dois lados fundamentais da língua, a referência e a comunicação.

Para Bickerton, assim como para a gramática gerativa em geral, a língua é basicamente um instrumento para expressão do pensamento. Esse instrumento não teria nada a ver com a "linguagem dos animais", portanto, não pode ter evoluído de nenhuma delas. Realmente, a língua pode não ser continuação direta de nenhum dos modos de comunicação existentes entre os animais, mesmo porque eles são muitos. Porém, uma coisa é certa: a língua tem que ter evoluído de algo semelhante a eles que deve ter existido em nossos ancestrais remotos. Negar isso seria o mesmo que admitir que a espécie humana não se origina de nenhuma das demais espécies animais, indo frontalmente contra os achados de Charles Darwin. Para Arsenijević (2008) nossos mapas cognitivos não diferem muito do dos demais mamíferos.

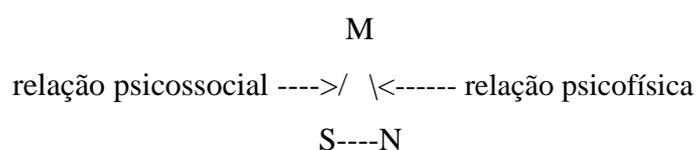
Vale dizer, mesmo diante do fato de que "o mapa não é o território", como disse Korzybski (1951), ou de que "o nome não é a coisa nomeada", como disseram Bertrand Russell e Gregory Bateson, é o mapa mental que temos do lugar que nos ajuda a nos orientarmos nele. Realmente o mapa não é o território, mas é o melhor guia que temos para agirmos nele, falar dele, dar informações sobre ele etc. Como disse Bickerton (1981: 233), "um mapa ruim é melhor do que nenhum mapa". Por exemplo, mesmo estando fora da cidade de São Paulo, posso dizer a alguém que para ir do Vale do Anhangabaú ao Aeroporto de Guarulhos terá que pegar a Avenida Tiradentes até a Marginal Tietê, onde deve virar à direita e ir em frente seguindo as indicações.

Já vimos que o mapa mental é parte do ecossistema mental da língua, que é individual. No entanto, cada indivíduo da comunidade tem na memória um mapa muito semelhante ao dos demais. As diferenças individuais têm a ver com experiências diferentes que cada um teve no contato com seu meio. É por isso que é possível a comunicação a propósito do território. Isso lembra a imagem que Ferdinand de Saussure usa para apresentar a "fala"

(*parole*). "Suas manifestações são individuais e momentâneas". De modo que, da perspectiva da totalidade dos indivíduos da comunidade, "não há mais que a soma de casos particulares segundo a fórmula: (1 + 1' + 1" + 1''' +)" (SAUSSURE, 1973: 29). Lembra também o que Mufwene (2001: 2) disse da distinção entre idioletos e língua comunitária. Segundo esse autor, "os primeiros são abstração de primeiro nível da fala, a segunda é uma extrapolação que pode ser caracterizada como conjuntos de idioletos". Por sinal, essa é uma boa indicação para se entender o que vem a ser população (P₂) no ecossistema mental da língua. Assim parece ficar resolvida, nesse ecossistema, a oposição individual-coletivo.

O que vale para o mapa mental que temos de nossa cidade, vale também para áreas mais amplas e áreas menores de tudo que conhecemos. Vale também, até certo ponto, para nosso mapa cognitivo e nosso sistema cognitivo. Por outras palavras, o conhecimento geral que temos dos diversos fenômenos (naturais, mentais, sociais) do mundo lexicalizado em palavras é da mesma natureza que o mapa mental.

A propósito da figura 4 já foi comentada a posição do ecossistema mental da língua relativamente ao ecossistema natural e ao social. Como essas inter-relações ficaram um tanto ofuscadas pelas demais existentes na árvore da linguagem dessa figura, gostaria de focar apenas as inter-relações entre o natural (N), o mental (M) e social (S). O que eu disser do aspecto linguístico dessas inter-relações valerá igualmente para todo fenômeno psíquico, social ou cultural. Elas incluem o lado psicofísico e o psicossocial.



Relação entre o natural, o mental e o social

Fig. 6

Quando se diz que cultura emerge de natura, fica subentendido que o processo se dá pelo intermédio do mental. Não existe a possibilidade de o social emergir diretamente do natural sem a mediação do mental. Por isso a linha que vai de S a N é segmentada, justamente para salientar essa relação mediada. Para gáudio dos fisiófobos, aqueles que têm horror a tudo que cheire a natureza, um fenômeno natural qualquer só se socializa se passar antes pelo cérebro de um indivíduo e for compartilhado com outros indivíduos de

sua convivência pelo processo descrito a propósito da figura 5. Enfim, como já foi dito: tudo que é social é também mental, mas nem tudo que é mental é social, como é o caso dos perceptos exclusivamente individuais.

4. Mapa mental e outras áreas

Um dos primeiros conceitos que parece ter afinidade com o de mapa mental é o de *Lebensraum*, proposto originalmente por Friedrich Ratzel (1844-1904), criador da antropogeografia. *Lebensraum* é o nome de um livro do autor publicado em 1901. É um conceito muito interessante, pois sua tradução portuguesa é "espaço vital", ou seja, o lugar em que os seres vivos vivem. Infelizmente, porém, os nazistas se apropriaram dele para justificar a expansão territorial da Alemanha, uma vez que o aumento da população estava exigindo mais terras. Por isso, invadiram países vizinhos, como a Polônia, aniquilando as populações que não eram de "raça pura ariana", como os judeus, os ciganos e outros povos, a começar dos que se encontravam no próprio território alemão. Aliás, o próprio Ratzel propusera o conceito no século anterior com essa intenção, isto é, pensando em uma expansão do espaço vital para os alemães. Certamente, na época ele nem sonhava com o uso que os nazistas fariam dele para justificar muitas de suas atrocidades, embora posteriormente ele tenha participado de atividades nazistas.

O conceito foi retomado pelo psicólogo gestaltista alemão Kurt Lewin (1890-1947), no contexto de sua psicologia topológica, alternativamente a "espaço psicológico" (*psychologischer Raum*) e "campo psicológico" (*psychologischer Feld*) para formalizar o conceito de comportamento. Segundo Lewin, "em psicologia podemos começar descrevendo a situação como um todo distinguindo a pessoa (P) e seu meio (M). Todo evento psicológico depende do estado da pessoa e, ao mesmo tempo, do meio, embora a importância relativa deles seja diferente em cada caso. O fato é que podemos estabelecer a fórmula $C = f(PM)$ para qualquer evento psicológico" (LEWIN, 1936: 12). Essa fórmula estipula que o comportamento (C) é função (f) da pessoa (P) no meio ambiente (M). CPM é equivalente a LPT no ecossistema linguístico. Apesar de ter sido formulada no contexto da topologia matemática, a proposta de Lewin é independentemente interessante para a linguística ecossistêmica porque, de certa forma, antecipa o tripé do ecossistema linguístico. Em suas palavras, "o meio ambiente físico e o meio ambiente social seriam tratados como meio ambiente psicológico à medida que a pessoa é consciente deles" (p. 28).

Voltemos ao mapa cognitivo, conceito frequentemente usado no lugar do de mapa mental. Como disse Boban Arsenijević, os mapas cognitivos "representam territórios e envolvem dois tipos de informação: o mapa de um território, relacionado a lugares, itinerários entre eles e suas configurações geométricas (dicas espaciais), e descrições (dicas específicas sobre objetos) de cada um dos lugares em questão". Outro fato sobre esses mapas "é a informação geométrica sobre um lugar, isto é, o conjunto de relações de um lugar com outros lugares e o conjunto de propriedades geometricamente relevantes de um lugar (comprimento, altura, forma)". Enfim, "juntas elas formam a representação do contexto espacial" (ARSENIJEVIĆ, 2008; 4).

Já vimos que o conceito de mapa mental é muito usado na geografia. Como mostram Archela, Gratão & Trostdorf (2004: 127), "Mapas mentais são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos, direta ou indiretamente. As representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido no cotidiano, como por exemplo, os lugares construídos do presente ou do passado; de localidades espaciais distantes, ou ainda, formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos, divulgados nos meios de comunicação" (p. 127). As autoras se baseiam em estudiosos como Yi Fu Tuan, chamado de "cartógrafo humanista", Barbara Petchenik e Jean Piaget.

É interessante notar que as ideias tanto das autoras quanto das fontes que mencionam confirmam a validade do modelo de representação do percurso sensação-identificação-compartilhamento visto na figura 5 acima. O fato é que tudo que dizem de espaço mental está em sintonia com o que venho defendendo neste ensaio, logo, com a proposta da linguística ecossistêmica.

O chamado trajeto antropológico do imaginário de Gilbert Durand também tem muito a ver com a tese aqui defendida. Já tem havido inclusive tentativas de associar essa proposta com a da ecolinguística, como se pode ver em Couto (2012). O capítulo "O Imaginário" (p. 56-78) desse livro expõe uma síntese da proposta de Durand. Reportando-se a Damásio e Wunenburger, a autora fala de uma "produção de imagens como resultado de um mapa neural" de acordo com os seguintes passos: "a) imagem perceptiva, que se revela como infraconsciente, subliminar, ilusão ótica, alucinação mística ou visionária; b) imagem mnésica, que surge como lembrança e reminiscência; c) imagem antecipadora que aparece como a modalidade de representar o futuro e que se origina da necessidade de agir, programar ou planejar ou do anseio de adquirir conhecimento e do desejo de sanar

a falha" (p. 58). Enfim, ao longo de todo o livro se pode ver a ligação que há entre as duas áreas e que o mapa mental é compartilhado por elas.

Por fim, gostaria de mencionar duas propostas que têm a ver, pelo menos indiretamente, com os mapas mentais. A primeira são os "espaços mentais" do psicolinguista e especialista em linguística cognitiva francês Gilles Fauconnier, embora esse autor pareça estar pensando apenas em "espaços imaginários". A segunda é o modelo teórico originalmente chamado linguística estratificacional por seu proponente, Sydney M. Lamb, mas atualmente conhecido como linguística neurocognitiva. Trata-se de um modelo muito mais interessante do que a gramática gerativa. Com efeito, o objetivo principal dessa teoria é mostrar que as estruturas linguísticas (sintáticas, morfológica, fonológicas etc.) refletem padrões inscritos no cérebro dos falantes (LAMB, 2000). Além disso, um de seus praticantes, Adam Makkai, é um dos pioneiros da ecolinguística (cf. MAKKAI, 2015).

5. Exemplo de um mapa mental

Nesta seção, vou falar da experiência pessoal que cada indivíduo da comunidade tem com o lugar em que mora, o mapa mental que tem dele na memória. Mais especificamente, vou falar de minha experiência com Brasília e o que aconteceu quando me mudei para outra cidade. Em seguida, mencionarei outros casos, mais antigos, o que introduz a dimensão temporal na discussão.

Eu morei em Brasília cerca de 30 anos, de modo que conhecia cada um de seus bairros, cada quadra, entrequadra e cidades satélites. No Plano Piloto (Asa Norte) propriamente dito onde eu morava, eu conhecia até muitos canteiros de quadras, nomes de edifícios, pessoas etc. Sabia quem costumava caminhar com o cachorrinho pela quadra a determinada hora do dia. Enfim, eu tinha um mapa mental da cidade relativamente detalhado, o que permitia que eu me locomovesse em seu interior com grande facilidade. Mesmo quando viajava e me encontrava distante da cidade, eu podia mentalizar qual o melhor itinerário para ir do lugar x ao lugar y, por exemplo, da SQN 310 à QRSW 2. Podia mentalizar o mapa da cidade mesmo estando em casa, em Brasília, de olhos fechados.

É importante ressaltar que o conhecimento do mapa de Brasília implicava pelo menos alguma ideia do mapa maior em que ele se insere, os arredores, sua situação no Distrito Federal, deste no estado de Goiás, deste no Brasil e assim por diante; a saída para

determinado bairro, para certa cidade-satélite, enfim, as ligações da cidade com seu entorno. O que é mais, o mapa da cidade se subdividia em submapas, como o do Plano Piloto por oposição às cidades-satélites. Dentro do Plano Piloto, distinguia a Asa Norte da Asa Sul. Dentro da Asa Norte, distinguia a quadra em que eu morava das demais quadras. Dentro da quadra em que eu morava, conhecia os prédios que nela havia. No prédio, discernia meu apartamento do dos demais moradores; conhecia quem morava neles. Por fim, no interior do meu apartamento eu conhecia suas subdivisões tão bem que podia andar em todo ele de olhos vendados.

No início de 2011, eu me mudei para Goiânia. Após algum tempo, comecei a sentir dificuldade ao me movimentar em determinados lugares de Brasília, por que ruas deveria passar para chegar aonde queria ir de modo mais fácil. Notei que, quando volto à cidade (estamos em 2016) sinto que já não tenho a mesma familiaridade com os lugares. Há percursos para ir de um lugar para outro que tenho dificuldade de percorrer como fazia anteriormente. Há instituições, prédios, estabelecimentos comerciais de que já não me lembro. Para completar, há construções novas, que surgiram depois de 2011. Enfim, o meu mapa mental de Brasília está esvaecendo em minha memória.

Eu já morei em outros lugares, dos quais tive mapas mentais tão vivos quanto o que eu tinha de Brasília. O primeiro foi a fazenda em que nasci, no município de Patos de Minas (MG). Por incrível que pareça, e a despeito de ser o mais distante no tempo, eu ainda tenho uma memória relativamente clara de seu mapa. Tanto que, com a ajuda de algumas pessoas, consegui recuperá-lo e escrever um ensaio sobre ele (COUTO, 2016b). Em seguida, eu me mudei para a cidade de Patos de Minas, por volta de 1957, da qual eu passei a ter um mapa mental bastante nítido até uns tempos atrás. Mas, como me mudei para Belo Horizonte em 1960, em pouco tempo comecei a perder grande parte desse mapa. Em Belo Horizonte, trabalhei na seção de compras de uma firma, motivo pelo qual percorria a cidade todo dia, visitando lojas. Cheguei a conhecer todas elas, seus gerentes, os funcionários. Enfim, conhecia a cidade como a palma da mão. Mas, em 1964 me mudei de novo, desta vez para São Paulo. Como morava em Pirituba, depois na Lapa, e trabalhava na Praça da Árvore, próximo a Jabaquara, atravessava a cidade todo dia. Cheguei a conhecê-la também em relativo detalhe. Mas, como não poderia deixar de ser, hoje em dia só tenho certeza de conhecer partes de Pirituba, da Lapa e do centro da cidade. Algo semelhante aconteceu com Londrina, para onde me mudei em 1973 e de onde saí para Brasília em 1980.

Um fato interessante em tudo isso é que, se por um motivo ou outro eu tenho que ir a um lugar dessas cidades de que não me lembro mais, muita coisa volta à memória, talvez por recuperar o contexto em que eu me relacionava com ele. A conclusão a que cheguei é de que nossos mapas mentais (nossa memória) são como um arquivo. Esse arquivo tem que ser alimentado. É necessário que de vez em quando o percorramos ou o evoquemos na memória, simplesmente nos lembrando dele ou falando dele com outras pessoas, enfim que nos refiramos à realidade que ele representa. Do contrário as informações vão sendo jogadas na direção de uma espécie de **arquivo morto da memória**. Mas, a despeito do nome, o arquivo “morto” não desapareceu por completo. Uma vez nesse arquivo, é necessário “desarquivar” a informação desejada a fim de que ela fique disponível de novo para uso, no caso, para orientação espacial, orientação no mundo, como disse Schaff (1974: 180).

Como o mapa mental é parte de nosso mapa cognitivo mais amplo, o mesmo deve ocorrer com tudo na língua. Palavras e construções que não usamos por muito tempo parece que vão na mesma direção, o “arquivo morto”. Se quisermos usá-las de novo, é preciso “desarquivá-las”, o que, no caso, deve ser algo como recuperar o contexto em que eram geralmente usadas. Assim como o ecossistema linguístico é parte do ecossistema cultural, o conhecimento linguístico de cada indivíduo da comunidade é parte do conhecimento total desse indivíduo. A cognição linguística é parte da cognição geral. O conhecimento linguístico é parte do conhecimento cultural. Esses conhecimentos também podem ir para o arquivo morto e, é claro, ser desarquivados se necessário.

Há também o outro lado da questão. Pelo fato de ter me mudado para Goiânia, estou formando em minha memória um mapa mental da cidade, que vem aumentando e se complexificando de modo inversamente proporcional ao da perda do mapa mental de Brasília. Ainda há muitos bairros da nova cidade de que nem ouvi falar ainda, mas, pouco a pouco estou me familiarizando com tudo que pertence a ela

6. O mapa mental e a interação comunicativa

Foi dito acima que todo mapa mental tem que ser alimentado para permanecer vivo. Essa alimentação se dá mediante interação do portador do mapa com o que o mapa representa. O seu portador interage com ele de duas formas, como já vimos: percorrendo o território representado por ele ou rememorando-o (trazendo-o à lembrança) e falando com outras pessoas sobre ele. Trata-se, portanto, dos dois tipos básicos de interação ecológica, e

linguístico-ecossistêmica, ou seja, interação organismo-mundo (indivíduo e objeto do mapa) e interação organismo-organismo (indivíduo₁ com indivíduo₂).

Em Couto (2016b) eu descrevi o "espaço vital" (*Lebensraum*) que constitui o mapa mental dos membros de uma pequena fazenda do município de Patos de Minas, interior de Minas Gerais, próximo ao povoado Major Porto, antigamente chamado de Capelinha do Chumbo. Esse texto descreve em pormenores o objeto do mapa mental dos membros da família que viviam na referida fazenda. Afinal todas as denominações específicas de aspectos do meio em que as pessoas vivem existem para que se orientem espaço-temporalmente. Elas fazem parte do mapa mental que todos os indivíduos da comunidade têm na cabeça. Por exemplo, quando um deles menciona a outro o nome de um desses aspectos, o interlocutor sabe a que o falante se refere, em que posição no mapa da comunidade de fala ele se encontra. Isso vale para o conhecimento que as pessoas em geral têm do mundo, do globo, do país, do estado, de sua cidade, de seu quarteirão e das divisões de sua casa. Por outras palavras, nosso mapa mental é parte do mapa cognitivo geral, que compreende não só os lugares, mas também as palavras que conhecemos, as regras interacionais e as regras sistêmicas, os dados da cultura a que a língua pertence, enfim, tudo aquilo de que podemos falar.

Para a linguística ecossistêmica, isso é muito importante. Trata-se de conhecer mais um setor da caixa preta do ecossistema mental da língua. Tudo isso que vem ocorrendo comigo mostra que, para se manter vivo, o mapa mental tem que estar sendo usado. Significa que o seu portador deve estar sempre interagindo com ele e sobre ele. No primeiro caso, equivalente à interação organismo-mundo, isto é, pessoa-mundo. No segundo, à interação organismo-organismo, ou seja, à comunicação. Em suma, é preciso não apenas ter contato físico com o lugar, mas referir-se a ele e comunicar-se sobre ele. Como se vê, a vitalidade dos mapas mentais está diretamente ligada ao núcleo da linguagem, a interação comunicativa.

A despeito do que dizem os verbocriacionistas, os que acham que o mundo é criado pela linguagem, sempre que qualquer indivíduo ouve determinada palavra, ou quando quer usá-la, relaciona-a a algo fora da linguagem, a um referente. Como disse Ortega y Gasset (1963), "cada palavra nos é um convite a ver a coisa que ela denomina" (p. 189, nota de rodapé 25). Ainda segundo o filósofo espanhol, "o nome é a forma da relação distante, fundamentalmente distante, entre nossa mente e as coisas" (p. 203). Ele vai além, afirmando que "a palavra, com efeito, é anúncio e promessa da coisa, é já *um pouco* a

coisa" (p. 204). Tudo que Ortega y Gasset disse da palavra vale também para os mapas mentais, *mutatis mutandis*. O importante a reter é que o mapa mental só existe e subsiste na interação.

7. O mapa mental nos fatos da linguagem

Retomemos o que foi discutido nas seções 3 e 6 acima, ou seja, a questão do mapa mental no contexto do ecossistema mental da língua e no da interação comunicativa, respectivamente. Um bom ponto de partida para isso é a famosa figura do "circuito da fala" que Saussure apresenta logo no início do seu *Curso de línguística geral*, de 1916. Ela está reproduzida com acréscimos na figura 7 abaixo.



Fig. 7

A despeito de ter sido muito criticada por muita gente, eu acho que essa figura vai na direção certa. Ela procura situar os "fatos da linguagem" em um contexto maior, além de sugerir que o essencial na linguagem é a interação, no que também Bloomfield estava certo ao partir da interação entre Jack e Jill. O problema é que os dois fizeram perguntas certas, mas não conseguiram dar as respostas certas, mesmo porque o *Zeitgeist* de sua época não estava preparado para isso. O que interessa no momento é o fato de, mediante essa figura, podermos inserir a questão do mapa mental (e do ecossistema mental da língua em geral) em um contexto maior.

Primeiro, vemos que língua pressupõe pelo menos duas pessoas (A, B) que interajam linguisticamente. Segundo, a despeito da opinião dos verbocriacionistas, os interlocutores se comunicam mediante conteúdos mentais: o conteúdo de A está representado por *a*; o de B, por *b*. É justamente aí que está o mapa mental de cada um deles, bem como todo o seu mapa cognitivo, ou sistema cognitivo. Terceiro, esses mapas, essas representações ou imagens não estão isoladas. Elas estão inter-relacionadas não só entre si (*a* de A e *a* de B entre si), mas também com todo o meio ambiente, ou o mundo (M). As setas ascendentes e descendentes de A e B indicam o processo representado pela ampulheta da formação de conceitos da figura 5. As setas que vão de um interlocutor ao outro e vice-versa mostram o que há de especificamente linguístico em todo o processo, a interação comunicativa.

Como as representações de A (1,2) e de B (3,4) não são inteiramente iguais, pois cada um deles pode ter experiências não compartilhadas, o entendimento se dá naquilo que compartilham, no que as respectivas representações do mundo (natural, mental, social) coincidem, fato indicado pelas setas 5 e 6, para A, e 7 e 8, para B, vale dizer, nunca há comunicação cem por cento. O processo todo inclui o cenário em que os atos de interação comunicativa se dão, com o que temos a ecologia da interação comunicativa. Esta, por seu turno, geralmente se dá no âmbito de uma comunidade de fala, o que, infelizmente, não é possível representar aqui. Enfim, em vez de criticarmos a figura de Saussure, o que devemos fazer a completá-la, pois, assim, podemos ver os fatos da linguagem (para usar suas próprias palavras) em uma grande rede de interconexões. Assim, veremos que a língua não é um fenômeno apenas psicossocial, como Saussure pensava (lado esquerdo da figura 6), nem apenas psicofísica, como pensa Chomsky. Pelo contrário, ela tem uma faceta física (natural), uma psíquica (mental) e uma social. Ela é biopsicossocial. Saussure estava interessado no conteúdo mental de A e de B. Chomsky (lado direito da figura 6) era mais reducionista, interessando-se apenas pelo conteúdo mental de A. Nenhum dos dois levava em conta as inter-relações que esses conteúdos mentais mantêm com o que está fora deles, mas associadas eles. É justamente essa lacuna que a linguística ecossistêmica pretende preencher.

8. Observações finais

Cada indivíduo recebe, armazena e processa informações vindas do meio, cada um tem sua mente individual, com algumas especificidades, muitas das quais compartilha com as mentes dos demais indivíduos. Vale dizer, cada indivíduo da comunidade de fala tem seu

próprio mapa mental, que coincide em grande parte com o dos demais indivíduos. Aliás, o mapa mental de cada um inclui a imagem que tem dos demais indivíduos. Afinal, eles estão no espaço do território, movimentam-se nele, logo, no mapa mental de cada um os demais estão incluídos.

O território que é refletido no mapa mental de cada indivíduo da comunidade de certa forma está ligado de modo umbilical ao próprio mapa, mesmo que Korzybski tenha razão em que o mapa não é o território. Isso porque o mapa está na memória, na mente, que é o cérebro em funcionamento. Ora, o cérebro é o centro do sistema nervoso, que compreende não apenas o sistema nervoso central (encéfalo e medula espinal ou raquidiana), mas também o sistema nervoso periférico (nervos e gânglios nervosos). Os nervos espinais podem ser sensitivos (ou aferentes) e motores (ou eferentes). Os primeiros conduzem impulsos nervosos das células sensitivas para o sistema nervoso central, onde eles serão processados. Os segundos conduzem impulsos no sentido contrário. No caso, isso significa que o ecossistema mental da língua se estende até o mundo exterior ao corpo do indivíduo, como está sugerido na figura 7 e como é defendido por Bateson. Por esses e outros motivos, esse ecossistema linguístico se conecta com os outros dois, o natural e o social, além do cultural, é claro.

O conceito de mapa mental está aguardando um maior aprofundamento. Afinal, ele é imprescindível para a eficácia dos atos de interação comunicativa, que implicam uma orientação no mundo (SCHAFF, 1974). Por exemplo, qualquer pessoa que more em São Paulo, e conhece a cidade bem, sabe em que posição da topografia da cidade está localizado o bairro da Lapa. Sabe também qual o melhor itinerário a seguir para chegar a ele partindo da Praça da Sé. A despeito de tudo isso, o conceito de mapa mental, bem como o de comunhão, tem sido deixado de lado por quase todos os linguistas. Em outras áreas, alguma coisa já tem sido feita, como as já mencionadas geografia, psicologia e filosofia. Um autor que parece ter avançado algumas ideias nesse sentido e que são de interesse para o ecolinguista é Alfred Korzybski. Minha intenção foi apenas chamar a atenção para a relevância do conceito. Fico torcendo para que outros pesquisadores, tanto das ciências psicológicas e neurológicas quanto da linguística ecossistêmica, levem avante as investigações.

Referências

- ARCHELA, Rosely S., Lúcia H. B. GRATÃO, Maria A. S.TROSTDORF. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. *Geografia* vo. 13, n. 1, 2004, p. 1-23. Disponível em: <http://www.geo.uel.br/revista>
- ARSENIJEVIĆ, Boban. From spatial cognition to language. *Biolinguistics* v. 2, n. 1, 2008, p. 0-23. Disponível em: <http://www.biolinguistics.eu> (acesso: 10/12/2015).
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Northvale, N.J.: Jason Aronson, 1987.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1981.
- _____. *Language and species*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- BOADA, Albert Bastardas. *Ecologia de les llengües: Medi, contacte i dinàmica sociolingüística*. Barcelona: Proa, 2000, 2ed.
- COUTO, Elza K. N. Nenoki do. *Ecolinguística e imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- COUTO, Hildo H. do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Linguística ecossistêmica. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index>, 2015 (acesso: 20/06/2016).
- _____. Linguística ecossistêmica. In: COUTO, COUTO, ARAÚJO & ALBUQUERQUE (orgs.), 2016, p. 209-261.
- _____. Comunidade de fala revisitada. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index>, 2016b (acesso: 05/07/2016)
- _____. Ecossistema cultural. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/>, 2016c (acesso: 12/07/2016).
- COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza Kioko N. N. do; ARAÚJO, Gilberto P.; ALBUQUERQUE, Davi B. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.
- DAMÁSIO, António. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 4ª reimpressão.
- KORZYBSKI, Alfred. The role of language in the perceptual process. In: Blake, Robert R. & Glenn V. Ramsey (orgs.). *Perception: An approach to personality*. New York: The Ronald Press Company, 1951, p. 15-50.
- LAMB, Sydney M. Neuro-cognitive structure in the interplay of language and thought. In: PÜTZ, Martin & Marjolijn H. VESPOOR (orgs.) *Explorations in linguistic relativity*. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 173-196.
- LEWIN, Kurt. 1936. *Principles of topological psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Makkai, Adam. Porque**ecolinguística**. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 1, n. 1, 2015, p. 19-29. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15124/10832> (acesso: 13/07/2016).
- MARÍAS, Julián. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960.
- MUFWENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Origem e epílogo da filosofia*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- PELTZER-KARPF, Annemarie & Manuela WAGNER. Nurturing nature: The ecologically-driven interplay of brain and environment in early communication. In: KETTEMANN, Bernard & Hermine PENZ (orgs.). *ECOconstruting language, nature and society: Essays in honor of Alwin Fill*. Tübingen: Sttauffenburg Verlag, 2000, p. 357-374.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1973, 5ed.
- SCHAFF, Adam. *Linguagem e pensamento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. Para compreender o meio ambiente mental: Anotações de um ecolinguista sobre o cérebro. II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, UEG-Formosa (GO), 11-13/11/2015 (<http://ieebime.blogspot.com.br>), 2015.
- SLOBIN, Dan. *Psicolinguística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1980.
- TOLMAN, Edward C. Cognitive maps in rats and men. *The psychological review* v. 55, n. 4, 1948, p. 189-208.

ECO-REBEL

TSETUNG, Mao. *Vier philosophische Monographien*. Peking: Verlag für Fremdsprachige Literatur, 1971.

VYGOTSKY, L. S. *Mind in society*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1978.

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 3ed.

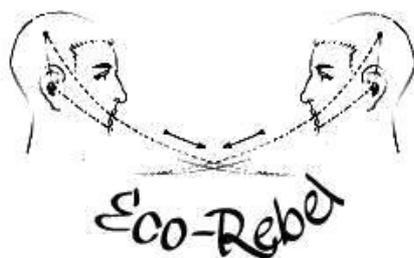
WALLON, Henri. Le réel et le mental *Enfance* v. 12, n. 3-4, 1959, p. 367-397.

Enviado: 10/10/2016.

Revisado:30/12/2016.

Aceito: 16/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



RESENHA

ORTIZ-PREUSS, Elena; COUTO, Elza K. N. N.; RAMOS, Rui M. N. L. (orgs.) *Múltiplos olhares em Linguística e Linguística Aplicada*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

Davi Borges de Albuquerque (NELIM)

Nas últimas décadas, a Linguística superespecializou-se, fragmentando-se em diversas subáreas, com suas respectivas teorias, metodologias e recortes. Essa especialização em demasia, por um lado vem proporcionando um conhecimento ‘microscópico’ do fenômeno da linguagem, explicando muito a respeito da complexidade da linguagem humana. Por outro lado, vem causando um isolamento científico que, entre as principais consequências, estão as seguintes: grande parte dos avanços científicos ficam ‘trancados’ dentro dos muros das universidades, não possuindo aplicação ou validade para a comunidade; o diálogo interdisciplinar fica reduzido, tanto que os estudos das interfaces linguísticas vêm sendo alvo de interesse dos linguistas.

Diante desse cenário, as duas principais subáreas da linguística de acordo com a necessidade de pesquisa e contribuições científicas são a linguística descritiva e a linguística aplicada. A primeira por sua clara importância documental e analítica das línguas do mundo. A segunda por suas contribuições significativas no campo educacional, que procuram criar uma ponte entre teoria e prática, entre universidade e comunidade.

A ecolinguística, uma disciplina jovem, não foi citada como a terceira em importância pelo fato de ainda estar amadurecendo, passando por refinamentos teórico-metodológicos e necessitando ser aplicada a um número maior de situações, bem como ter um número maior de pesquisas, para tornar-se válida quantitativamente. No entanto, sua validade qualitativa já está mais que comprovada, já que ela visa a superar as limitações e os

problemas pelos quais a linguística atual vem passando, por meio de um arcabouço teórico-filosófico mais eficaz e de acordo com nossa realidade, seguindo a ciência de sistemas complexos (BASTARDAS I BOADA, 2013b, 2013c, 2014a), a organização em redes ou fractais (COUTO, 2015; HALLIDAY, 2001; PEDERSEN & STEFFENSEN, 2014), trabalhando com a multidisciplinaridade (ALBUQUERQUE & SCHMALTZ NETO, 2016; BASTARDAS I BOADA, 2013a, 2014a; COUTO, 2013), entre outros aspectos. Da mesma maneira, isso acaba também por trazer à tona uma nova metodologia, chamada de multimetodologia ou ecometodologia (ALBUQUERQUE, 2015; COUTO, 2013), bem como possibilita um diálogo (e até uma unificação em um futuro próximo, quem sabe?) entre as diferentes subáreas da linguística da linguística e com as demais ciências e áreas do saber.

A obra aqui resenhada *Múltiplos olhares em Linguística e Linguística Aplicada* acaba por contemplar diversas subáreas da linguística, indo da linguística aplicada, passando pela análise do discurso até a jovem ecolinguística, daí sua importância. Um segundo motivo que pode ser apontado para a importância deste livro é que se trata de uma obra que procura “dar uma visão geral das pesquisas desenvolvidas por docentes, colaboradores e parceiros do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras” (p. 10) da Universidade Federal de Goiás (UFG), fornecendo ao leitor resultados e rumos das pesquisas linguísticas mais atuais da instituição mencionada e de seus parceiros. Além disso, vale mencionar que seus organizadores são duas professoras da UFG, Elena Ortiz-Preuss e Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, sendo a primeira atuante na área de linguística aplicada e psicolinguística e a segunda pesquisadora nas áreas de análise do discurso e ecolinguística; terceiro organizador é Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos, professor e pesquisador da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, onde atua na área de análise do discurso, letramento e ecolinguística. O terceiro motivo é a utilidade do livro para os pesquisadores ou interessados na ecolinguística, já que há dois capítulos que se destacam e a que será dada maior atenção nesta resenha, a saber os capítulos “Interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal”, de Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos, e “A dialetologia e a sociolinguística como precursoras da ecolinguística”, de Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto e Hildo Honório do Couto.

Após a “Apresentação” dos organizadores, em que são elencados os capítulos presentes no livro e a justificativa para sua publicação, encontra-se o primeiro texto “O abismo das

reformas curriculares: língua, sujeito e ensino”, de Cristina Batista de Araújo (UFMT) e Alexandre Ferreira da Costa (UFG). Nele, os autores procuram aplicar as categorias da análise crítica do discurso (ACD) ao currículo escolar e ao espaço da sala de aula de língua portuguesa, principalmente questões como sujeito discursivo, heterogeneidade discursiva, alteridade e negociações de sentido. A linha teórico-metodológica é a de Foucault, com alguns aportes de Pêcheux e Bakhtin. A análise conduzida se concentra mais em elementos não linguísticos relativos ao tema, preocupando-se com cidadania, poder disciplinar, conhecimento de si e cuidado de si. Por esse motivo, o capítulo acaba por adentrar temas mais filosóficos que linguísticos e, assim, não consegue trazer ao leitor uma conclusão, uma solução par o problema, nem uma consideração final convincente, pois acaba por deixar todo o problema inconcluso e ainda em aberto para não fugir ainda mais do escopo da linguística.

O segundo capítulo da coletânea é “Ensino do português hoje: Brasil e Portugal, distâncias e confluências”, de Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago (UFG) e Isabel Duarte (Universidade do Porto, Portugal). O objetivo do texto, segundo as autoras, é explorar “o lugar da Linguística na formação de professores de Português” (p. 29) em Portugal e no Brasil para “apontar diferenças e especificidades, mas também pontos de encontro e confluência” (p. 29). Para tanto, as autoras separam um breve histórico dos cursos de Letras, bem como da inserção da linguística neles em cada país, enfatizando os principais acontecimentos na segunda metade do século XX que foram decisivos na formação da situação atual de ambos os países. O traço em comum tanto em Portugal, como no Brasil, encontrado e analisado nas práticas pedagógicas do ensino de língua portuguesa foi a artificialidade. Uma diferença fundamental que, no entanto, não é explorada no texto, é a melhoria e avanços que o ensino de português vem conseguindo, em contraste com o brasileiro, que a cada ano e a cada avaliação internacional só vem obtendo os últimos lugares. Ademais, no caso do Brasil, as reformas curriculares, que visavam melhorar, serviram para atrapalhar ainda mais. Sobre isso, as autoras discutem o caso específico dos gêneros discursivos e as noções de Bakhtin inseridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Como conclusão, é apontada a importância de se aprender com o exemplo de Portugal, já que temos a mesma língua materna, a fim de não repetirmos os mesmos erros.

O terceiro capítulo é de grande interesse para o público de ecolinguistas e simpatizantes (da mesma maneira que o capítulo seguinte). Ele se intitula “Interdiscurso ambiental no

discurso político contemporâneo em Portugal”, de Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos (Universidade do Minho, Portugal). O autor, um dos organizadores, faz uma análise do discurso ecológico dos diversos partidos políticos portugueses representados no Parlamento Português, durante as eleições de 2002, 2005 e 2009. O *corpus* de análise consiste nos programas eleitorais desses partidos, conforme pode ser lido na página 57. No que se refere ao método de análise, segundo as palavras do autor, “recorreu-se aos conceitos de repertório interpretativo e de *frame* ou quadro conceptual”¹. Dando continuidade, o autor acaba por esmiuçar os conceitos de ‘repertório interpretativo’ e de *frames*, e da pertinência destes para sua pesquisa. Sobre o primeiro, o seguinte é explicado (p. 58):

(...) o conceito de repertório interpretativo se associa à concepção do discurso como veículo através do qual o sujeito e o mundo se articulam (TUOMINEM; SAVOLAINEN, 2002). Este entendimento afasta-se de uma concepção da linguagem e das línguas como instrumentos exteriores ao sujeito falante, vistos como simples produtos e práticas de rotulagem de uma realidade independente e ontologicamente anterior ao homem e à sua percepção/ elaboração do real. Evoca o poder que a linguagem encerra de modelar a consciência dos falantes e de fornecer a cada indivíduo a teoria que suporta a sua interpretação do mundo e os quadros de “normalidade”. Portanto, em princípio, em termos analíticos, será possível reconstruir a visão do mundo dos decisores políticos portugueses a partir dos repertórios verbais respetivos fixados nos manifestos.

Já em relação ao segundo, o autor afirma que (p. 58):

A noção de *frame* é explicada por Fillmore como sendo um “*certain schemata or frameworks of concepts or terms which link together as a system, which impose structure or coherence on some aspects of human experience and which may contain elements which are simultaneously parts of other such frameworks*”² (1975, p. 123). Desta forma, o *frame* está associado a quadros prototípicos previstos pelo senso comum, determinados dentro dos limites de cada cultura (OIM; SALUVEER, 1985).

A seguir, o autor conduz sua análise, observando como a noção de ecologia, a relação ecologia e economia, a lógica discursiva do ambientalismo e o desenvolvimento sustentável se apresentam nos diferentes discursos. Por meio da análise conduzida, o linguista português alcança algumas conclusões interessantes e devidamente comprovadas. A primeira delas é que o ‘ambientalismo’ está presente em todos os

¹ As citações deste capítulo aqui utilizadas seguem a ortografia do autor, que escreve em português europeu.

² “Conjunto de esquemas ou quadros de conceitos ou termos que são ligados entre si como um sistema, o qual impõe uma estrutura ou coerência em alguns aspectos da experiência humana, os quais, por sua vez, podem conter elementos que são simultaneamente parte de outros quadros de conceitos”.

discursos políticos, porém de formas distintas. Outra conclusão é que os partidos políticos produzem um discurso ambientalista distinto entre eles, de acordo com suas respectivas orientações ideológicas (p. 70-71):

(...) os que se situam mais à esquerda utilizam o ambientalismo como discurso empenhado ou “engajado” e panfletário, sob o escopo de um posicionamento político e ideológico; apresentam-se como forças políticas do contrapoder e o ambiente é um dos seus instrumentos de luta.

Os partidos políticos do centro (e do poder) preferem um discurso onde o ambiente se submete a uma lógica legislativa e organizacional, eventualmente como estratégia de embelezamento do discurso e de resposta a demandas sociais, um discurso politicamente correto (uma forma de higiene verbal) (...) (...) o partido que se posiciona à direita é claro na sua concepção de usufruto da natureza, configurada como recurso ao serviço do homem para uma exploração mais ou menos equilibrada. Ainda que defenda explícita e insistentemente o desenvolvimento sustentável, o discurso eleitoral deste partido, mais do que os restantes, submete a ecologia aos interesses da economia, reduzindo a natureza ao potencial valor económico que pode proporcionar.

A terceira conclusão é que a “fórmula ‘desenvolvimento sustentável’ (...) sofreu um deslizamento semântico e modificou parcialmente o seu sentido original”, indicando mais uma “estratégia retórica e económica” (p. 71). Finalmente, a última conclusão é que ainda não é possível determinar “se a presença do interdiscurso resulta de uma mudança de mentalidades e de formas de agir, ou se se limita a constituir um véu diáfano e pouco consequente” (p. 72) com o objetivo de manipular o público eleitor. Neste capítulo, o autor pratica a análise discursiva de um tema ecológico, o que aproxima este trabalho do que é chamado de ecolinguística crítica, especificamente análise ecocrítica do discurso, consistindo na aplicação de teorias e métodos da análise do discurso ao discurso ecológico, o que, conforme foi apontado, produz uma série de resultados originais e importantes para a compreensão de como as pessoas pensam e produzem discursos sobre o meio ambiente e áreas afins. Vale a pena enfatizar somente que no âmbito da linguística ecossistêmica existe a análise do discurso ecológica (COUTO & ALBUQUERQUE, 2015), que vai muito além, não se limitando apenas a temas ecológicos, nem a teorias ou metodologias específicas, apresentando um caráter multidisciplinar.

No capítulo “A dialetologia e a sociolinguística como precursoras da ecolinguística”, de Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG) e Hildo Honório do Couto (UnB), dedicado inteiramente à ecolinguística, os autores traçam um histórico das três disciplinas mencionadas no título, a saber, ou seja, dialetologia, sociolinguística e ecolinguística, salientando o desenvolvimento e a ampliação dos limites dos estudos linguísticos,

principalmente no que diz respeito à concepção de língua e a relação entre a língua e os demais aspectos da realidade. O breve histórico da linguística, recortado no capítulo pelos autores, encara a história dessas disciplinas, ou subáreas, como uma série de conquistas que foram cada vez mais refinando a pesquisa linguística e preparando o terreno para o surgimento e, posterior, desenvolvimento da ecolinguística. Antes de analisarem especificamente a dialetologia e a sociolinguística, os autores apontam alguns traços históricos da gramática comparada e como ela foi também uma precursora da ecolinguística, já que levava em conta a diversidade linguística. O maior problema desta subárea da linguística “foi ter partido do espécime (organismo), e não da espécie” (p. 79). No entanto, isso começou a se modificar com a dialetologia, que passou a não encarar a língua desta maneira e os estudiosos dela “começaram a associar língua (no caso, dialeto) à sociedade que a(o) fala. Implicitamente passaram a associar língua (L) a povo (P) e território (T), como se diz em ecolinguística, mais especificamente na linguística ecossistêmica” (p. 81). Mais recente surgiu a sociolinguística. “Por volta da década de sessenta do século passado surgiu uma outra disciplina voltada para o estudo da língua em relação ao contexto em que é usada (...)” (p. 84). Ela trouxe uma nova visão para os estudos linguísticos e, de certa forma, preocupou-se com elementos que viriam a ser da linguística ecossistêmica, ou seja, língua (L), povo (P) e território (T). Dando continuidade ao texto, os autores falam a respeito da Ecolinguística, definindo-a como o (p. 87):

(...) estudo das relações entre língua e meio ambiente, entendendo-se por meio ambiente da língua o entorno de seus falantes. Isso porque, para ela, língua (L) só existe se há um povo (P) convivendo em determinado lugar, seu território (T). A tríade P, L e T forma o ecossistema linguístico, que é o seu conceito central, exatamente como o ecossistema biológico é o conceito central da ecologia biológica. Na variante da ecolinguística chamada de linguística ecossistêmica (COUTO, 2013a; COUTO, 2012), há um ecossistema inicial chamado de ecossistema integral da língua, anteriormente chamado de ecossistema fundamental da língua, no seio do qual a língua se relaciona ao respectivo meio ambiente integral da língua, ex-meio ambiente fundamental da língua.

Da mesma maneira, é enfatizada a importância do conceito de ‘ecossistema’ e como este é estudado dentro da linguística ecossistêmica, por meio de suas relações (p. 88-89):

O ecossistema é encarado como um todo, donde o holismo da visão ecológica de mundo. No interior do todo do ecossistema a diversidade no componente biótico e no abiótico é de fundamental importância para sua vitalidade. Como o ecossistema é dinâmico, está sempre em evolução, seus componentes se

ECO-REBEL

adaptam de modo constante às novas situações. Mesmo encarado holisticamente, todo ecossistema está em constante interação com os ecossistemas circundantes, ou seja, ele é aberto ou poroso, recebendo matéria, energia e informação deles e enviando-as a eles. Do ponto de vista da relação da população com o ecossistema, sabemos que é importante se fazer sempre reciclagem dos recursos disponíveis a fim de garantir sua sustentabilidade, o que é exigido por uma visão de longo prazo. Temos ainda interações harmônicas que, quando forem intraespécies, desembocam na harmonia, outro conceito fundamental na linguística ecossistêmica para que a ecologia da interação comunicativa funcione com um mínimo de ruídos possível.

As características da linguística ecossistêmica apontadas foram: ecossistema, visão ecológica de mundo e holismo; porém, por limitações de espaço do capítulo elaborado para a coletânea, os autores advertem os leitores que as demais não foram discutidas, tais como interação, diversidade, abertura ou porosidade, adaptação, caráter dinâmica e visão de longo prazo. Outro aspecto notável trazido à tona pelos ecolinguistas neste capítulo é como as três disciplinas linguísticas tratam das relações entre ‘língua x espaço’. Da dialetologia e da sociolinguística surgiram os conceitos de ‘padrão’ e ‘não padrão’, de ‘pluricentrismo’, entre outros. Mas, mesmo com os avanços teóricos dessas disciplinas, que acabaram por superar o conceito de ‘certo x errado’ na fala das pessoas. No entanto, para a linguística ecossistêmica nem os conceitos de “padrão” “pluricentrismo” são os mais adequados; no caso, prefere-se falar em “acentrismo”. Qualquer comunidade pode ser considerada o centro linguístico (o ecossistema) a ser estudado. Finalmente, é enfatizado que a linguística ecossistêmica e, por sua vez, a ecolinguística em geral não são apenas novas ou diferentes maneiras de se estudar a língua. Na verdade, trata-se de uma nova forma de se encarar a língua, vendo-a em suas relações com os demais elementos do ecossistema, como os falantes, os territórios distintos, bem como os ecossistemas circundantes. A visão ecológica de mundo não é apenas uma nova maneira de se encarar a língua, mas também uma nova forma de se encarar a realidade. Assim, este capítulo da coletânea traz uma contribuição importante aos estudos ecolinguísticos, por tratar da relação da ecolinguística com outras disciplinas da linguística, bem por apresentar sua definição e seu plano de estudos, visando divulgá-la para a comunidade científica e os linguistas. O que torna também o capítulo válido é o fato de os autores estarem cientes de que ao trazerem uma nova maneira de se encarar tanto a ciência linguística, como o mundo, encontrarão certa resistência ou desconfiança.

Gian Luigi De Rosa (Universidade do Salento, Itália) em seu texto “Sujeito pleno e sujeito nulo na fala fílmica brasileira contemporânea” deixa claro já no título do que trata sua pesquisa. Basicamente, são selecionados dez filmes brasileiros, que englobam um período

de 1996 a 2013, que reproduzem a ‘fala’ carioca e, nessas ‘falas’, o autor verifica a realização do sujeito nulo e sujeito pleno, seguindo a metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana. O autor observa alguns fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o aparecimento do sujeito nulo, que são os mesmos já apontados em pesquisas anteriores para diferentes variedades do português falado no Brasil. Finalmente, como conclusão, mostra que o português brasileiro estudada está passando de uma variedade *pro-drop* para não *pro-drop*. Este estudo de certa forma apresenta pouca contribuição para a pesquisa linguística, já que há uma série de pesquisas de sociolinguística quantitativa das mais diversas variedades faladas no Brasil. Ele nem ao menos justifica a escolha do *corpus* como sendo a fala de filmes brasileiros, nem apresenta uma discussão (que seria original) sobre a validade do emprego de dados linguísticos existentes em obras de arte (seja cinema, música, teatro ou literatura) para a pesquisa linguística. O capítulo apresenta uma fundamentação teórica de qualidade, chegando a citar a obra de Duarte (2012) que, além de ser uma especialista nos estudos sobre sujeito pleno/sujeito nulo, apresenta na obra citada uma coletânea de estudos sobre o sujeito em textos de peças teatrais da primeira metade do século XIX até início do século XX. O período abordado na obra editada por Duarte se justifica exatamente pelo fato de que nele não há outra documentação, a não ser a escrita, para ser feita a pesquisa linguística de natureza diacrônica. Porém, isso não se justifica para o estudo conduzido neste capítulo, pois o autor poderia ter conduzido uma pesquisa de campo própria (para a fala carioca atual) ou ter recorrido às publicações reconhecidas da área para a fala carioca de décadas anteriores. Em seguida, encontra-se o capítulo de Elena Ortiz-Preuss (UFG) e Cristina Sanz (Universidade de Georgetown, Estados Unidos), intitulado “Aquisição de segunda língua: interação entre variáveis externas e internas”. Esse texto traz uma contribuição valiosa para os estudos linguísticos ao procurar ir além das teorias e modelos de aquisição de L2, levando em conta fatores individuais no processo de aquisição tardio de L2, sendo que tais fatores geralmente não são contemplados nos principais modelos e teorias linguísticas. Assim as linguistas afirmam que “considerando que as diferenças individuais afetam fortemente a aquisição tardia de línguas, o objetivo deste capítulo é discutir a interação de variáveis individuais (internas) e contextuais (externas) no processo de aquisição de L2” (p. 122). Antes de iniciarem seu estudo sobre as variáveis, as autoras fornecem um breve panorama das principais teorias linguísticas de aquisição de L2. A partir daí, são discutidas as variáveis: “As variáveis internas correspondem às

características pessoais denominadas na literatura como diferenças individuais (doravante DIIs) e as variáveis externas se relacionam com as características contextuais onde o processo de aquisição de L2 ocorre” (p. 125). Para as primeiras, são discutidas principalmente a aptidão e a idade. Para as segundas, são apontados “contexto de aquisição (formal ou informal), qualidade e quantidade de *input*, interação, tipos e modos de intervenção pedagógica (tipos de exposição ao *input*, de prática e de *feedback* utilizados)” (p. 127). As linguistas encerram o capítulo enfatizando tanto a importância das DIIs na aquisição de L2, quanto a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, já que no Brasil as pesquisas sobre aquisição ainda são escassas.

O último texto da coletânea é “Os processos formais e não formais de saberes e práticas dos akwén-xerente (jê) na escola indígena”, escrito por Sinval Martins de Sousa Filho (UFG). Esse capítulo não deixa de ter interesse para a ecolinguística, pois acaba por ser um estudo interdisciplinar, versando sobre etnolinguística e linguística aplicada, além dos dados linguísticos coletados pelo próprio autor, que já vem há décadas conduzindo sua pesquisa com os akwén-xerente, chegando a fazer uma descrição gramatical da língua em sua tese de doutorado (SOUSA FILHO, 2007). Vemos aqui também a presença da linguística descritiva. Aqui o linguista analisa, por meio da etnografia da comunicação, “como são concebidos os processos formais e informais da educação Xerente e de que forma esses processos são trabalhados na educação escolar para esse povo indígena” (p. 136). São apontadas uma série de informações e descrições etnográficas do povo Xerente para, em seguida, ser analisada a escola indígena em território Xerente, escola que está em desacordo com a cultura desse povo. Com isso, o autor conclui que mesmo com certos avanços e garantias da educação escolar indígena, “a escola nas aldeias Xerente, infelizmente, ainda não é uma escola indígena. É uma escola para os indígenas” (p. 150). A coletânea de artigos que foi resenhada aqui é válida e recomendável aos estudantes, professores e pesquisadores das diversas áreas da linguística por diversos fatores, sendo o principal deles o de que o leitor terá em mãos estudos atualizados, bem como de que novos rumos a pesquisa linguística está tomando em nosso país. O que chama atenção também são os textos de linguística aplicada, devido à utilidade que essa disciplina tem para o cenário do ensino brasileiro atual, podendo trazer discussões, reflexões, propostas e mudanças a ele. Na mesma linha de raciocínio, os capítulos de ecolinguística são importantes com o intuito de divulgar essa disciplina que ainda é um pouco desconhecida ou encarada de maneira equivocada, mas que vem apresentando avanços significativos

em suas pesquisas e conquistando paulatinamente um público maior de estudantes e pesquisadores em nosso país.

Referências:

ALBUQUERQUE, Davi B. Palavras iniciais sobre a metodologia em ecolinguística. *Via Litterae*, v. 07, p. 131-142, 2015.

ALBUQUERQUE, Davi B.; SCHMALTZ NETO, Genis F. A s contribuições das ciências cognitivas para ecolinguística. *ECO-REBEL. Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 02, n.01, p. 106-121, 2016.

BASTARDAS I BOADA, Albert. Language policy and planning as an interdisciplinary field: towards a complexity approach. *Current Issues in Language Planning*, vol. 14, n. 3-4, p. 363-381, 2013a.

_____. Sociolinguistics: Towards a Complex Ecological View. In: MASSIP-BONET, A.; BASTARDAS-BOADA, A. (eds.). *Complexity perspectives on language, communication and society*. Berlin: Springer, 2013b. p. 15-34.

_____. General Linguistics and Communication Sciences: Sociocomplexity as an Integrative Perspective. In: MASSIP-BONET, A.; BASTARDAS-BOADA, A. (eds.). *Complexity perspectives on language, communication and society*. Berlin: Springer, 2013c. p. 151-173.

_____. Towards a complex-figurational socio-linguistics: Some contributions from physics, ecology and the sciences of complexity. *History of the Human Sciences*, v. 27, n. 03, p. 55-75, 2014a.

COUTO, Hildo H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, p. 275-312, 2013.

_____. Linguística Ecosistêmica. *ECO-REBEL. Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 01, n. 01, p. 39-62, 2015.

COUTO, Elza K. N. N.; ALBUQUERQUE, Davi B. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, p. 485-509, 2015.

DUARTE, Maria Eugenia L. (Ed.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1922)*. Estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012.

HALLIDAY, M. A. K. New Ways of Meaning. The Challenge of Applied Linguistics. In: FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, P. (ed.) *The Ecolinguistic Reader*. Language, Ecology and Environment. Londres/ Nova York: Continuum, 2001. p. 175-202.

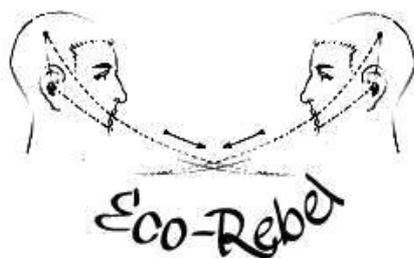
LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

PEDERSEN, Sarah B.; STEFFENSEN, Sune V. Temporal dynamics in medical visual systems. *Cybernetics & Human Knowing*, v. 21, n. 1-2, p. 143-157, 2014.

SOUSA FILHO, Sinval M. *Aspectos morfossintáticos da língua Akwén Xerente (Jê)*. 2007. Tese (Doutorado) – UFG, Goiânia, 2007.

ECO-REBEL

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.



RESENHA

MARQUES, Juracy (org.). *Ecologias Humanas*. Feira de Santana-BA: Editora UEFS, 2014. 462p.

Wellington Amâncio da Silva (UNEB)

O livro “*Ecologias Humanas*”¹, organizado pelo professor Juracy Marques foi publicado pela Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, em 2014, e contém 462 páginas, como resultado de uma compilação de artigos, fruto do 1º Seminário de Internacional de Ecologia Humana, no Brasil, com o título “O Estatuto Científico da Ecologia Humana na Contemporaneidade: O Estado da Arte da Ecologia Humana no Brasil”, especificamente no Nordeste da Bahia, em Paulo Afonso, no ano da publicação. Na apresentação, das professoras Eliane Nogueira e Cleonice Vergne, destaca-se o aspecto interpretativo (hermenêutico) da ecologia humana e o que esta responsabilidade de representação implica para a comunidade científica e a sociedade. São mais de 20 artigos que abordam diversos assuntos a partir da ecologia humana, começando com a abordagem histórico-antropológica da ecologia humana no Brasil desde seus primórdios, de Juracy Marques. Esse artigo é dividido em “Ecologia Humana”, “Ecologia Humana no Brasil” e “Precursos dos Discursos da Ecologia Humana no Brasil”, “Saberes e Fronteiras da Ecologia Humana no Brasil” e “Pensando as Interfaces com Grupos Científicos Consolidados no Brasil”, que trata das instituições científicas relacionadas às ecologias humanas brasileiras. O autor começa por um breve levantamento das narrativas e representações dos nativos brasileiros por parte do colonizador, como na “carta de Pero Vaz de Caminha (maio de 1500): a primeira narrativa sobre a ecologia dos povos do Brasil”, até o presente, dando destaque ao trabalho de pesquisadores e pensadores do étnico e do ecológico, tais como Darcy Ribeiro, Leonardo

¹ O livro (ISBN 978-85-7395-242-1) encontra-se disponível gratuitamente em PDF: <https://sites.google.com/a/nectas.org/ii-seminario-internacional-de-ecologia-humana/>

Boff, Lévi-Strauss, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Pierre Verger, Câmara Cascudo e até mesmo do índio Jerry Matalawê que se reconhecia naquele momento: “[...] somos sujeitos inventados pelo outro”; destaca-se Chico Mendes e seu ativismo ecológico para a fundação do pensamento ecológico brasileiro. Na seção “Ecologia Humana no Brasil” parte-se de duas questões essenciais: a indagação sobre o estatuto científico da ecologia humana na contemporaneidade e sobre o estado da arte da ecologia humana no Brasil. Na seção os “Precursos dos Discursos da Ecologia Humana no Brasil”, o autor propõe que para estudar a ecologia humana brasileira é necessário acessar as descrições feitas por aventureiros, cronistas, religiosos, artistas, naturalistas, monarcas, barões, entre outros, desde os primeiros anos do século XVI, e compreender quais tipos de representações constituíram a imagem do Brasil e para quais fins, além da racionalização dos processos invasivos de colonização das terras, das gentes, da fauna e flora, e dos seus significados. Na seção “Saberes e Fronteiras da Ecologia Humana no Brasil” pergunta-se sobre o porquê da proposta de implantação do primeiro mestrado em ecologia humana no Brasil, na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em Paulo Afonso, principalmente sobre os objetivos de estudo e pesquisa da ecologia humana a partir da região onde foi implantada. Outra questão importante colocada é o que é a ecologia humana diante das diversas áreas do saber e em face dos saberes étnicos; se esta nasce como uma “forma de interpretação dos sistemas humanos”, portanto, como uma “hermenêutica” - segundo afirmam as professoras Eliane Nogueira e Cleonice Vergne na apresentação do livro -, logo, temos a oportunidade de interpretar, de modo mais justo, as representações históricas acima citadas, bem como incluir, nesse processo conjunto de interpretações, a presença efetiva das comunidades étnicas e dos sujeitos diversos da ecologia humana, objetivando reelaborar discursos condizentes com as realidades alcançadas por essa ecologia.

No ensaio, “Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais”, de Iva Miranda Pires e João Lutas Craveiro, discutem-se as origens da ecologia humana e o crescente envolvimento dessa disciplina científica nas questões da ética ambiental e da sustentabilidade global. Com base em referências clássicas da ecologia humana, os autores esboçam uma evolução disciplinar marcada pela solicitação de novos riscos ambientais, naturais e tecnológicos que convidam a equacionar problemas políticos de caráter global.

ECO-REBEL

Em “As Cores da Economia e o Desenvolvimento Sustentável”, de Feliciano de Mira, são discutidas a economia política, a necessidade de uma nova cultura política e seus resultados até o presente momento, em sua correlação com o chamado desenvolvimento e com os recursos naturais. Para isso, o autor defende a importância da economia popular, da economia étnica e da urgência de uma abordagem que objetive clarificar o real valor dos saberes e fazeres étnicos dentro desta perspectiva, que transita entre o ecológico e o econômico. Tais considerações apontam, segundo o autor, para a necessidade de ser criada uma nova economia, uma economia de heterogeneidade estrutural como um modelo sustentável de desenvolvimento que se assente numa linguagem ecológica de respeito pelas diferenças e diversidades de valores culturais. No transcorrer do texto o autor analisa, de uma perspectiva política, ambiental e socioeconômica, algumas convenções econômicas e ecológicas conhecidas, apontando alternativas para a reflexão e a prática das sustentabilidades e das novas epistemologias que oferecem orientações às alternativas apontadas em busca da compreensão e da operação contributiva em face deste amplo horizonte de complexidade paulatinamente reconhecido pelas ciências contemporâneas. Aqui é preciso considerar o nascimento de uma nova *Weltanschauung* sensível aos “aspectos metafóricos inerentes a certas epistemologias contemporâneas” (MIRA, 2013).

No capítulo, “Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”, Alfredo Wagner Berno de Almeida trata da consideração história do “fator ambiental”, junto aos povos e às comunidades tradicionais, discutindo sua classificação, sua relação com seus ecossistemas, as tensões territoriais, a presença do Estado, e as possibilidades de contribuições e intervenções da ecologia humana. O autor ainda discute os objetivos e finalidades do curso de pós-graduação em ecologia humana da UNEB, fazendo antes uma diferenciação entre ecologia e ecologia humana, demonstrando, nesse percurso, diversos aspectos sociais, políticos, étnicos e ecológicos, inerentes ao lugar *onde* foi instalada essa pós-graduação. A discussão tem como esteio a visualização da produção dos discentes de ecologia humana. Tais produções “incidem de uma maneira global sobre a importância dos fatores ambientais na caracterização sociológica desta grande região do interior nordestino. A ‘fronteira quadratura’ de Estado de Sergipe, de Alagoas, da Bahia e Pernambuco”.

Em “Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais”, Iva Miranda Pires e João Lutas

Craveiro, discutiram as origens da ecologia humana e o crescente envolvimento desta nas questões da ética ambiental e da sustentabilidade global. A partir de referências clássicas, delinearam sua evolução disciplinar, levando em consideração os novos riscos ambientais, naturais e tecnológicos. Como embasamento para a discussão proposta, os autores fizeram um amplo levantamento histórico e epistemológico da ecologia e da ecologia humana com o fim a precisar o caráter científico e “operacional” de cada uma delas, defendendo a segunda como uma “nova ciência que se desenvolveu nas lacunas de conhecimento das interdependências entre os sistemas sociais e naturais”. Em seguida, os autores analisam o caráter multidisciplinar da ecologia humana, considerando-a como ciência social sem prescindir dos diversos contributos de outras ciências sociais. Mostram que, devido à “pluralidade epistemológica de raiz”, a ecologia humana desenvolveu de modo mais intenso e profícuo uma relação especial com a biologia e com as análises do desenvolvimento sustentável e dos riscos ambientais em face da governabilidade dos territórios e recursos naturais. Com efeito, os autores compreendem a ecologia humana como disciplina científica. Uma importante seção analisa os “problemas ambientais em face da sociedade do risco” e suas preocupações evidenciadas nas discussões contemporâneas, a década de 60 (p. 62) tendo como foco o tema “os limites do crescimento”.

Tratando da ecologia humana, na perspectiva de intervenção nos problemas em questão, os autores postulam sua dimensão, primeiro no âmbito de uma “abordagem disciplinar” e seu trânsito para a “abordagem pluridisciplinar”, em vista de um maior alcance interventivo. Na seção “Ecologia Humana e Participação Pública” de seu texto, os autores afirmam a importância dos processos de decisão com a participação da sociedade, como foi o caso da “Agenda 21, resultante da Conferência do Rio, em 1992”, do alcance da “*National Environmental Policy Act* (NEPA, 1969)”, entre outros, numa discussão que contribui muito para o “desenvolvimento de metodologias de avaliação e de participação pública [que] responde [a] não apenas a um desafio de cidadania ambiental”.

Em “Direito e Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Ensaio sobre o Etnodireito”, Alzení de Freitas Tomáz mostra que “o forte conteúdo interdisciplinar da ecologia humana consiste na constituição de novos nichos analíticos de interpretação das sociedades tradicionais”. Apresenta-nos a conceituação de “Etnodireito”, qual seja, “um sistema de conhecimentos e cognições típicas estabelecidas na realidade de cultura específica de povos e comunidades tradicionais”. Propõe que a centralidade conceitual e

hermenêutica do direito tradicional se abra ao panorama de sentidos próprio de uma comunidade a partir dos seus problemas e como estes são postulados pela comunidade. Temos aqui uma mais profunda horizontalização desse diálogo entre justiça e comunidades tradicionais. Para isso, o etnodireito adviria do âmbito das relações constitutivas dos povos e comunidades tradicionais, em sua pluralidade étnica, cultural, social, política, econômica e ecológica – processo jurídico que a autora denomina de maturação. O capítulo destina-se a todos aqueles interessados e engajados na questão do “direito dos povos e comunidades tradicionais”, apresentando uma discussão de conceitos da ecologia humana e do direito, estabelecendo um diálogo entre as duas disciplinas, cujo resultado final apresenta grande ineditismo.

Em “Ecologia Humana e Ecocrítica: Aproximações para uma Ecologia da Arte”, Edilane Ferreira da Silva e Juracy Marques partem do livro de Rachel Louise Carson, *Silent Spring*, obra impulsionadora do movimento ambientalista, numa época em que o termo ecologia ainda não era levado a sério na academia. Durante a discussão, os autores questionam “por que a arte não está devidamente presente nas discussões concernentes ao campo da ecologia e qual a razão de não haver referências entre ecologia humana e ecocrítica”. Ou ainda: “é possível, realmente, uma ecologia da arte?” (p. 422). Os autores vão respondendo essas perguntas à medida que tratam do tema “Arte e Natureza”, a partir de breves análises das obras de autores como Gilbert White, Henry David Thoreau, John Burroughs e Rachel Carson, entre outros.

Os autores esclarecem ainda que a ecocrítica foi o termo acadêmico criado para se referir a um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade, a saber, a relação entre cultura, literatura, arte e natureza. A expressão foi abordada, pela primeira vez, em 1978, no ensaio denominado “*Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*”, de William Rueckert. Vê-se muito bem que a ecocrítica é conceituada como a relação entre literatura e meio ambiente e analisa as narrativas literárias cujas representações configuram essa relação. Após essa contextualização, os autores fazem análises de textos poéticos e de letras de música, como é o caso de Pablo Neruda e Geraldo Azevedo. Este último, em uma canção, faz uma bela narrativa “descritivo-afetiva” do rio São Francisco. Os autores concluem que as obras mais conhecidas sobre o assunto “só nos lembram da articulação social, ambiental e subjetiva que nos compete”. É justamente aí, isto é, no processo hermenêutico de subjetivação das representações e das interpretações sobre o meio ambiente, que residem os significados positivos de valorização da natureza. Dessas

subjetividades partem os discursos que afirmam a natureza como um bem. Como contribuição ao estudo do tema o livro “Paisagem da Memória”, de Simon Schama (1996) seria de grande valia.

No artigo “Ecolinguística: Uma Interface Língua e Meio Ambiente”, Joelma Conceição Reis Felipe retoma, à luz da ciência da linguagem, a discussão das noções de linguística, ecolinguística e ecologia fundamental das línguas. A autora precisa que a partir do século XIX, o pensamento filosófico passou pelo que se convencionou chamar de “virada linguística”, a base epistemológica sobre a qual surgiu a ciência da linguística. Para introduzir o leitor no objeto dos seu estudo, a autora faz um caminho introdutório que perpassa pela linguística, a filologia e a semiótica, fazendo-nos lembrar da importância de Saussure com seu *Cours de Linguistique Générale* para a recepção acadêmica da linguística como ciência, e de Einar Haugen, como fundador da ecolinguística - utilizador do termo *ecology of language* e *language ecology* (COUTO, 2007, p. 39). A autora mostra que no seio da ecolinguística surgiu o conceito de “Ecologia Fundamental da Língua ou Ecosistema Fundamental da Língua (EFL)”, para demonstrar que a disciplina tem uma visão integradora, ou seja, o “ser humano compartilha suas descobertas e torna possível a interação contínua de seus pensamentos e vivência” (2014, p. 447). Ao leitor são apresentados ainda as contribuições para a disciplina feitas por Adam Makkai, Alwin Fill, Heinrich Grellmann e Hildo Honório do Couto. Para este último autor, “as línguas não são organismos, nem coisas, elas são formas de comportamento humano” (COUTO, 2007, p. 49). Assim, a autora defende que “o modelo ecológico viabiliza uma leitura mais precisa da Ecolinguística” porque, antes de tudo, as interações humano-ecológicas se constituem no pensar e agir dos seres humanos, bem como por meio da partilha de suas experiências.

Tal como demonstrada na Apresentação do livro “Ecologias Humanas”, essa diversidade hermenêutica de olhares e interpretações é resultante das múltiplas epistemologias. A ecologia humana convida à confluência e ao diálogo, no arcabouço de suas investigações, pesquisas e discursos. No entanto, sem esgotá-las ou simplificá-las – diminuindo o poder dessas epistemologias (enquanto ciência, área do saber, disciplina) – a ecologia humana, por seu caráter multidisciplinar, tem viabilizado e, por causa disso, legitimado um inédito diálogo científico no Brasil, fato que se pode ver claramente nos diversos capítulos do presente livro. Assim, exitosamente é comprovada a consciência de responsabilidade ao assumir a grande diversidade de olhares e falares acerca das suas múltiplas “dimensões

(objetos) de pesquisa”, considerando o valor do protagonismo discursivo e vivencial de todos aqueles que estão reconhecidamente implicados nas ecologias humanas.

Referências

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

MIRA, Feliciano de. *Ao Correr do Olhar: Contributos para uma epistemologia metafórica*. Arraiolos (Portugal): Edições Subjectivas/Oficina do Espírito 2013.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.